



ESTUDOS DE
CARACTERIZAÇÃO DA
PAISAGEM

**DA SERRA D'ARGA
À FOZ DO ÂNCORA**

VOLUME I
CARACTERIZAÇÃO DA
PAISAGEM

Janeiro de 2019

PROJETO INTERMUNICIPAL

Miguel Alves

Presidente da C. M. de Caminha

José Maria Costa

Presidente da C. M. de Viana do Castelo

Victor Mendes

Presidente da C. M. de Ponte de Lima

Coordenação Geral e Supervisão

Guilherme Lagido Domingos

Vice-Presidente da C. M. de Caminha

EQUIPA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO

Município de Caminha

Angelina Cunha

Município de Viana do Castelo

José Paulo Vieira

Horácio Faria

Município de Ponte de Lima

Gonçalo Rodrigues

EQUIPA TÉCNICA

TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda

Coordenação geral

Vilma Silva

Coordenação técnica (Paisagem)

João Almeida

Coordenação técnica (Património Cultural)

Vera Santos Silva

Textos

João Almeida

Vera Santos Silva

Paulo Dórdio Gomes

Telma Coutinho

Francisca Aguiar

Conceção gráfica

Miew Creative Studio

ISBN

978-989-54357-3-9

Janeiro de 2019



serra
d'arga



ESTRUTURA GERAL

Os Estudos de Caracterização da Paisagem do projeto “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” são constituídos por dois volumes:

VOLUME I

PAISAGEM

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2 - ENQUADRAMENTO

CAPÍTULO 3 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

CAPÍTULO 4 - CARACTERIZAÇÃO DA PAISAGEM

CAPÍTULO 5 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM

CAPÍTULO 6 - UNIDADES DE PAISAGEM

CAPÍTULO 7 - OBJETIVOS DE QUALIDADE PAISAGÍSTICA

CAPÍTULO 8 - ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

ANEXOS:

Anexo 1 - Quadro de Referência Estratégico

Anexo 2 - Cartografia Temática

VOLUME II

PATRIMÓNIO CULTURAL (ARQUITETÓNICO e IMATERIAL)

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DE TRABALHO

CAPÍTULO 3 - PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

CAPÍTULO 4 - PATRIMÓNIO IMATERIAL

CAPÍTULO 5 - VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO

CAPÍTULO 6 - ELEMENTOS DE REFERÊNCIA

ANEXOS:

Anexo 1 - Construção dos instrumentos de recolha de dados

Anexo 2 - Inventário do Património Arquitetónico

Capítulo 1

Introdução



Introdução

O presente documento constitui o resultado dos Estudos de Caracterização da Paisagem para o Sítio de Importância Comunitária (SIC) “Serra de Arga” (PTCON0039), desenvolvidos no âmbito do projeto “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” promovido pelos municípios de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo.

O projeto intermunicipal “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” decorre da candidatura ao concurso do NORTE 2020 (Aviso n.º Norte 14-2016-01), relativo à apresentação de candidaturas ao Património Natural, da Prioridade de Investimento 6.3, do Eixo IV do Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020.

Assumindo a extrema importância da valorização ecológica da paisagem para o desenvolvimento de objetivos e estratégias socioeconómicas sustentáveis a médio e longo prazo, o presente trabalho assume uma visão ampla de desenvolvimento territorial assente na proteção e valorização dos recursos naturais, patrimoniais e culturais locais, com impacto regional.

No âmbito deste estudo, entende-se a paisagem de acordo com o estipulado na Convenção Europeia da Paisagem (CEP)¹, designadamente “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”², desempenhando “importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social” e constituindo “um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego”³. A paisagem é, igualmente, encarada como “um elemento importante da qualidade de vida das populações: nas áreas urbanas e rurais, nas áreas degradadas, bem como nas de grande qualidade, em áreas consideradas notáveis, assim como nas áreas da vida quotidiana”⁴.

Neste contexto, a análise das paisagens é essencial para que se possa entender o seu carácter, o seu modo de funcionamento, as suas dinâmicas e a sua vocação intrínseca, de modo a que se possam traçar as estratégias mais corretas para a sua evolução, tendo em vista a sua proteção, gestão e ordenamento (objetivo primordial da CEP).

Para a concretização do seu objetivo, a CEP estabelece um conjunto de medidas gerais e específicas a considerar no âmbito deste projeto, elencadas na **Tabela 1**:

MEDIDAS GERAIS

[Artigo 5.º da CEP]

- a) Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;
- b) Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem através da adoção de medidas específicas estabelecidas no artigo 6.º;
- c) Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem mencionadas na alínea b) anterior;
- d) Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacte direto ou indireto na paisagem.

MEDIDAS ESPECÍFICAS

[Artigo 6.º da CEP]

A) Sensibilização

Cada uma das Partes compromete-se a incrementar a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações.

B) Formação e educação

Cada uma das Partes compromete-se a promover:

- a) A formação de especialistas nos domínios do conhecimento e da intervenção na paisagem;
- b) Programas de formação pluridisciplinar em política, proteção, gestão e ordenamento da paisagem, destinadas a profissionais dos setores público e privado e a associações interessadas;
- c) Cursos escolares e universitários que, nas áreas temáticas relevantes, abordem os valores ligados às paisagens e as questões relativas à sua proteção, gestão e ordenamento.

C) Identificação e avaliação

1 - Com a participação ativa dos intervenientes, tal como estipulado no artigo 5.º, alínea c), e tendo em vista melhorar o conhecimento das paisagens, cada Parte compromete-se a:

- a): i) Identificar as paisagens no conjunto do seu território;
- ii) Analisar as suas características, bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;
- iii) Acompanhar as suas transformações.
- b) Avaliar as paisagens assim identificadas, tomando em consideração os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada.

2 - Os procedimentos de identificação e avaliação serão orientados por trocas de experiências e de metodologias, organizadas entre as Partes ao nível europeu.

D) Objetivos de qualidade paisagística

Cada uma das Partes compromete-se a definir objetivos de qualidade paisagística para as paisagens identificadas e avaliadas, após consulta pública, em conformidade com o artigo 5.º, alínea c).

E) Aplicação

Tendo em vista a aplicação das políticas da paisagem, cada Parte compromete-se a estabelecer os instrumentos que visem a proteção, a gestão e/ou o ordenamento da paisagem.

Tabela 1. Medidas gerais e específicas da CEP
(Fonte: Conselho da Europa, 2000)

A aplicação ao território nacional desta Convenção resultou na definição da Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem (PNAP), determinada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 45/2015, de 7 de julho, que identifica os quatro valores que estão associados à arquitetura e à paisagem⁵, designadamente os seguintes:

- a) **Valor social**, suporte espacial e biofísico da vida em sociedade;
- b) **Valor cultural**, testemunho vivo do passado coletivo e parte significativa do património dos povos e das nações;
- c) **Valor económico**, bem e recurso gerador de riqueza e de benefícios para a sociedade;
- d) **Valor ambiental**, resultado da intervenção humana no ambiente natural e construído.

Associados aos quatro valores anteriormente indicados, a PNAP aponta seis ordens de desafios que se colocam à arquitetura e à paisagem nos próximos anos⁶:

- a) **Qualidade e bem-estar**: qualificação das paisagens e do ambiente urbano;
- b) **Cívicos e culturais**: proteção e valorização do património cultural e paisagístico;
- c) **Energéticos e ambientais**: aumento da resiliência e eficiência territorial;
- d) **Ecológicos e de conservação da natureza**: criação de uma Infraestrutura Verde;
- e) **Sociais e demográficos**: adequação às transformações demográficas e sociais, no sentido da coesão e inclusão social;
- f) **Económicos e globais**: valorização da arquitetura e da paisagem no âmbito de uma estratégia de recuperação e internacionalização da economia portuguesa.

A PNAP estabelece igualmente as linhas orientadoras para a adoção de medidas específicas de proteção, gestão e ordenamento da paisagem a nível local, as quais os municípios de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo pretendem implementar através do projeto intermunicipal “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora”.

Considerando a abrangência do conceito, o primeiro passo para o desenvolvimento de políticas de paisagem passa, sem dúvida, pela identificação e caracterização das mesmas, permitindo constatar a diversidade e riqueza dos valores biofísicos em presença, mas também de âmbito cultural (arquitetónico e imaterial). Por esse motivo, para além da análise efetuada no **Capítulo 4** [Caracterização da Paisagem], relativa ao estudo das diversas componentes que constituem a paisagem da Serra d’Arga e vale do Âncora, foi elaborado um relatório autónomo referente à caracterização do Património Cultural, o qual constitui o **Volume II** deste processo.

Desta forma, o presente relatório apresenta uma **caracterização detalhada do território** em análise, incidindo sobre as suas componentes físicas (clima, relevo, sistema hídrico, geologia e solos), biológicas (flora, fauna e tipos de habitat), socioeconómicas (população, uso e ocupação do solo e atividades económicas relevantes) e culturais (síntese do inventário do património arquitetónico e imaterial). No domínio da perceção, para além da **análise visual da paisagem in loco**, este documento apresenta uma avaliação da sua qualidade visual com base na cartografia das bacias visuais a partir de pontos de observação representativos da paisagem da área de estudo.

Finalmente, tomando como referência a situação atual, alicerçada pela análise da evolução geral da paisagem e da ocupação humana na área de estudo, propõem-se **unidades de paisagem** que correspondem a áreas que apresentam um padrão relativamente homogéneo do ponto de vista biofísico e da ocupação humana, apelando para estratégias comuns. Decorrente das características intrínsecas de cada uma destas unidades homogéneas foram estabelecidos **objetivos de qualidade paisagística** para as paisagens identificadas, objetivos esses essenciais ao desenvolvimento de medidas de proteção gestão e ordenamento da paisagem.

Note-se que os objetivos de qualidade paisagística definidos assentam no pressuposto de que a proteção da paisagem passa pela preservação do seu carácter, qualidades e valores, sem esquecer que a gestão da paisagem futura deverá harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais. Neste contexto, para cada objetivo de qualidade paisagística foram definidos objetivos específicos a alcançar no território em estudo, em particular no que respeita à paisagem natural, à paisagem humanizada e à paisagem florestal.

A proposta de valorização para a Serra d’Arga inclui, ainda, uma proposta de criação de uma **área protegida de âmbito regional**, a criar no âmbito do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, e a integrar na **Rede Fundamental da Conservação da Natureza**. Efetivamente, os estudos desenvolvidos vieram demonstrar que a Paisagem da Serra d’Arga resulta da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, evidenciando, simultaneamente, grande valor estético, ecológico e cultural, razão pela qual o presente estudo propõe que a tipologia de área protegida a adotar seja a de **Paisagem Protegida**.

O presente documento é constituído por oito capítulos principais e dois anexos, encontrando-se organizado da seguinte forma:

1. Introdução
2. Enquadramento
3. Evolução histórica do território
4. Caracterização da paisagem
5. Avaliação da qualidade visual da paisagem
6. Unidades de paisagem
7. Definição de objetivos de qualidade paisagística
8. Elementos de referência

Anexos:

Anexo 1. Quadro de Referência Estratégico

Anexo 2. Cartografia temática

A. COMPONENTES FÍSICAS

Folha A1 - Carta Hipsométrica

Folha A2 - Carta de Declives

Folha A3 - Carta de Exposição Solar

Folha A4 - Carta Hidrográfica

Folha A5 - Carta de Festos e Talvegues

Folha A6 - Carta de Sub-bacias Hidrográficas

Folha A7 - Carta Geológica

B. COMPONENTES BIOLÓGICAS

Folha B1 - Carta de Biótopos e Tipos de *Habitat*

C. COMPONENTES SOCIOECONÓMICAS

Folha C1 - Carta de Densidade Populacional

Folha C2 - Carta de Percursos Pedestres

D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Folha D1 - Carta de Acessibilidade Regional

Folha D2 - Carta de Rede Viária e Ferroviária

Folha D3 - Carta de Uso e Ocupação do Solo em 1995

Folha D4 - Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2007

Folha D5 - Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2010

Folha D6 - Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2015

Folha D7 - Carta de Território Artificializados em 2015

Folha D8 - Carta de Áreas Agrícolas em 2015

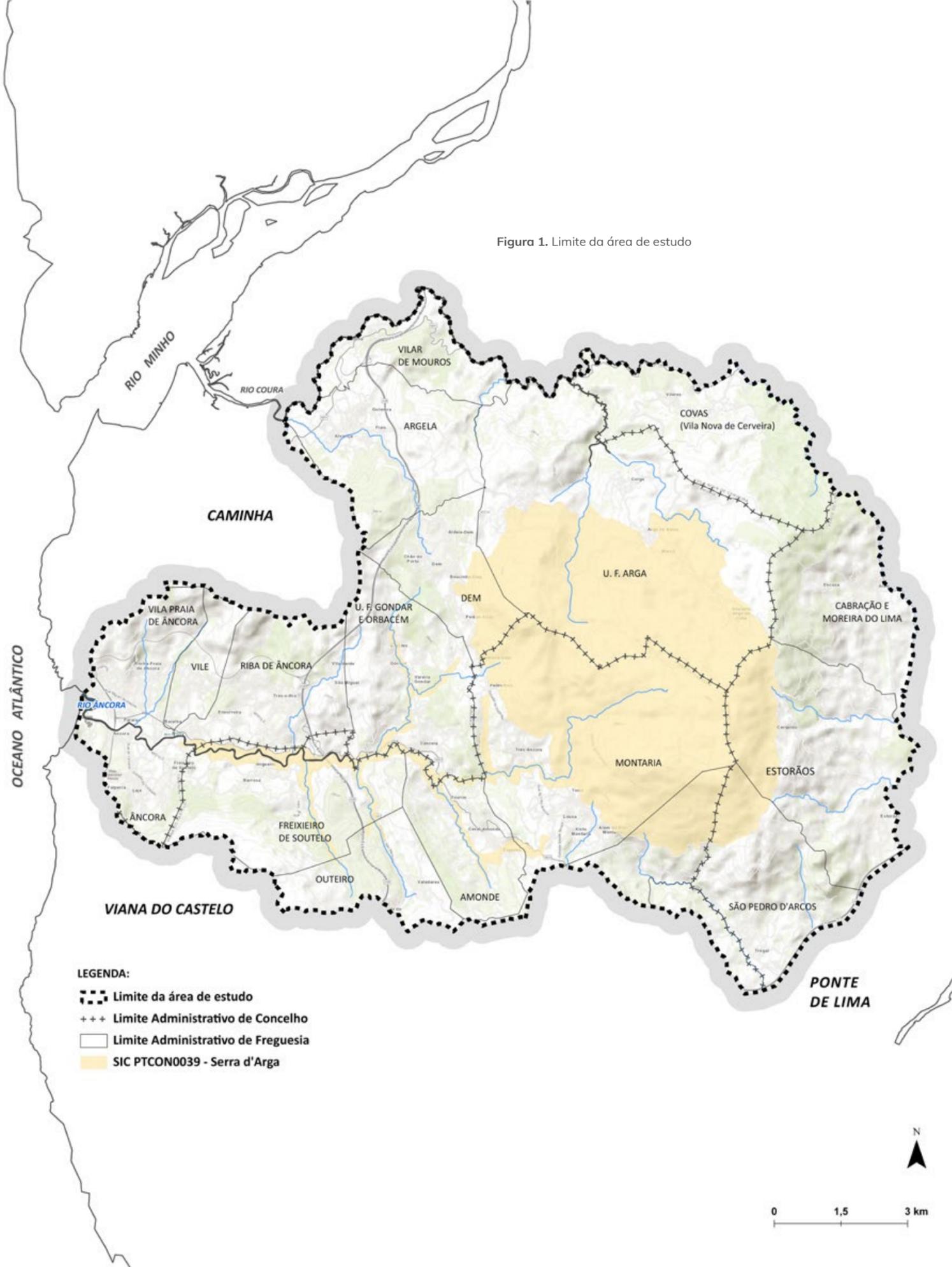
Folha D9 - Carta de Áreas Florestais em 2015

Folha D10 - Carta de Áreas Ardidas, por número de anos, entre 1990 e 2017

E. UNIDADES DE PAISAGEM

Folha E1 - Carta de Unidades de Paisagem

Figura 1. Limite da área de estudo



Delimitação da área de estudo

Com o objetivo abarcar as povoações e os espaços construídos existentes que se localizam, maioritariamente, nas áreas limítrofes e exteriores ao Sítio “Serra de Arga”, especialmente num raio de cerca de 1 km, a delimitação da área de estudo extravasa os limites físicos do SIC, conforme indicado na **Figura 1**.

Em termos gerais, tendo em conta o objetivo referido anteriormente, a delimitação da área de estudo é feita através dos elementos naturais ou construídos pertencentes aos seguintes três sistemas:

- a) **Sistema hidrográfico:** festos e linha de costa;
- b) **Sistema hídrico:** rios, ribeiros e outras linhas de água;
- c) **Sistema viário:** autoestradas e caminhos.

Desta forma, a área de estudo passa a englobar, não apenas a totalidade do Sítio “Serra de Arga” com cerca de 4.493 hectares (objeto central do presente estudo), mas também uma grande porção territorial limítrofe, perfazendo um total de, aproximadamente, 18.215 hectares, ou seja, cerca de quatro vezes a sua dimensão inicial. Assim delimitada, a área de estudo inclui o maciço serrano propriamente dito e uma área envolvente alargada, o vale do Rio Âncora e a respetiva foz.

Figura 2. Limites geográficos da área de estudo



A Figura 2 apresenta os limites geográficos definidos para a área de estudo.

Com início na foz do Rio Âncora, no concelho de Caminha, o limite da área de estudo segue na direção nordeste, pelas linhas de festo que separam a sub-bacia hidrográfica do Rio Âncora da bacia costeira e das sub-bacias do Rio Seco e do Ribeiro do Real. O limite segue por um caminho florestal (sem designação) e por um pequeno troço do Rio Tinto até este desaguar no Rio Coura.

O limite norte constitui-se, essencialmente, pelo Rio Coura até ao encontro deste, a nascente, com o Ribeiro das Mós, descendo pelo Ribeiro do Formigoso até ao Rio Estorãos, constituindo estas três linhas de água o limite este da área de estudo.

O limite sul inicia-se (de este para oeste) no troço da autoestrada A27 até ao cruzamento desta com as linhas de festo que separam a sub-bacia da Ribeira da Silvareira das sub-bacias do Estuário do Lima e do Rio Seixo, sendo a última intersetada por um afluente do Rio dos Campos. O limite sul continua pela linha de festo que separa a sub-bacia do Âncora das sub-bacias da Ribeira de Nogueira, da Ribeira de Portuzelo, do Rio de Cabanas e Costeira, e daí ao longo da linha de costa, até à foz do Rio Âncora.



Capítulo 2

Enquadramento



Enquadramento

O território incluído na área de estudo da paisagem “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” corresponde a uma área totalmente inserida na Região Norte de Portugal (NUT II), na sub-região do Alto Minho (NUT III) e na Região Agrária de Entre Douro e Minho, distribuindo-se por quatro municípios: Caminha, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira (Figura 3). A nível regional, a área de estudo integra a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho, juntamente com os municípios de Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Valença.

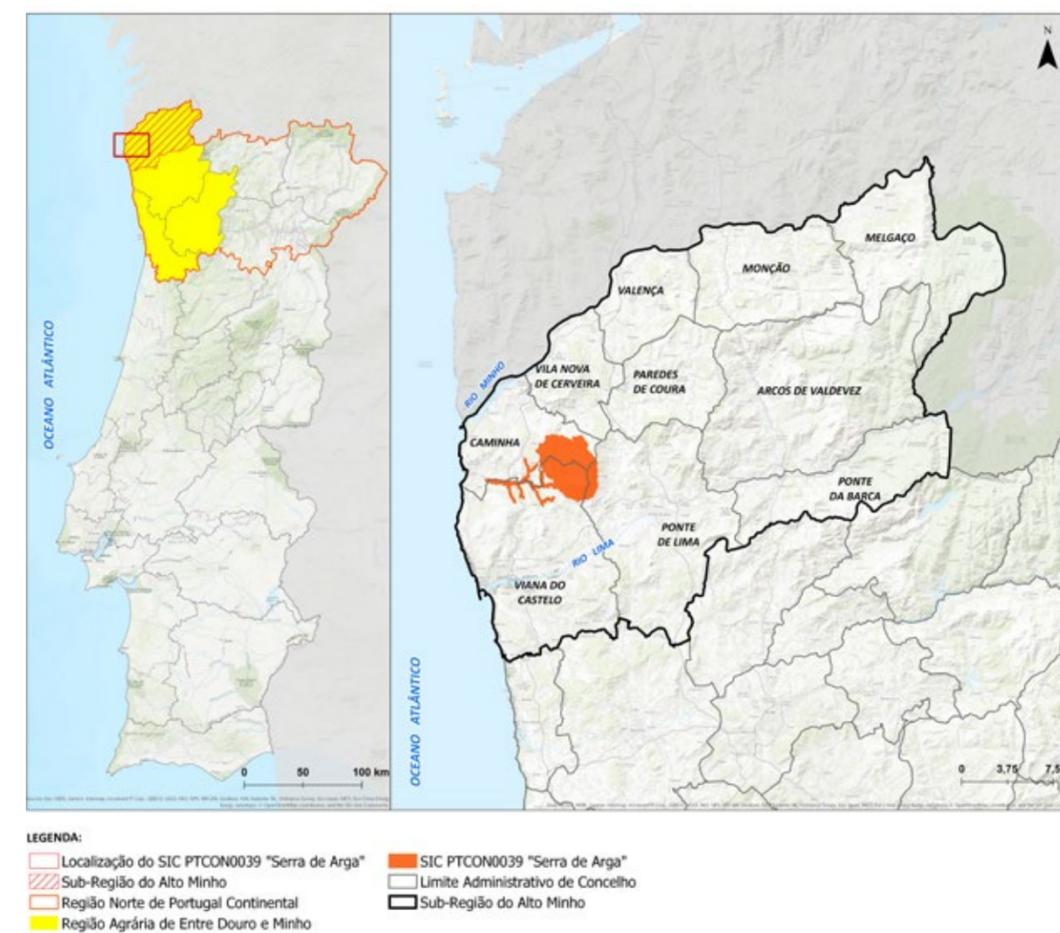


Figura 3. Enquadramento geográfico da área de estudo

Atualmente, resultado da união de algumas freguesias, a divisão administrativa dos concelhos integrados na presente área de estudo corresponde a 22 freguesias, com abrangências territoriais diversificadas, conforme indicado na **Tabela 2**.

Concelho	Área [hectares]	% do Concelho	Freguesia	Área [hectares]	% da Freguesia
Caminha	8.454	61,9	Âncora	400	73,8
			Argela	1.072	99,3
			Dem	643	100
			Riba de Âncora	814	95,3
			U.F. Arga [Baixo, Cima e São João]	3.087	100
			U.F. Gondar e Orbacém	1.043	94,3
			U.F. Moledo e Cristelo	6	0,6
			U.F. Venade e Azevedo	21	1,9
			Vila Praia de Âncora	579	69,2
			Vilar de Mouros	519	50
Ponte de Lima	3.362	10,5	Vile	270	96,4
			Cabração e Moreira do Lima	945	34,6
			Estorãos	1.500	67,8
Viana do Castelo	5.247	16,5	São Pedro d'Arcos	917	60,9
			Afife	16	1,3
			Amonde	624	100
			Freixieiro de Soutelo	1.168	99,2
			Lanheses	175	18,2
			Montaria	2.229	99,4
			Outeiro	567	5,1
U.F. Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	468	17,1			
Vila Nova de Cerveira	1.152	10,6	Covas	1.152	40,3
				18.215	18.215

Tabela 2. Concelhos e freguesias integrados na área de estudo
(Fonte: Carta Administrativa Oficial de Portugal [CAOP], 2016)

A leitura da tabela anterior permite constatar que as freguesias territorialmente mais representadas são aquelas que integram os municípios de Caminha (Argela, Dem, Riba de Âncora, União das Freguesias de Arga, União das Freguesias de Gondar e Orbacém e Vile) e de Viana do Castelo (Amonde, Freixieiro de Soutelo e Montaria), todas elas com mais de 90% do seu território incluído na área de estudo. A área dos municípios abrangidos na área de estudo corresponde à seguinte proporção:

- a) Município de Caminha: **46%** da área de estudo;
- b) Município de Ponte de Lima: **19%** da área de estudo;
- c) Município de Viana do Castelo: **29%** da área de estudo;
- d) Município de Vila Nova de Cerveira: **6%** da área de estudo.

Instrumentos legais

A área de estudo encontra-se abrangida por um conjunto de instrumentos legais de gestão territorial de âmbito europeu, nacional, regional e municipal, determinantes para a definição de uma estratégia de promoção, valorização e gestão sustentável da paisagem.

O presente subcapítulo subdivide-se em duas partes. A primeira refere-se aos instrumentos legais com impacto direto na gestão e conservação da natureza, nomeadamente a classificação e proteção legal com enquadramento no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC). Na segunda parte faz-se referência aos restantes instrumentos de ordenamento e gestão territorial que estabelecem as orientações estratégicas com impacto direto ou indireto na área de estudo.

Áreas classificadas

O Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) encontra-se definido no Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB), implementado pelo Decreto-Lei (DL) n.º 142/2008, de 24 de julho, alterado pelo DL n.º 242/2015, de 15 de outubro. O SNAC é constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português.

São classificadas como **Áreas Protegidas** “as áreas terrestres e aquáticas interiores e as áreas marinhas em que a biodiversidade ou outras ocorrências naturais apresentem, pela sua raridade, valor científico, ecológico, social ou cénico, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais e a valorização do património natural e cultural, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar” (ponto 2, artigo 10.º do DL n.º 242/2015, de 15 de outubro - RJCNB).

A **Rede Natura 2000** corresponde a “uma rede ecológica de âmbito europeu resultante da aplicação da Diretiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de abril (Diretiva Aves), alterada pelas Diretivas n.ºs 91/244/CEE, da Comissão, de 6 de março, 94/24/CE, do Conselho, de 8 de junho, e 97/49/CE, da Comissão, de 29 de junho, bem como da Diretiva n.º 92/43/CEE, do Conselho, de 21 de maio (Diretiva Habitats), com as alterações que lhe foram introduzidas pela Diretiva n.º 97/62/CE, do Conselho, de 27 de outubro. A Rede Natura 2000 compreende as áreas classificadas como Zona Especial de Conservação (ZEC) e as áreas classificadas como Zona de Proteção Especial (ZPE), consoante o respetivo regime de diploma próprio” (artigo 25.º do RJCNB).

Das áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais fazem parte, entre outras, as Reservas da Biosfera, os Sítios Ramsar e os Geoparques⁷.

Na sub-região do Alto Minho, onde se insere a presente área de estudo, localizam-se as seguintes áreas da RNAP, cujas categorias e tipologias são especificadas no RJCNB:

- a) Parque Nacional da Peneda-Gerês;
- b) Paisagem Protegida Regional do Corno do Bico;
- c) Paisagem Protegida Regional das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos;
- d) Monumentos Naturais Locais (Geoparque Litoral de Viana do Castelo).

Os 13 Monumentos Naturais Locais de Viana do Castelo, classificados em duas fases distintas (Aviso n.º 4658/2016, de 6 de abril, e Aviso n.º 1212/2018, de 25 de janeiro) correspondem aos seguintes:

- a) Fase 1: Alcantilado de Montedor, Pedras Ruivas, Ínsuas do Lima, Canto Marinho e Ribeira de Anha;
- b) Fase 2: Pavimentos Graníticos da Gatenha, Cascatas do Poço Negro, Cascatas da Ferida Má, Penedo Furado do Monte da Meadela, Turfeiras da Chãs de Arga, Planalto Granítico das Chãs de Santa Luzia, Cristas Quartzíticas do Campo Mineiro de Folgadoiro-Verdes e Dunas Trepadoras do Faro de Anha.

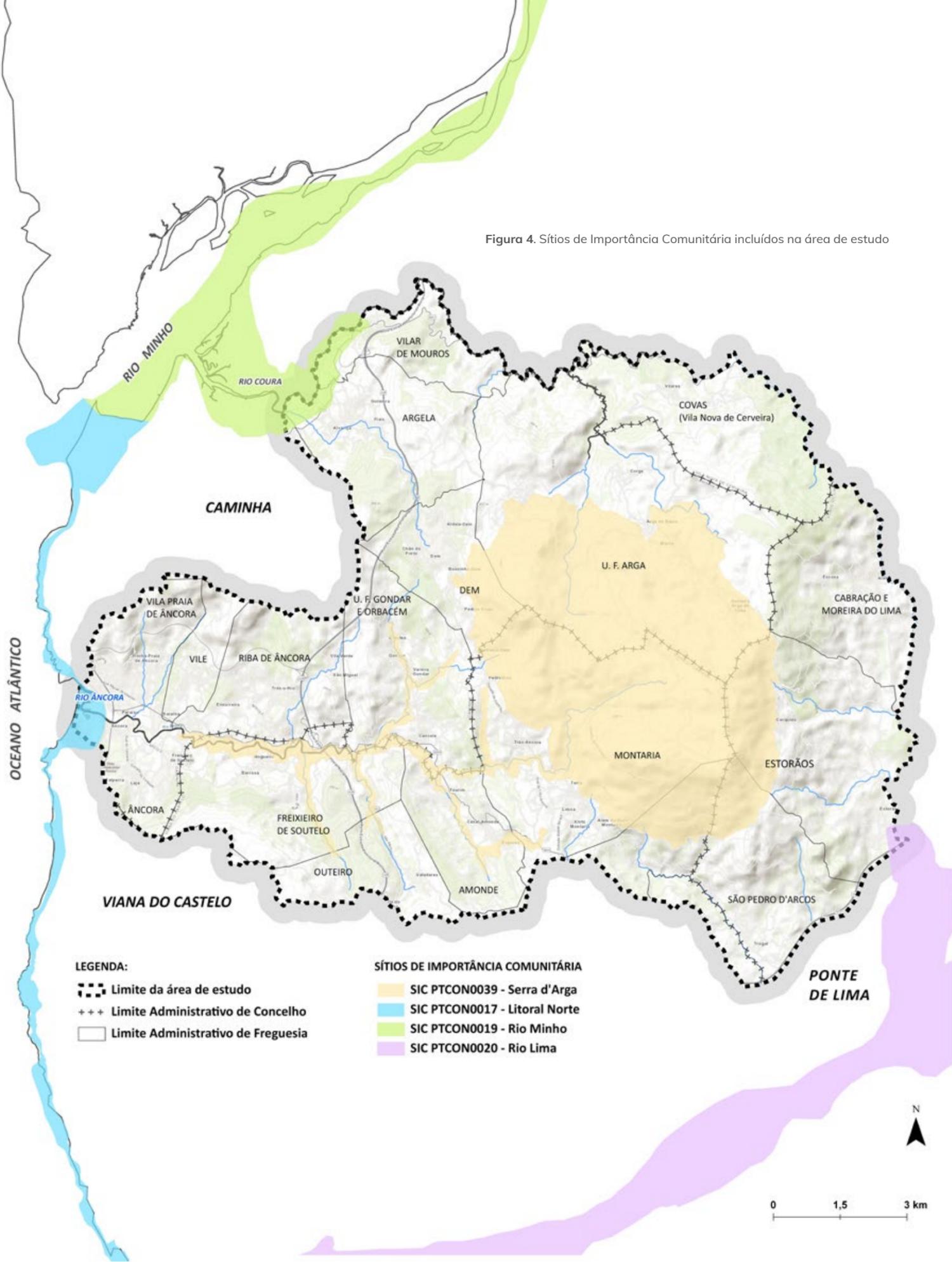
De salientar que as Cascatas da Ferida Má, as Turfeiras das Chãs de Arga e as Cristas Quartzíticas do Campo Mineiro de Folgadoiro-Verdes, classificadas em 2018, encontram-se total ou parcialmente inseridas no SIC "Serra de Arga".

No Alto Minho existe igualmente uma considerável diversidade de áreas integradas na Rede Natura 2000 (abrangendo áreas litorais, zonas de montanha, vales fluviais e outras áreas húmidas), designadamente as seguintes:

- a) SIC PTCON0001 - Peneda/Gerês;
- b) SIC PTCON0017 - Litoral Norte;
- c) SIC PTCON0019 - Rio Minho;
- d) SIC PTCON0020 - Rio Lima;
- e) SIC PTCON0039 - Serra de Arga;
- f) SIC PTCON0040 - Corno do Bico.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês integra, ainda, a Reserva da Biosfera Transfronteiriça de Gerês-Xurés, aprovada em 2009, constituindo parte da rede mundial de reservas da biosfera criada pela UNESCO através do programa científico *Man and Biosphere*.

Figura 4. Sítios de Importância Comunitária incluídos na área de estudo



As Lagoas de Bertandos e São Pedro d'Arcos correspondem também a uma área classificada ao abrigo da Convenção de Ramsar para as Zonas Húmidas, que entrou em vigor em 1975 e foi ratificada por Portugal em 1980 através dos Decretos n.ºs 33/84, de 10 de julho, e 34/91, de 30 de abril.

A diversidade de áreas protegidas e classificadas existentes na sub-região onde se localiza a área de estudo denota, desde já, um elevado valor de conservação de uma importante porção do território, correspondendo a cerca de 27,2% da sua área total (60.293 hectares), conforme expressa a Figura 5.

Sendo assim, em resultado da diversidade e raridade dos tipos de habitat presentes na área de estudo da paisagem “Da Serra d'Arga à Foz do Âncora” ao nível da região biogeográfica onde se insere, bem como de um conjunto de espécies ameaçadas a nível europeu, vigoram quatro estatutos comunitários de conservação e proteção, inseridos no Plano Setorial da Rede Natura 2000, cuja expressão territorial se apresenta na Figura 4.

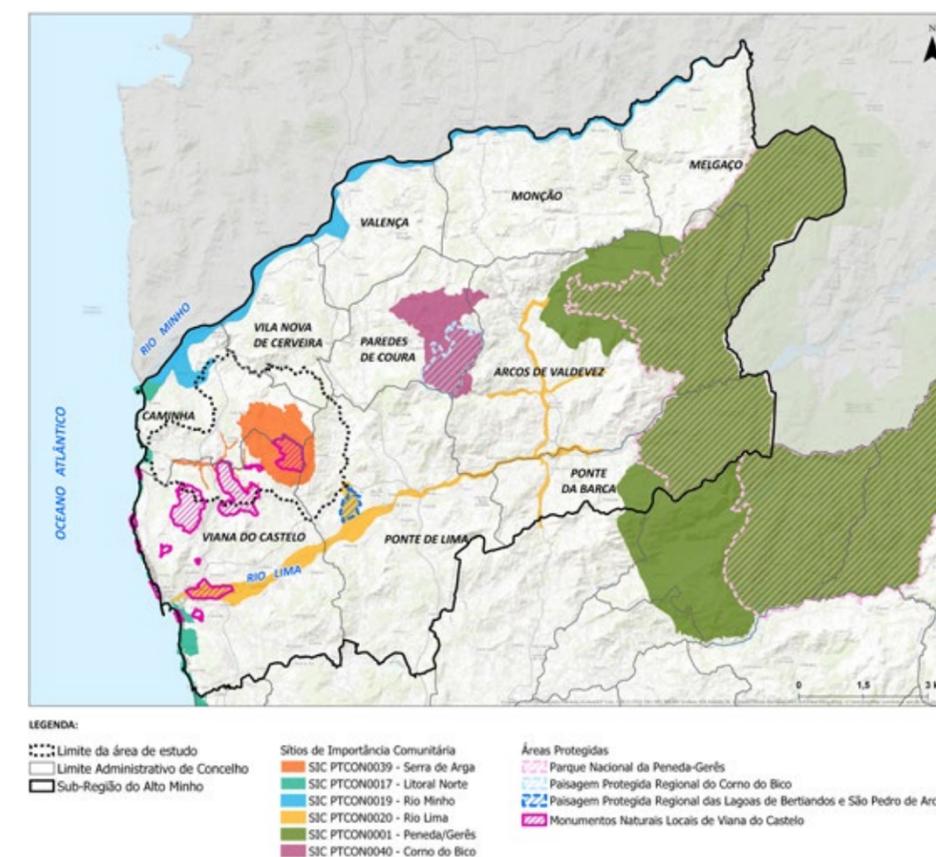


Figura 5. Áreas protegidas e classificadas localizadas na sub-região do Alto Minho

Os Sítios de Importância Comunitária (SIC) incluídos na área de estudo abrangem cerca de 25,8% do território em análise (cerca de 4.700 hectares) e correspondem aos seguintes:

- a) A totalidade do SIC PTCON0039 - Serra de Arga, abrangendo uma área de cerca de 4.493 hectares, integrando os concelhos de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo com a representatividade expressa na **Tabela 3**:

Concelho	Área [hectares]	% do Concelho Classificado	% do Sítio no Concelho
Caminha	1.891	14	42
Ponte de Lima	449	1	10
Viana do Castelo	2.154	7	48

Tabela 3. Concelhos abrangidos pelo SIC "Serra de Arga"
(Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF], 2000)

O Sítio "Serra de Arga" possui um património natural valioso, que inclui habitats naturais e seminaturais, bem como espécies da fauna e da flora de conservação prioritária:

- **Dez** habitats naturais e seminaturais (constantes do anexo I da Diretiva *Habitats*), que servem de refúgio a algumas espécies raras;
- **Uma** espécie da flora constante do anexo II da Diretiva *Habitats*: *Centaurea micrantha* ssp. *herminii*;
- **Doze** espécies de animais (constantes do anexo II da Diretiva *Habitats*: libélula-esmeralda (*Oxygastra curtisii*), sável (*Alosa alosa*), savelha (*Alosa fallax*), boga-comum (*Chondrostoma polylepis*), salmão-do-Atlântico (*Salmo salar*), salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*), lobo (*Canis lupus*), toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), lontra (*Lutra lutra*), morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e o morcego-de-ferradura-pequeno (*Rhinolophus hipposideros*).

- b) Uma porção do SIC PTCON0017 - Litoral Norte⁸ inserida no concelho de Caminha (freguesias de Âncora e Vila Praia de Âncora), correspondendo a cerca de 2,4% do SIC (67 hectares);

- c) Uma porção do SIC PTCON0019 - Rio Minho⁹ inserida no concelho de Caminha (freguesias de Argela e Vilar de Mouros), correspondendo a cerca de 2,7% do SIC (126 hectares);

- d) Uma porção do SIC PTCON0020 - Rio Lima¹⁰ inserida no concelho de Ponte de Lima (freguesia de Estorãos), correspondendo a cerca de 0,3% do SIC (14 hectares).

As quatro áreas identificadas anteriormente foram classificadas como SIC pela Decisão da Comissão de 7 de dezembro de 2004 que adota, nos termos da Diretiva 92/43/CEE do Conselho, a lista dos Sítios de Importância Comunitária da região biogeográfica atlântica, tendo sido aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 76/00, de 5 de julho (Sítios "Serra de Arga" e "Litoral Norte"), e pela RCM n.º 142/97, de 28 de agosto (Sítios "Rio Minho" e "Rio Lima").

No **Anexo 1** (Quadro de Referência Estratégico) listam-se as orientações de gestão constantes nas fichas de caracterização ecológica e de gestão dos valores naturais de cada um dos sítios anteriormente referidos e que integram o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000).

Instrumentos de gestão territorial

Na área de estudo incide um conjunto de instrumentos legais de gestão territorial que, para além de conter um conjunto de disposições que afetam os usos do território, estabelece o Quadro de Referência Estratégico (QRE) que identifica as orientações que devem ser tomadas em devida consideração na elaboração dos Objetivos de Qualidade Paisagística definidos no **Capítulo 7** do presente documento.

A **Tabela 4** identifica os diferentes instrumentos legais atualmente em vigor na área de estudo para os diversos âmbitos previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Definido pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, o RJIGT estabelece o “regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional, intermunicipal e municipal do sistema de gestão territorial, o regime geral de uso do solo e o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação”¹¹ dos IGT. No **Anexo 1** (Quadro de Referência Estratégico) listam-se as linhas orientadoras, bem como as opções, desafios, objetivos e medidas estratégicas de cada um dos documentos a seguir identificados.

Do âmbito legislativo importa, ainda, referir a importância das áreas sujeitas a Regime Florestal presentes na área de estudo. O Regime Florestal, suportado legislativamente por um decreto do início do século XX (Decreto de 24 de dezembro de 1901, publicado no Diário do Governo n.º 296, de 31 de dezembro), define o conceito como “o conjunto de disposições destinadas a assegurar não só a criação, exploração e conservação da riqueza silvícola, sob o ponto de vista da economia nacional, mas também o revestimento florestal dos terrenos cuja arborização seja de utilidade pública, e conveniente ou necessária para o bom regime das águas e defesa das várzeas, para a valorização das planícies áridas e benefício do clima, ou para a fixação e conservação do solo, nas montanhas, e das areias, no litoral marítimo”¹².

O Regime Florestal é total quando é “aplicado em terrenos do Estado, por sua conta e administração, pelo que são submetidos ao regime total os terrenos, dunas e matas que (...) pertençam ao Estado, ou lhe venham a pertencer por título gratuito, ou oneroso, mediante expropriação nos termos legais”¹³.

O Regime Florestal é parcial quando é aplicado “em terrenos das câmaras municipais, câmaras de agricultura, quando hajam sido constituídas juntas de paróquia, estabelecimentos pios, associações, ou dos particulares, pelo que são submetidos ao regime parcial as matas e os terrenos que as corporações administrativas possuam ou venham a possuir”¹⁴, subordinando a existência de floresta a determinados fins de utilidade pública.

ÂMBITO EUROPEU

Convenção Europeia da Paisagem | **CEP**

Carta Europeia de Turismo Sustentável | **CETS**

ÂMBITO NACIONAL

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território | **PNPOT**

Plano Nacional da Arquitetura e da Paisagem | **PNAP**

Plano Nacional da Água | **PNA**

ÂMBITO SETORIAL

Plano Setorial da Rede Natura 2000 | **PSRN 2000**

Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho | **POC CE** [em fase de consulta pública (novembro 2018)]

ÂMBITO REGIONAL

Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte | **PROT-N**

Plano de Gestão da Região Hidrográfica Minho e Lima | **PGRH ML**

Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Região Hidrográfica do Minho e Lima (RH1) | **PGRI RH1**

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho | **PROF AM**

ÂMBITO MUNICIPAL*

Plano Diretor Municipal de Caminha | **PDM Caminha**

Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima | **PDM Ponte de Lima**

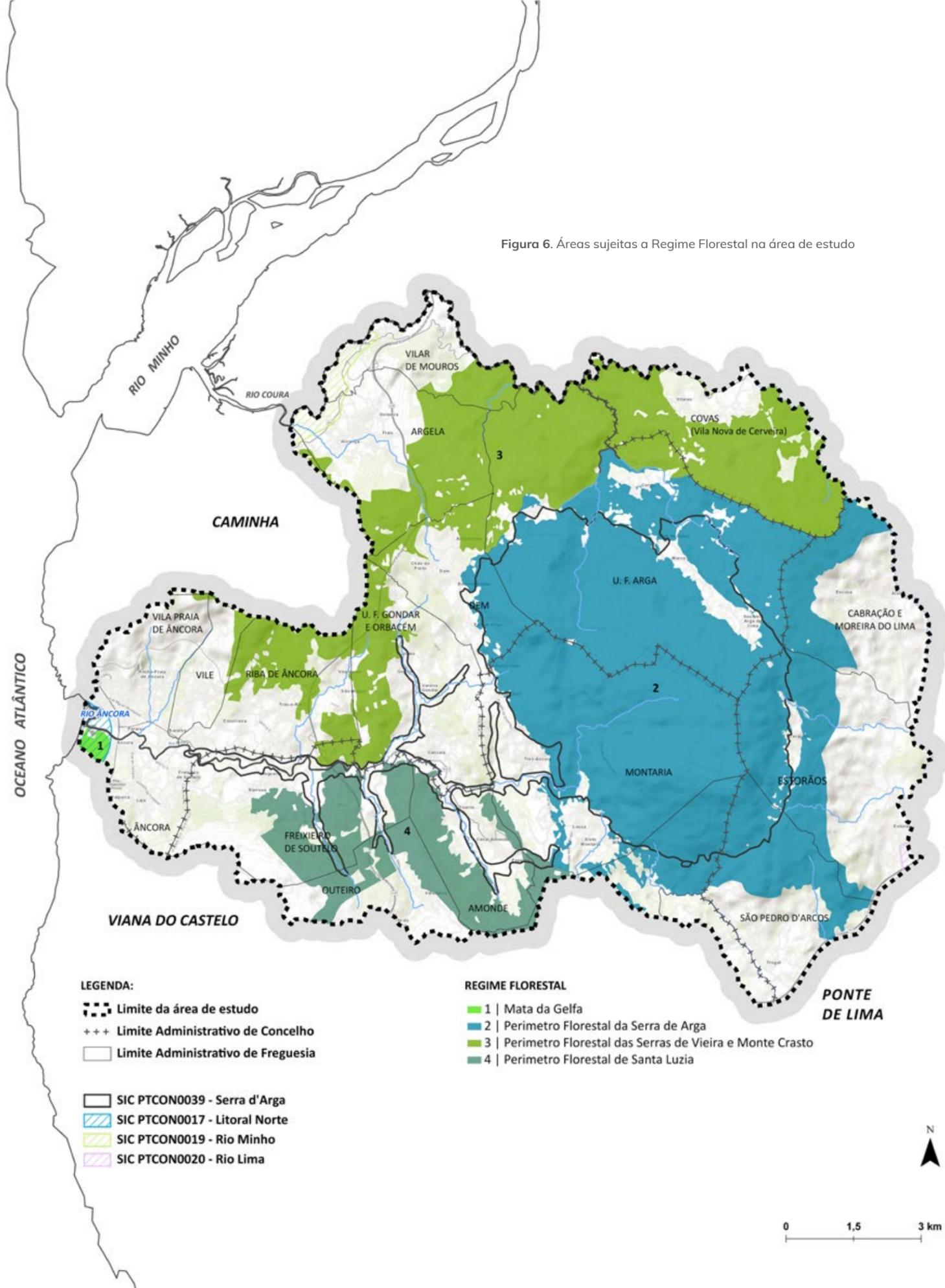
Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo | **PDM Viana do Castelo**

Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira | **PDM Vila Nova de Cerveira**

* Não existem instrumentos de âmbito intermunicipal com incidência no território em análise.

Tabela 4. Instrumentos legais com incidência na área de estudo

Figura 6. Áreas sujeitas a Regime Florestal na área de estudo



A área de estudo apresenta quase 10.000 hectares de áreas sujeitas a Regime Florestal, correspondendo a cerca de 55% da área total do território em análise, conforme expressa a **Figura 6**.

35

Sujeitas ao Regime Florestal parcial encontram-se as áreas a seguir discriminadas, perfazendo um total de 9.964,13 hectares:

- a) Perímetro Florestal da Serra d'Arga (5.722,82 hectares);
- b) Perímetro Florestal das Serras de Vieira e Monte Crasto (3.153,49 hectares);
- c) Perímetro Florestal de Santa Luzia (1.087,82 hectares).

Sujeita ao Regime Florestal total identifica-se a Mata da Gelfa, com cerca de 31,06 hectares incluídos na área de estudo.

Capítulo 3

Evolução histórica do território



Evolução histórica do território

Ao longo dos séculos, o Homem tem vindo a introduzir transformações no meio natural, através das suas adaptações às diferentes condições geográficas, topográficas e climáticas. O estudo das componentes espaço e tempo permite diagnosticar a dinâmica futura da paisagem, facilitando o seu planeamento estratégico. Para tal, torna-se necessário estudar a paisagem por forma a compreender a sua evolução, sendo importante que esta análise seja precedida por uma visão temporal mais alargada, de modo a compreender o seu desenvolvimento. Essa visão abrangente incide sobre uma evolução mais genérica da paisagem, servindo de base para análises mais específicas.

O presente capítulo compreende o estudo da evolução histórica do território "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" segundo duas vertentes complementares e interdependentes: ocupação humana e paisagem.

Sendo assim, o primeiro subcapítulo apresenta o estudo da ocupação humana no território em análise desde o Paleolítico até ao século XX, tomando como referência o Inventário do Património Arqueológico da Serra d'Arga¹⁵, de acordo com a seguinte estrutura:

- a) Paleo ambientes e Pré-história Antiga;
- b) O megalitismo e a arte rupestre como marcadores dos extensos territórios das comunidades;
- c) A definitiva ocupação dos alvéolos agrícolas com os povoados fortificados da Proto-história e as continuidades do povoamento da romanização e da Alta Idade Média;
- d) A paisagem da Idade Média Plena às recentes ruturas.

Por sua vez, no segundo subcapítulo apresenta-se uma perspetiva da evolução da paisagem nacional e da área de estudo, refletindo-se a primeira na segunda. Esta análise reparte-se, assim, em dois níveis temporais distintos:

- a) Do Neolítico até ao final do século XIX, obtida através de fontes bibliográficas e documentais;
- b) Séculos XX e XXI, obtida através da observação de fotografias aéreas (1958 e 1993), bem como da análise das Cartas de Ocupação do Solo (COS) de 1995 a 2015.

A ocupação humana do Paleolítico ao século XX

Paleo ambientes e Pré-história Antiga

Os mais antigos vestígios de ocupação humana na área em estudo datam de 250.000 a 200.000 anos atrás. São restos de um complexo de indústrias líticas, designado por Acheulense (Paleolítico Antigo), constituído por macro-utensílios, como os bifaces, os machados de mão e outros seixos talhados, bem como utensílios sobre lasca, como os raspadores. Trata-se de utensílios produzidos por populações que antecederam os humanos atuais e que se preservaram em depósitos de antigas praias elevadas. Estes depósitos formaram-se num período interglaciário em que a subida do nível das águas do mar fez avançar a linha da costa (transgressão marinha), originando praias a cotas mais elevadas. A presença daqueles utensílios decorre da abundância de matéria-prima, mas também do modo de vida destas populações que encontravam junto da costa um ambiente favorável para a obtenção de alimentos.

A estas utensilagens líticas sucedem-se outras mais evoluídas encontradas naqueles mesmos depósitos de praias elevadas, mas que datam de momentos mais recentes do Paleolítico Médio (150.000 a 35.000 anos) ou do Superior (35.000 a 8.000 anos). Estas últimas surgem já associadas a populações humanas idênticas às atuais, nomeadamente em Âncora e Vila Praia de Âncora (Caminha)¹⁶.

Caracterizam-se todas estas indústrias líticas identificadas em contextos litorais por uma feição macrolítica (de grande dimensão), que contrasta com as características microlíticas mais típicas dos sítios arqueológicos datados das mesmas cronologias, mas localizados em zonas do interior. Se, por um lado, isso se deve às qualidades intrínsecas das matérias-primas disponíveis no local — como os seixos quartzíticos no litoral — será igualmente de realçar o efeito de permanências estacionais relacionadas com o aproveitamento diferenciado de recursos, a que corresponderia o fabrico de utensilagem específica, mas sempre no interior do território de uma mesma comunidade humana. Na verdade, os territórios de ocupação e exploração de recursos destas comunidades paleolíticas, baseados em regimes de acentuada mobilidade e baixíssima densidade humana, abrangeriam áreas de enorme dimensão que em nada podem ser comparadas aos bem mais diminutos territórios das comunidades já próximas de nós no tempo a que correspondem as paróquias ou as freguesias.

As alterações ambientais de grande escala como as glaciações e os períodos de degelo interglaciários com os concomitantes momentos de regressão e de transgressão marinha que alteraram significativamente o litoral, observam-se em diacronias que se estendem por muitas dezenas ou mesmo centenas de milhares de anos.

Numa escala de tempo mais confinada, os últimos 10.000 anos, que corresponde ao período interglaciário que se estende até aos dias de hoje (o Holoceno), foram ainda significativas as alterações ambientais ocorridas. O estudo realizado entre 2009 e 2010 de uma coluna polínica obtida numa das turfeiras da Chã Grande da Serra d'Arga¹⁷, permitiu rastrear com informação local a evolução das características do coberto vegetal inferindo sobre as alterações climáticas ocorridas que a explicam. Balizada com datações absolutas entre 6.000 a.C. e 1.500 d.C., evidencia no momento mais antigo um episódio de regressão climática ou arrefecimento que havia provocado um mínimo arbóreo com o desenvolvimento em sua substituição de maior área de cobertura herbácea. Ultrapassado esse episódio frio, entra-se em pleno ótimo climático do Holoceno com o máximo de cobertura arbórea da sequência dominado por *Quercus robur* (carvalho-alvarinho), o qual deveria então ocupar densamente não só as encostas, como os planaltos da serra. A partir desse momento, a tendência será para a paulatina diminuição da sua presença hegemónica, mas a aceleração daquela diminuição nesta zona não se percebe mesmo com a intensificação da ação das populações humanas cada vez mais dependentes, à escala regional, das atividades agrícolas e pastoris, sobretudo desde o Calcolítico e o Bronze Médio (3.000 a 1.000 a.C.). A coluna polínica obtida na Serra d'Arga mostra depois um hiato entre 1.000 a.C. e 1.500 d.C., não permitindo perceber como se terá processado a evolução da cobertura vegetal nas fases subsequentes, mas, cerca de 1.500 d.C., quando volta novamente a existir informação, o cenário que se percebe está já profundamente alterado. A cobertura arbórea com *Quercus robur* (carvalho-alvarinho) atinge, então, os mínimos. Substituída em grande parte por matagais, demonstra uma forte ação antrópica de desflorestação, também registada em fontes arquivísticas coevas que, em 1533, descrevem a serra como uma *alta montanha estéril*¹⁸. O final da sequência mostra depois o intenso incremento dos pinhais, plantados por mão humana, mas que é interrompido com a chegada à fase atual.

O megalitismo e a arte rupestre como marcadores dos extensos territórios das comunidades

Na área em estudo são as manifestações do megalitismo¹⁹ e da arte rupestre de ar livre pós-paleolítica²⁰ que testemunham a presença e a ocupação do território por populações mais sedentárias, cada vez mais intensamente dedicadas à agricultura e à pastorícia. À escala regional, as cronologias abrangidas por estas manifestações estendem-se, normalmente, entre a segunda metade do V milénio e os finais do IV milénio a.C., no que respeita ao megalitismo, encontrando-se a origem das tradições de arte rupestre representadas ainda durante aquele período, mas com pleno desenvolvimento já só ao longo do III milénio.

Não admira que não tenham sido identificados povoados destas cronologias na área em estudo, uma vez que raramente são encontrados, denunciando uma acentuada mobilidade de comunidades pouco densas com locais de habitação muito precários no interior de territórios ainda muito extensos.

Assim, são as manifestações simbólicas e rituais que concentram o principal da capacidade edificadora destas populações, com formas e expressões que conservam uma proximidade muito grande com a natureza e a paisagem. Diante da precaridade dos estabelecimentos humanos associados a uma forte mobilidade, aquelas manifestações parecem querer expressar uma sinalização e apropriação dos extensos territórios das comunidades. As implantações dominantes sugerem a associação com pontos centrais, no fundo do vale e no centro de planaltos, no caso do megalitismo, ou junto dos muitos percursos de encosta que asseguravam a ligação entre o vale e os planaltos sobranceiros, no caso da arte rupestre. Estes últimos mostram também muitas vezes um claro domínio visual sobre amplas áreas do vale.

É também de realçar que as três principais manifestações de megalitismo na área de estudo — Dólmen da Barrosa, Dólmen de Vile e Mamoá de Aspra — se localizam numa área não superior a 750-1.000 metros no fundo do vale do Âncora, em ambas as margens do rio. Com toda a probabilidade fariam parte de uma mesma necrópole megalítica que incluiria outros sítios nas proximidades que, por se situarem em terrenos agrícolas, não se preservaram, mas cuja memória chegou aos nossos dias.

A definitiva ocupação dos alvéolos agrícolas com os povoados fortificados da Proto-história e as continuidades do povoamento da romanização e da Alta Idade Média

É a partir do período da pré-história conhecido como Bronze Final, cerca de 1.000 a 700 a.C. na sub-região do Alto Minho, que surge um dos tipos de sítios arqueológicos dominantes da paisagem na área de estudo: os povoados fortificados²¹. Ainda que a larga maioria destes sítios tenham uma ocupação centrada na proto-história ou Idade do Ferro, muitos mostram ter persistido durante a romanização enquanto outros, ou os mesmos, foram mais tarde reocupados na Alta Idade Média. Todos eles demonstram uma mais efetiva e persistente apropriação do território pelas comunidades. A quantidade de sítios identificados, bem como a proximidade entre si, mostram claramente uma muito maior densidade populacional em comparação com o momento anterior. Por outro lado, as características da implantação destes povoados, sobranceiros aos vales agrícolas, evidenciam a vocação plenamente agrícola das comunidades que neles habitavam. Por fim, as características materiais das estruturas edificadas, com muralhas ou casas com muros em pedra, exibem um sentido de permanência bem contrário da precaridade que se intui para os povoados anteriores.

Estava, então, iniciado um processo de ocupação continuada dos inúmeros alvéolos agrícolas que dominam a paisagem do Alto Minho e a estruturação de um modelo que não deixaria de se intensificar para mais tarde, já na Baixa Idade Média, dar origem às paróquias e freguesias que ainda hoje ordenam o território.

Ao mesmo tempo é neste momento que surgem os primeiros indicadores de hierarquização do território com a emergência de povoados claramente mais importantes do que outros pela dimensão, tipo de construções ou domínio visual da envolvente como é o caso, na área de estudo, da **Cidade de Âncora ou de Afife**.

As origens deste processo vislumbram-se na ocupação da envolvente do sopé do monte do povoado fortificado de **Santo Amaro** em Riba de Âncora, o **Lombo da Enxurreira**, onde os vestígios de um povoado, ainda não fortificado, e de uma necrópole datada de um momento avançado da Idade do Bronze, identificam o início da sequência de ocupação daquele sítio. O auge da diacronia deste povoado fortificado surge depois representado pelas ruínas da ocupação castreja que ocupam uma área considerável sobre a colina alongada envolvida por um sistema defensivo com três linhas de muralhas de pedra e fosso exterior reforçado, sobre o ponto mais destacado, por um torreão.

O relacionamento dos vários sítios arqueológicos correspondentes ao intervalo cronológico da Proto-história, Romanização e Alta Idade Média identificados no interior de cada um dos alvéolos agrícolas que se delimitam na paisagem, ilustra continuidades e permite perceber melhor as modalidades encontradas pelas comunidades que conduziram à sucessiva ocupação daquelas unidades de espaço geradoras, pela primeira vez, de um *continuum* de apropriação antrópica do território.

Na vertente sudeste da Serra d' Arga, no vale do Rio Estorãos, uma interpretação de conjunto dos vários sítios arqueológicos identificados na freguesia de Estorãos, Ponte de Lima, permite a aproximação àquela primeira ocupação humana intensiva do território nesta área (**Figura 7**).

O povoado da **Bouça do Castro** (n.º 1 da **Figura 7**), implantado numa área de grande dimensão sobre uma colina alongada na margem direita do Rio Estorãos, foi aqui o principal centro do povoamento, registando uma cronologia que se inicia no século I a.C. e continua depois pela Antiguidade Tardia (séculos III-IV). Como aquela colina foi muito alterada por construções e arroteamentos agrícolas, é com dificuldade que se percebem hoje as largas dimensões deste povoado, que teria originalmente um sistema defensivo com duas muralhas e um provável fosso.



Legenda:

- 1. Povoado da Bouça do Castro; 2. Igreja Paroquial de Estorãos;
- 3. Casais (antiga mineração); 4. Quinta de Pentieiros;
- 5. Cerquido; 6. Castro do Formigoso.

Figura 7. Vale do Rio Estorãos no sopé sudeste da Serra d'Arga e sítios arqueológicos na freguesia de Estorãos (Ponte de Lima)
Imagem de satélite: Google Earth, 2018

A ara romana dedicada ao Genio Tiauranceaico, identificada em obras realizadas em 1903 na **Igreja Paroquial de Estorãos** (n.º 2 da **Figura 7**) e que se encontra depositada no Museu Nacional de Arqueologia, identifica o génio tutelar daquela povoação e o dedicante que aparenta ser um emigrante de Talábriga (Albergaria-a-Velha, Aveiro), ambos exibindo nomes de tradição indígena.

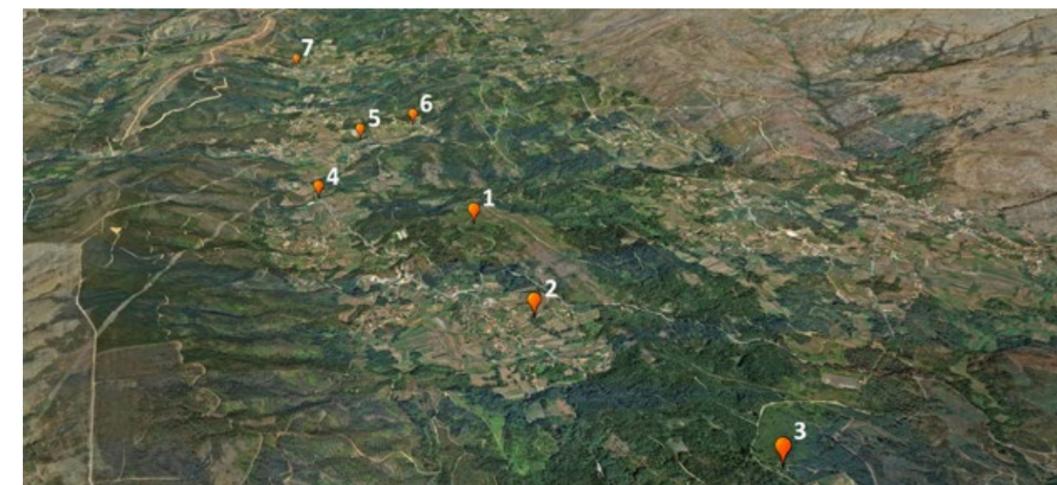
A jusante, onde uma outra colina obriga o Rio Estorãos a desviar o curso, assinala-se um local de antiga mineração com vestígios de prolongados trabalhos de desmonte das terras do terraço fluvial e do seu transporte até ao vizinho curso de água para lavagem e recolha do estanho e ouro (n.º 3 da **Figura 7**). Seria, assim, na conjugação dos recursos agrícolas do vale com os resultantes do arco mineiro do sopé da serra que a comunidade indígena, mas fortemente romanizada, aqui estabelecida asseguraria a respetiva existência.

A identificação de tégula e outros vestígios de época romana noutras áreas de vale próximas desta colina mineira (n.º 4 da **Figura 7**) deixam perceber que o povoamento desta época não se concentraria apenas num único povoado, mas também noutros núcleos mais pequenos. Aliás, a identificação de tégulas sobre uma plataforma a meio da encosta da serra, no **Cerquido** (n.º 5 da **Figura 7**), deixa perceber o interesse no

acesso aos planaltos serranos e, assim, a possibilidade do aproveitamento dos respetivos recursos: a água e os pastos de verão.

Nesta área, é apenas no **Castro do Formigoso** (n.º 6 da **Figura 7**) que se registam vestígios do que deverá ter sido o anterior povoado castrejo. É também este o local que terá sido escolhido posteriormente pela população alto medieval para instalar o seu povoado com fortificações roqueiras e sepulturas escavadas na rocha, denunciando, em ambos os casos, uma estratégia de implantação do lugar de residência muito diferente quando comparada com o povoado da Bouça do Castro em pleno vale.

Os sítios arqueológicos de cronologias semelhantes localizados num dos outros alvéolos situados no sopé oeste da Serra d'Arga exibem uma narrativa semelhante. Observe-se a unidade de paisagem formada pelos vales dos ribeiros de Amonde e de Gondar, afluentes a sul e a norte do Rio Âncora, a que corresponde atualmente o conjunto formado pelas freguesias de Amonde, Orbacém e Gondar (**Figura 8**).



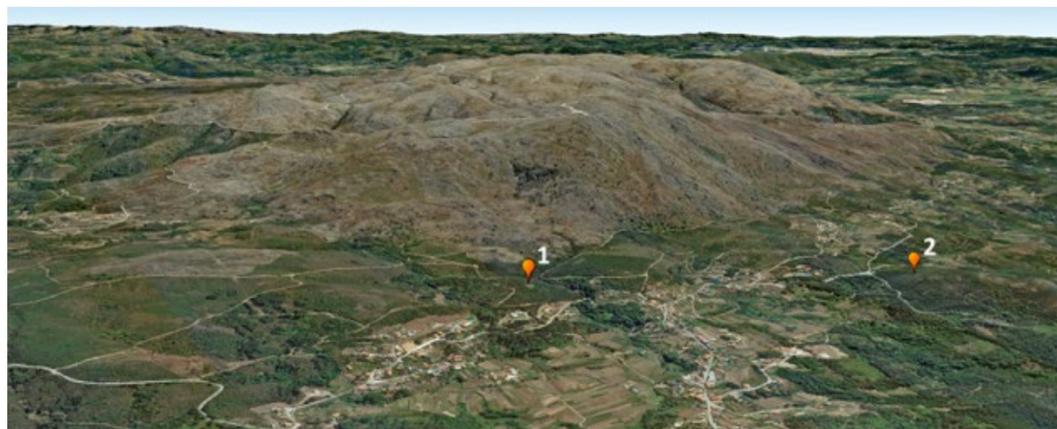
Legenda:

- 1. Castro do Alto da Coroa; 2. Vestígios romanos em Amonde;
- 3. Minas romanas de Folgadoiro; 4. Lápide romana (Tourim);
- 5. Ara romana dedicada a Marte; 6. Tégula romana;
- 7. Ara romana dedicada a Marte.

Figura 8. Vale dos ribeiros de Amonde e Gondar, afluentes do Rio Âncora no sopé oeste da Serra d'Arga e sítios arqueológicos nas freguesias de Amonde (Viana do Castelo) e de Orbacém e Gondar (Caminha)
Imagem de satélite: Google Earth, 2018

No **Alto da Coroa**, o topo aplanado de uma elevação que fecha a sudeste o alvéolo, observa-se uma ampla plataforma definida pelos taludes de um sistema defensivo de contorno trapezoidal com vestígios das muralhas de xisto e dos fossos, bem como das habitações circulares e de cerâmica castreja, percebendo-se a presença de alguma tégula romana (n.º 1 da **Figura 8**). Seria aqui o centro do povoamento em época castreja, ainda que a tégula aponte para continuidades em época já romana. No sopé daquela elevação, em plena veiga, uma presença mais forte de telhas romanas denuncia maiores continuidades da ocupação humana que procurou um diferente modelo de implantação, aberta e junto dos terrenos agrícolas (n.º 2 da **Figura 8**). Mais a sul, o mesmo alvéolo é fechado por outra elevação aplanada, o Monte do Folgadoiro, no qual a reativação da mineração no final da década de 1930, e nas décadas seguintes, levou à identificação de poços, minas e cortes de exploração antiga que foram caracterizados como romanos (n.º 3 da **Figura 8**). Mais uma vez observamos populações romanizadas que associam a exploração dos recursos agrícolas aos do arco mineiro do sopé da Serra d'Arga.

O **Monte do Folgadoiro** é também chamado o **Alto da Bouça da Breia**, topónimo que reenvia para a memória do percurso da via romana *per loca marítima* a qual, proveniente de sul (Braga), transpunha o Rio Lima perto do Mosteiro de São Salvador da Torre (Viana do Castelo), para depois atravessar a região mineira no sopé da Serra d'Arga, transpondo o Rio Âncora nas proximidades das pontes medieval e moderna de Tourim, onde foi encontrada uma inscrição romana truncada (n.º 4 da **Figura 8**), subindo depois o vale do Ribeiro de Gondar em direção a Caminha, provável localização do porto romano de *Aquis Celenis*. Associadas a este último troço do percurso no vale de Gondar registam-se duas aras romanas dedicadas a Marte (n.ºs 5 e 7 da **Figura 8**) e a presença de uma tégula indicando um outro lugar de habitação no fundo do vale relacionado com as duas inscrições romanas (n.º 6 da **Figura 8**).



Legenda:

1. Castro do Germano; 2. Alto do Castro.

Figura 9. Veiga na freguesia de Dem (Caminha), com a Serra d'Arga ao fundo e sítios arqueológicos
Imagem de satélite: Google Earth, 2017

Mais a norte, no sopé noroeste da Serra d'Arga, os limites da freguesia de Dem definem igualmente um outro alvéolo agrícola (**Figura 9**).

O **Castro do Germano**, que se implanta numa pequena elevação alongada na encosta da serra e sobranceira à veiga, é aqui o povoado antigo, com vestígios de cronologia castreja e romana (n.º 1 da **Figura 9**). Já no **Alto do Castro**, as estruturas defensivas que se percebem no topo da elevação, associadas à completa ausência de fragmentos cerâmicos ou pedra de construção de tipo castrejo, apontam para vestígios das Guerras da Restauração ou da Segunda Invasão Francesa no âmbito do percurso ou itinerário norte/sul que utiliza a portela a este da elevação e que é hoje o traçado da EM 506 (n.º 2 da **Figura 9**).

As duas áreas observadas mostram uma cautelosa distância do coração da serra, quedando-se na sua envolvente sudeste, oeste e noroeste. É significativo que, mais próximo do maciço granítico da serra, na Montaria ou nas Argas, os indícios de uma ocupação humana permanente que pudessem resultar em sítios arqueológicos de época castreja, romana ou alto medieval estejam completamente ausentes, sendo necessário aguardar pela Idade Média Plena para se referenciar os primeiros sinais consistentes de uma presença humana efetiva.

Por contraste com as áreas mais próximas da serra, o vale do Rio Âncora, quando abandona o percurso inicial encaixado e abre em ampla veiga antes de desaguar no Atlântico, mostra uma grande densidade de vestígios denunciadores de uma ocupação humana permanente e intensa em épocas castreja, romana e alto medieval (**Figura 10** e **Figura 11**).

Nesta área e cronologias é a **Cidade de Âncora ou de Afife** o povoado mais importante e significativo (n.º 1 da **Figura 10**). Implantada sobre uma colina destacada junto da linha de costa, tem amplo domínio visual sobre o vale do Âncora e sobre o alvéolo de Afife. É um povoado fortificado de grande dimensão e de plano proto urbano característico da fase final da cultura castreja já sob forte influência romana. Na envolvente próxima, é apenas do lado de Afife que coexiste com vários outros povoados fortificados castrejos de dimensões e importância mais limitadas, como são os castros do **Cuturo** (n.º 2 da **Figura 10** e **Figura 11**), **Agrichousa** (n.º 3 da **Figura 10** e **Figura 11**) e de **Santo António** (n.º 4 da **Figura 10** e **Figura 11**).

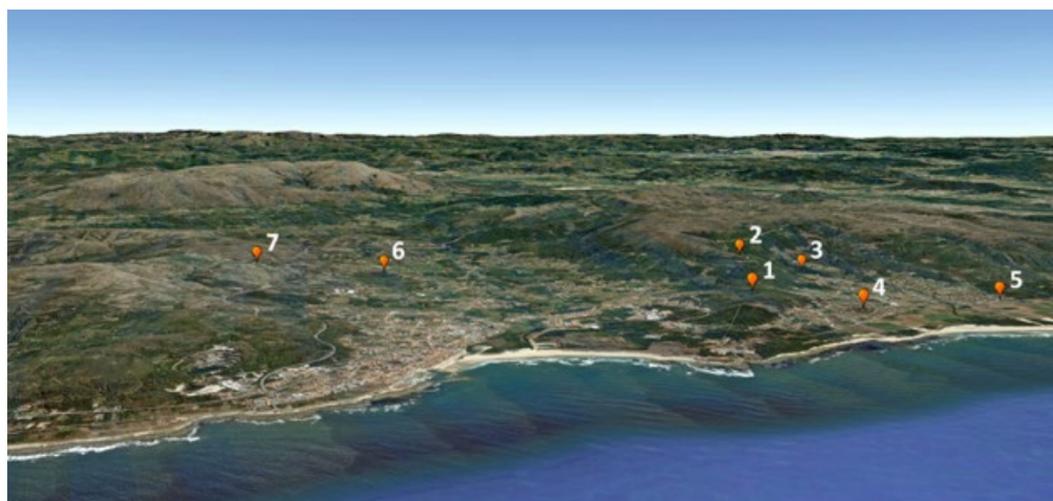
Ainda em Afife, a continuidade da ocupação pela época romana referencia-se num importante sítio romano conhecido como a **Villa romana das Baganheiras** (n.º 5 da **Figura 10** e **Figura 11**).



Legenda:

1. Cividade de Âncora; 2. Castro do Cuturo; 3. Castro de Agrichousa;
4. Castro de Santo António; 5. Villa romana das Baganheiras; 6. Santo Amaro; 7. Picoto.

Figura 10. Veigas do Rio Âncora e de Afife (Ribeira de Cabanas) com a Serra d'Arga ao fundo e sítios arqueológicos
Imagem de satélite: Google Earth, 2017



Legenda:

1. Cividade de Âncora; 2. Castro do Cuturo; 3. Castro de Agrichousa; 4. Castro de Santo António; 5. Villa romana das Baganheiras; 6. Santo Amaro; 7. Picoto.

Figura 11. Veigas do Rio Âncora e de Afife (Ribeira de Cabanas) com a Serra d'Arga ao fundo e sítios arqueológicos
Imagem de satélite: Google Earth, 2017

Do lado do vale do Âncora, na área mais próxima correspondente às freguesias de Âncora e de Vila Praia (Santa Marinha de Gontinhães) ou de Vile, não se identifica nenhum outro povoado fortificado castrejo, estando também ausente qualquer referência a vestígios de época romana, devendo esta área estar na dependência dos povoados que se localizam no alvéolo de Afife. É somente na área mais recuada daquela parte do vale, a que correspondem as freguesias de Riba de Âncora e de Freixeiro do Soutelo, que se voltam a encontrar as ruínas de povoados fortificados castrejos em **Santo Amaro** e no **Picoto** (n.ºs 6 e 7 da **Figura 10** e **Figura 11**), onde seriam os centros de povoamento. Parece ser característica comum a estas duas áreas, mais abertas e próximas do litoral, para além de uma elevada densidade de centros de povoamento, a existência de povoados fortificados a diferentes cotas que, se contemporâneos, permitiriam a proximidade a diferentes tipos de recursos, de vale ou de planalto, distinguindo-se daquelas outras áreas na envolvente da serra.

A paisagem da Idade Média Plena às recentes ruturas

A paisagem da Idade Média corresponde ao momento de organização da paisagem imediatamente anterior às profundas ruturas que, no prazo de apenas meio século, após a década de 1950, fariam reduzir consideravelmente o peso da população rural portuguesa.

Do ponto de vista da longa duração, esta paisagem, com a sua rede de paróquias, lugares e quintas à procura de uma envolvente de proximidade com os campos agrícolas de vale, estrutura-se na Idade Média Plena (séculos XII-XIII), assegurando, ao mesmo tempo, o acesso às bouças e matos das encostas, em conjunto com a posse de direitos sobre os pastos, lameiros e águas dos planaltos. Mostra, depois, largas continuidades seculares, adaptada que estava a um crescimento moderado da população.

A introdução da cultura do milho nos séculos XVI e XVII, substituindo com rendimentos muito superiores os cereais tradicionais, incrementaria a capacidade de resposta ao crescimento da população. O século XIX, apesar das reformas legislativas nos campos, não virá alterar nem a mentalidade rentista nem as formas de exploração da terra.

O auge da ocupação demográfica do espaço rural aconteceria mais tarde, nas décadas de 50 e 60 do século XX. A partir de então, profundas ruturas de mentalidades, tecnológicas e demográficas alterariam para sempre o modelo de ordenação, várias vezes secular, perspetivando-se um novo que ainda hoje não se encontra estabilizado.

A paisagem do Neolítico até ao século XX

Do Neolítico até ao final do século XIX

As alterações operadas pelo Homem com impacto mais significativo na Natureza têm início durante o Neolítico. É nesta altura que ocorre a conversão do modo de vida de caçador-recolector em agro-pastoril, marcando um dos momentos mais importantes da história da Humanidade. A domesticação de animais e o cultivo de plantas leva à alteração de ecossistemas naturais em seminaturais ou agroecossistemas.

Por volta do VI milénio a.C. ocorre, no território português, a transição para o **Neolítico**, quando grupos de colonizadores agro-pastoris, provenientes da sub-região mediterrânica oriental, aí chegam e permanecem, praticando uma agricultura itinerante, pastoreando ovinos, caprinos e bovinos²². Para a prática da agricultura, procedem ao abate ou queima de florestas, onde posteriormente são implementadas culturas temporárias (dois ou três anos), sendo abandonadas à medida que os solos se tornam menos produtivos, levando à regeneração natural do espaço. Este sistema de abate florestal, sementeira de cereais e criação de gado é complementado com pomares de fruteiras e culturas hortícolas em torno das habitações. Assim, aos poucos, estas comunidades sedentizam-se. Contudo, todas estas práticas levam à alteração da paisagem, principalmente nas áreas florestais, provocando a regressão da floresta e dos matos nos planaltos das montanhas²³.

Depois do século XII a.C., os **fenícios** instalam-se no território nacional, incrementando o comércio e transmitindo conhecimentos sobre cultivo de plantas tipicamente mediterrânicas como a vinha, a oliveira e a alfarrobeira, aperfeiçoando, ainda, os moinhos de cereais.

Mais tarde chegam os povos **celtas** e a técnica de manipulação do ferro e construção de armas e ferramentas. É também com os celtas que a área florestal volta a regredir com a intensificação dos abates e o desenvolvimento do pastoreio. É igualmente desta época o esboço da regionalização do território continental entre o norte e o sul. A norte instala-se a cultura galaica, com os povoamentos nos montes, em castros e citânias, de onde vem a origem da cultura castreja. Neste contexto, a atividade mineira assume um papel comum e de grande importância para a economia destes povos.

No final do século III a.C. chegam os **romanos**. A implementação do sistema colonial romano obteve bons progressos a sul, mas grandes dificuldades a norte, especialmente devido às culturas pré-romanas e à irregularidade do terreno, favorecendo a resistência local. Mesmo assim, os romanos desenvolvem uma profunda reforma estrutural e os povos subjugados são obrigados a descer das aldeias fortificadas para novos povoamentos consolidados em áreas de vale, mais acessíveis e férteis, provocando um grande crescimento demográfico, bem como uma intensificação do uso do território. Os romanos introduzem igualmente novas técnicas agrícolas e novas variedades de espécies de cultivo. É também com os romanos que ocorre o desenvolvimento de mercados e novas indústrias, bem como da rede de estradas. No entanto, já no século V, com o declínio do império, intensificam-se as **invasões germânicas**, resultando num período de instabilidade económica e social que origina uma ruralização e uma recuperação das florestas.

Mais tarde, com a **reconquista cristã**, sucede-se a recolonização do território, o aumento da população e o desenvolvimento da agricultura e da pastorícia, provocando uma nova regressão da área florestal²⁴, que ocupava, ainda, a maioria do território. Nesta época, o modo de vida é fundamentalmente agrícola, sendo o valor global da sua produção consideravelmente maior que o dos outros recursos ou atividades.

O avanço das terras agrícolas sobre as florestas provoca a aceleração dos processos erosivos e o desnudamento dos solos através dos fogos, impedindo a regeneração florestal nas cumeadas e vertentes mais declivosas, abrindo espaço para o estabelecimento dos matos pioneiros²⁵. No século XIII, a exploração dos recursos silvícolas e os arroteamentos tornam-se mais intensos do que a regeneração florestal pode acompanhar. Esta situação leva à implementação das **primeiras medidas de gestão florestal**, com plantações arbóreas e vigilância de matas. Ainda assim, por todo o país, vários fatores contribuem para o forte aumento da deflorestação, nomeadamente a procura de madeiras para construção naval, comércio e indústria dependentes de produtos florestais, a procura intensa de lenha, a continuidade do pastoreio extensivo e o uso das queimadas.

É já na terceira década do século XVI que ocorre a revolução agrária da época dos **Descobrimentos**, com o aparecimento do milho, difundindo-se rapidamente até ao início do século XVII. Foi especialmente no Litoral Norte que o milho mais se disseminou, beneficiando das instalações de rega dos lameiros, estendendo-se, nos séculos seguintes, a Trás-os-Montes, Beira Litoral, Beira Alta, Estremadura e terras do sul. Tendo rapidamente substituído o milho-painço, a cevada, o centeio e até o trigo, o cultivo de milho aumenta a escala das plantações e transforma muitas paisagens agrárias com a nivelção dos campos para o regadio, nomeadamente através da construção de socalcos nas encostas mais íngremes. Mais tarde, com a maturação deste cereal, surge a necessidade da construção de eiras de pedra e espigueiros, arejados e ao abrigo de roedores, elementos que se incorporam na paisagem rural nortenha como um dos seus elementos mais característicos.

A introdução do milho em Portugal dá continuidade, ao longo dos séculos XVI e XVII, à regressão da floresta. Em 1565 é promulgada a **Lei das Árvores**, a primeira manifestação de uma maior preocupação com políticas florestais, com incidência, sobretudo, nos incultos dos baldios e na propriedade privada, incitando à plantação de castanheiros e carvalhos em solos mais férteis e profundos e pinheiros-bravos em solos mais pobres e mais sujeitos à erosão (encostas dos baldios).

Nos finais do século XVII, a área florestada apresenta-se, ainda, muito aquém do seu potencial, estando assim constituído o mote para o que viriam a ser as políticas florestais até ao século XIX: **fomentar o aumento da área florestal**²⁶.

Apesar disso, no século XIX, a paisagem agrária portuguesa continua a degradar-se e a floresta sofre o impacto das turbulências das revoluções liberais, em que as terras mudam de mãos. Em 1824 é criada a **Administração Geral das Matas**, que passa a gerir o património degradado da Coroa. Trata-se do período correspondente à transição florestal, ou seja, ao momento em que se inverte a tendência de declínio da área ocupada pela floresta nacional. Desta forma, para além do Estado, os principais agentes intervenientes nas florestas passam também a ser os proprietários privados, os comunitários (baldios) e as indústrias florestais.

Séculos XX e XXI

Tendo como objetivo o estudo da evolução da paisagem já no século XX e até à atualidade, procedeu-se, num primeiro momento, a uma análise comparativa entre as fotografias aéreas de 1958 e 1993 efetuadas pelo Instituto Geoespacial do Exército (IGeoE).

Por serem disponibilizadas apenas a preto e branco, a sua interpretação tornou-se, por vezes, difícil e pouco precisa. No entanto, foi possível distinguir três elementos principais da paisagem “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora”: os **aglomerados habitacionais**, os **espaços agrícolas** e as **áreas florestais** (Figura 12).



Figura 12. Aglomerados habitacionais, espaços agrícolas e áreas florestais na área de estudo (Fonte: IGeoE, fotografia aérea de 1958)

A comparação entre as fotografias aéreas permite aferir que as grandes alterações da paisagem da Serra d'Arga se exibem, fundamentalmente, ao nível das áreas florestais. Uma das alterações mais facilmente identificáveis corresponde à densificação de algumas manchas florestais, que em 1958 se caracterizavam por um grande espaçamento entre as árvores e que em 1993 é muitas vezes já inexistente (**Figura 13**).

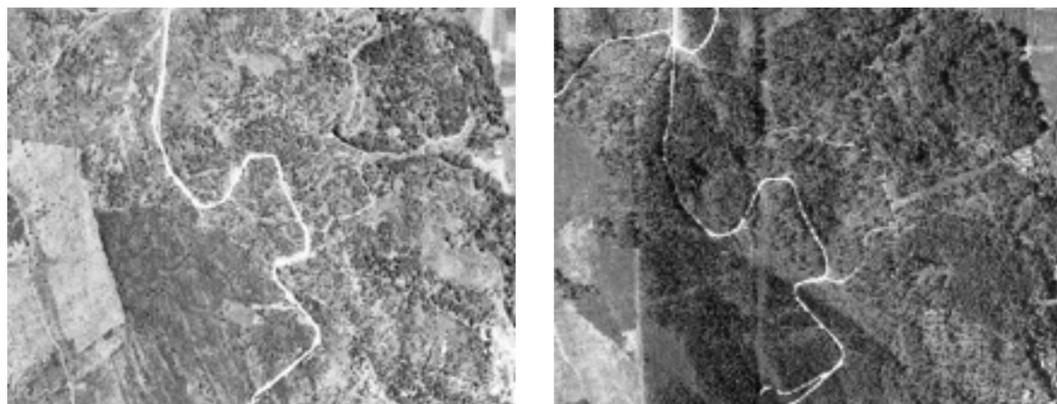


Figura 13. Floresta esparsa vs floresta densa (Orbacém, Caminha)
(Fonte: IGeoE, fotografias aéreas de 1958 e 1993)

Por outro lado, verificou-se que nem os aglomerados habitacionais nem a dimensão das parcelas agrícolas sofreram alterações muito significativas entre os dois anos analisados. Em 1958 e 1993 é possível distinguir o grande aglomerado habitacional referente a Vila Praia de Âncora e que Riba de Âncora e Âncora, entre outros núcleos do vale do Âncora, se alteram apenas na sua associação à agricultura. Ou seja, em 1958 percecionam-se mais espaços agrícolas associados às habitações do que em 1993 (**Figura 14**).



Figura 14. Associação dos espaços agrícolas às habitações em 1958 e 1993 (Riba de Âncora, Caminha)
(Fonte: IGeoE, fotografias aéreas de 1958 e 1993)

É também bastante perceptível a melhoria das vias de comunicação e a abertura de novas acessibilidades (decorrentes, sobretudo, da regularização de alguns caminhos) distinguindo-se, em 1993, novas estradas, principalmente nas povoações do sopé da serra e em todo o vale do Âncora (Figura 15).

Associada à melhoria e regularização das vias de comunicação, assiste-se igualmente à construção de novas habitações, principalmente nos aglomerados de maior dimensão (Figura 16).

Num segundo momento de análise, referente ao período após 1993 e até aos nossos dias, o estudo da evolução da paisagem assentou na observação da cartografia de uso e ocupação do solo (COS 1995, 2007, 2010 e 2015) elaborada pela Direção Geral do Território (DGT).

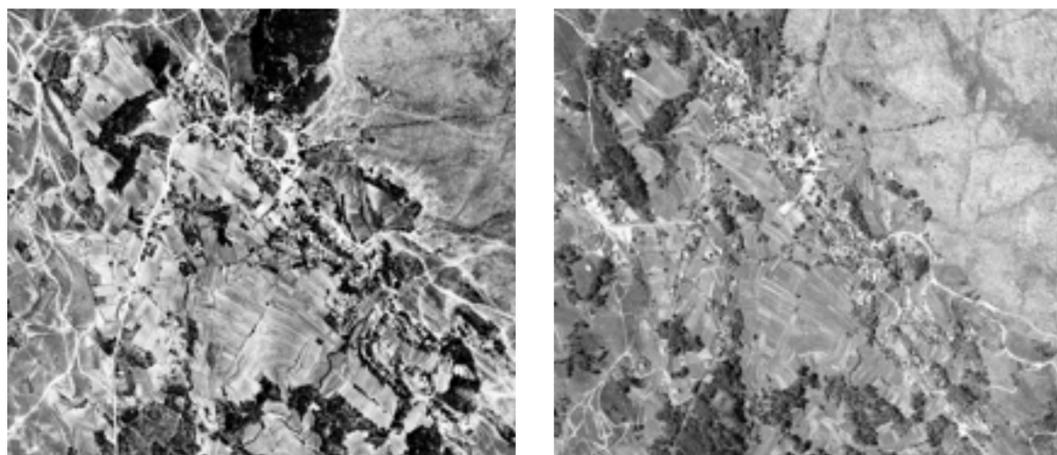


Figura 15. Abertura de novas vias entre 1958 e 1993 (Montaria, Viana do Castelo)
(Fonte: IGeoE, fotografias aéreas de 1958 e 1993)



Figura 16. Construção de novas habitações entre 1958 e 1993 (Vila Praia de Âncora, Caminha)
(Fonte: IGeoE, fotografias aéreas de 1958 e 1993)

Uso e Ocupação do Solo

Para a análise da cartografia anteriormente referida, procedeu-se ao agrupamento das classes de nível 5 de uso e ocupação do solo noutras tantas cinco classes principais, parcialmente correspondentes à nomenclatura de nível 1 da COS: Áreas Agrícolas; Áreas Florestais; Matos; Territórios Artificializados e Corpos de Água. Os resultados percentuais desse agrupamento podem ser observados na **Tabela 5**.

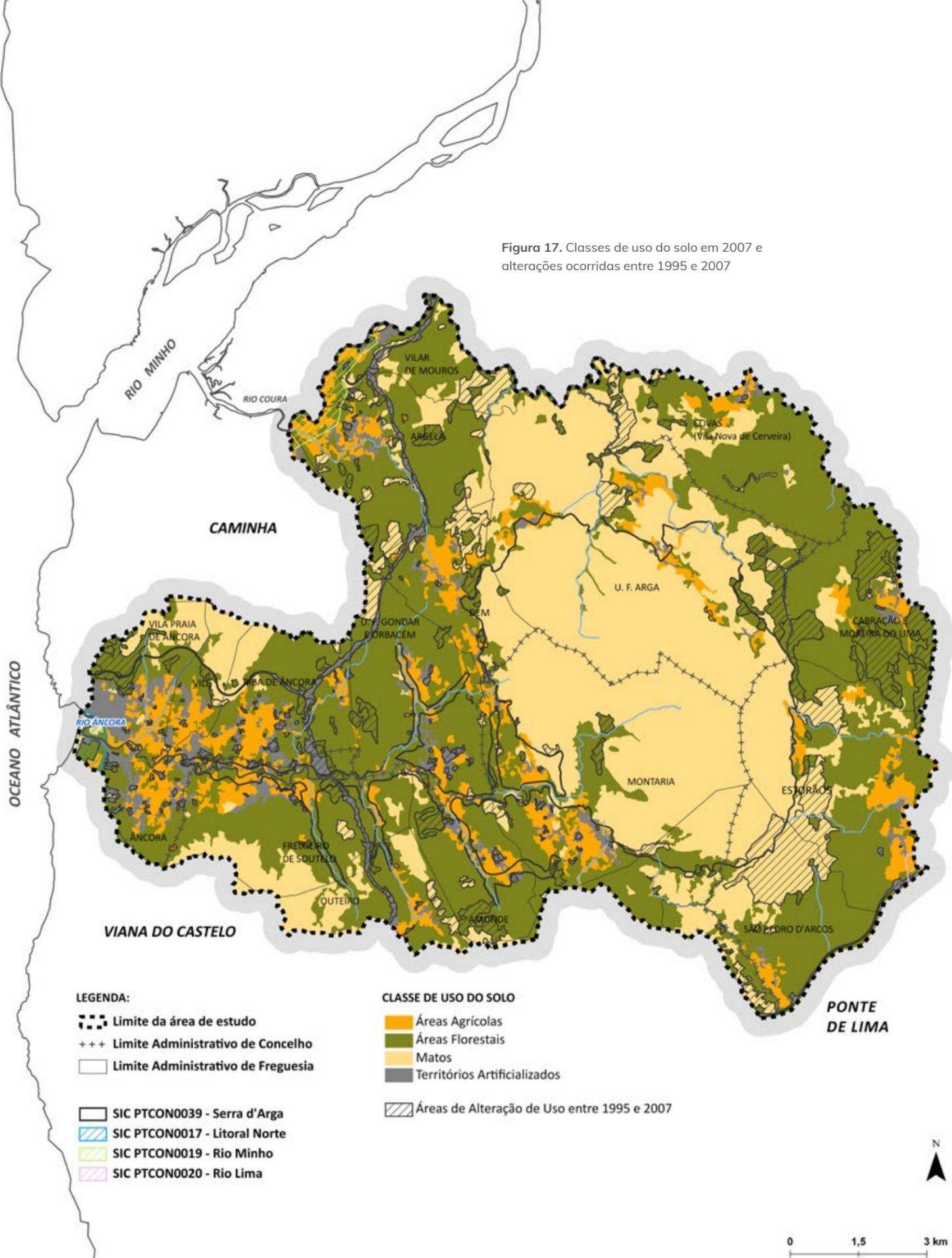
CLASSES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO (% da área de estudo)				
Anos da COS	1995	2007	2010	2015
Áreas Agrícolas	9,6	9,0	9,0	9,0
Áreas Florestais	48,3	47,3	47,3	47,2
Matos	38,8	38,4	38,4	38,4
Territórios Artificializados	3,3	5,2	5,3	5,3
Corpos de Água	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	100	100	100	100

Tabela 5. Evolução da percentagem de ocupação das classes de uso do solo entre 1995 e 2015

A análise estatística da **Tabela 5**, sugere a não ocorrência de alterações muito significativas ao nível da ocupação do território da área de estudo por cada uma das classes de uso do solo estudadas, no período compreendido entre 1997 e 2015, sendo que as maiores ocorrem todas entre 1995 e 2007. Dessas, as mais expressivas relacionam-se com o aumento dos Territórios Artificializados de 3,3 para 5,2% (+344,5 hectares) e a diminuição das Áreas Florestais de 48,3 para 47,3% (-175,7 hectares), verificando-se ainda a diminuição do território ocupado pelas Áreas Agrícolas de 9,6 para 9% (-105,7 hectares) e dos Matos de 38,8 para 38,4% (-63,1 hectares).

No entanto, a espacialização das alterações no território revela um cenário relativamente diferente, uma vez que se verifica a ocorrência de alterações na ocupação e uso do solo em áreas para além daquelas, correspondentes aos aumentos e diminuições percentuais referidos anteriormente. Isso prende-se com o facto de áreas com a mesma dimensão e com usos diferentes trocarem de uso entre si, anulando-se as suas áreas umas às outras estatisticamente. A análise da cartografia do uso de solo entre 1995 e 2007 revela que, durante esse período, ocorreram, efetivamente, mudanças na ocupação e uso do solo em 12% (2.183,2 hectares) do território da área de estudo (**Figura 17**).

Figura 17. Classes de uso do solo em 2007 e alterações ocorridas entre 1995 e 2007

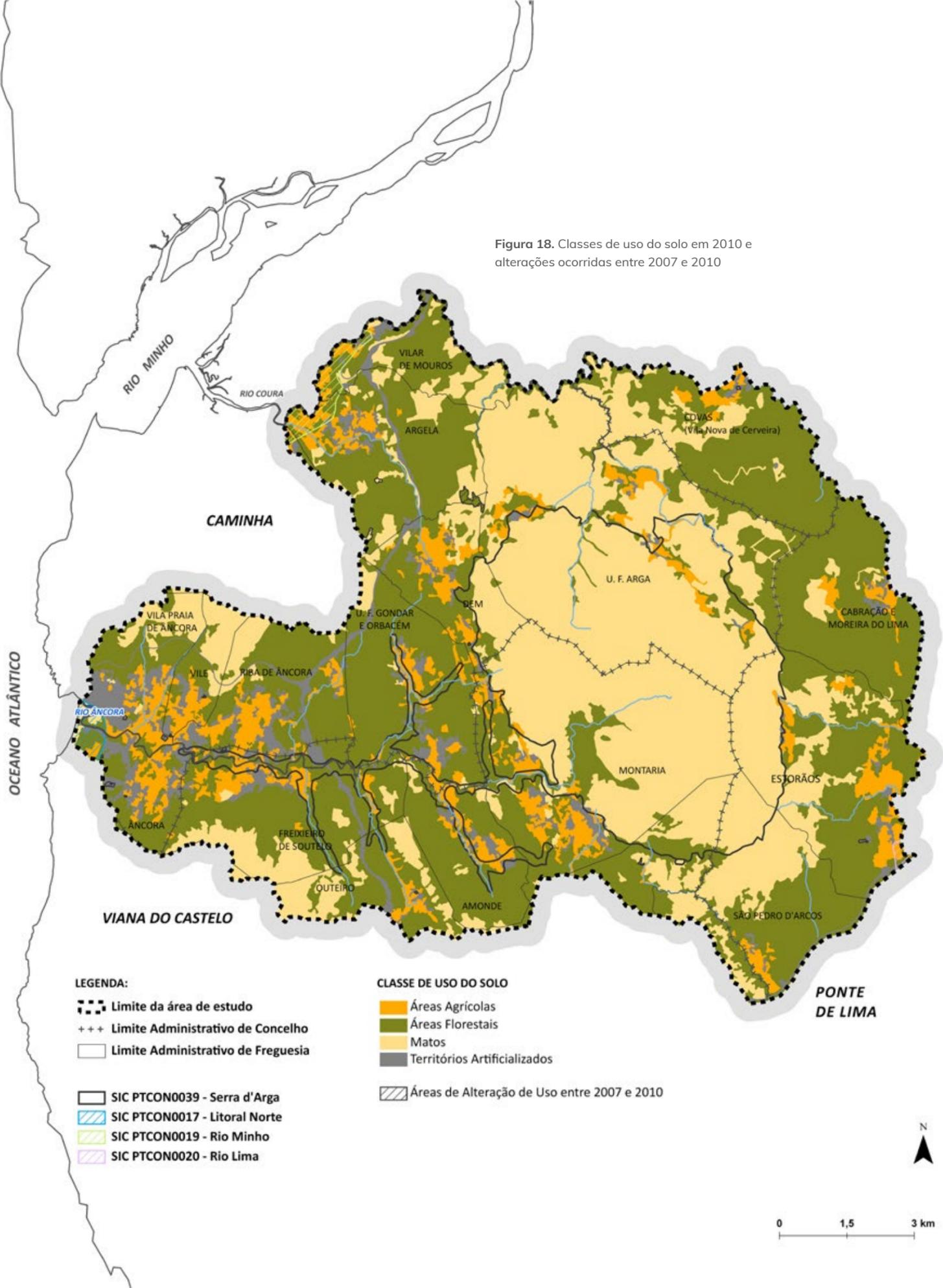


As alterações por classe, ou seja, a forma como o total da área ocupada por determinada classe em 1995 passou a estar ocupada em 2007, encontram-se explanadas na **Tabela 6**. Destacam-se as conversões de 10,00% (878,8 hectares) das Áreas Florestais em Matos e de 11,25% (900,3 hectares) de Matos em Áreas Florestais.

USO 1995	USO 2007	% USO 1995 EM 2007	HECTARES
Áreas Agrícolas	Áreas Agrícolas	92,72	1.618,2
	Áreas Florestais	1,95	34,1
	Matos	0,24	4,1
	Territórios Artificializados	5,10	89,0
Áreas Florestais	Áreas Agrícolas	0,17	15,2
	Áreas Florestais	87,37	7.677,7
	Matos	10,00	878,8
	Territórios Artificializados	2,46	216,0
Corpos de Água	Corpos de Água	100,00	9,4
Matos	Áreas Agrícolas	0,09	6,2
	Áreas Florestais	11,25	900,3
	Matos	86,61	6.117,6
	Territórios Artificializados	0,56	39,5
Territórios Artificializados	Territórios Artificializados	100,00	608,7

Tabela 6. Alteração nas classes de uso do solo entre 1995 e 2007

Figura 18. Classes de uso do solo em 2010 e alterações ocorridas entre 2007 e 2010



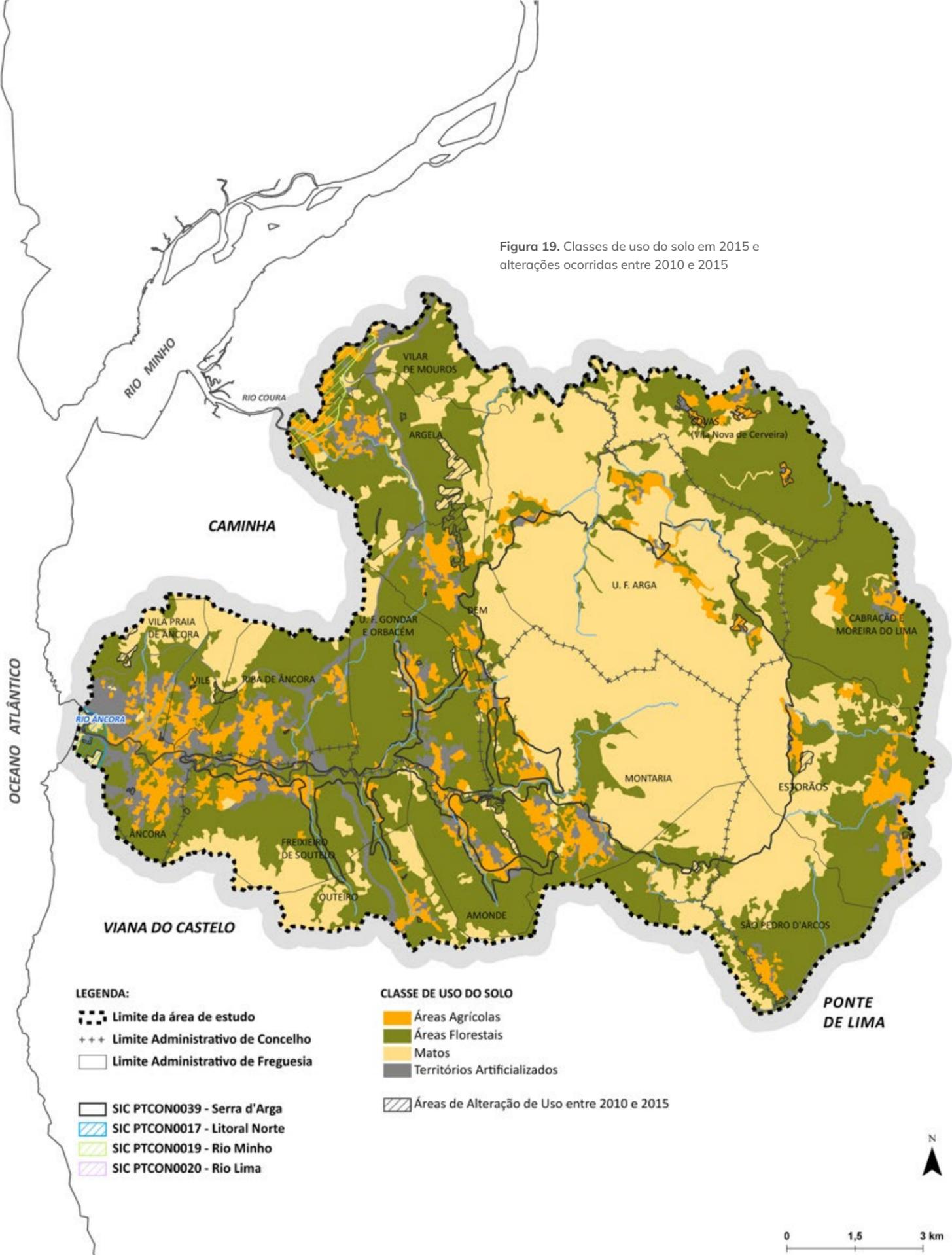
A partir de 2007, e pela análise da **Tabela 6**, verifica-se apenas um novo aumento dos Territórios Artificializados de 5,2 para 5,3% (+7,2 hectares) entre 2007 e 2010 e a diminuição das Áreas Florestais de 47,3 para 47,2% (-16,2 hectares) entre 2010 e 2015. Por sua vez, a análise da cartografia entre 2007 e 2010 revela que ocorreram alterações no uso e ocupação do solo em 0,1% (23,2 hectares) do território da área de estudo e em 1,1% (191,8 hectares) entre 2010 e 2015 (**Figura 18** e **Figura 19**).

As alterações por classe encontram-se explanadas na **Tabela 7** e na **Tabela 8**, para os períodos de 2007 a 2010 e 2010 a 2015, respetivamente.

USO 2007	USO 2010	% USO 2007 EM 2010	HECTARES
Áreas Agrícolas	Áreas Agrícolas	99,83	1.636,8
	Territórios Artificializados	0,17	2,8
Áreas Florestais	Áreas Florestais	99,93	8.606,3
	Matos	0,05	4,0
	Territórios Artificializados	0,02	1,7
Corpos de Água	Corpos de Água	100,00	9,4
	Áreas Florestais	0,17	12,0
Matos	Matos	99,79	6.985,8
	Territórios Artificializados	0,04	2,7
Territórios Artificializados	Territórios Artificializados	100,00	953,2

Tabela 7. Alteração nas classes de uso do solo entre 2007 e 2010

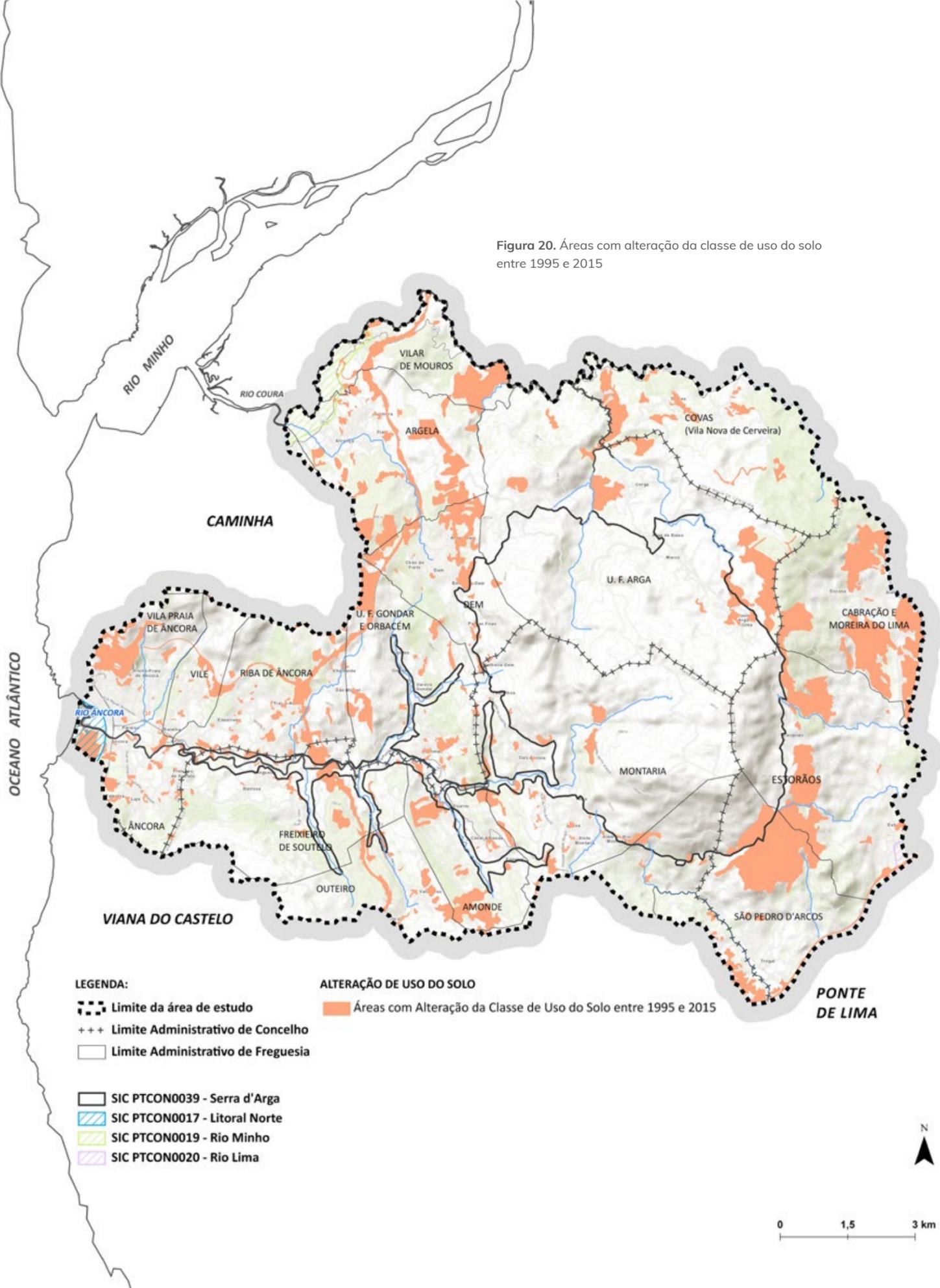
Figura 19. Classes de uso do solo em 2015 e alterações ocorridas entre 2010 e 2015



USO 2010	USO 2015	% USO 2010 EM 2015	HECTARES
Áreas Agrícolas	Áreas Agrícolas	98,66	1.614,9
	Áreas Florestais	0,65	10,6
	Matos	0,47	7,7
	Territórios Artificializados	0,21	3,5
Áreas Florestais	Áreas Agrícolas	0,02	2,1
	Áreas Florestais	99,07	8.537,7
	Corpos de Água	0,00	0,3
	Matos	0,88	76,1
Corpos de Água	Territórios Artificializados	0,02	2,1
	Corpos de Água	95,07	9,0
	Matos	4,93	0,5
Matos	Áreas Agrícolas	0,43	29,8
	Áreas Florestais	0,77	53,5
	Matos	98,73	6.901,0
	Territórios Artificializados	0,08	5,5
Territórios Artificializados	Áreas Florestais	0,02	0,2
	Territórios Artificializados	99,98	960,3

Tabela 8. Alteração nas classes de uso do solo entre 2010 e 2015

Figura 20. Áreas com alteração da classe de uso do solo entre 1995 e 2015



Em suma, entre 1995 e 2015, apenas a área ocupada pelos Territórios Artificializados aumenta, sendo que a das restantes classes de uso e ocupação do solo diminui ou mantém a sua expressão territorial. Regista-se, para o mesmo período temporal, a existência de uma alteração do uso e ocupação do solo em 12,8% (2.327,3 hectares) do território da área de estudo e, conseqüentemente, a não ocorrência de alterações em 87,2% (15.887,4 hectares), o que leva a considerar como bastante estável o território em análise, ao nível das classes de ocupação, e particularmente a partir de 2007 (Figura 20 a Figura 23).

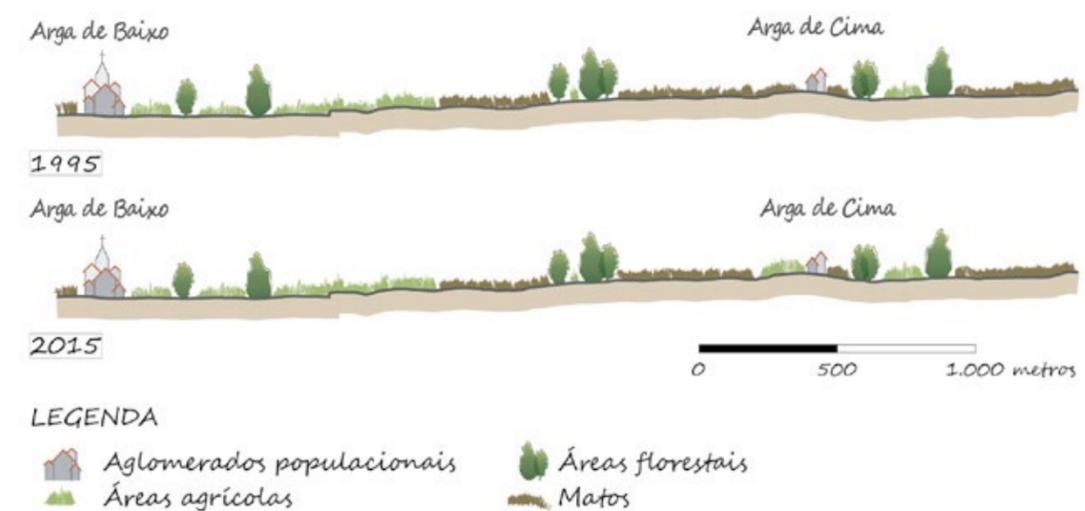


Figura 21. Evolução das classes de uso do solo entre 1995 e 2015 no território compreendido entre Arga de Baixo e Arga de Cima

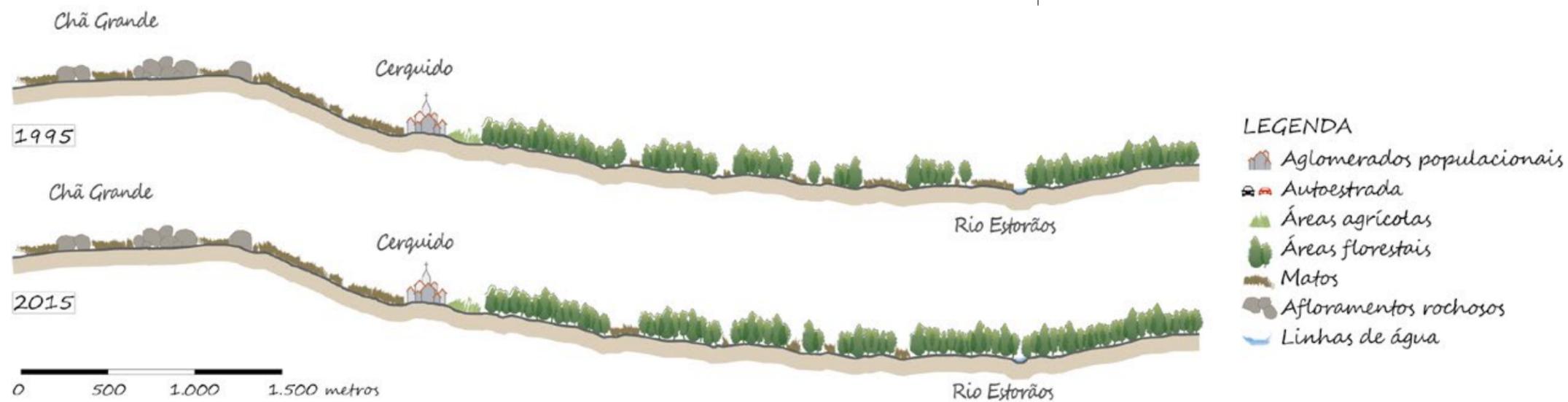


Figura 22. Evolução das classes de uso do solo entre 1995 e 2015 no território compreendido entre a Chã Grande e o vale do Rio Estorãos

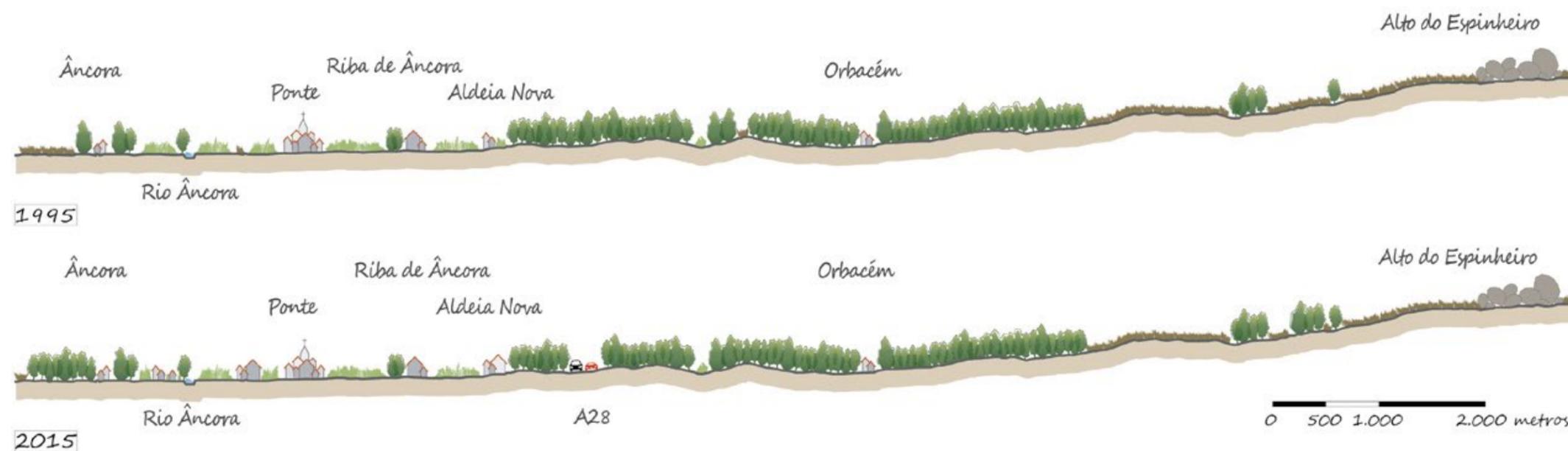
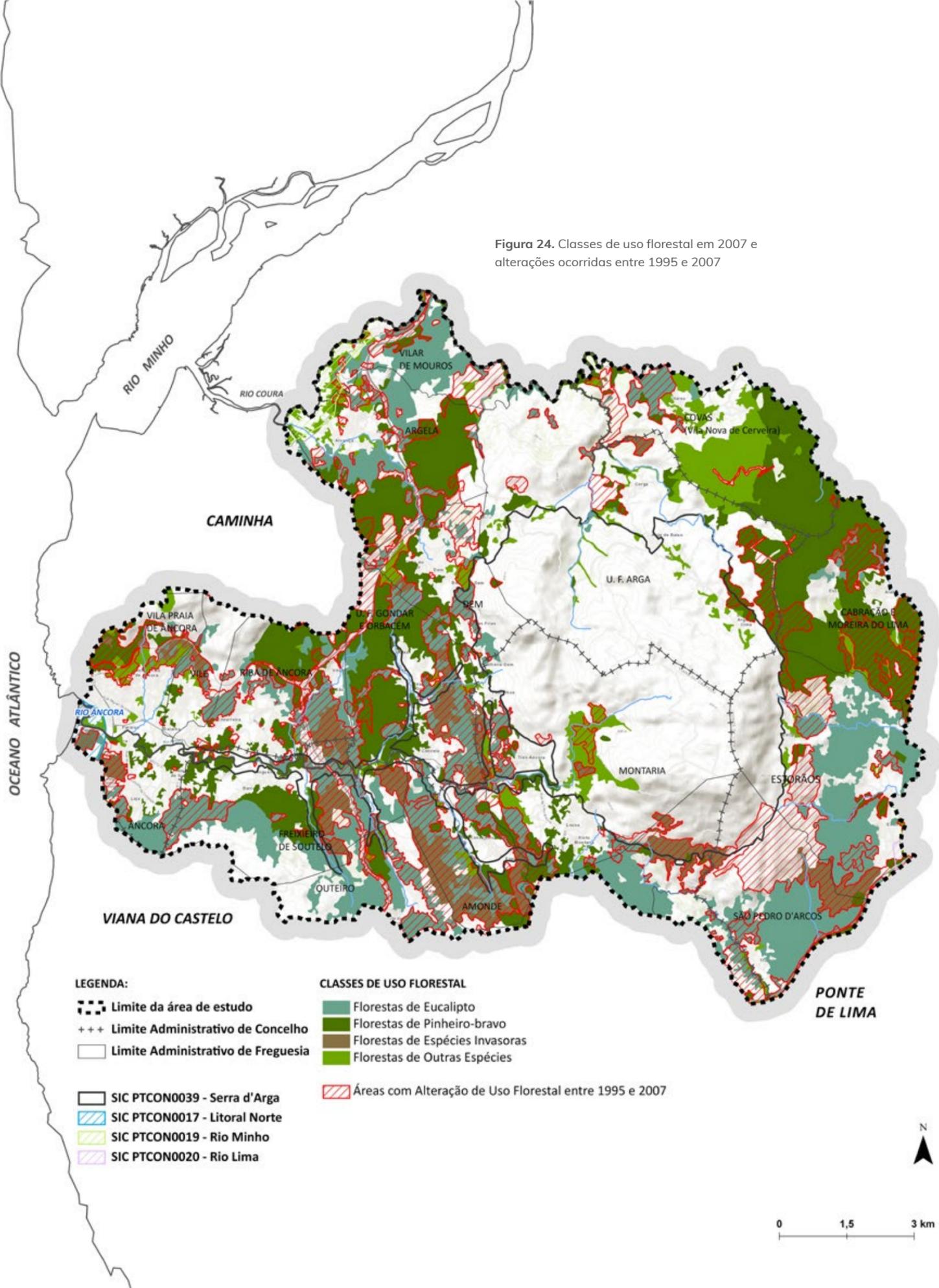


Figura 23. Evolução das classes de uso do solo entre 1995 e 2015 no território compreendido entre Vila Praia de Âncora e o Alto do Espinheiro

Figura 24. Classes de uso florestal em 2007 e alterações ocorridas entre 1995 e 2007



Pela sua expressão territorial e impacto na paisagem da área de estudo, com valores sempre próximos dos 50% para o mesmo período de 1995 a 2015, as Áreas Florestais foram ainda alvo de uma segunda análise, através da sua desagregação em quatro classes: Floresta de Eucalipto, Floresta de Pinheiro-bravo, Floresta de Espécies Invasoras e Floresta de Outras Espécies (carvalhos, castanheiro, sobreiro e outras). Os resultados desse agrupamento podem ser observados na **Tabela 9**.

CLASSES DE USO FLORESTAL (% DAS ÁREAS FLORESTAIS)				
Anos da COS	1995	2007	2010	2015
Floresta de Eucalipto	26,4	38,8	39,3	39,5
Floresta de Pinheiro-bravo	59,8	39,3	39,3	39,0
Floresta de Espécies Invasoras	0,0	9,4	8,9	8,9
Floresta de Outras Espécies	13,8	12,5	12,5	12,5
Total	100	100	100	100

Tabela 9. Evolução da percentagem de ocupação das classes de uso florestal entre 1995 e 2015

A análise estatística da **Tabela 9** coloca em evidência dois factos: o primeiro, que para o período em análise (1995-2015) os povoamentos florestais de eucalipto e pinheiro-bravo constituíram sempre mais de 70% das Áreas Florestais — 86,2% em 1995 e 78,5% em 2015 —, e um segundo; que as maiores alterações ocorrem todas no período 1995-2007. Nesse período, regista-se o aumento da Floresta de Eucalipto em 12,4% (+1.020 hectares), a diminuição da Floresta de Pinheiro-bravo em 20,5% (-1.870,7 hectares) — a maior alteração registada numa classe de uso florestal no período 1995-2015 —, a diminuição da Floresta de Outras Espécies em 1,3% (-135,4 hectares) e finalmente, o aparecimento da Floresta de Espécies Invasoras em 9,4% (+810,4 hectares) das Áreas Florestais.

Por sua vez, a análise da espacialização das alterações ocorridas, efetuada com recurso à comparação da cartografia das Áreas Florestais para 1995 e 2007, revela que, durante esse período, ocorreram, efetivamente, mudanças na ocupação e uso do solo em 42,7% (4.153,8 hectares) do território ocupado pelas Áreas Florestais (**Figura 24**).

USO FLORESTAL 1995	USO FLORESTAL 2007	% USO 1995 EM 2007	HECTARES
Florestas de Eucalipto	Florestas de Eucalipto	88,34	2.048,3
	Florestas de Pinheiro-bravo	4,76	110,4
	Florestas de Outras Espécies	0,45	10,5
	Florestas de Espécies Invasoras	2,41	55,8
	Uso Não Florestal	4,04	93,6
Florestas de Pinheiro-bravo	Florestas de Eucalipto	21,35	1.121,7
	Florestas de Pinheiro-bravo	50,41	2.648,2
	Florestas de Outras Espécies	2,01	105,8
	Florestas de Espécies Invasoras	7,31	383,8
	Uso Não Florestal	18,92	994,1
Florestas de Outras Espécies	Florestas de Eucalipto	4,05	49,2
	Florestas de Pinheiro-bravo	0,59	7,2
	Florestas de Outras Espécies	71,72	871,7
	Florestas de Espécies Invasoras	21,81	265,1
	Uso Não Florestal	1,84	22,3
Uso Não Florestal	Florestas de Eucalipto	12,79	119,5
	Florestas de Pinheiro-bravo	66,05	617,1
	Florestas de Outras Espécies	9,84	92,0
	Florestas de Espécies Invasoras	11,32	105,7

Tabela 10. Alteração nas classes de uso florestal entre 1995 e 2007

As alterações por classe florestal, ou seja, a forma como o total da área ocupada por determinada classe de uso florestal em 1995 passou a estar ocupada em 2007, encontram-se explanadas na **Tabela 10**. São de registar as conversões de 21,35% (1.121,7 hectares) da área ocupada pelas Florestas de Pinheiro-bravo em Florestas de Eucalipto e de 18,92% (994,1 hectares) noutros Usos Não Florestais. São ainda de notar as conversões em 21,81% (265,1 hectares) da área ocupada pelas Florestas de Outras Espécies em Florestas de Espécies Invasoras e em 66,05% (617,1 hectares) das áreas de Uso Não Florestal em Florestas de Pinheiro-bravo.

A partir de 2007, pela análise da **Tabela 9**, verifica-se que as alterações às classes de uso florestal são de expressão significativamente menor do que as ocorridas no período 1995-2007. É de mencionar o aumento continuado da Floresta de Eucalipto em 0,5% (+47,1 hectares) no período 2007-2010 e em 0,2% (+11,5 hectares) no período 2010-2015), sendo esta a única classe de uso florestal cuja área regista um crescimento contínuo no período 1995-2015.

A Floresta de Pinheiro-bravo mantém a sua área no período 2007-2010, diminuindo-a depois em 0,3% (-31,1 hectares) no período 2010-2015. A Floresta de Espécies Invasoras diminui a sua área em 0,5% (-41,2 hectares) entre 2007 e 2010, mantendo-a até 2015. Finalmente, a área ocupada pela Floresta de Outras Espécies mantém-se praticamente inalterada, registando uma diminuição de 0,05% (-3,5 hectares) entre 2007 e 2010 e, posteriormente, um aumento 0,06% (+2,7 hectares) entre 2010 e 2015.

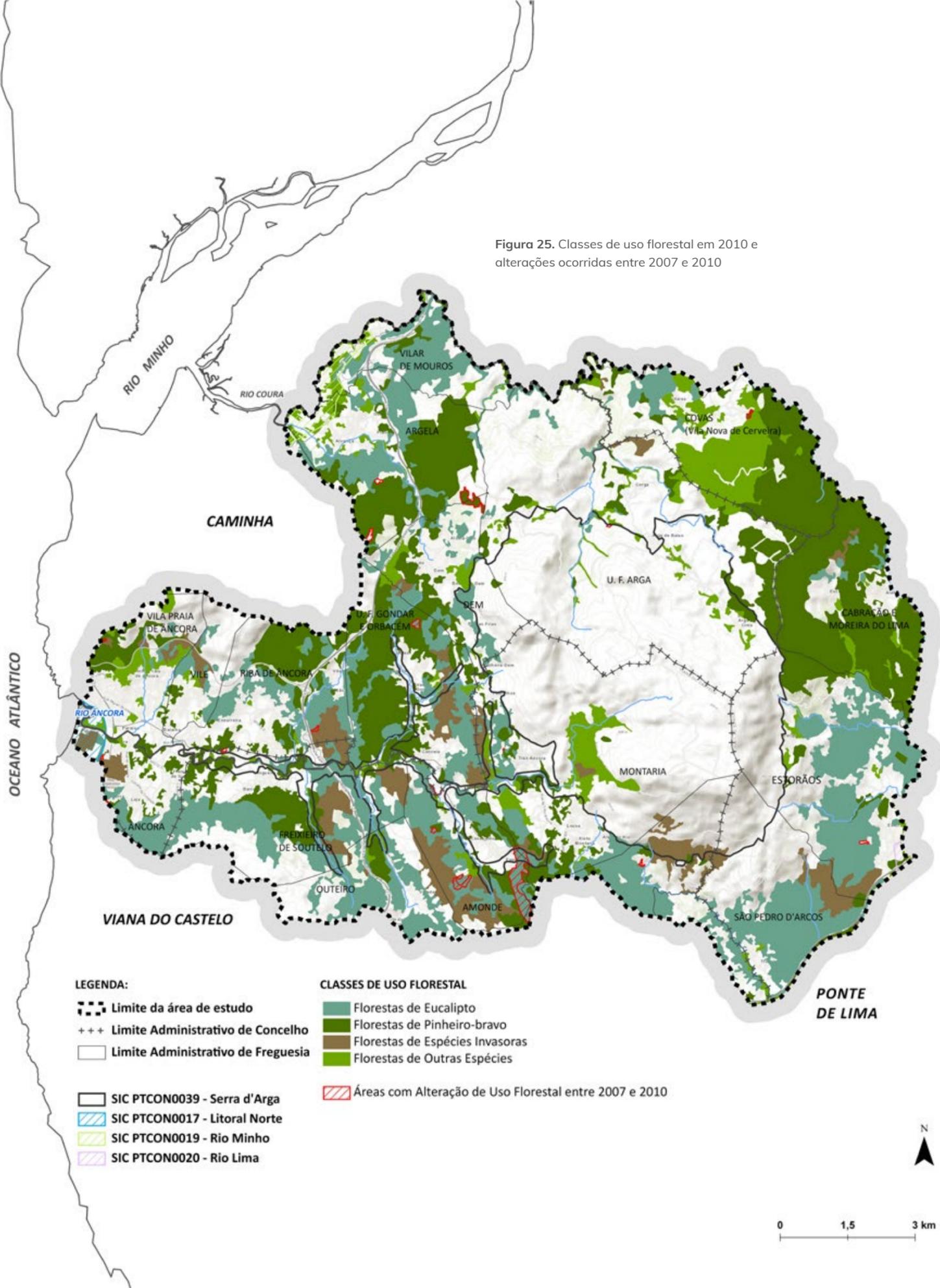
Por sua vez, a análise da cartografia entre 2007 e 2010 revela que ocorreram alterações no uso e ocupação do solo em 0,8% (68,9 hectares) do território ocupado pelas Áreas Florestais e em 1,8% (152 hectares) entre 2010 e 2015 (**Figura 25** e **Figura 26**).

As alterações por classe de uso florestal encontram-se explanadas nas **Tabela 11** e **Tabela 12**, para os períodos de 2007 a 2010 e 2010 a 2015, respetivamente.

Destacam-se as conversões de 73,22% (4,2 hectares) e de 16,70% (1 hectare) de áreas com Uso Não Florestal em Florestas de Pinheiro-bravo e de Eucalipto, respetivamente, no período de 2007 a 2010.

De igual forma, e para o período de 2010 a 2015, destacam-se as conversões de 81,64% (52,5 hectares) de áreas com Uso Não Florestal em Florestas de Pinheiro-bravo e de 10,88% (7 hectares) em Florestas de Eucalipto.

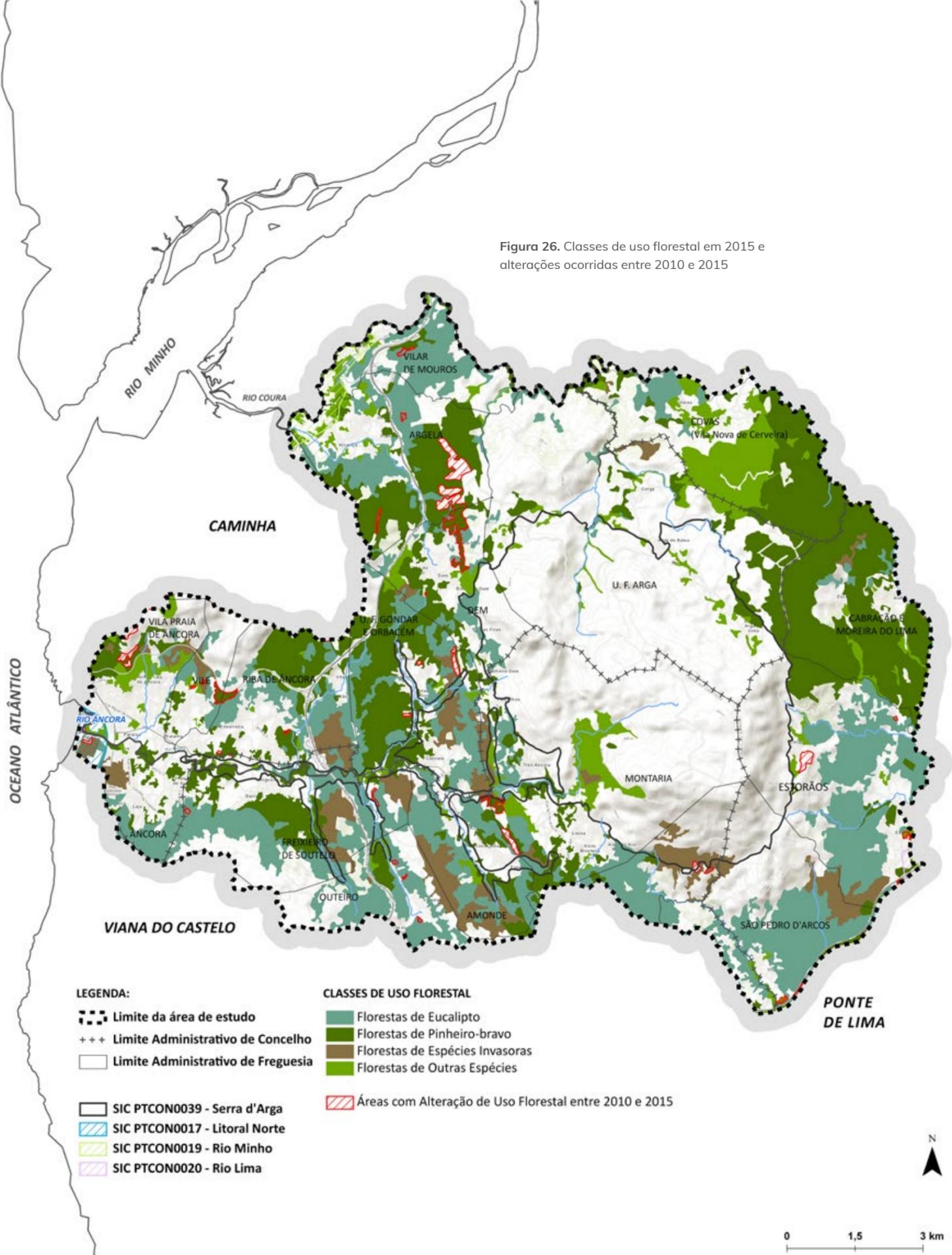
Figura 25. Classes de uso florestal em 2010 e alterações ocorridas entre 2007 e 2010



USO FLORESTAL 2007	USO FLORESTAL 2010	% USO 2007 EM 2010	HECTARES
Florestas de Eucalipto	Florestas de Eucalipto	98,55	3.336,7
	Florestas de Pinheiro-bravo	0,15	5,2
	Florestas de Outras Espécies	0,04	1,4
	Florestas de Espécies Invasoras	1,23	41,7
	Uso Não Florestal	0,02	0,7
Florestas de Pinheiro-bravo	Florestas de Pinheiro-bravo	99,61	3.373,5
	Florestas de Outras Espécies	0,05	1,7
	Florestas de Espécies Invasoras	0,01	0,3
	Uso Não Florestal	0,33	11,2
Florestas de Outras Espécies	Florestas de Outras Espécies	100,00	1.076,6
Florestas de Espécies Invasoras	Florestas de Eucalipto	0,13	1,0
	Florestas de Espécies Invasoras	99,87	768,2
Uso Não Florestal	Florestas de Eucalipto	16,70	1,0
	Florestas de Pinheiro-bravo	73,22	4,2
	Florestas de Outras Espécies	6,46	0,4
	Florestas de Espécies Invasoras	3,62	0,2

Tabela 11. Alteração nas classes de uso florestal entre 2007 e 2010

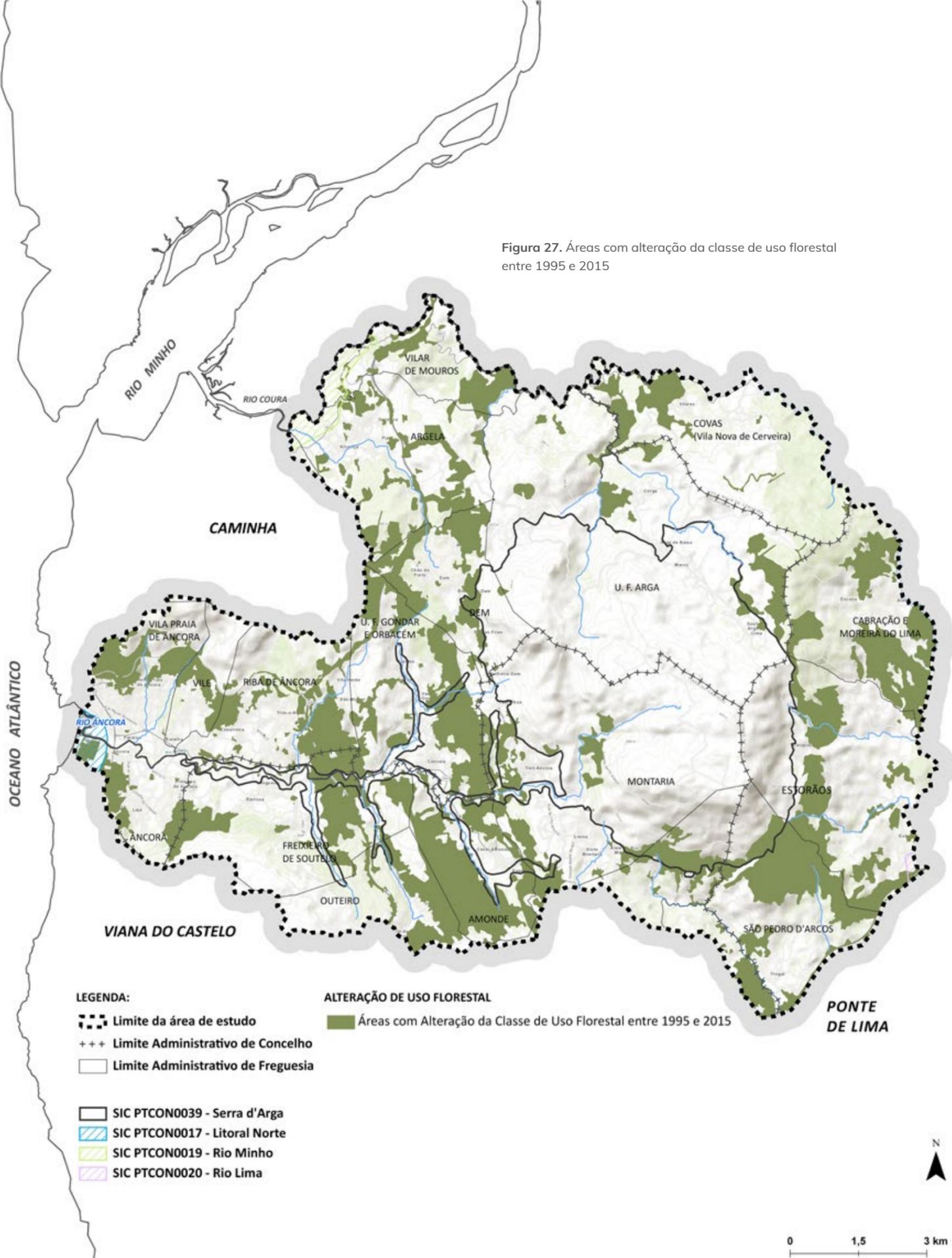
Figura 26. Classes de uso florestal em 2015 e alterações ocorridas entre 2010 e 2015



USO FLORESTAL 2010	USO FLORESTAL 2015	% USO 2010 EM 2015	HECTARES
Florestas de Eucalipto	Florestas de Eucalipto	100,00	3.385,7
	Florestas de Eucalipto	0,12	4,0
	Florestas de Pinheiro-bravo	97,51	3.302,5
	Florestas de Espécies Invasoras	0,04	1,5
Florestas de Pinheiro-bravo	Uso Não Florestal	2,32	78,7
	Florestas de Eucalipto	0,05	0,6
	Florestas de Pinheiro-bravo	0,05	0,6
	Florestas de Outras Espécies	99,80	1.074,5
Florestas de Outras Espécies	Florestas de Outras Espécies	0,05	0,5
	Florestas de Espécies Invasoras	0,04	0,5
	Uso Não Florestal	99,83	767,9
Florestas de Espécies Invasoras	Florestas de Espécies Invasoras	0,17	1,3
	Uso Não Florestal	10,88	7,0
Uso Não Florestal	Florestas de Eucalipto	81,64	52,5
	Florestas de Pinheiro-bravo	7,48	4,8
	Florestas de Outras Espécies		

Tabela 12. Alteração nas classes de uso florestal entre 2010 e 2015

Figura 27. Áreas com alteração da classe de uso florestal entre 1995 e 2015



Em conclusão, entre 1995 e 2015, apenas a área ocupada pelas Florestas de Eucalipto aumenta, sendo que a das restantes classes de uso e ocupação florestal do solo diminui ou mantém a sua expressão territorial, excetuando as Florestas de Espécies Invasoras, que fazem a sua aparição entre 1995 e 2007, e que a partir de 2007 diminuem e mantêm a sua área. Regista-se para o mesmo período temporal, uma alteração do uso e ocupação do solo em 43,7% (4.256,9 hectares) do território ocupado pelas Áreas Florestais da área de estudo. Apesar de quase metade das Áreas Florestais apresentarem alterações no período 1995-2015, a maior parte, 94,8% (4.035,9 hectares), ocorre no período de 1995-2007. A partir de 2007, as alterações reduzem-se consideravelmente, ocorrendo, no entanto, a densificação das Áreas Florestais (Figura 27 e Figura 28).



Figura 28. Evolução das classes de uso florestal entre 1995 e 2015 na encosta nascente da Serra de Amonde

Tendo em vista o estudo dos incêndios florestais enquanto agentes transformadores da paisagem da área de estudo, procedeu-se também à análise da cartografia das áreas ardidas do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), disponíveis para o período de 1990 a 2017.

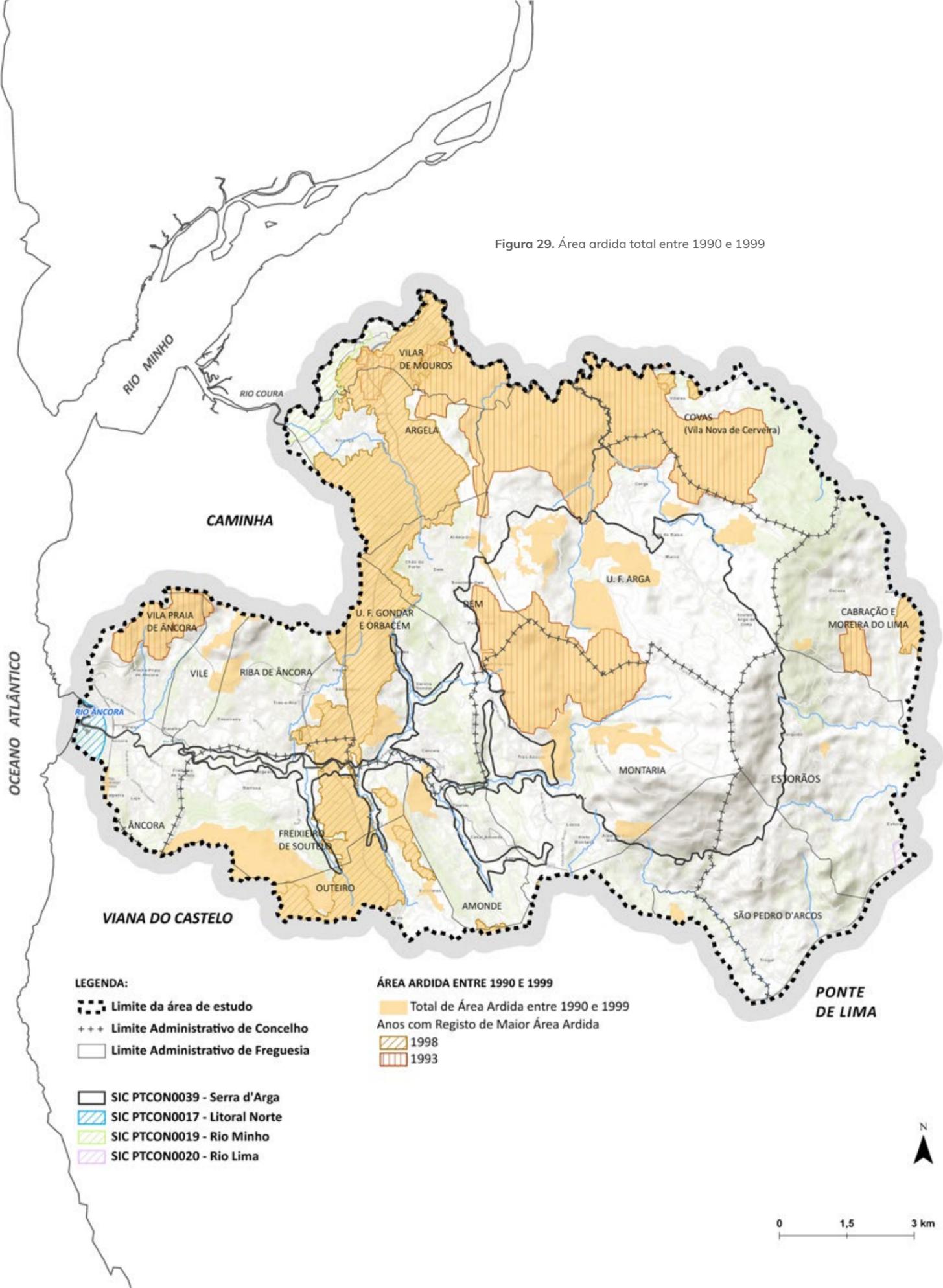
A compilação das áreas ardidas na área de estudo e no Sítio “Serra de Arga” encontra-se explanada na **Tabela 13** e permite constatar que, nos 25 anos do período em análise, apenas em 1994 e 2017 não se observou a ocorrência de incêndios florestais.

A análise dos dados, efetuada para três períodos distintos — 1990-99, 2000-09 e 2010-17 — permite constatar uma tendência aparente não só para o aumento, de ano para ano, da área ardida, mas também para o aumento da frequência com que isso acontece.

Ano	Área de estudo (hectares)	% Área de estudo	SIC “Serra de Arga” (hectares)	% SIC “Serra de Arga”
1990	725,1	4,0	247,0	5,5
1991	22,0	0,1	0,0	0,0
1992	39,9	0,2	0,0	0,0
1993	2.597,7	14,2	700,2	15,6
1994	0,0	0,0	0,0	0,0
1995	208,9	1,1	27,9	0,6
1996	148,0	0,8	53,4	1,2
1997	338,1	1,9	98,7	2,2
1998	2.006,1	11,0	31,3	0,7
1999	110,8	0,6	85,0	1,9
2000	540,0	3,0	403,0	9,0
2001	639,6	3,5	214,0	4,8
2002	655,7	3,6	605,6	13,5
2003	238,4	1,3	7,3	0,2
2004	384,6	2,1	147,2	3,3
2005	9.031,2	49,4	3.498,5	77,9
2006	84,7	0,5	0,0	0,0
2007	2,8	0,0	2,8	0,1
2008	66,8	0,4	66,5	1,5
2009	409,4	2,2	380,1	8,5
2010	4.577,8	25,0	2.864,3	63,8
2011	494,0	2,7	133,5	3,0
2012	215,0	1,2	34,7	0,8
2013	1.407,7	7,7	799,2	17,8
2014	61,9	0,3	30,5	0,7
2015	2.978,5	16,3	30,1	0,7
2016	6.303,1	34,5	2.916,0	64,9
2017	0,0	0,0	0,0	0,0

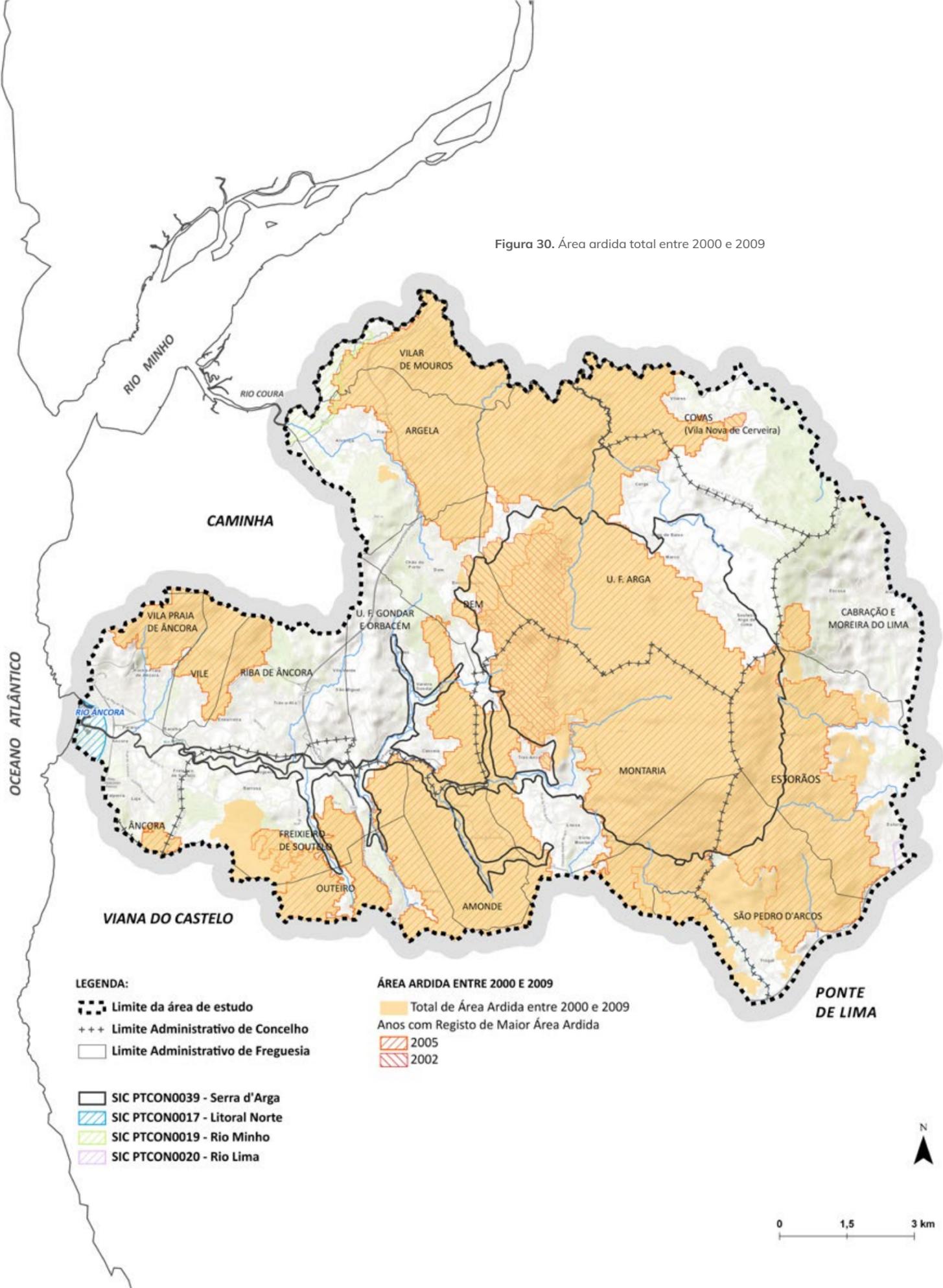
Tabela 13. Áreas ardidas por ano na área de estudo e no Sítio “Serra de Arga”

Figura 29. Área ardida total entre 1990 e 1999



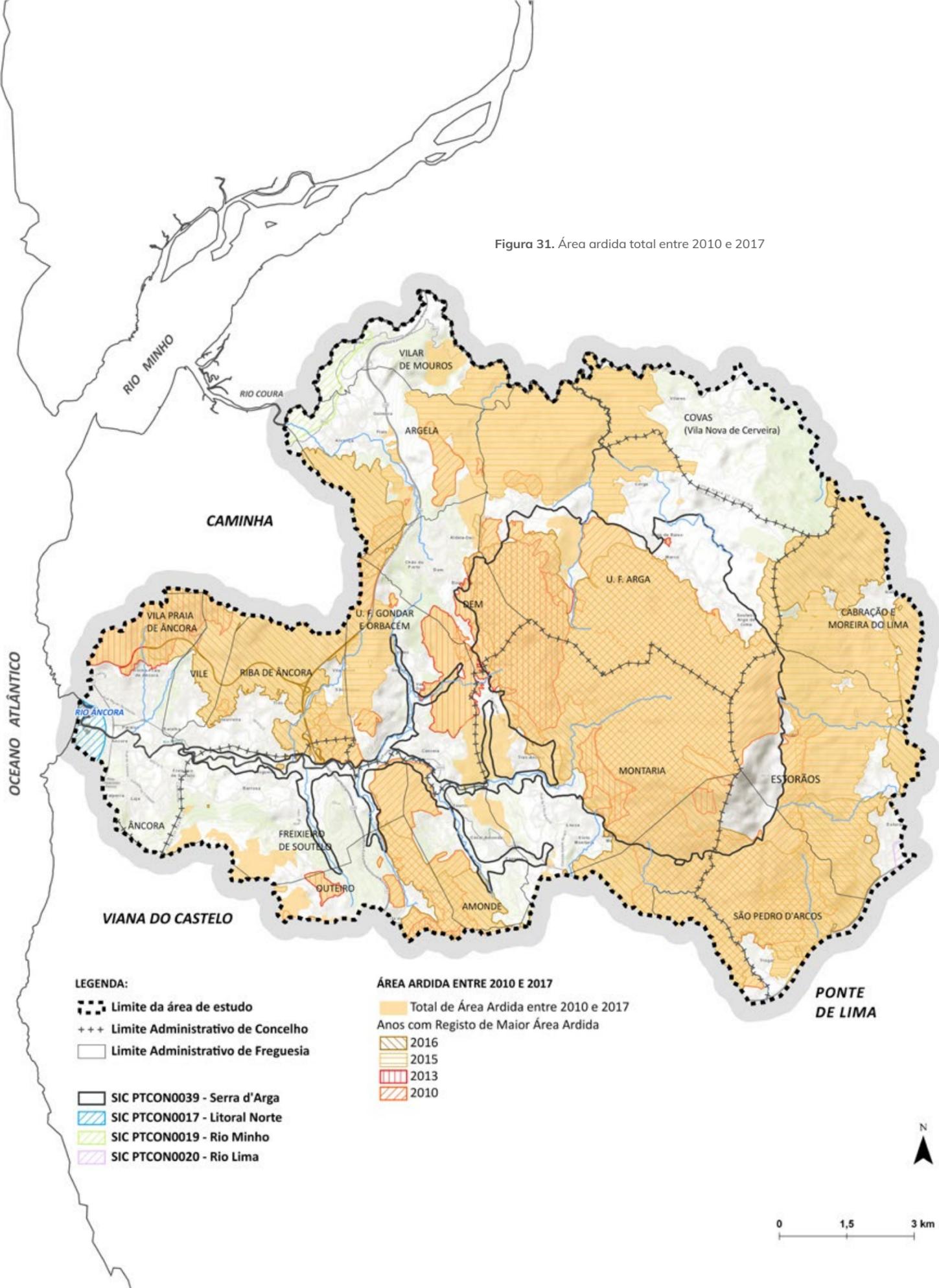
Entre 1990 e 1999 arderam 30,9% (5.642 hectares), sendo que 1993 e 1998 foram os anos em que se registou a maior extensão de área ardida (Figura 29).

Figura 30. Área ardida total entre 2000 e 2009



Entre 2000 e 2009, o valor aumenta para 55,6% (10.161,6 hectares), sendo que 2002 e 2005 foram os anos em que se registou a maior extensão de área ardida. Para além disso, importa ainda destacar que, em 2005, 77% (3.498,5 hectares) da área do Sítio "Serra de Arga" foi consumida pelas chamas (Figura 30).

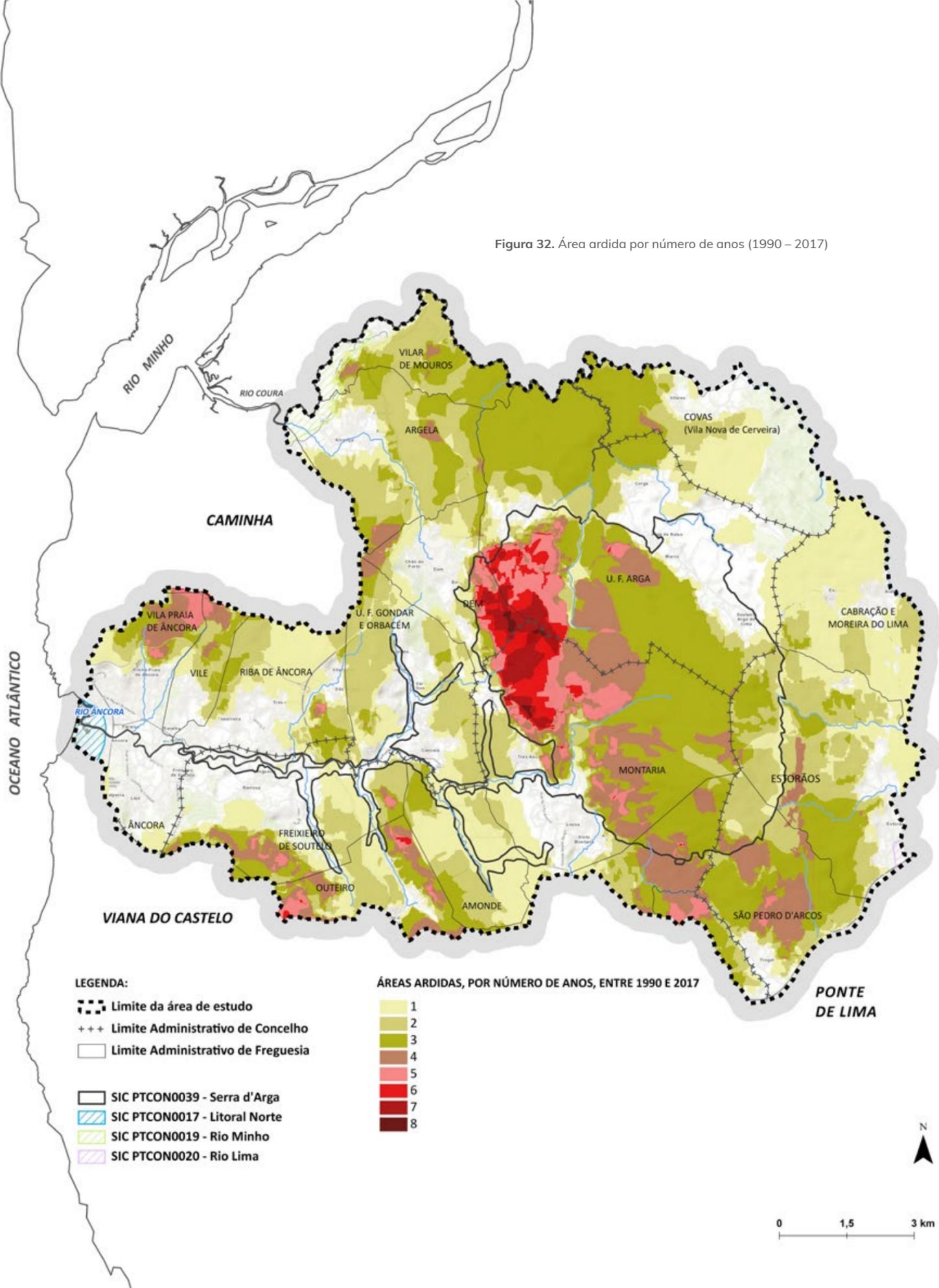
Figura 31. Área ardida total entre 2010 e 2017



Finalmente, entre 2010 e 2017, o valor da área consumida pelas chamas volta a aumentar, desta feita para 58,3% (10.654,5 hectares) da área de estudo, sendo os anos de 2010, 2013, 2015 e 2016 aqueles em que se registou a maior extensão de área ardida (Figura 31)

Constata-se assim, que em quatro dos sete anos deste período temporal (2010-2017), áreas de grande extensão foram consumidas pelos incêndios, o que coloca em grande evidência o aumento da frequência e a influência dos incêndios florestais no território em estudo.

Figura 32. Área ardida por número de anos (1990 – 2017)



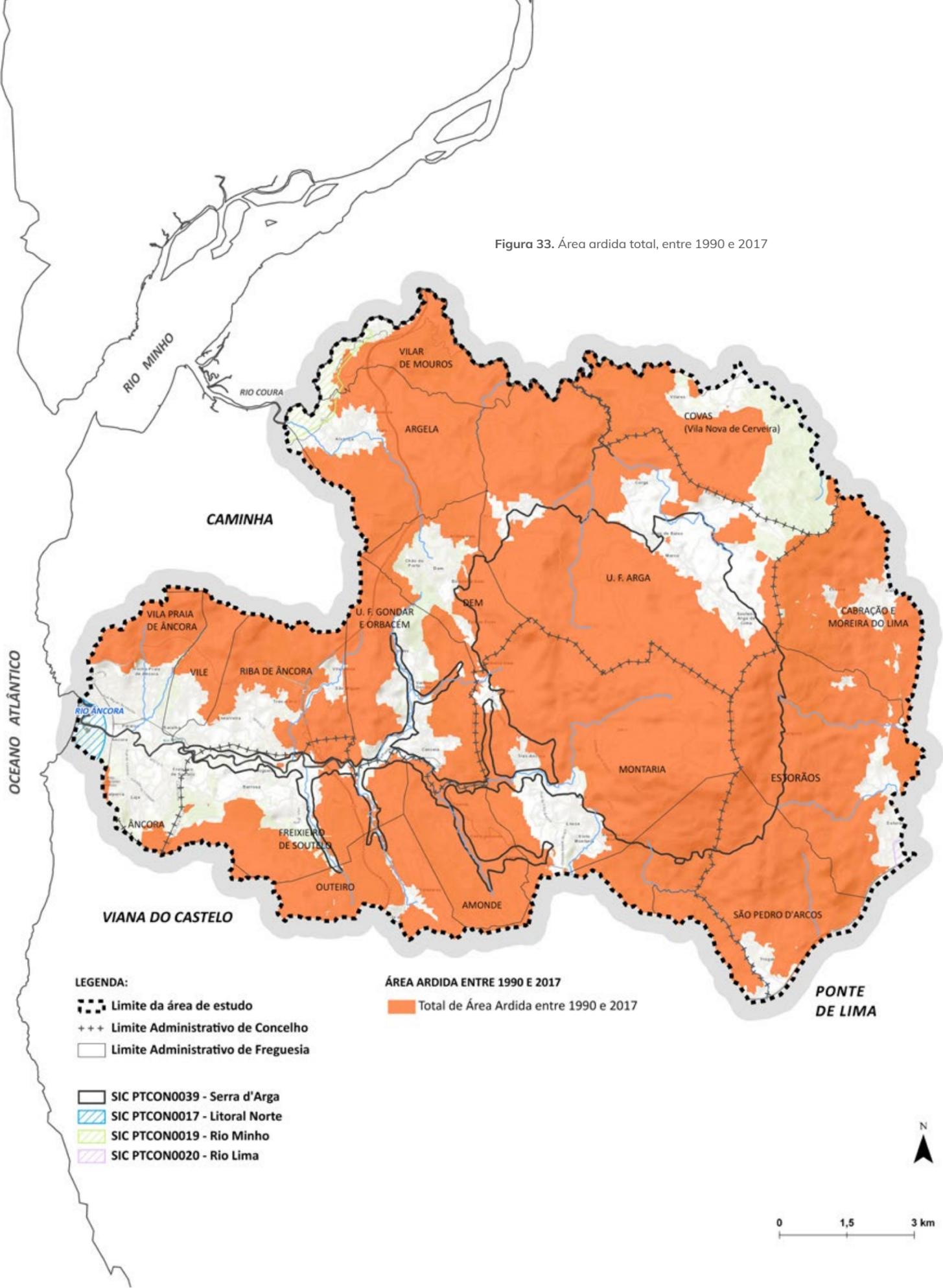
Através do cruzamento da cartografia anual de áreas ardidas, podem ainda observar-se as áreas mais afetadas pelos incêndios no período temporal em análise (1990-2017), com frequência de até 8 vezes nos últimos 27 anos. As zonas mais flageladas situam-se maioritariamente no maciço da Pedra Alçada da Serra d'Arga, encontrando-se ainda noutras zonas da área de estudo, embora em menor escala, nomeadamente nas serras de Santa Luzia e de Amonde. De referir ainda que a maioria das áreas que ardem com maior frequência, especialmente acima das 5 vezes, se encontra dentro da área do Sítio "Serra de Arga" (Figura 32 e Tabela 14).

ÁREA ARDIDA

Número de Anos	Área de estudo (hectares)	% Área de estudo	SIC "Serra de Arga"(hectares)	% SIC "Serra de Arga"	% Frequência no SIC "Serra de Arga"
1	3.499,1	19,1	351,6	7,8	10,0
2	3.787,5	20,7	564,0	12,6	14,9
3	4.069,4	22,3	1.486,3	33,1	36,5
4	1.567,7	8,6	775,4	17,3	49,5
5	504,7	2,8	364,5	8,1	72,2
6	228,6	1,3	215,1	4,8	94,1
7	178,9	1,0	178,3	4,0	99,7
8	12,9	0,1	12,9	0,3	100,0

Tabela 14. Área ardida por número de anos (1990 – 2017)

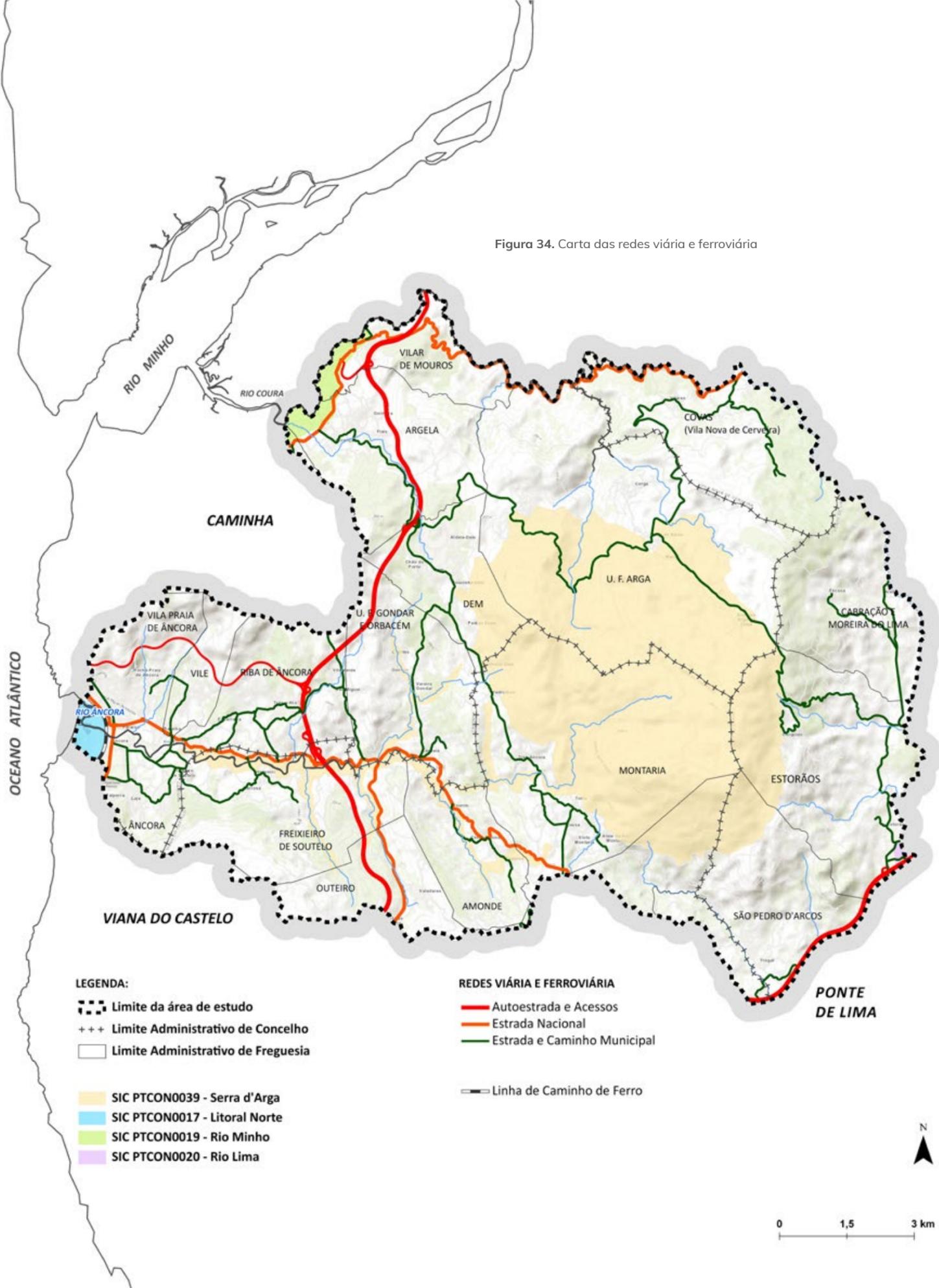
Figura 33. Área ardida total, entre 1990 e 2017



O somatório dos valores anuais de áreas ardidas revela que, entre 1990 e 2017, arderam 75,3% (13.756,8 hectares) do território da área de estudo e 86,6% (3.889,8 hectares) da área do Sítio “Serra de Arga” (Figura 33).

Estes valores evidenciam o fogo como um dos maiores agentes — se não mesmo o maior — responsáveis pela transformação da paisagem da área de estudo, com todas as consequências que isso acarreta para a mesma, nomeadamente a destruição dos valores naturais aí presentes e a proliferação de espécies invasoras.

Figura 34. Carta das redes viária e ferroviária



Redes de acessibilidades

A área de estudo encontra-se no centro de uma densa rede viária, da qual se destacam a autoestrada A28, que liga o Porto a Caminha, com três saídas no troço com cerca de 32 km que, de norte a sul, atravessa o território da área de estudo; a autoestrada A27, que faz a ligação entre Viana do Castelo e Ponte de Lima, e com duas saídas no troço de 10 km que define parte do limite sul da área de estudo e, por último, já fora dos limites da área de estudo, a autoestrada A3, a nascente da Serra d'Arga, que distribui o fluxo viário entre o Porto e Valença.

Estas vias principais são complementadas pelas quatro estradas nacionais que atravessam ou delimitam o território da área de estudo ao longo de cerca de 37 km: a EN13, que liga a cidade do Porto a Valença, e a EN302, que se estende até Viana do Castelo, são importantes distribuidores do fluxo viário entre Caminha e a capital do distrito. A EN305, que liga Vila Praia de Âncora até Lanheses, desenvolve-se parcialmente na margem norte do rio Âncora e serve as localidades mais próximas da serra, como por exemplo a Montaria. A EN301, que liga Caminha a Monção, acompanha o curso do Rio Coura e define grande parte do limite mais a norte da área de estudo, entre Argela e Covas.

Finalmente, uma rede mais densa, composta por 31 estradas e caminhos municipais e com cerca de 96 km, desenvolve-se ou atravessa todo o território da área de estudo. Estas vias estabelecem as ligações entre os aglomerados populacionais, nomeadamente aqueles que se desenvolvem ao longo das margens do rio Âncora, entre a Serra de Amonde e Vila Praia de Âncora (antiga N13, EM527, EM1011, EM1012, EM1012-1, EM1012-2, EM1013, EM1015, EM1015-1, EM1015-2, EM1016, CM1015 e CM1161), os que se desenvolvem a poente da Serra d'Arga, nomeadamente Argela, Dem, Orbacém, Amonde e Montaria (EM517-1, EM526, EM526-1, EM1007, CM1018, CM1177, CM1178 e CM1179) e, por fim, aqueles que se desenvolvem a norte e nascente da Serra d'Arga, nomeadamente aqueles localizados nas suas encostas como Arga de São João, Arga de Baixo, Arga de Cima, Cerquido, e ao longo do vale do Rio Estorãos como Gafarim e Estorãos (EM524, EM525, EM552, EM1043, EM1225, CM1179, CM1228, CM1228-1, EM1232 e EM1354).

Na área de estudo desenvolve-se a Linha do Minho, uma ferrovia integrada na Rede Transeuropeia de Transportes, (RTE-T). Esta ligação transfronteiriça tem um carácter estratégico para o país, e em particular para a Região Norte, servindo de suporte aos movimentos de mercadorias e de passageiros provenientes de Espanha. Existe uma estação em Vila Praia de Âncora, que serve a área de estudo e promove o fluxo de turistas de outras cidades ibéricas, particularmente da Galiza (Figura 34).

Capítulo 4

Caracterização da paisagem



Caracterização da paisagem

A Convenção Europeia da Paisagem reconhece, pela primeira vez, que a “paisagem constitui um elemento-chave do bem-estar individual e social e que a sua proteção, gestão e ordenamento implicam direitos e responsabilidades para cada cidadão”²⁷. Desta forma, para que seja possível tomar decisões conscientes e informadas sobre qualquer ação e/ou intervenção, afigura-se fundamental a análise sobre as diferentes vertentes da paisagem, bem como o estudo sobre as condições dos diversos atributos que a compõem.

Sendo assim, com o objetivo de estruturar o conhecimento do território e auxiliar na interpretação da paisagem, especialmente no que diz respeito à sua evolução e transformação, o presente capítulo sintetiza a informação que incide sobre as componentes da paisagem “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” a seguir discriminadas:

- a) Componentes físicas;
- b) Componentes biológicas;
- c) Componentes socioeconómicas;
- d) Componentes culturais.

A caracterização do território que aqui se apresenta resulta, em grande parte, da compilação, processamento e análise de informação existente (devidamente identificada ao longo do relatório), incluindo contributos de especialistas em paisagem, planeamento, biologia, geologia, economia, património e arqueologia.

Componentes físicas

No âmbito das componentes físicas da paisagem “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora”, a análise incide sobre as seguintes temáticas:

- a) Clima;
- b) Relevo;
- c) Sistema hídrico;
- d) Geologia;
- e) Solos.

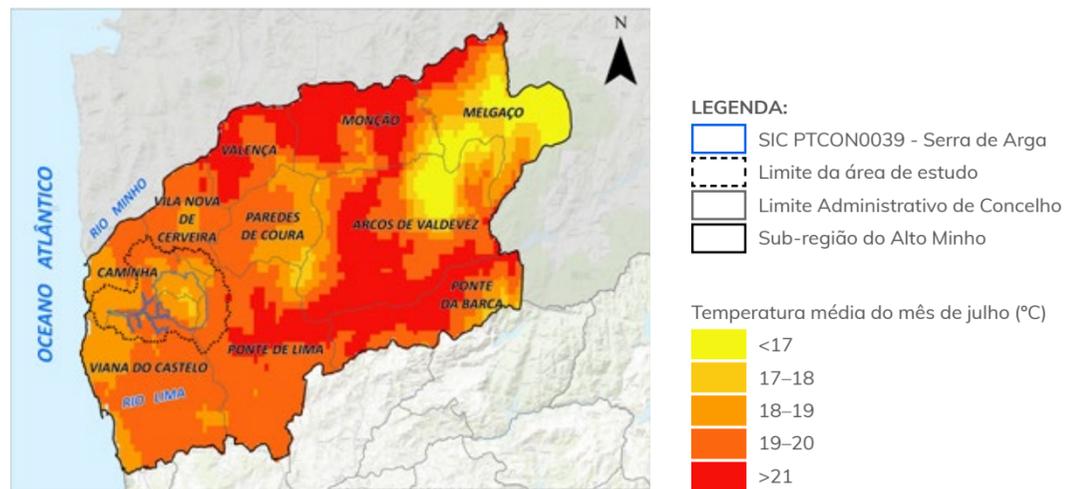


Figura 35. Temperatura média do mês de julho (1970-2000)
(Fonte: WorldClim)

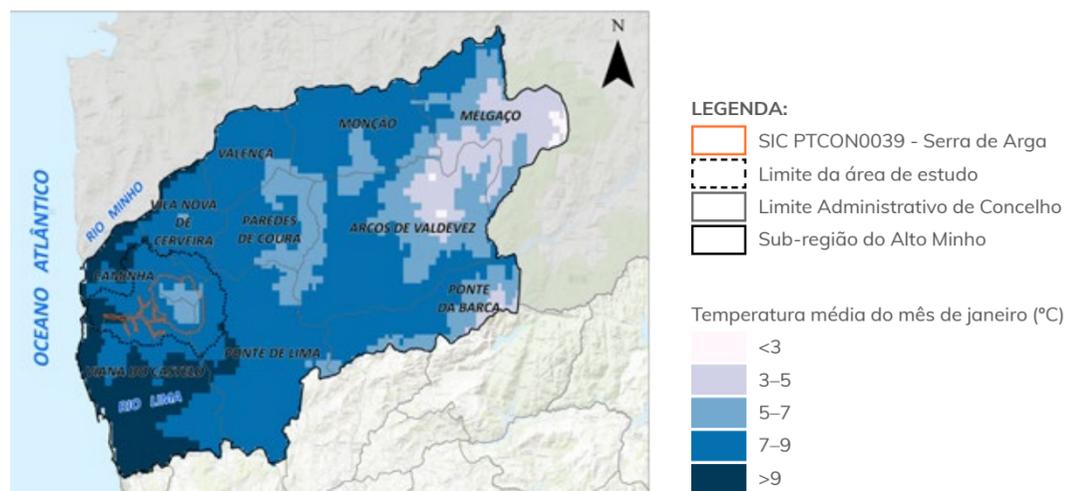


Figura 36. Temperatura média do mês de janeiro (1970-2000)
(Fonte: WorldClim)

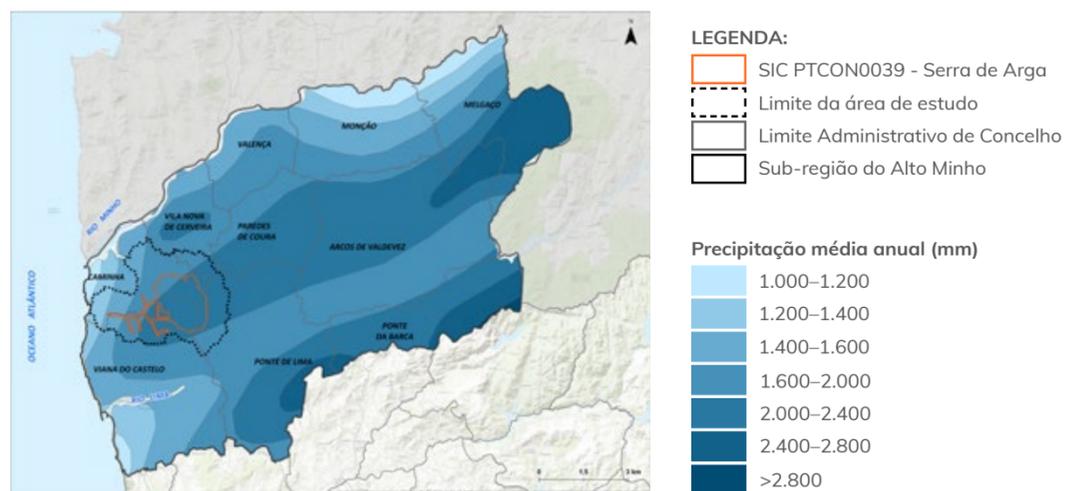


Figura 37. Precipitação média anual (1931-1960)
(Fonte: APA, 2017)

Clima

O clima é o resultado da conjugação de diversos fatores como a temperatura, a radiação, a humidade, a precipitação e o vento. O seu estudo permite equacionar alguns processos biofísicos nomeadamente o ciclo hidrológico, as condicionantes à adaptação da fauna e da flora e as condições mais propensas à fixação da população.

A sub-região do Alto Minho, onde se insere a área de estudo, apresenta um clima temperado mediterrânico com influência atlântica. O clima mediterrânico é caracterizado por fazer coincidir valores de precipitação mais elevados com temperaturas mais baixas, sendo consequência um inverno frio e húmido e um verão mais quente e seco. A influência atlântica faz-se sentir de uma forma evidente muito devido à barreira de condensação do noroeste português, constituída por um conjunto de serras, nomeadamente Arga, Peneda, Gerês, Alvão e Marão, que aumenta os níveis de humidade durante todo o ano e, conseqüentemente, os níveis de pluviosidade e origina uma homogeneização da temperatura (Figura 35 e Figura 36).

Na sub-região do Alto Minho, no período de 1970-2000, a temperatura média do ar registada no mês mais quente, julho, apresenta uma variação de aproximadamente 17°C de mínima e 21°C de máxima. Por oposição, em janeiro, o mês mais frio, a temperatura média varia entre os 3 e os 9°C. O topo da Serra d'Arga é onde se verificam as temperaturas mais amenas nos dois meses analisados (entre 5 e 17°C). A meia encosta foram registados os valores médios mais elevados durante o verão (entre 18 e 19°C). Na costa, a temperatura varia menos verificando-se valores mais amenos no período estival (17-18°C) e no inverno (>9°C).

Relativamente à pluviosidade (Figura 37), verifica-se que os valores de precipitação são mais elevados na Serra do Gerês, superando os 2.800 mm anualmente e, na área de estudo, registam-se, em média, entre 1.000 e 2.400 mm.

A título de exemplo, na estação meteorológica de Viana do Castelo/Meadela, para o período de 1991-2000, verifica-se que dezembro é o mês com valores de precipitação mais elevados, com 228,3 mm, e julho, aquele em que ocorre menor precipitação, com apenas 28,4 mm, fixando-se o valor médio anual em 1.470,2 mm. Nesta estação foram, ainda, contabilizados 154 dias com precipitação, dos quais 52 excederam os 10 mm.

Na serra, os valores de humidade relativa do ar variam entre os 80% e os 85%. Este fator provoca a ocorrência dos frequentes nevoeiros que aí ocorrem, conforme se pode observar na **Figura 38**. O nevoeiro é um elemento característico da serra, circunstância que o torna objeto de ditados populares.



Figura 38. Nevoeiro na vertente poente da Serra d'Arga, junto à Montaria

Relevo

O relevo influencia o movimento das massas de ar e, conseqüentemente, a temperatura e a precipitação, regulando a composição e distribuição de biótopos e usos do solo. O estudo do relevo é fundamental para identificar as bacias hidrográficas como unidades básicas do fluxo de materiais.

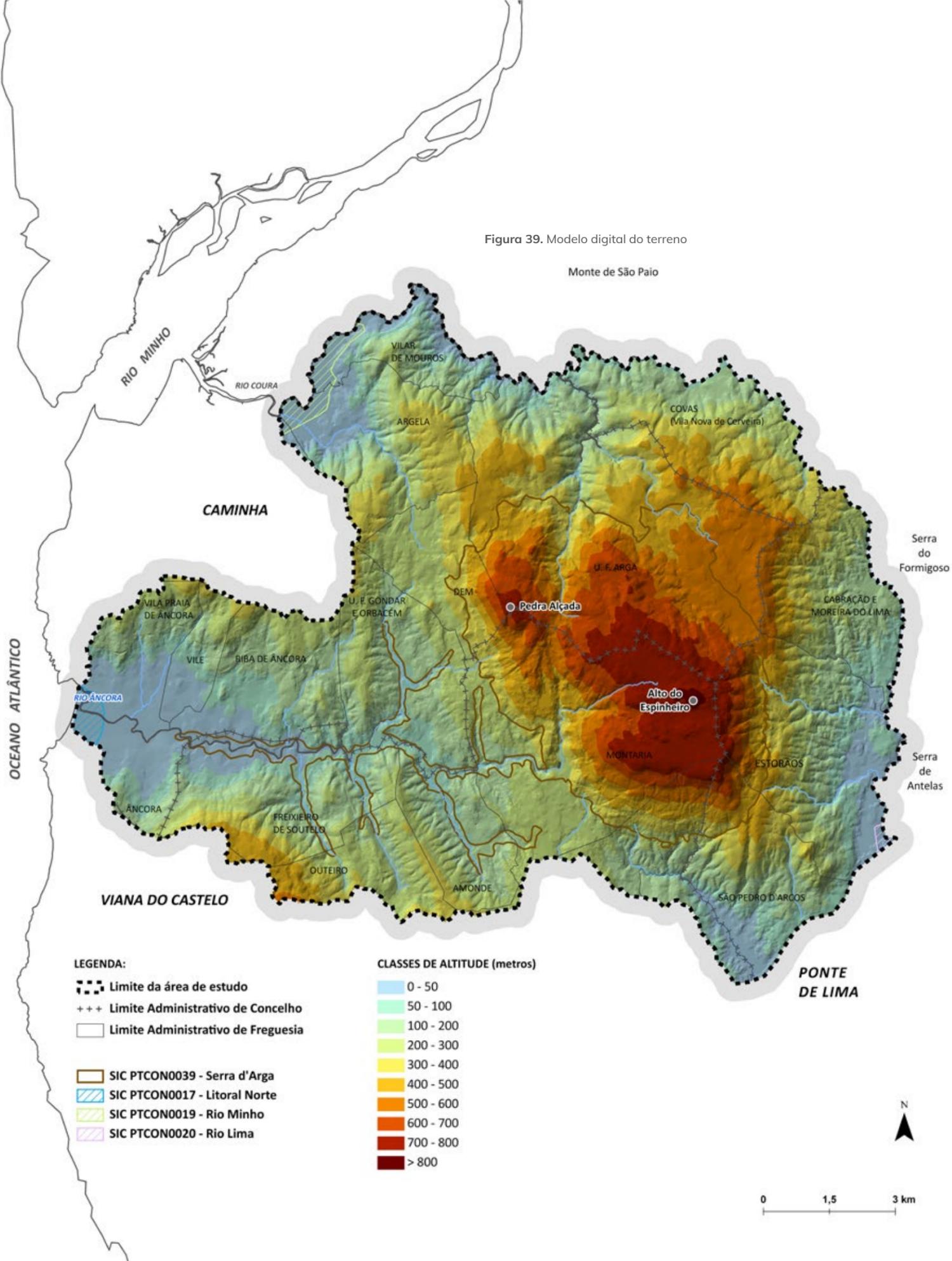
Genericamente, a sub-região do Alto Minho é caracterizada por blocos de montes e vales com planaltos no topo. Desde as serras da Peneda, Amarela, Soajo e Gerês até ao oceano Atlântico há uma variação altimétrica entre os 1.416 (Alto da Pedrada na Serra do Soajo) e os 0 metros, sendo os vales dos rios Minho, Lima e Cávado, de orientação bética (NE-SW e ENE-WSW), importantes para a heterogeneidade orográfica. Os principais vales da região apresentam características semelhantes: as suas bacias são estreitas, alargando à medida que se aproximam do mar, depositando sedimentos aluvionares nas veigas. A Serra d'Arga e o vale do Rio Âncora pertencem a este sistema, descrito por diversos autores como um enorme anfiteatro virado ao mar que sobe até às serras da Peneda e do Gerês.

A área de estudo é circunscrita a oeste pelo oceano Atlântico e a norte pelo vale do Rio Coura, localizado entre o sistema montanhoso da Serra d'Arga e o Monte de São Paio, que atinge os 638 metros de altitude. A este, os limites são o vale do Rio Estorãos, que separa a Serra d'Arga da Serra de Formigoso (516 metros), e a Serra de Antelas (431 metros). Estes pontos altos constituem o início do sistema montanhoso que se estende até ao SIC "Corno do Bico" (PTCON0040). As encostas das Serras de Perre, cujo ponto mais alto é a Agueira com 470 metros, e de Santa Luzia, com 550 metros, delimitam o extremo sul da área de estudo.

Em termos gerais, a maior parte da área de estudo, cerca de 60%, tem altitude inferior a 300 metros e localiza-se, essencialmente, no território ocupado pelos vales dos rios Âncora, Coura e Estorãos. Seguem-se as amplitudes altimétricas entre os 300 e os 600 metros localizadas nas encostas graníticas da Serra d'Arga e de Santa Luzia e em algumas linhas de cumeada. Apenas no maciço central da Serra d'Arga se registam alturas superiores a 600 metros (aproximadamente 9,5% da área de estudo). A 825 metros encontra-se o Alto do Espinheiro, o ponto mais elevado da Serra d'Arga.

A área de estudo caracteriza-se pela sua grande amplitude altimétrica que se verifica em apenas 14 km, desde os pontos mais altos da serra, como o Alto do Espinheiro e a Pedra Alçada, até à costa atlântica. Na **Figura 39** podemos observar as características orográficas da área de estudo.

Figura 39. Modelo digital do terreno



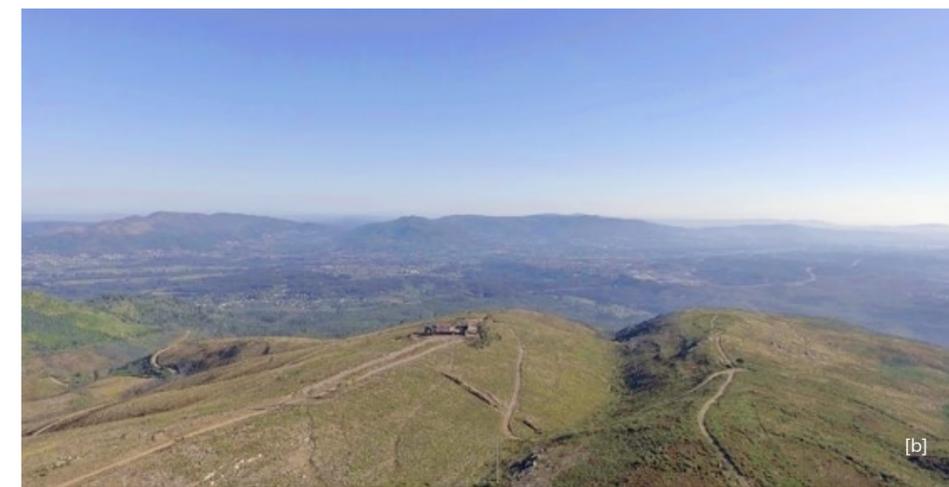
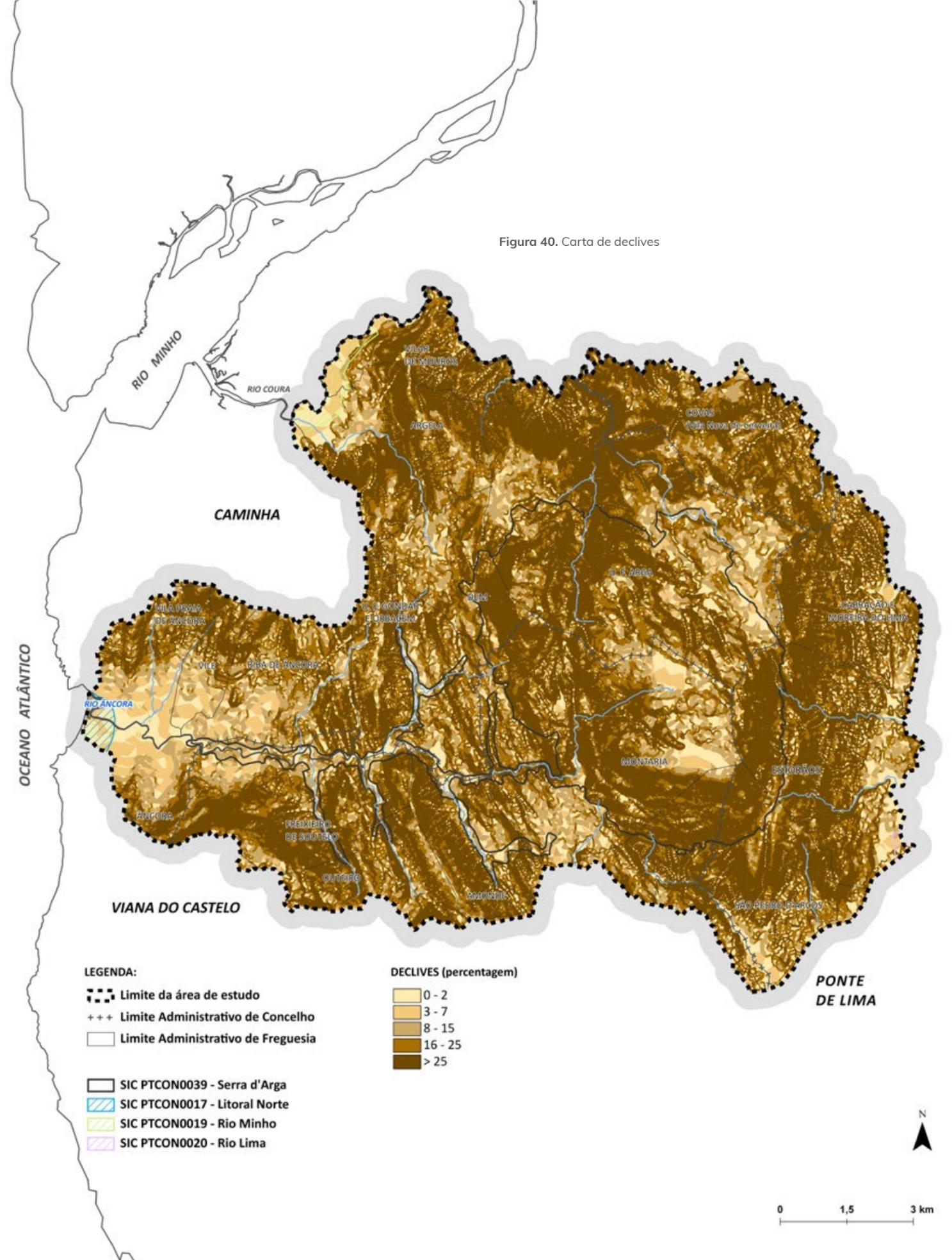
A análise dos declives é relevante para prever riscos de erosão, drenagem hídrica e atmosférica e consequente aptidão agrícola, construtiva e florestal. Para esta abordagem consideram-se 5 classes de declives, designadamente os seguinte:

- **0 a 2%** - declives suaves, quase planos, com escoamento superficial lento e aptidão agrícola e construtiva;
- **2 a 7%** - declives suaves a moderados com aptidão agrícola e construtiva;
- **7 a 15%** - declives moderados que podem condicionar a construção e constituem um risco de erosão moderado;
- **15 a 25%** - declives acentuados implicam grandes alterações no território para a viabilização da atividade agrícola e urbana. O risco de erosão é acentuado agravando-se de acordo com as características do solo;
- **> 25%** - declives muito acentuados que impedem quase todas as atividades antrópicas. São escarpas onde o risco de erosão é muito elevado.

Na Figura 40 apresenta-se o cartograma relativo à inclinação das vertentes, complementado pelas imagens da Figura 41 que demonstram a forma como estas se apresentam no território.

Pela análise da Carta de Declives constata-se que a maior parte da área de estudo apresenta declives muito acentuados, superiores a 25%. A imagem [a] sobre a vertente nascente da Serra d'Arga, aqui sulcada pelo Trilho dos Pastores, demonstra o que acontece na transição da cota baixa para a cota alta à volta de todo o batólito da Serra d'Arga. Os declives moderados encontram-se por todo o território em estudo, normalmente associados aos declives acentuados, e sem uma representação de mancha uniforme. Os Quartéis e Capela de Santa Justa [b] são um dos locais onde podemos observar vertentes de inclinação moderada. Os declives suaves situam-se sobretudo nos vales do Rio Âncora e dos seus principais afluentes, vales do Coura e Estoraços, nas rechãs das Argas de Cima e de Baixo e nos topos da Serra d'Arga onde se localizam as maiores chãs: Grande, de São João e do Chão das Sizedas [c].

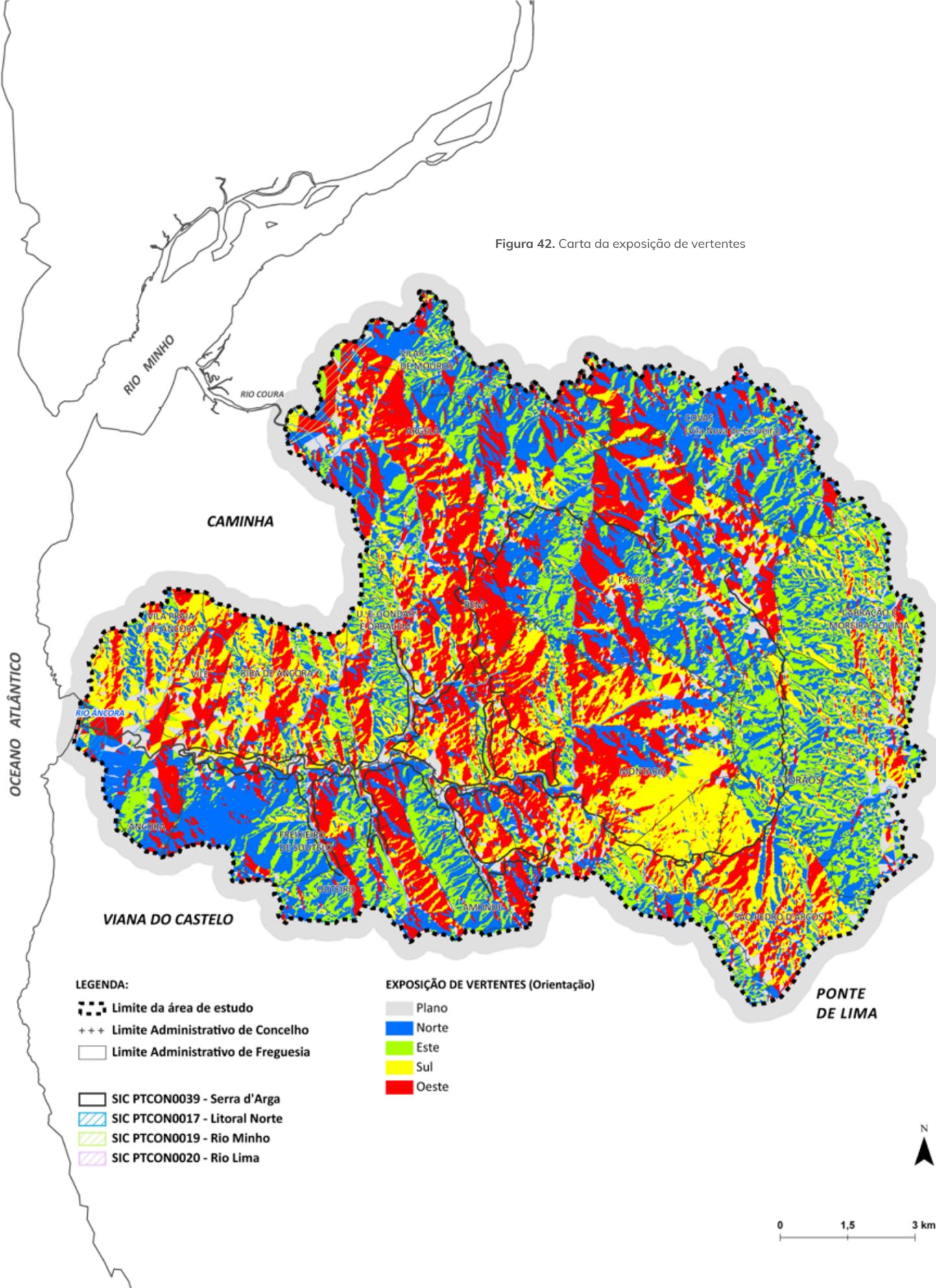
Figura 40. Carta de declives



[a]. Trilho dos Pastores [b]. Quartéis e Capela de Santa Justa [c]. Chã de São João

Figura 41. Tipologias de declives

Figura 42. Carta da exposição de vertentes



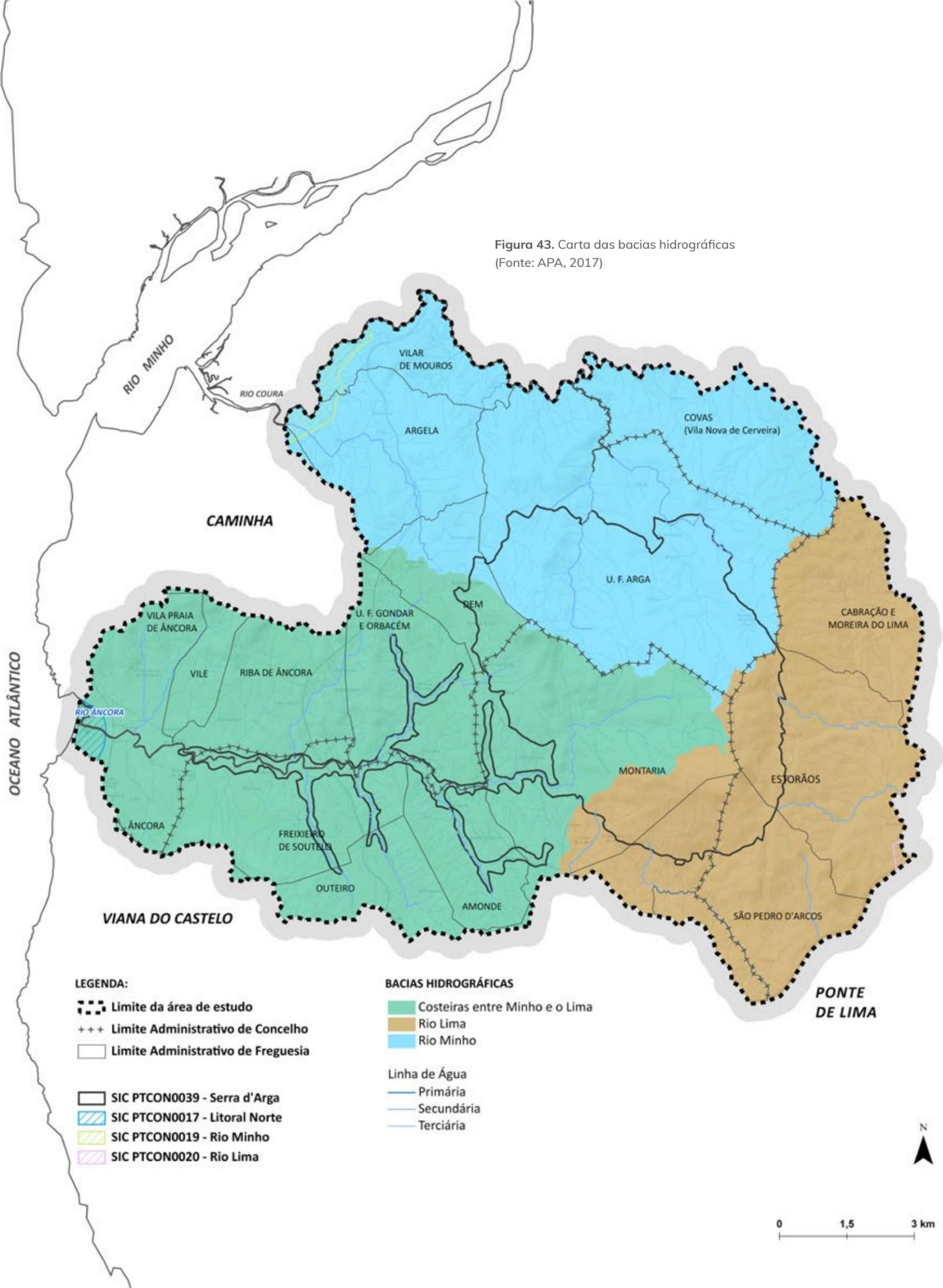
As diferentes exposições podem gerar microclimas diferenciados, decisivos no conforto bioclimático e na tipologia da vegetação, estabelecendo igualmente a aptidão do uso do solo. Em zonas aplanadas não existe uma exposição dominante pelo que podem apresentar todas as características verificadas nas quatro exposições, dependendo da envolvente. As classes utilizadas para a análise da exposição de vertentes, de acordo com as suas características, foram as seguintes:

- **norte** - encostas sombrias e frias, com pouca exposição à luz natural;
- **este** - encostas amenas, com maior exposição à luz natural ao início do dia;
- **oeste** - encostas amenas, com maior exposição à luz natural ao final do dia;
- **sul** - encostas quentes, com exposição à luz natural durante grande parte do dia.

A área de estudo apresenta grande homogeneidade em termos de exposição das vertentes. No entanto, pode verificar-se uma predominância de orientações a oeste e a norte, estando as primeiras principalmente a poente da serra e as segundas na margem sul do Rio Âncora e nordeste da Serra d'Arga. Entre o maciço montanhoso e o Rio Âncora, a exposição solar mais significativa é voltada a oeste e a sul, promovendo espaços mais quentes, temperados e bem iluminados. Por oposição, a sul do Rio Âncora, à semelhança do que acontece a norte da serra, a exposição solar dominante é norte e nascente o que dá origem a espaços mais frios. São Pedro d'Arcos e Estorãos são as zonas mais amenas na encosta que se encontra voltada a este e a sul.

Na Figura 42 é possível observar a distribuição da orientação das encostas na área de estudo.

Figura 43. Carta das bacias hidrográficas
(Fonte: APA, 2017)

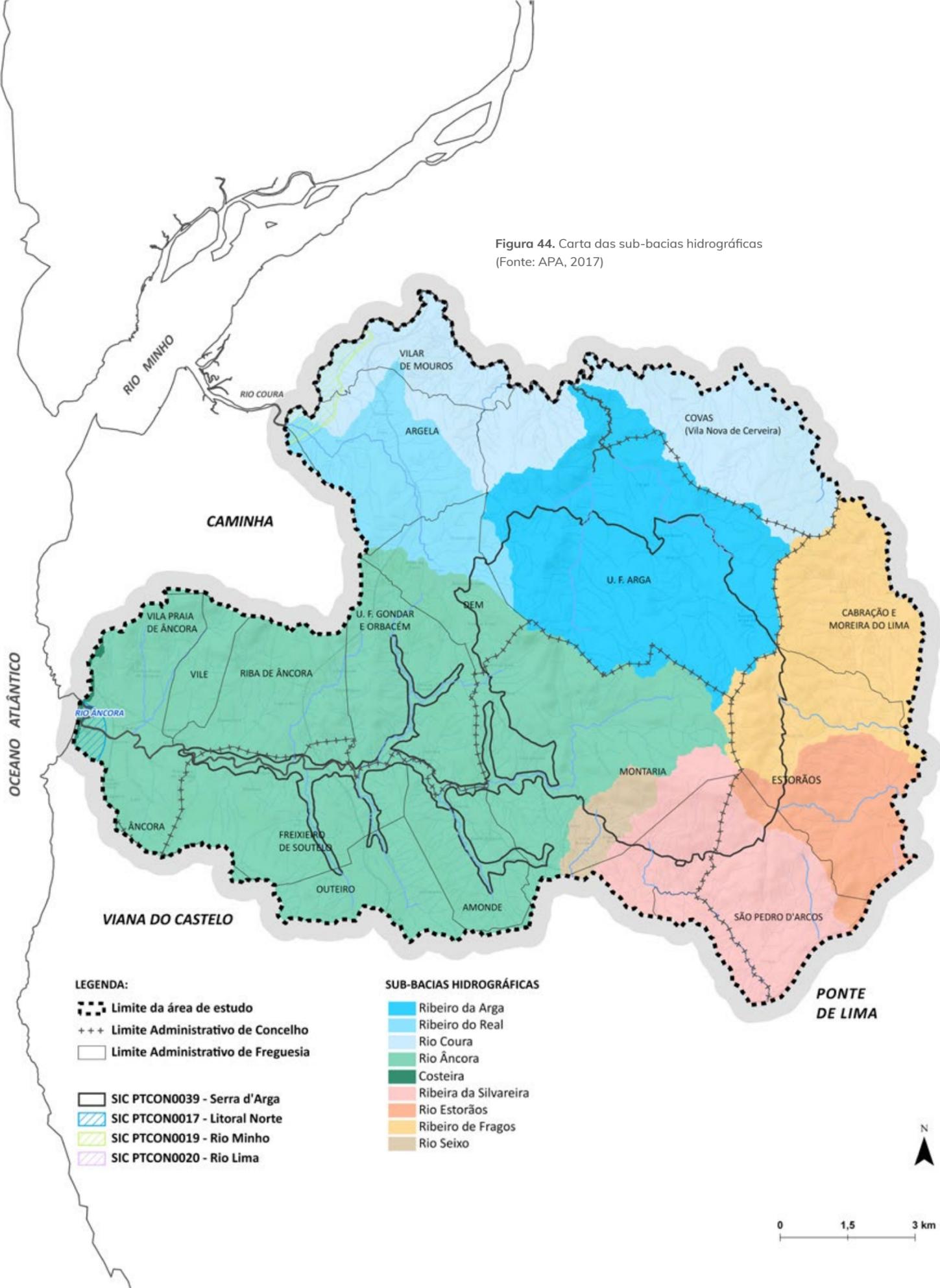


Sistema hídrico

A distribuição dos recursos hídricos é influenciada pelas características geológicas e climáticas de cada região e condiciona a vegetação, a paisagem e a disposição das povoações.

A área de estudo encontra-se inserida na Região Hidrográfica do Minho e Lima, abrangendo as bacias hidrográficas dos rios Minho e Lima e das ribeiras costeiras (Figura 43).

Figura 44. Carta das sub-bacias hidrográficas
(Fonte: APA, 2017)



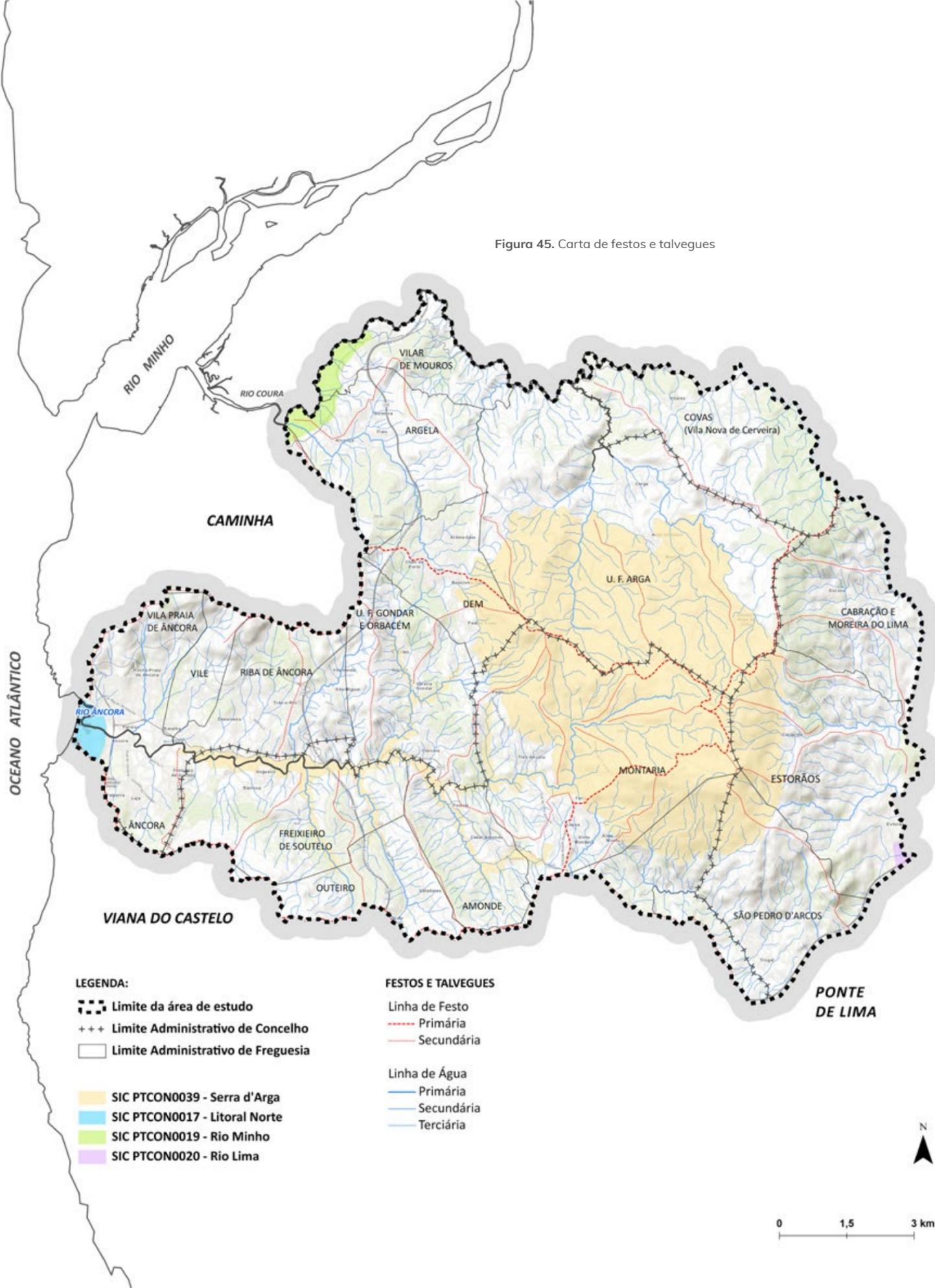
Numa análise mais detalhada podemos distinguir nove sub-bacias hidrográficas na área de estudo, identificadas na Tabela 15 e na Figura 44.

As únicas sub-bacias hidrográficas que se encontram totalmente na área de estudo são as do Rio Âncora e do Ribeiro de Arga. As restantes surgem parcialmente inseridas na área de estudo: sub-bacias do Rio Coura e do Ribeiro Real, que desaguam no Rio Minho, e sub-bacias dos rios Seixo e Estorãos, da Ribeira da Silvareira e do Ribeiro de Fragos, ramificações do Rio Lima. Com menor expressão conta-se, ainda, a sub-bacia costeira, sita a poente.

BACIA HIDROGRÁFICA	SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS
Costeiras entre Minho e Lima	Costeira; Rio Âncora
Rio Lima	Ribeira da Silvareira; Rio Estorãos; Ribeiro de Fragos; Rio Seixo
Rio Minho	Ribeira da Arga; Ribeiro do Real; Rio Coura

Tabela 15. Bacias e sub-bacias hidrográficas
(Fonte: APA, 2017)

Figura 45. Carta de festos e talvegues



As linhas de festo principais dividem e definem as bacias hidrográficas supramencionadas, conforme se verifica na **Figura 45**.

O Rio Âncora é a linha de água principal da área de estudo e percorre uma extensão de cerca de 20 km desde a Serra d'Arga até desaguar no mar, em Vila Praia de Âncora. Destacam-se como principais afluentes o Rio do Poço Negro, o Rio Paradela, a Ribeira de Amonde e a Ribeira de Gondar. Estas linhas de água secundárias, além de contribuírem para o escoamento de águas pluviais, são essenciais para as atividades humanas, nomeadamente a agricultura.

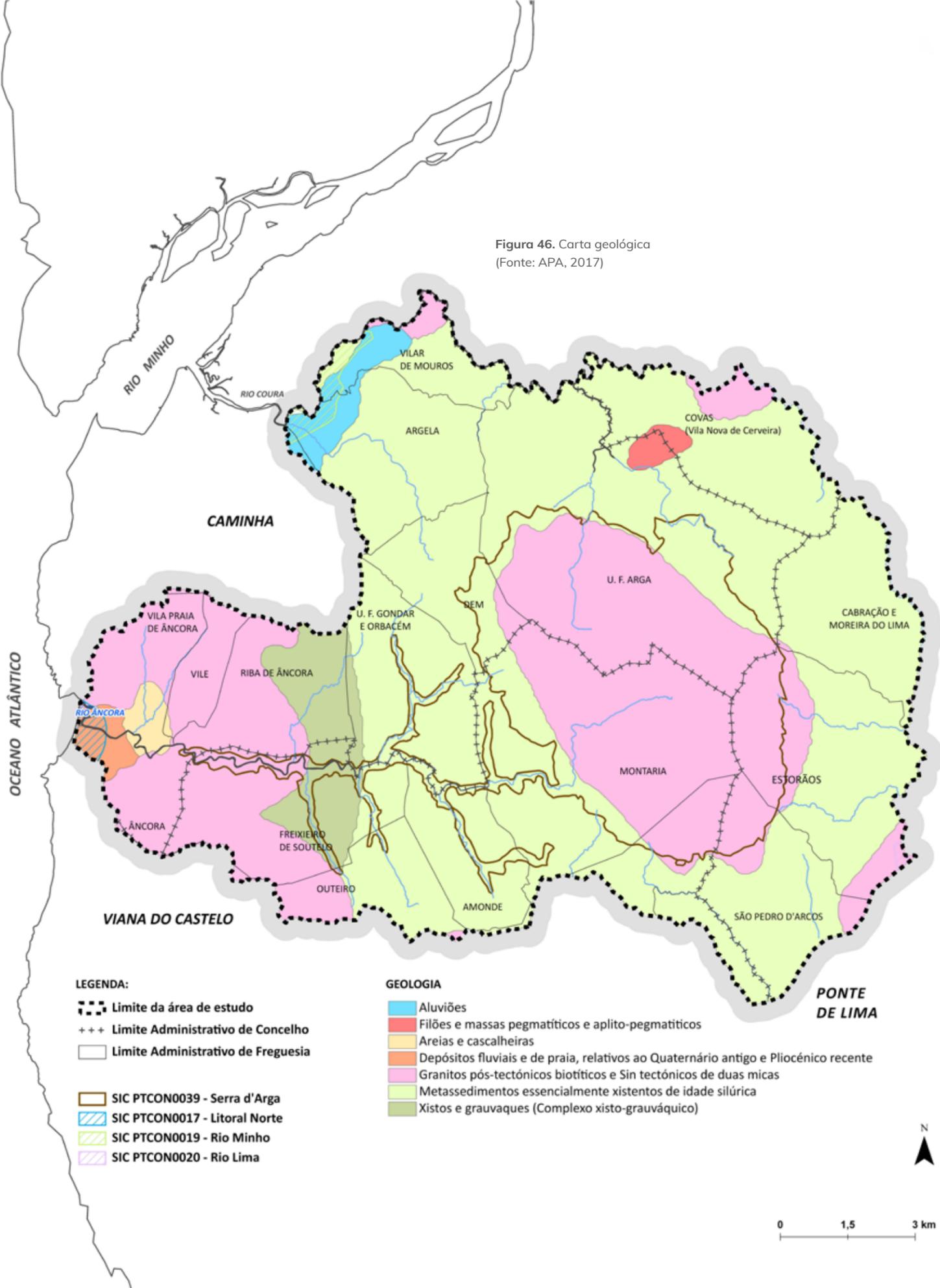
No extremo norte da área de estudo encontra-se o Rio Coura, que nasce em Paredes de Coura e percorre 50 km até à margem esquerda do Rio Minho. Os principais afluentes da sua margem esquerda são o Ribeiro de São João e o Ribeiro da Arga com relevância localizada para as povoações das Argas.

Geologia

A Região Norte de Portugal insere-se na unidade geomorfológica do Maciço Hespérico causado pela orogénia Alpina. É uma extensa área constituída por rochas cortadas por alinhamentos de fraturas tardi-hercínicas, a mais velha unidade de estruturas tectónicas da Península Ibérica.

Através da observação da paisagem e da arquitetura da área de estudo podemos aferir que esta é composta maioritariamente por granito e xisto. A fracturação e a alteração das rochas graníticas e xisto-magmatíticas, aliadas às características geomorfológicas e à pluviosidade elevada, conferem à região boas condições hidrogeológicas, sendo numerosas as nascentes de carácter permanente espalhadas por toda a área. Na **Figura 46** podemos observar as características geológicas da área de estudo.

Figura 46. Carta geológica
(Fonte: APA, 2017)



Os granitos estão presentes em cerca de 34% da área de estudo, incidindo sobretudo, no batólito da Serra d'Arga e na bacia atlântica do Rio Âncora, tendo grande relevância na área do Sítio "Serra de Arga". Esta rocha plutónica caracteriza-se pelo grão grosseiro de duas micas com raros megacristais, encontrando-se em constante erosão devido à sua exposição da qual resulta uma disjunção tabular a esferoidal (Figura 47).



Figura 47. Bloco granítico com seis pias

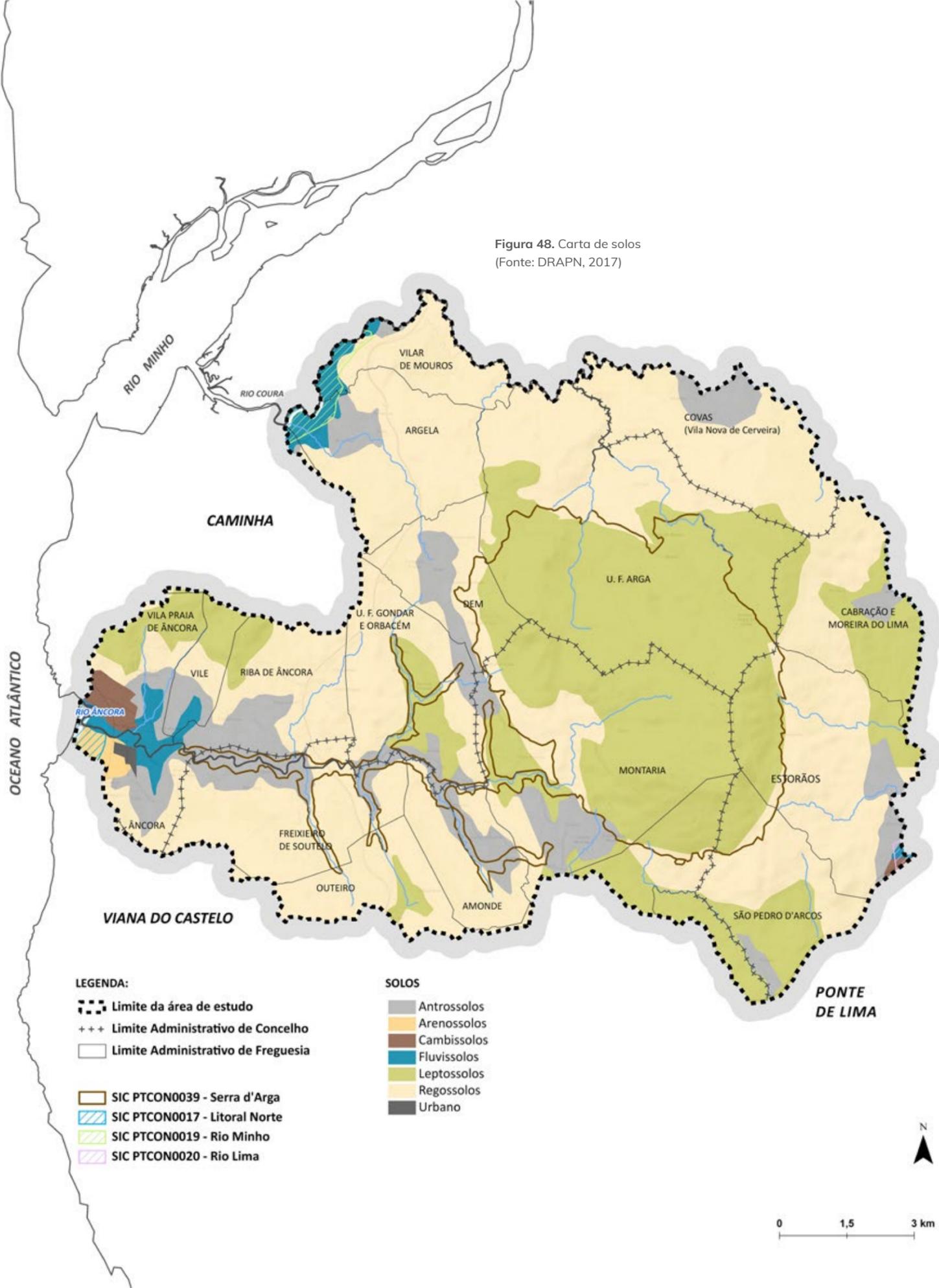
O xisto representa aproximadamente 65% da área, sendo que cerca de 20% se inclui na área do SIC "Serra de Arga". Especialmente, estas rochas metamórficas localizam-se a meia encosta, circundando o batólito da serra.

A zona de contacto litológico entre as rochas granitóides e xistentas apresenta afloramentos de filões aplito-pigmatíticos e quartzosos. Nesta zona fixaram-se aldeias serranas e explorações mineiras.

Os aluviões têm uma representatividade residual de apenas 1% da totalidade da área de estudo, encontrando-se sobretudo no vale do Rio Coura. No vale do Rio Âncora, entre os 340 e os 799 metros de altitude, é possível encontrar depósitos fluviais plistocénicos e holocénicos combinados com uma mancha de xistos negros intercalados com pelitos e psamitos. Na Ribeira de Nogueira predominam aluviões holocénicos com formações rochosas compostas por granitóides e xistos.

O vale do Rio Estorãos corresponde a uma ampla planície aluvial envolvida pelo granito e xisto negro típicos.

Figura 48. Carta de solos
(Fonte: DRAPN, 2017)



Solos

Os declives acentuados associados à rede hidrográfica, o clima e a ocupação antrópica contribuem para a pedogénese da rocha mãe que, pela sua capacidade hídrica e grau de alteração, origina uma grande variedade de tipos de solo.

O solo é um recurso natural importante que constitui uma componente essencial dos ecossistemas e dos ciclos naturais funcionando como reservatórios de água e suporte fundamental para a flora e a agricultura. Caracterizam-se pela sua forma, estrutura, textura, profundidade, concentração de matéria orgânica, acidez, disponibilidade de nutrientes e recursos hídricos.

Na **Figura 48** podemos observar a carta de solos e analisar a sua distribuição na área de estudo.

O tipo de solo predominante na área de estudo pertence à classe dos regossolos (52%) que se distribuem na periferia de antrossolos e a toda a volta da Serra d'Arga, em zonas de maior declive e consequentemente com elevado risco de erosão. São solos pobres que se formam pela pedogénese do Xisto, têm fraca permeabilidade armazenando água durante a estação húmida.

O topo da serra é maioritariamente formado por leptossolos que abrangem uma área correspondente a 31,7% do território com particular incidência na área do SIC "Serra de Argã". Esta classe de solos caracteriza-se pela reduzida espessura, até 30 cm, sob o qual se encontra a rocha mãe, contínua e consolidada — no caso uma formação granítica. São solos com dificuldades de drenagem e consequentemente abundantes em água. Esta classe de solos também está presente a noroeste e nascente e tem grande expressão na área de estudo.

Nas zonas urbanas e de maior ocupação antrópica dominam os antrossolos (11,5%). Em particular ao longo do Rio Âncora abrangendo nomeadamente as freguesias de Freixeiro de Soutelo, Amonde, Montaria, Vila Praia de Âncora, Âncora e Orbacém. Caracterizam-se por uma profunda alteração dos seus horizontes devido à ocupação humana — técnicas de fertilização e rega de forma continuada, impermeabilização entre outras — e por essa razão o tipo de rocha mãe não é relevante na sua génese. Na orla costeira, freguesia de Âncora, predominam os arenossolos que não têm expressividade na restante área em estudo. Têm textura mais grosseira que franco-arenosa e uma profundidade mínima de 100 cm.

Os fluviSSolos têm uma maior profundidade (125 cm), são os mais aptos para as atividades agrícolas na região apesar de apresentarem a menor representação na área de estudo (1,7%). Estes encontram-se nas veigas distribuídas a baixa altitude ao longo dos vales dos cursos de água.

Os cambissolos são pouco representativos na área de estudo (0,6%), encontram-se na margem norte do Rio Âncora, junto à sua foz em Vila Praia de Âncora. Este tipo de solo é pouco desenvolvido e apresenta uma espessura de 50 cm, por vezes com granulometria variada.

Componentes biológicas

Relativamente às componentes biológicas da paisagem “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora”, a análise aborda as seguintes temáticas:

- a) Flora;
- b) Fauna;
- c) Habitats.

Para a abordagem às componentes biológicas foram consultados os inventários da flora, fauna e tipos de habitat realizados pela FLORADATA no âmbito do presente projeto, bem como a ficha de caracterização do Sítio “Serra de Arga” que integra o Plano Setorial da Rede Natura 2000.

No entanto, os inventários florístico, faunístico e de tipos de habitat foram realizados somente na área do SIC “Serra de Arga”, à qual foi acrescentado o troço final do Rio Âncora até ao Oceano Atlântico e ao Sítio “Litoral Norte” (PTCON0017).

Flora

Na zona inventariada (4.600 hectares) foram encontrados 548 táxones de flora vascular, dos quais 70 são exóticos e 478 autóctones (88%), um número considerado elevado tendo em conta a dimensão da área inventariada.

Foram encontradas 32 espécies RELAPE (Raras, Endémicas, Localizadas e Ameaçadas ou em Perigo de Extinção) nomeadamente: raiz-divina-de-cheiro (*Armeria humilis* subsp. *odorata*), *Carex durieui*, *Dryopteris guanchica*, *Dryopteris carthusiana*, arranha-lobos (*Genista berberidea*) e chupadeira-do-Minho (*Scrophularia bourgaeana*). A última, um endemismo ibérico do qual se questionava a existência em território luso, fora avistada uma única vez em Portugal em 1978, fazendo dela uma das mais raras da flora portuguesa. A *Laserpitium prutenicum* subsp. *durianum* em Portugal apenas se pode encontrar na Serra d’Arga.

Na ficha de caracterização do Sítio “Serra de Arga” constante do Plano Setorial da Rede Natura 2000, encontram-se listados valores florísticos como a *Centaurea micrantha* ssp. *herminii*, um endemismo lusitânico presente nos prados e nas várzeas húmidas do noroeste português. É um hemipterófito vulnerável e raro sendo, por isso, uma espécie protegida. Desta lista, com recurso a trabalho de campo, foram encontradas a arnica-europeia (*Arnica montana*) — um geófito de flor amarela que ocorre em prados e urzais húmidos, principalmente de montanha, apesar de também ocorrer em zonas de cota baixa — e a *Lycopodium inundatum* ou *Lycopodiella inundata* avistada em locais temporariamente encharcados por água corrente. São também de salientar as espécies briófitas do género *Sphagnum* típicas das turfeiras e zonas húmidas. Esta vegetação desenvolve-se em espaços sombrios com elevados níveis de humidade.

As manchas florestais são dominadas por povoamentos de pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) e de eucalipto (*Eucalyptus globulus*). No entanto, podem ainda encontrar-se espécies de folhosas autóctones, principalmente em matas de produção e em galerias ripícolas. As matas (Figura 49) são frequentemente mistas de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), sobreiro (*Quercus suber*) e, pontualmente, faia (*Fagus sylvatica*), e as galerias ripícolas de bétula (*Betula alba*), amieiro (*Alnus glutinosa*), freixo (*Fraxinus angustifolia*) e salgueiro (*Salix atrocinerea*). Junto às povoações verifica-se, ainda, a existência de pomares, onde se podem encontrar várias espécies de fruteiras como, por exemplo, oliveiras (*Olea* sp.), castanheiros (*Castanea sativa*) e nogueiras (*Juglans regia*).

Figura 49. Carvalhal em Arga de Cima

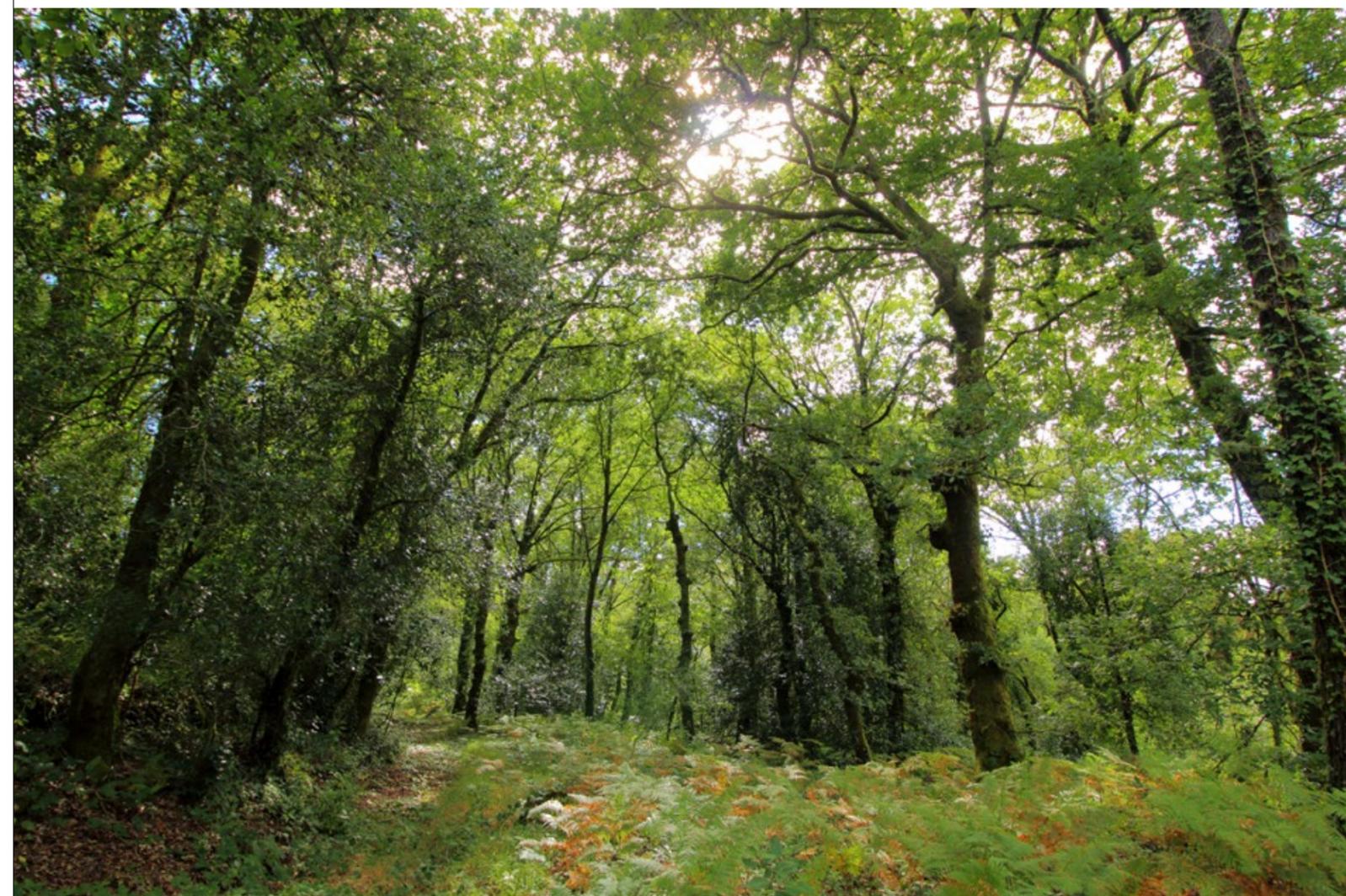
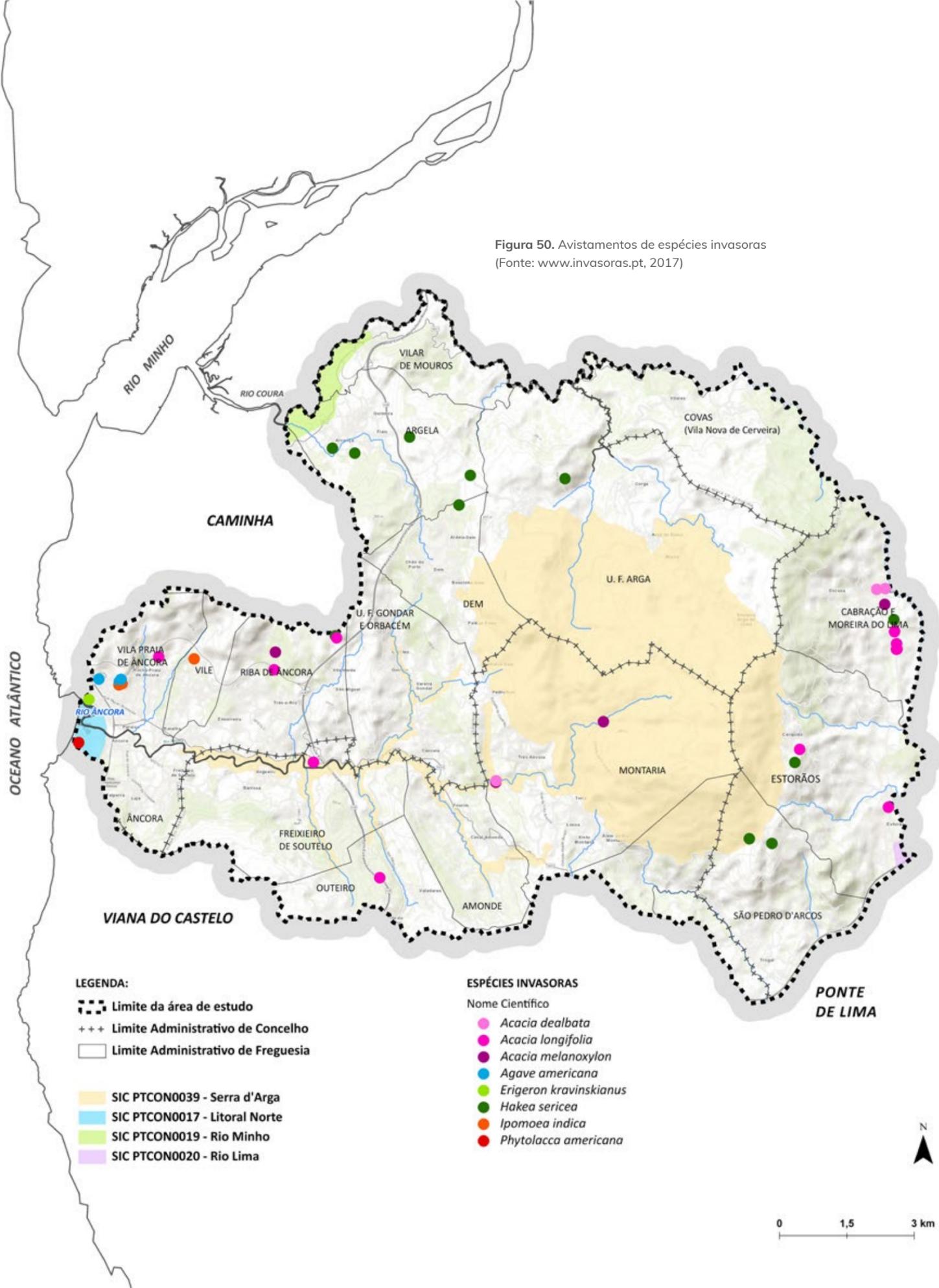


Figura 50. Avistamentos de espécies invasoras
(Fonte: www.invasoras.pt, 2017)



Para além das espécies autóctones e endémicas da Serra d'Arga e do vale do Âncora, na área de estudo é possível observar um elevado número de espécies invasoras como as acácias (*Acacia dealbata* e *Acacia melanoxylon*) e a háquea-espinhosa (*Hakea sericea*), cuja invasão, especialmente em áreas ardidas, apresenta um carácter de grande agressividade. De referir também os arbustos e herbáceas invasores, abundantes nesta região, como a tintureira (*Phytolacca americana*), a milhã (*Digitaria sanguinalis*), a erva-rapa (*Bidens frondosa*) ou a erva-da-fortuna (*Tradescantia fluminensis*).

O cartograma apresentado na **Figura 50** indica a distribuição de avistamentos de espécies invasoras na área de estudo, comunicados por cidadãos atentos

A leitura da imagem anterior permite concluir que os avistamentos de acácias e háqueas distribuem-se um pouco por toda a área de estudo, com maior incidência nas encostas da Serra d'Arga e no vale do Rio Âncora. As restantes espécies invasoras encontram-se em zonas com maior densidade populacional, como Vila Praia de Âncora, e têm um carácter mais ornamental como é o caso do agave (*Agave americana*).

Fauna

Na área do Sítio “Serra de Arga” e seu prolongamento até à foz do Rio Âncora, foram avistadas 187 espécies: 126 de aves, 33 de mamíferos, 12 de répteis, 10 de anfíbios e 5 de peixes. Deste conjunto de espécies, apenas 4 são consideradas exóticas. Comparativamente, as restantes 183 espécies correspondem a quase 80% da diversidade possível de ser observada no Parque Nacional da Peneda-Gerês, cuja área é significativamente superior.

São de salientar as espécies ameaçadas em Portugal como o cuco-rabilongo (*Clamator glandarius*), o falcão-abelheiro (*Pernis apivorus*), o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), o noitibó-cinzento (*Caprimulgus europaeus*), o maçarico-das-rochas (*Actitis hypoleucos*) ou a andorinha-do-mar (*Sterna hirundo*). A salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) é a única espécie avistada que tem estatuto de ameaçada em território nacional no que aos anfíbios diz respeito. Desta classe importa, ainda, mencionar os endemismos ibéricos que se encontram bem representados na área: a rã-de-focinho-pontagudo (*Discoglossus galganoi*), a rã-ibérica (*Rana iberica*) e o tritão-de-ventre-laranja (*Lissotriton boscai*).

Nenhum dos répteis se encontra com estatuto de ameaçado em Portugal, porém, destacam-se os endemismos ibéricos como o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a lagartixa-de-Bocage (*Podarcis bocagei*).

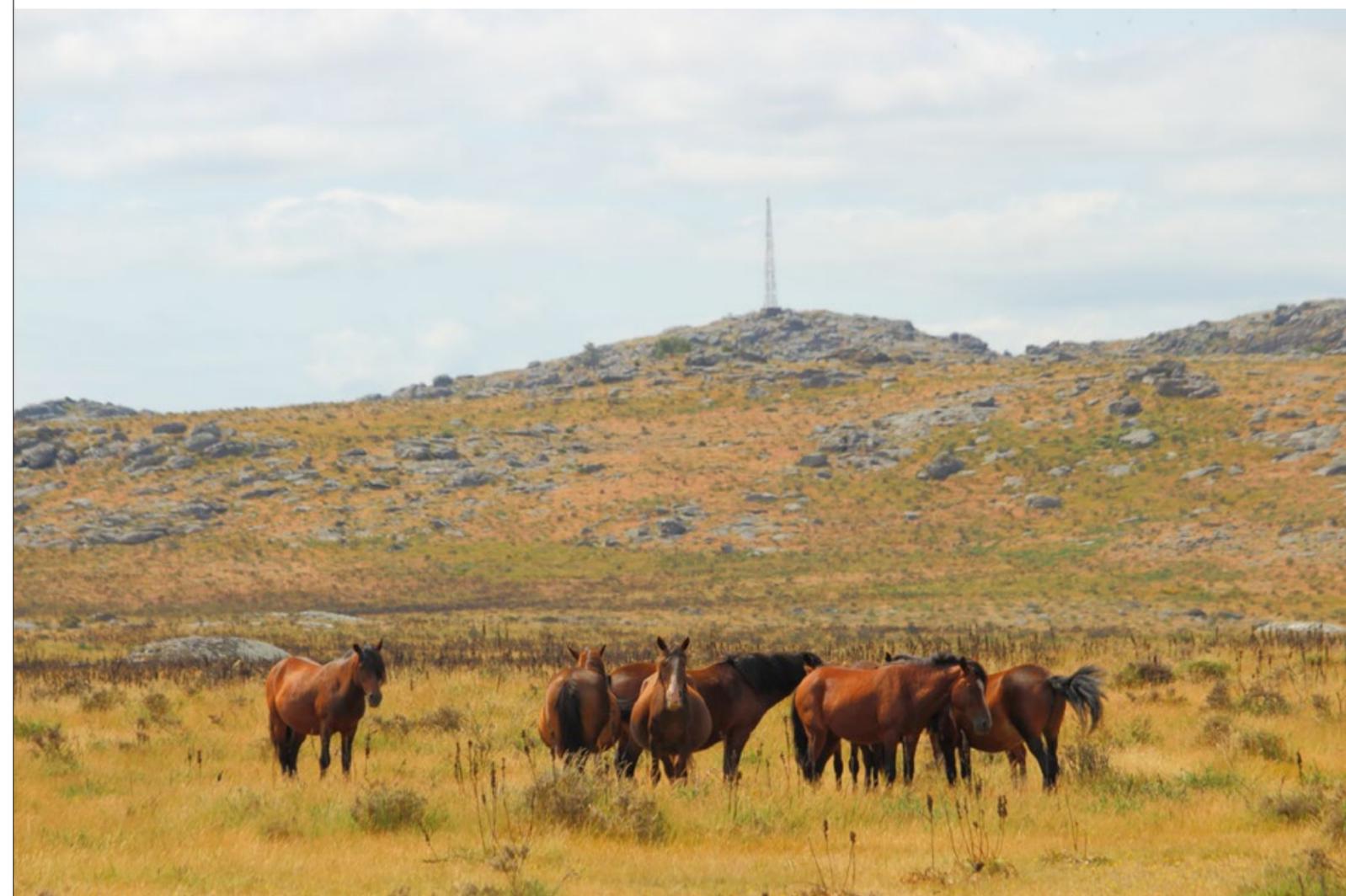
Relativamente aos mamíferos, importa destacar que quase um terço das 33 espécies identificadas (10) são morcegos. O morcego-de-ferradura-grande (*Rhinolophus ferrumequinum*) e o morcego-de-ferradura-pequena (*Rhinolophus hipposideros*) são considerados vulneráveis. A fragmentação e a degradação dos seus habitats — com a consequente redução do número de abrigos — e o uso de fitofármacos — que diminuem a disponibilidade de alimento para estes mamíferos insectívoros — têm sido as principais causas para a vulnerabilidade destas duas espécies. Das restantes 23 espécies de mamíferos avistadas, duas estão ameaçadas, nomeadamente a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), considerada vulnerável, e o lobo (*Canis lupus*), que se encontra em perigo de extinção. Os principais fatores de ameaça para o lobo prendem-se diretamente com a ação humana, nomeadamente: a perseguição e a fragmentação do seu habitat e, também, a redução das populações unguladas selvagens (javali, o corso ou o veado) que lhe servem de alimento.

Finalmente, no território em estudo verifica-se também a existência de populações de lontra (*Lutra lutra*) e de icónicas manadas de garranos (*Equus caballus*), identificados na **Figura 51**.

Nas amostragens realizadas, a ictiofauna conta com cinco espécies como a enguia-europeia (*Anguilla anguilla*) e o esgana-gata (*Gasterosteus aculeatus*).

Nos cursos de água, a ficha de caracterização do Sítio “Serra de Arga” refere como espécies de valor o sável (*Alosa alosa* e *Alosa fallax*), a boga-comum (*Chondrostoma polylepis*) e o salmão (*Salmo salar*). Este último encontra-se criticamente em perigo, uma vez que tem vindo a sofrer uma redução muito considerável (98%) da população de indivíduos maduros ao longo dos últimos vinte anos. As barragens e os açudes são as causas principais para esta redução, dado que alteram ou impedem o acesso às zonas de desova, necessário para completar o ciclo de vida da espécie. Em Portugal, a ocorrência de salmão apenas se verifica no território situado entre os rios Lima e Minho.

Figura 51. Garranos na Chã de São João



Habitats

Para a definição do Sítio “Serra de Arga” foram classificados dez habitats naturais e seminaturais identificados na **Tabela 16**.

As charnecas húmidas atlânticas temperadas de *Erica ciliaris* e *Erica tetralix* e as formações herbáceas de *Nardus* foram consideradas habitats prioritários do Sítio “Serra de Arga”. As primeiras caracterizam-se por formações arbustivas meso-higrófilas e higrófilas dominadas por urzes, tajos e espécies do género *Genista*. Esta vegetação coloniza normalmente solos permanentemente húmidos com um período de encharcamento variável durante a estação húmida. São importantes reguladores do ciclo da água e refúgio para a biodiversidade. As segundas são arrelvados perenes acidófilos caracterizados por comunidades de herbáceas densas e cespitosas. Para além dos benefícios que promove na regulação do ciclo e fornecimento de água e como refúgio da biodiversidade é muito importante na produção de pasto e recursos genéticos. Este habitat encontra-se ameaçado devido à regressão da pastorícia e pela destruição física e eutrofização dos solos.

Código	Nome
3260	Cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação <i>Ranunculion fluitantis</i> e da <i>Callitricho-Batrachion</i>
4020*	Charnecas húmidas atlânticas temperadas de <i>Erica ciliaris</i> e <i>Erica tetralix</i>
4030	Charnecas secas europeias
6230*	Formações herbáceas de <i>Nardus</i> , ricas em espécies, em substratos siliciosos das zonas montanas (e das zonas submontanas da Europa continental)
6510	Prados de feno pobres de baixa altitude (<i>Alopecurus pratensis</i> , <i>Sanguisorba officinalis</i>)
7140	Turfeiras de transição e turfeiras ondulantes
7150	Depressões em substratos turfosos da <i>Rhynchosporion</i>
8220	Vertentes de rochas siliciosas com vegetação casmofítica
8230	Rochas siliciosas com vegetação pioneira da <i>Sedo-scleranthion</i> ou da <i>Sedo albi-Veronicion dillenii</i>
9230	Carvalhais galaico-portugueses de <i>Quercus robur</i> e <i>Quercus pyrenaica</i>

Tabela 16. Lista de habitats presentes no Sítio “Serra de Arga”
(Fonte: Plano Setorial da Rede Natura 2000, ICNF)

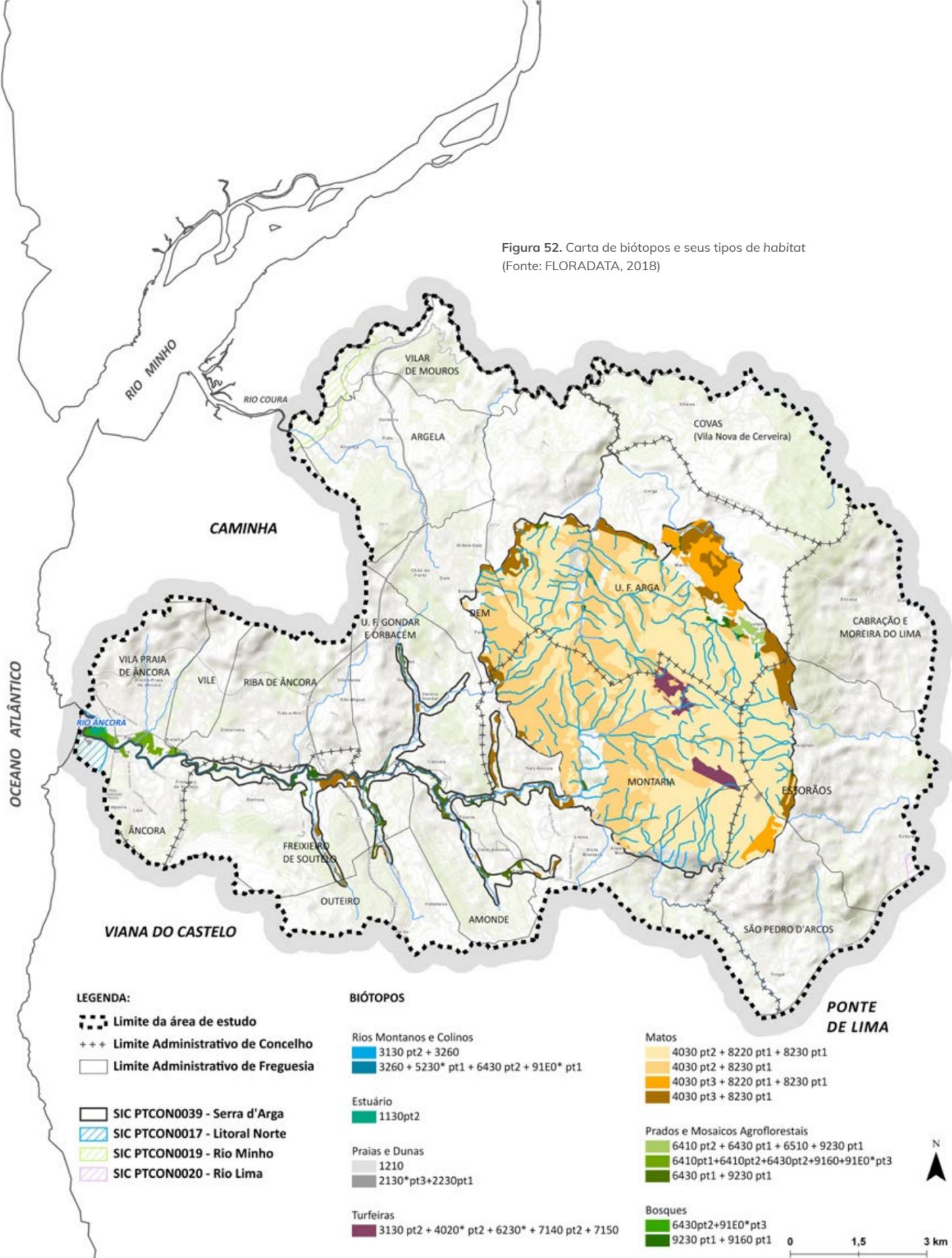
As charnecas secas europeias de matos baixos têm um elevado grau de cobertura frequentemente promovida por espécies da família das ericáceas, cistáceas e leguminosas. Atualmente, a sua maior ameaça é a ocupação por espécies invasoras nomeadamente dos géneros *Acacia* e *Hakea* que colonizam, por vezes agressivamente, estes territórios.

Os prados de feno pobres de baixa altitude (*Alopecurus pratensis*, *Sanguisorba officinalis*) apresentam um elenco florístico muito variável e dispõem-se em mosaico com outras comunidades pratenses nomeadamente as formações herbáceas de *Nardus* (habitat prioritário do Sítio “Serra de Arga”).

Os cursos de água dos pisos basal a montano com vegetação da *Ranunculion fluitantis* e da *Callitricho-Batrachion* são tipos de habitat dulçaquícolas de águas correntes com comunidades de macrófitos aquáticos. Nas zonas húmidas, onde se deposita muita matéria orgânica, podemos, ainda, encontrar dois tipos de habitat importantes na regulação do ciclo da água, como refúgio de biodiversidade e na educação e ciência — as turfeiras de transição e turfeiras ondulantes, e as depressões em substratos turfosos da *Rhynchosporion* — sendo que as primeiras prestam também o serviço de produção de solo.

No maciço central da Serra d’Arga, o afloramento granítico determina a existência de tipos de habitat promovidos pela composição siliciosa da rocha. São eles as vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica e as rochas siliciosas com vegetação pioneira da *Sedo-Scleranthion* ou da *Sedo albi-Veronicion dillenii*. Estes tipos de habitat são dominados por vegetação rupícola e pioneira nomeadamente crassuláceas e tomilho. O material rochoso é rico em briófitas e líquenes referidos anteriormente como espécies vegetais de valor no Sítio “Serra de Arga”.

Figura 52. Carta de biótipos e seus tipos de habitat
(Fonte: FLORADATA, 2018)



Os carvalhais galaico-portugueses de *Quercus robur* e *Quercus pyrenaica* são mesobosques dominados por estas duas espécies de carvalho e, pontualmente, por bétulas. O grau de cobertura do estrato arbóreo é de, aproximadamente, 100%. No passado, tinham uma área de ocupação bastante extensa que foi largamente reduzida pela ocupação antrópica, especialmente com a reconversão em pinhal e a introdução do eucalipto. Representa a mata clímax que atualmente se encontra ameaçada, pelos seguintes fatores: fogo, cortes rasos, pastoreio, programas de apoio à floresta de produção e dominância absoluta do sistema de exploração por talhadia simples que seleciona negativamente as árvores criando uma dominância da espécie *Quercus robur*. Este habitat dispõe-se em mosaico com etapas subseriais como é o caso das charnecas secas europeias e dos prados de feno pobres de baixa altitude também presentes nesta região. Para além disso, tem especial relevância no sequestro de carbono, na regulação climática, na prevenção de fenómenos catastróficos, no fornecimento de água e na regulação do seu ciclo, na retenção e formação do solo, na regulação do ciclo de nutrientes, como refúgio da biodiversidade, na produção de alimentos (nomeadamente cogumelos) e de madeiras e pasto com valor comercial, na recreação e na informação estética, artística, cultural, espiritual e histórica e com especial relevância para a educação e ciência.

A expressão territorial dos biótipos e seus tipos de habitat presentes na área de estudo encontra-se representada na Figura 52.

Componentes socioeconómicas

No âmbito das componentes socioeconómicas “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora”, a análise incide sobre as temáticas a seguir discriminadas:

- a) População;
- b) Atividades económicas.

População

O presente subcapítulo tem como objetivo sintetizar as principais características da área de estudo no que respeita à estrutura e dinâmica da população. Para tal, foram analisados os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) através da Base Geográfica de Referência de Informação (BGRI) relativos aos censos nacionais de 1991, de 2001 e de 2011. A informação foi analisada ao nível da região, dos concelhos, das freguesias e da área de estudo, na qual foram consideradas as subsecções estatísticas que a integram.

De acordo com os dados recolhidos nos Censos de 2011 (**Gráfico 1**), a população residente na área de estudo era de 10.016 indivíduos, distribuídos pelos municípios de Caminha (78,9%), Viana do Castelo (16,8%), Ponte de Lima (7,4%) e Vila Nova de Cerveira (1,9%). A área de estudo representa 6,3% do somatório do número de indivíduos residentes nos 4 municípios, correspondendo, por sua vez, a 4,3% do total de residentes da Região Norte de Portugal.

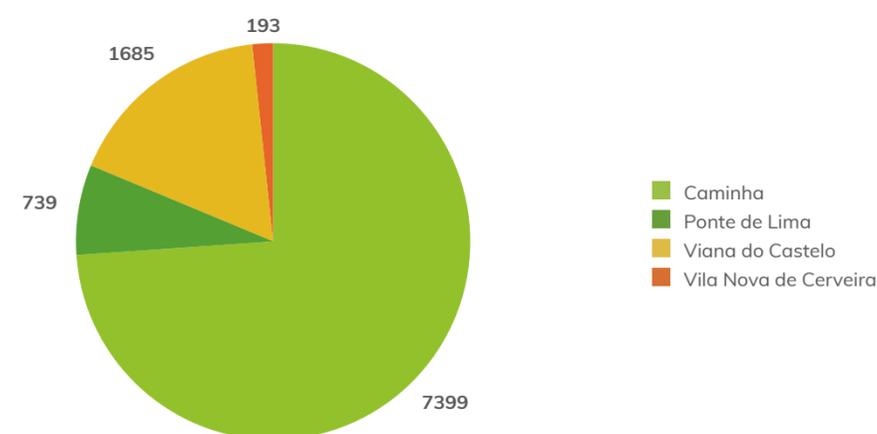


Gráfico 1. Número de indivíduos residentes na área de estudo, por concelho, em 2011
(Fonte: INE, 2011)

No entanto, nos últimos vinte anos tem-se verificado uma tendência de diminuição do número de residentes na área de estudo. Conforme é possível comprovar pela análise do **Gráfico 2**, em 1991 residiam nesta área 12.977 indivíduos, mais 9,7% do que o valor registado em 2001 e mais 22,8% que no último período de referência (2011).

Entre 1991 e 2011, os Censos da população ao nível da Região Norte apresentam uma tendência contrária, uma vez que houve um aumento de 6,25% do número de residentes.

A densidade populacional na área de estudo é de 39,82 hab/km², menos de metade do observado ao nível dos municípios (179,3 hab/km²).

A maior parte do território da área de estudo, 65,4%, tem uma densidade populacional compreendida entre os 1 e 250 habitantes/km², sendo que apenas 2,13% desta área tem valores de densidade superiores. 32,5% da área de estudo encontra-se desabitada, nomeadamente nas serras.

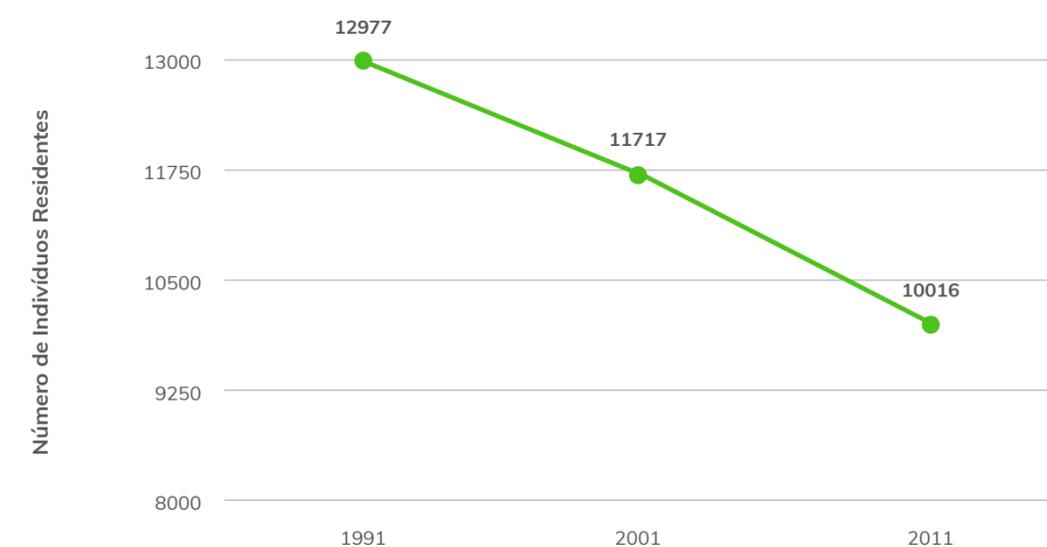
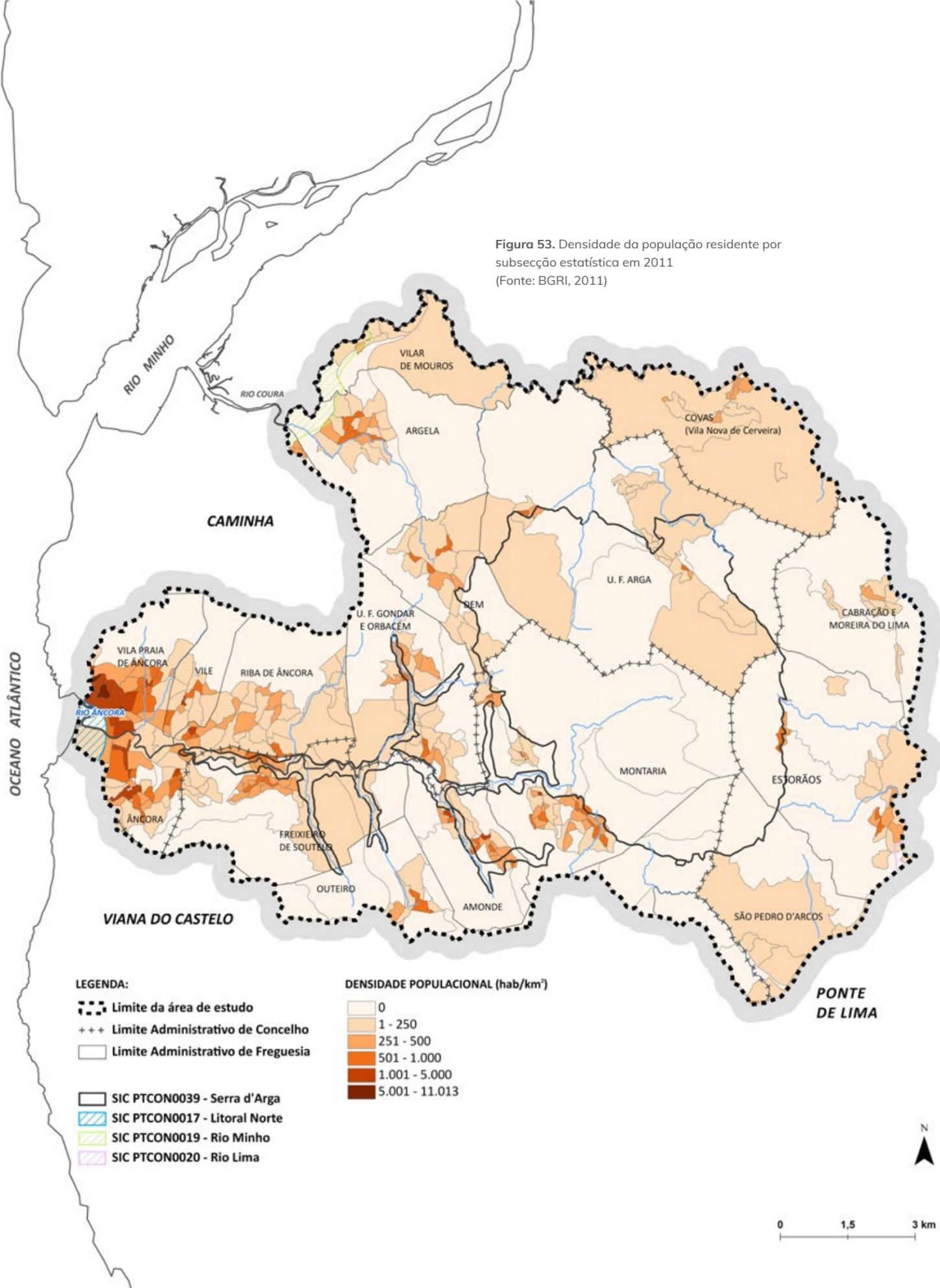


Gráfico 2. Evolução do número de residentes na área de estudo entre 1991 e 2011
(Fonte: INE, 2011)

Figura 53. Densidade da população residente por subsecção estatística em 2011
(Fonte: BGRI, 2011)



Na Figura 53 surge representada a densidade da população residente na área de estudo por subsecção estatística.

Relativamente à estrutura etária da população residente, esta foi analisada de acordo com três grupos: jovem (com menos de 15 anos de idade), ativa (com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos) e idosa (com mais de 65 anos de idade, inclusive).

O grupo da população ativa é o que se apresenta com maior expressão nos três períodos censitários analisados. Na área de estudo representa, em 2011, cerca de 62,8% da população e distribui-se ao longo do Rio Âncora, sobretudo junto à sua foz e em algumas subsecções serranas.

O segundo grupo mais representativo nesta área é o da população idosa, que se concentra sobretudo nos aglomerados serranos como o Cerquido, Pedras Frias, Aldeia, Sobral e as Argas. Este facto é bem elucidativo do envelhecimento da população, que se verifica, sobretudo, nas regiões serranas e interiores. Ao mesmo tempo, verifica-se igualmente que a população jovem apresenta uma tendência de decréscimo, inversamente proporcional ao número de indivíduos classificados como população idosa.

No Gráfico 3 pode observar-se a evolução, por grupo etário, da população residente.

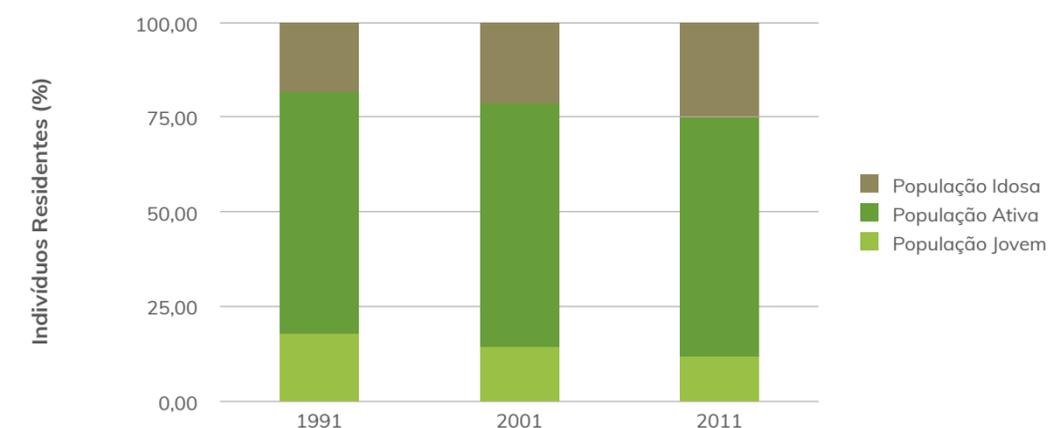


Gráfico 3. Evolução da população residente na área de estudo por grupo etário, entre 1991 e 2011
(Fonte: INE 1991/2001/2011)

Relativamente às habilitações literárias, a maior parte da população residente na área de estudo concluiu o ensino básico. Ainda assim, é importante referir a taxa de analfabetismo de 5,0%, valor superior ao verificado na Região Norte de Portugal (8,9%). Estes indivíduos distribuem-se de forma coincidente com as áreas onde a população se apresenta mais envelhecida.

Por outro lado, a percentagem de indivíduos residentes pensionistas e reformados é inferior ao que se verifica na Região Norte de Portugal (36%), constituindo 28% da população em estudo. Este último grupo de indivíduos concentra-se, sobretudo, nas subsecções junto da serra, nomeadamente nas Argas, Cerquido, Pedrulhos, Pedras Frias, Chão do Porto e Vilares, o que coincide, naturalmente, com as subsecções mais envelhecidas da área de estudo.

Em 2011, a percentagem da população ativa empregada, residente na área de estudo, era de 57,2%, o que fica aquém dos 60,1% da Região Norte de Portugal. Contudo, apenas 8% da população ativa se encontra à procura de emprego.

Em 2011, os indivíduos residentes encontravam-se, maioritariamente, empregados no setor terciário (65,2%), seguindo-se o setor secundário (28,7%) e, por último, o setor primário (6,1%). No entanto, nas últimas duas décadas, verificou-se uma diminuição da proporção da população residente empregada no setor primário em prol de um aumento no setor terciário.

A evolução dos indivíduos empregados, por setor de atividade, apresenta-se, de seguida, no **Gráfico 4**. Apesar do setor primário ser aquele com menor número de empregados na área de estudo, o seu impacto na paisagem é muito representativo, destacando-se alguns lugares onde o seu número é maior, nomeadamente junto à serra em Pedrulhos e Espantar (Viana do Castelo) e Castanheira (Arga de Baixo, Caminha),



Gráfico 4. Evolução da distribuição do emprego por setor de atividade (Fonte: INE 1991/2001/2011)

Atividades económicas

Relativamente às atividades económicas com maior impacto na área de estudo, as que se apresentam como as mais relevantes são as seguintes:

- a) Agricultura, pecuária e silvicultura;
- b) Exploração mineira;
- c) Produção de energia;
- d) Turismo, recreio e lazer;
- e) Equipamentos e serviços públicos.

Agricultura, pecuária e silvicultura

O setor agrícola foi muito importante para a construção da paisagem que atualmente conhecemos no território da Serra d'Arga. Grande parte da atividade desenvolvida neste setor era resultado de mão-de-obra familiar, sendo as ações pontuais como as sachas, as desfolhadas, as vindimas e as podas realizadas com a ajuda da comunidade. O modo de produção era assente na rotatividade das culturas sem recorrer ao pousio.

A atividade agrícola estava intimamente ligada à pecuária e à silvicultura, traduzindo-se no sistema campo-bouça-baldio. As propriedades tinham animais para ajudar nas lides do campo e produzir leite (no caso do gado bovino e caprino), lã (ovinos) e carne para fumeiro (suínos). Os animais pastavam nos baldios comunitários, os matos eram roçados para lhes servirem de cama e as produções agrícolas eram um complemento à sua alimentação. Em contrapartida, os animais estrumavam os campos, tornando-os mais produtivos. Estas atividades rurais criavam um ciclo fechado de reaproveitamento dos materiais biológicos e minerais.

A atividade agrícola desenvolvia-se nas veigas, situadas nas áreas mais férteis na margem dos rios, nas chãs, situadas no topo da serra (planícies à cota alta onde se produzia forragem e os animais pastavam) e, a meia encosta, em socalcos dispostos de forma a aumentar o perfil de solo e viabilizar a produção de cereais como o milho. Eram também frequentes as explorações de aveia, centeio, hortaliças e batata. A vinha trepava às ramadas ou às árvores (latadas ou vinha de enforcado) que limitavam as propriedades e nos quintais cresciam árvores de fruto. A produção era maioritariamente para consumo da população, sendo o restolho restituído aos animais. As espigas de milho eram debulhadas e secas nas eiras para se poderem armazenar nos espigueiros até os grãos saírem. Posteriormente, estes eram levados para os moinhos para a produção de farinha que servia, depois, como base da alimentação durante o ano.

As bouças, principal tipo de propriedade florestal, eram explorações comuns de onde se retiravam o mato e a lenha. Durante o Estado Novo foi implementado o Plano do Povoamento Florestal, que regulamentava a plantação de pinheiro-bravo nos baldios serranos tendo em vista o aumento dos índices de produtividade

e a diminuição a erosão que então se fazia notar. A par desta medida, foram contruídos postos de vigia e casas para os guardas-florestais que ficavam encarregues de gerir e vigiar a floresta. Mais tarde, introduziu-se o eucalipto utilizado para a indústria da pasta de papel. Devido ao crescimento muito rápido que permite obter rendimento de árvores mais jovens, esta espécie vulgarizou-se com grande rapidez.

Em 2016, segundo o INE, o sector agrícola apresentava receitas superiores a mil milhões de euros só na Região Norte. A cultura do milho continua a ser a mais relevante da região. Porém, a sua produção serve quase exclusivamente para a alimentação de bovinos de leite.

A maior parte da agricultura praticada na área de estudo corresponde a culturas temporárias de regadio, nomeadamente a produção de milho, tanto para forragem como para consumo humano, leguminosas secas para grão como o feijão, prados temporários, batata e culturas hortícolas intensivas e, em menor dimensão, a produção de flores e de espécies ornamentais.

O Vinho Verde que se produz na região é classificado com Denominação de Origem Controlada (DOC). De acordo com o recenseamento agrícola, desde, pelo menos, 1989, a pecuária tem vindo a tornar-se mais intensiva, passando os animais a viver em estabulação permanente, perdendo a sua antiga relação com os baldios e bouças. Existem também produtos de origem animal classificados, nomeadamente a Raça Barrosã — com Denominação de Origem Produzida (DOP) no concelho de Ponte de Lima — e o Cabrito das Terras Altas do Minho — com Indicação Geográfica Protegida (IGP) em todo o distrito de Viana do Castelo.

Atualmente, os povoamentos florestais do Alto Minho, de dimensões reduzidas e com grande número de proprietários, pautam-se por uma gestão de conveniência, ou seja, não havendo necessidade de obtenção de rendimento pelos proprietários, não há lugar a abate e venda da madeira. As espécies utilizadas — pinheiro-bravo e eucalipto — têm crescimentos rápidos que permitem a sua exploração entre fogos.

Exploração mineira

No norte de Portugal, desde a segunda metade do século XIX e no decorrer do século XX, os sítios mineiros ocuparam um lugar importante no que respeita à gestão territorial. O Alto Minho, sub-região onde se insere a área de estudo, constituiu uma das mais importantes regiões mineiras de Portugal Continental, onde os valores económicos associados à enorme diversidade de depósitos minerais se aliam ao interesse científico, histórico, turístico e cultural.

As áreas mineiras concessionadas entre 1836 e 1992 (data de encerramento da última mina) disseminam-se por todo o território, incluindo a região da Serra de Arga. De acordo com o Catálogo de Minas da Região Norte divulgado pela Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG), para o Norte de Portugal, no início do século passado (até 1900) estavam registadas no cadastro mineiro nacional 142 concessões, a meio do

século contavam-se 1259 e, em 1992, existia um total de 1716 minas concessionadas no norte de Portugal, a maioria dedicadas a minérios metálicos. Estes números evidenciam um empreendimento mineiro exponencial, principalmente até 1950/1955, mas que, no final do século XX, praticamente cessou. No entanto, este abandono decorreu sem provas de perda do valor industrial ou esgotamento das reservas.

Ao território em estudo estão dedicados diversos trabalhos de investigação que o tornam um objeto extremamente bem referenciado quanto ao conhecimento geológico e dos recursos base, às formas de impacto ambiental associadas aos espaços mineiros abandonados, e no que diz respeito ao património propriamente dito. O estudo exaustivo dos vestígios existentes na Serra de Arga relativos ao século XX, dos quais persistem, ainda, referências documentais (arquivos) e testemunhos orais (inquéritos sociológicos), foi elaborado pelo Professor Doutor Carlos Leal Gomes²⁸, traduzindo-se na publicação, desde 1986, de inúmeros artigos científicos de referência.

De referência para o presente estudo é também relevante salientar a investigação efetuada por Raquel Cepeda Alves no âmbito da elaboração da Tese de Doutoramento em Ciências (Universidade do Minho), *Contribuição para um sistema de gestão integrada de sítios mineiros do Noroeste de Portugal*, trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor Carlos Leal Gomes e da Professora Doutora Teresa Fernandes Valente.

A região da Serra d'Arga apresenta uma grande diversidade litológica, de depósitos minerais e mineralizações metálicas, razão pela qual tem sido palco de vários ciclos extrativos, nomeadamente de ouro (Au), prata (Ag), estanho (Sn), tungsténio/volfrâmio (W), nióbio (Nb), e tântalo (Ta), dos quais há registos de antigas explorações mineiras de pequena dimensão. Assinala-se igualmente a presença de lítio (Li), associado a minerais não metálicos, nomeadamente quartzo (Qz) e feldspato (Feld).

As evidências associadas ao aproveitamento de recursos minerais reconhecem-se desde o Paleolítico, com grande incidência na época romana e, mais recentemente, desde a segunda metade do século XIX até ao final do século XX (1836-1992). De acordo com alguns autores, a própria denominação "Arga" pode ser atribuída à derivação e conversão dos termos latino e arcaico (*aurea* e *aurega*, respetivamente), evidenciando o aproveitamento, desde a antiguidade, de recursos auríferos nesta região.

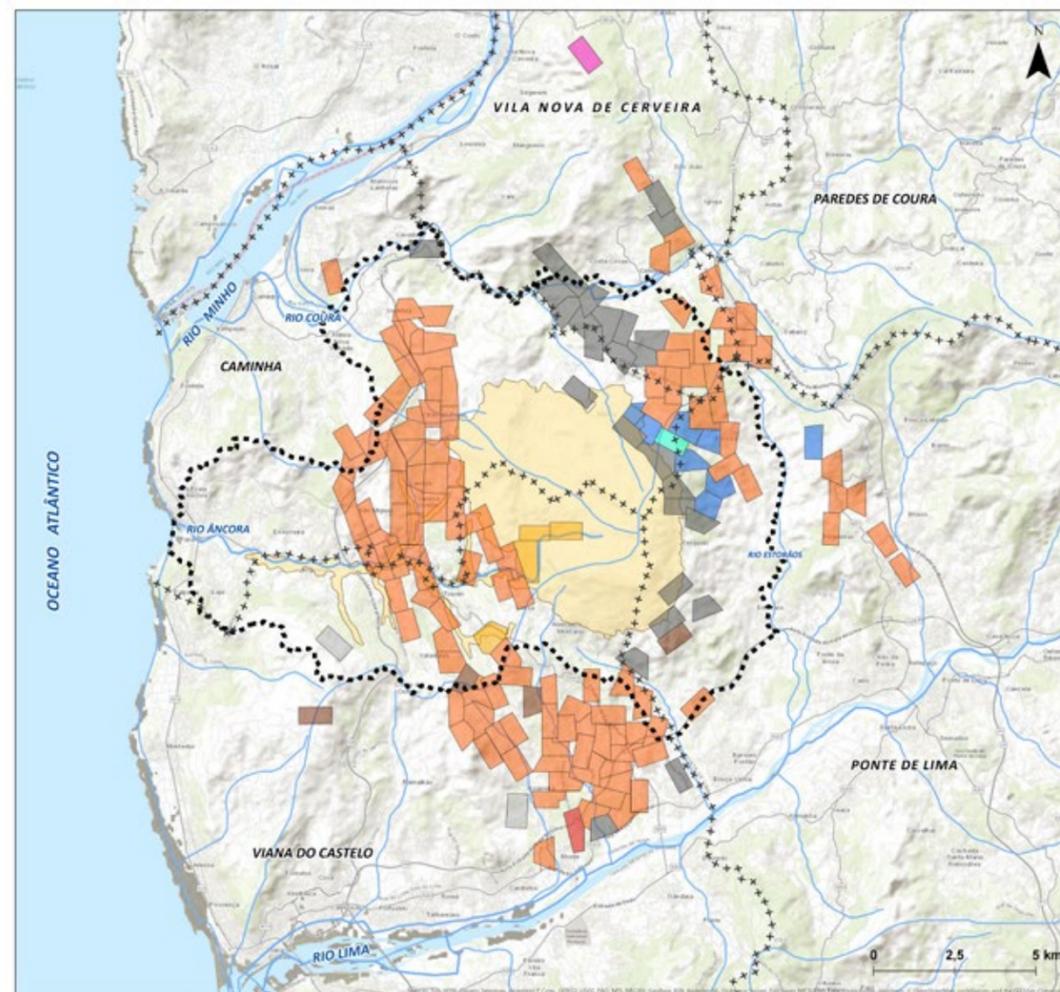


Figura 54. Áreas de concessão atribuídas na Região Mineira da Serra d'Arga (1836-1992)

No território em análise, os vestígios de atividade mineira que se apresentam atualmente mais preservados correspondem aos ciclos extrativos mais recentes, períodos de boom ou rush mineiro, que se traduziram em “múltiplos empreendimentos, milhares de registos de manifesto de descoberta, centenas de pedidos de concessão e a mobilização generalizada de populações para centros de exploração”²⁹. Durante o século XX, os períodos de boom mineiro mais representativos correspondem às épocas das duas grandes guerras (1914-1918 e 1939-1945, respetivamente) e às décadas de 50 e 70, com a valorização do estanho (Sn). Destas épocas subsistem diversos vestígios mineiros na paisagem da Serra d'Arga, na organização do território e na memória coletiva das comunidades.

Do ponto de vista administrativo, enquanto unidade geográfica de prospeção mineira, a Região Mineira da Serra d'Arga abrange cinco municípios do distrito de Viana do Castelo, designadamente Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. Somente em explorações formais dispersas pelo território serrano contam-se um total de **170 áreas mineiras concessionadas**, dedicadas, maioritariamente, à exploração de estanho (Sn) e volfrâmio (W), tendo muitas delas iniciado a atividade no período entre 1874 e 1968. A sobreposição dos polígonos correspondentes às antigas áreas de concessão mineira, com áreas que variam entre os 270 e os 780 m², permite reconhecer os aspetos mais singulares da Região Mineira relativamente à geomorfologia, dispersão demográfica e mineira, bem como dos depósitos minerais e dos alinhamentos estruturais que lhe estão associados. As áreas de concessão mineira atribuídas no decorrer do século XX na Região Mineira da Serra d'Arga, distinguidas pela substância explorada, apresentam-se na **Figura 54**.

A leitura desta figura permite concluir, em primeiro lugar, que a maior extensão de área com estatuto de proteção e conservação (SIC PTCON0039 - Serra de Arga) não se sobrepõe aos perímetros mineiros, com exceção da zona das Argas, Santa Justa e da encosta proveniente do Alto da Chãzinha até Trás-Âncora, Espantar e Montaria.

As 170 áreas de concessão mineira atribuídas na região da Serra d'Arga podem ser organizadas em **7 faixas** e **14 campos**, designadamente os constantes na **Tabela 17**:

FAIXAS MINEIRAS		CAMPOS MINEIROS	
F1	Serra de Covas - Lousado - Formigoso	C1	Serra de Covas
F2	Vilarinho - Cabração - Seixalvo	C2	Lousado
F3	Argas - Cerquido - Santa Justa	C3	Formigoso
F4	Dem - Pedrulhos - Espantar	C4	Cabração
F5	Costa Minas - Azevedo - Paradela	C5	Cumieira - Junqueira
F6	Alto Bouça Breia - Folgadoiro - Campo da Corte	C6	Argas - Cerquido
F7	Amonde - "Verdes" - Corredouras	C7	Santa Justa
		C8	Vila Mou
		C9	Verdes - Ourada
		C10	Vale do Âncora
		C11	Traz Âncora
		C12	Gondar
		C13	Dem
		C14	Valdarcas

Tabela 17. Faixas e campos mineiros da Região Mineira da Serra d'Arga (1836-1992)
(Fonte: adaptado de ALVES, R., 2014)

De acordo com ALVES, R. (2014), as faixas mineiras distinguidas na Região Mineira da Serra d'Arga compreendem "depósitos com especialização metálica e afinidade genética e relacionam-se com lineamentos macro-escalares estruturantes da sua distribuição espacial" e os campos mineiros delimitados correspondem a "depósitos com o mesmo enquadramento estrutural e metalogenético, relacionados com um mesmo evento ou entidade geradora, espacialmente próximos ou mesmo contíguos"³⁰.

Regra geral, a demarcação das faixas e dos campos mineiros respeita as orientações das estruturas geológicas com maior desenvolvimento regional, correspondendo o eixo maior da concessão à direção do depósito.

A expressão espacial das faixas e campos mineiros identificados na Região Mineira da Serra d'Arga apresenta-se na **Figura 55**.

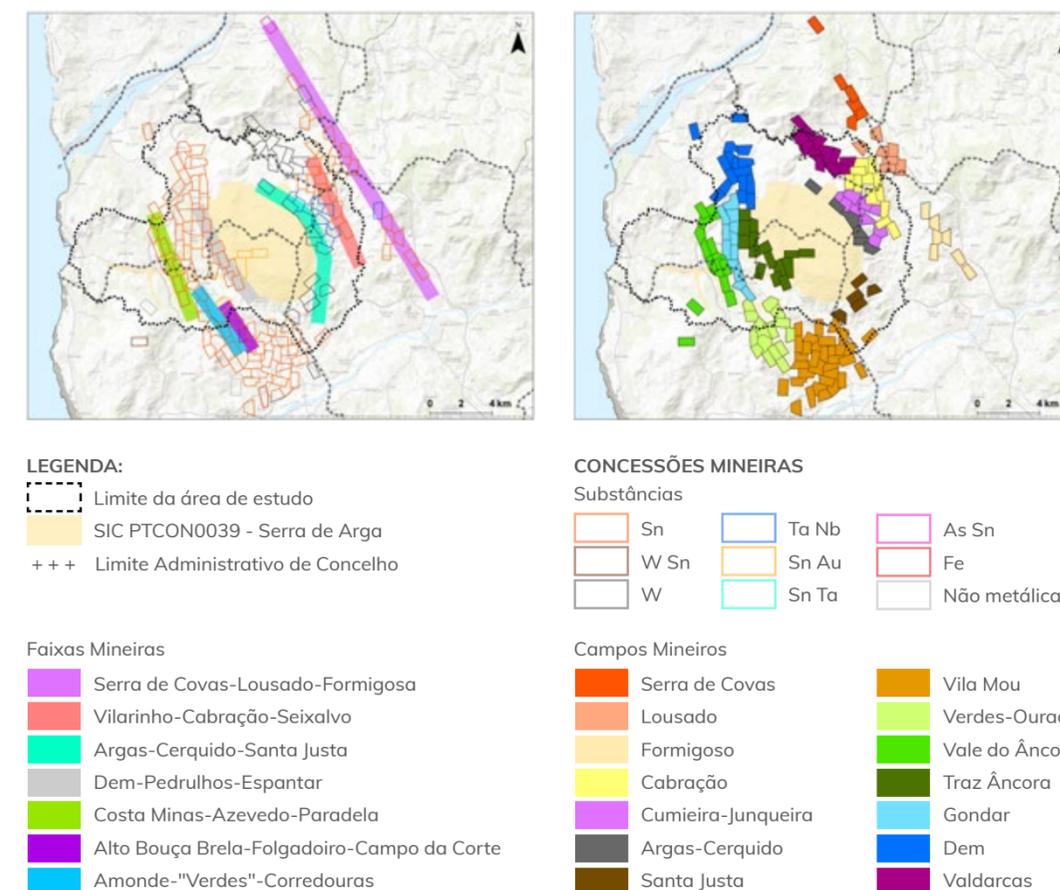


Figura 55. Faixas e campos mineiros da Região Mineira da Serra d'Arga
(Fonte: adaptado de ALVES, R. [2014], p. 15)

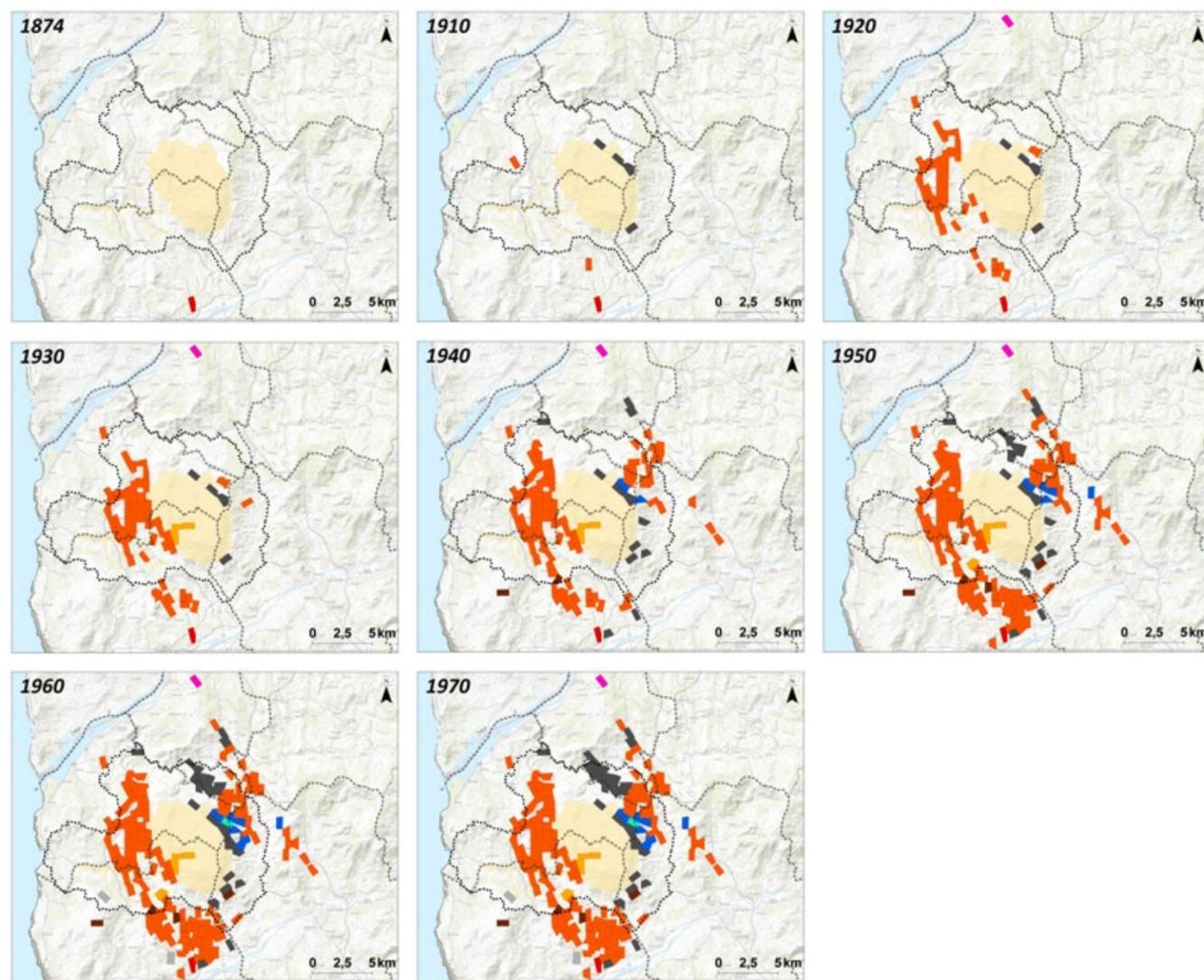


Figura 56. Evolução temporal das concessões atribuídas na Região Mineira da Serra d'Arga
(Fonte: adaptado de ALVES, R.C. [2014], p. 126)

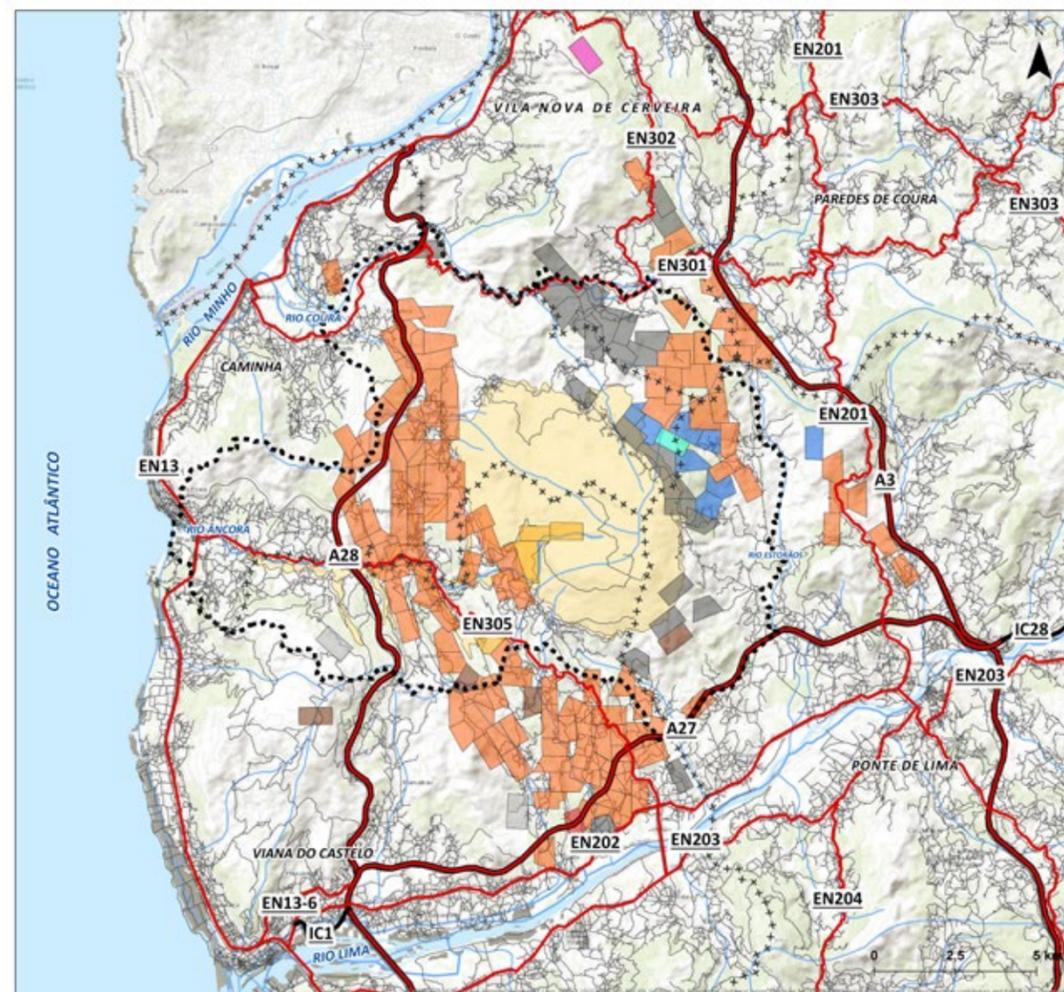
As características geomorfológicas do território influenciaram decisivamente a aptidão mineira da região, localizando-se a maioria dos campos mineiros identificados nos vales e encostas menos inclinadas da Serra d'Arga, à volta do maciço granítico.

A primeira concessão mineira na região da Serra d'Arga foi atribuída em 1874, na vertente sul, para minérios de ferro (Fe). No século XX, as primeiras concessões atribuídas encontram-se na zona Argas-Cerquido, na vertente nordeste da serra. Nesta época, o volfrâmio (W) era o principal alvo da exploração, mas algumas destas minas viriam, mais tarde, também a registar a exploração de estanho (Sn). Ainda nas primeiras décadas do século passado são concessionadas outras áreas na encosta oeste e sul da serra, especialmente dedicadas à exploração de estanho (Sn), sob administração inglesa e alemã, respetivamente.

Nos anos 40 e 50, na vertente este da serra, aparecem as primeiras concessões dedicadas a nióbio (Nb) e tântalo (Ta), no planalto de Cumieira-Junqueira e na Serra do Formigoso. Ainda na década de 50, a norte, junto ao Rio Coura, a exploração de volfrâmio (W) teve uma grande expressão no campo mineiro de Valdarças, com lavra ativa subterrânea até finais de 1984. A partir da década de 60 do século XX, as concessões atribuídas na Serra d'Arga constituíram, na sua maioria, retomas, por transmissão ou arrendamento de áreas que já tinham sido lavradas e concessionadas.

A representação espacial da evolução temporal das concessões mineiras atribuídas no território da Serra d'Arga, desde 1874 até à década de 70 do século XX, encontra-se expressa na Figura 56.

A distribuição dos assentamentos populacionais mais importantes encontra-se afastada das áreas mineiras, muito embora alguns núcleos se tenham desenvolvido em torno de minas de referência, sobretudo de exploração do estanho (Sn).



LEGENDA:

- SIC PTCON0039 - Serra de Arga
- Limite da área de estudo
- +++ Limite Administrativo de Concelho

CONCESSÕES MINEIRAS [1836-1992]

- Substâncias Exploradas
- | | | | | | |
|---------------|------|---------------|-------|-------------------|---------------|
| Orange square | Sn | Blue square | Ta Nb | Pink square | As Sn |
| Brown square | W Sn | Yellow square | Sn Au | Red square | Fe |
| Grey square | W | Cyan square | Sn Ta | Light grey square | Não metálicas |

Vias de Comunicação

- Thick red line: Auto-estrada
- Black line: Itinerário Complementar
- Red line: Estrada Nacional
- Grey line: Vias municipais e locais

Figura 57. Vias de comunicação estruturantes na Região Mineira da Serra d'Arga

As vias de comunicação estruturantes (auto-estradas, estradas nacionais e municipais) estabeleceram-se segundo antigos traçados de utilização mineira, ligando os principais jazigos e áreas concessionadas, conforme é possível comprovar através da leitura da Figura 57.

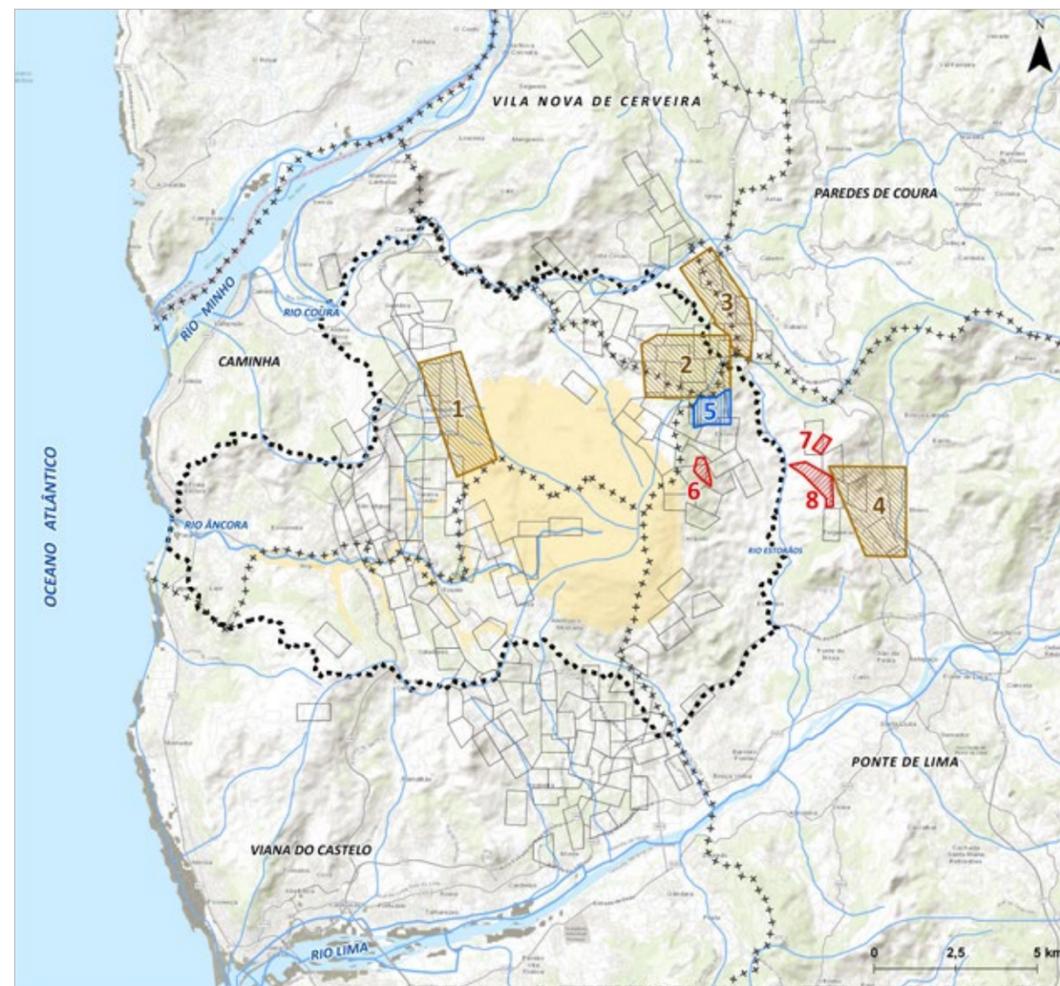
Paralelamente às áreas concessionadas, a atividade extrativa não concessionada na Região Mineira da Serra d'Arga foi igualmente muito intensa, sendo, de facto, a mais marcante na memória coletiva das populações locais. A proliferação destas atividades coincidiu com os períodos de mais alta cotação tanto do estanho (Sn) como do volfrâmio (W), nomeadamente os seguintes:

- a) Meados da década de 20 do século XX: intensa atividade mineira nas encostas de Santa Justa para a exploração de volframite;
- b) Final da década de 20 e com retoma em meados da década de 30 e até inícios da década de 40: intensa exploração de estanho (Sn) no curso superior do Rio Estorãos;
- c) Durante a década de 30: exploração de estanho (Sn) na encosta noroeste da Serra d'Arga, nas denominadas Minas do Dr. Gavinha;
- d) Década de 40: a volframite foi intensamente explorada no leito do Rio Coura, nos troços entre Covas e Vilar de Mouros, bem como nos terrenos marginais do rio.

Na Região Mineira da Serra d'Arga existiram dois tipos de explorações não concessionadas: com e sem enquadramento legal.

À primeira situação correspondem as ações decorrentes de um registo de manifesto de descoberta de uma ocorrência mineral (procedimento introduzido na Lei de Minas de 1836), conferindo ao seu detentor legal o direito de realizar pesquisas com determinada extensão e profundidade (100 e 50 metros, respetivamente). Relativamente ao território em análise, para o período de 1876 a 1988, contabilizaram-se mais de quatro centenas de registos de manifesto de diversas substâncias minerais, tendo sido atribuídas apenas 53 concessões mineiras (GEPPAV, 2013). Estes dados comprovam que apenas cerca de 10% dos manifestos motivaram um efetivo pedido de concessão.

O outro tipo de exploração não concessionada diz respeito à lavra ilegal ou furtiva, localmente designada de *pilha*, a mais marcante ao nível da memória coletiva das comunidades próximas de sítios mineiros onde a fiscalização não se fazia sentir.



LEGENDA:

- SIC PTCON0039 - Serra de Arga
- Limite da área de estudo
- Limite Administrativo de Concelho
- Áreas concessionadas entre 1836 e 1992

CONCESSÕES MINEIRAS ATUAIS

- | | |
|--------------------------|-------------------------------------|
| Estado Processual | Denominação |
| Pedido | 1. Aldeia 5. Bouça do Carvalho |
| Em publicação | 2. Vilarinho 6. Seixalvo |
| Concedido | 3. Ledo 7. Formigoso |
| | 4. Cabanas 8. Porto Vieiro |

Figura 58. Áreas atuais de concessão na Região Mineira da Serra d'Arga

Atualmente, na Região Mineira da Serra d'Arga, onde outrora se retalhavam mais de uma centena e meia de minas concessionadas de pequena dimensão, existem apenas algumas grandes áreas de prospeção e pesquisa, de configuração variada, designadamente as que se identificam na **Tabela 18**:

CONCESSÕES MINEIRAS

ID	Denominação	Concessionário	Substância*	Área aprox. [m ²]	Situação legal [2015]
1	ALDEIA	José Aldeia Lagoa & Filhos, S.A.	Qz, Feld, Li	4.690	Pedido
2	VILARINHO	José Aldeia Lagoa & Filhos, S.A.	Qz, Feld, Li	4.870	Pedido
3	LEDO	José Aldeia Lagoa & Filhos, S.A.	Qz, Feld, Li	3.330	Pedido
4	CABANAS	José Aldeia Lagoa & Filhos, S.A.	Qz, Feld, Li	4.880	Pedido
5	BOUÇA DO CARVALHAL	FELMICA - Minerais Industriais, S.A.	Qz, Feld, Li	985	Em publicação**
6	SEIXALVO	FELMICA - Minerais Industriais, S.A.	Qz, Feld, Li	255	Concedido
7	FORMIGOSO	FELMICA - Minerais Industriais, S.A.	Qz, Feld, Li, Ta	160	Concedido
8	PORTO VIEIRO	FELMICA - Minerais Industriais, S.A.	Qz, Feld, Li	685	Concedido

*Quartzo (Qz), Feldspato (Feld), Lítio (Li), Tântalo (Ta).
**Aviso n.º 13166/2015, de 12 de novembro (D.R. n.º 222).

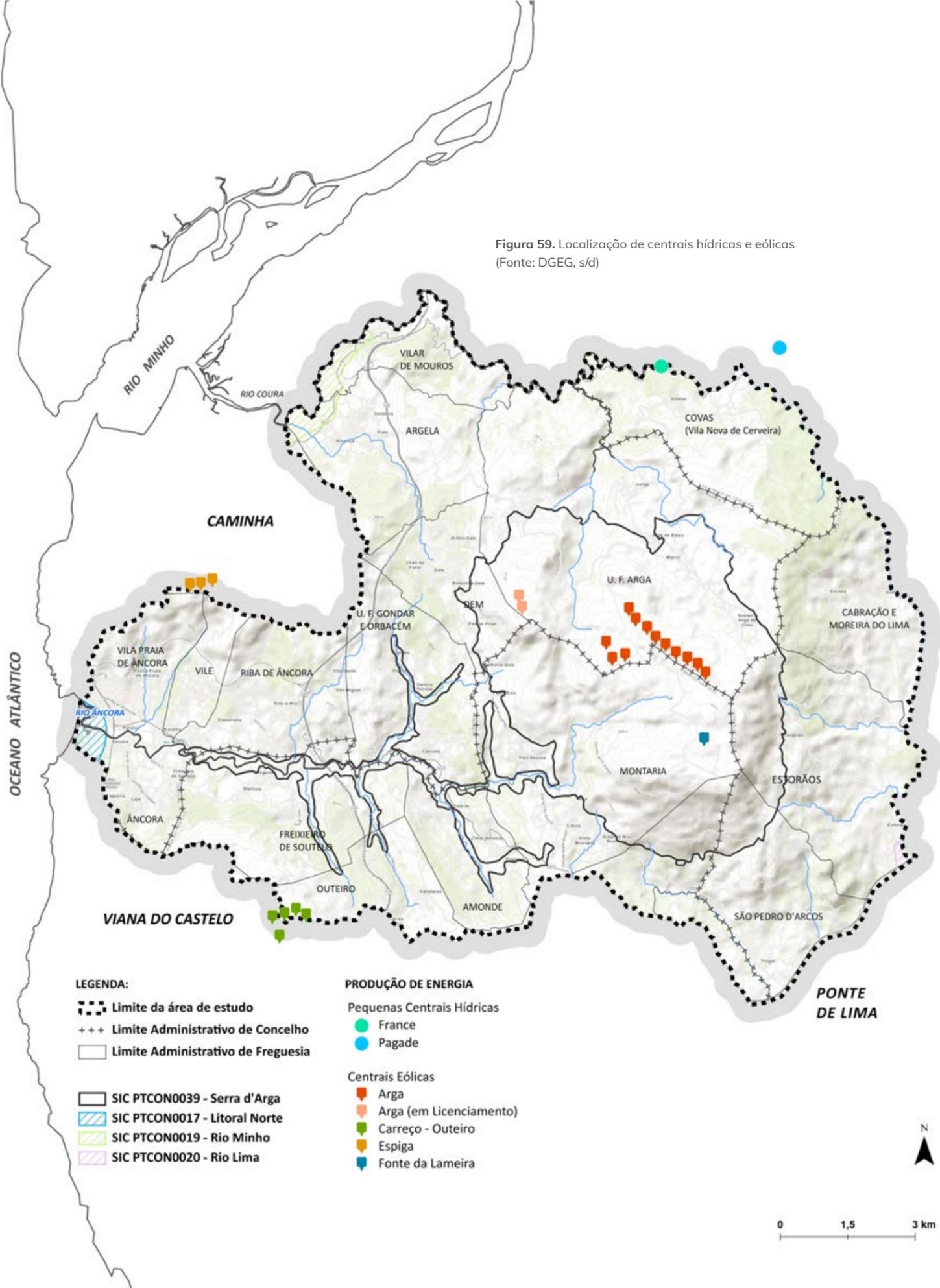
Tabela 18. Concessões mineiras existentes na Região Mineira da Serra d'Arga (Fonte: SIGDGEG, DGEG, s/d)

Inscritos em torno da Serra d'Arga, especialmente nas vertentes nordeste (Covas, Vila Nova de Cerveira; Coura, Paredes de Coura; Cabração e Moreira do Lima, Labruja e Arcozelo, Ponte de Lima) e noroeste (Dem, Caminha), estão atualmente em vigor contratos para extração de minerais não metálicos, nomeadamente quartzo (Qz), feldspato (Feld) e lítio (Li).

Metade destas novas concessões de prospeção apresentam dimensões consideravelmente superiores às concedidas no passado, especialmente as solicitadas pelo promotor José Aldeia Lagoa & Filhos, S.A., com áreas que rondam os 3.330 e os 4.870 m².

A expressão territorial das concessões mineiras atualmente presentes/solicitadas na Região Mineira da Serra d'Arga apresenta-se na **Figura 58**.

Figura 59. Localização de centrais hídricas e eólicas
(Fonte: DGEG, s/d)



Produção de energia

A utilização de recursos renováveis apresenta um papel cada vez mais relevante na produção de energia elétrica. Em 2014, mais de metade da energia consumida em Portugal provinha de centrais hídricas, eólicas, solares ou de biomassa.

Na área de estudo existem centrais hídricas de pequena dimensão e parques eólicos que permitem a descentralização da produção de energia aproximando-a dos consumidores. Na **Figura 59** pode observar-se a localização das pequenas centrais hídricas e eólicas que existem na área de estudo e envolvente mais próxima.

A norte, no Rio Coura, existem duas pequenas estações hídricas denominadas France e Pagade. A primeira foi construída em 1974 com uma capacidade de 0,23 hm³, e a segunda, já fora da área de estudo e de menores dimensões, entrou em funcionamento em 1993. No total, a potência instalada destas duas unidades de produção perfaz 8,9 MW.

No topo da Serra d'Arga encontra-se o aerogerador da Fonte da Lameira, inaugurado em 2003, com uma capacidade de produção de 0.6 MW. Três anos mais tarde, entrou em funcionamento a Central Eólica de Arga, com uma potência instalada de 36 MW produzida pelos 12 aerogeradores que a constituem. Em 2014 este parque gerou 90 GW/h, que permitiu abastecer 80.333 habitantes, evitando-se, assim, a produção de 37.280 toneladas de CO₂ pela não utilização de combustíveis fósseis. Atualmente encontram-se em processo de licenciamento outros dois aerogeradores.

A norte da área de estudo, no concelho de Caminha, situa-se a Central Eólica da Espiga, constituída por três aerogeradores que produzem, no máximo, 6 MW.

A sul, em Santa Luzia, localiza-se a Central Eólica do Careço-Outeiro, com nove aerogeradores em funcionamento desde 2005. Passados cinco anos, este parque foi ampliado, tendo sido criada a Central Eólica do Careço-Outeiro II, com mais seis aerogeradores. No total, a potência instalada destes equipamentos em Santa Luzia é de 34,5 MW.

Turismo, recreio e lazer

A área de estudo apresenta uma ampla variedade de valores culturais, materiais e imateriais, e naturais, que potenciam a sua atratividade turística para diferentes e variados públicos-alvo.

Na área de estudo existem 11 empreendimentos turísticos com potencial para acomodar 121 hóspedes, localizados nos municípios de Caminha e de Ponte de Lima, discriminados na **Tabela 19**. Trata-se de sete Casas de Campo, dois Agroturismos e uma unidade que pertence à tipologia dos Apartamentos Turísticos.

AGROTURISMO

Concelho	Freguesia	Denominação	Nº de utentes	Nº de quartos	Ano de abertura	Certificações
Caminha	Dem	Quintinha d' Arga - SPA	14	7	2013	---
Ponte de Lima	Estorãos	Casa da Quinta do Rei	12	6	1988	Solares de Portugal

APARTAMENTO TURÍSTICO

Concelho	Freguesia	Denominação	Nº de utentes	Nº de quartos	Ano de abertura	Certificações
Caminha	Vila Praia de Âncora	Apartamentos Turísticos Vila Praia	42	20	2003	***

CASAS DE CAMPO

Concelho	Freguesia	Denominação	Nº de utentes	Nº de quartos	Ano de abertura	Certificações
Caminha	Riba de Âncora	Casa de Trás o Rio	6	3	2015	---
	Âncora	Casa da Torre	10	7	1998	Solares de Portugal
	Estorãos	Casa da Azenha do Rei	8	4	2004	Casas no Campo
Ponte de Lima	Cabração e Moreira do Lima	Casa da Encruzilhada	12	6	2003	Solares de Portugal
		Casa dos Três Irmãos	2	1	2010	---
		Casa da Cabração	6	3	2007	---
	Estorãos	Casa do Cerquido	5	3	2014	---
		Casa da Serra*	4	2	2015	---

* Casa de Campo localizada no interior do Sítio "Serra de Arga".

Tabela 19. Empreendimentos turísticos
(Fonte: SIGTUR, 2018)

Relativamente aos alojamentos locais, entre janeiro e novembro de 2018 foram inaugurados 22 na área de estudo, o que se traduz num crescimento muito significativo tendo em conta que, até ao início do mesmo ano, havia apenas 33 (Gráfico 5).

Nesta área, o alojamento local permite acomodar 314 hóspedes, mais do dobro do que os empreendimentos turísticos. A Tabela 20 lista os alojamentos locais que existem na área de estudo, indicando a capacidade de alojamento e o concelho onde se localizam.

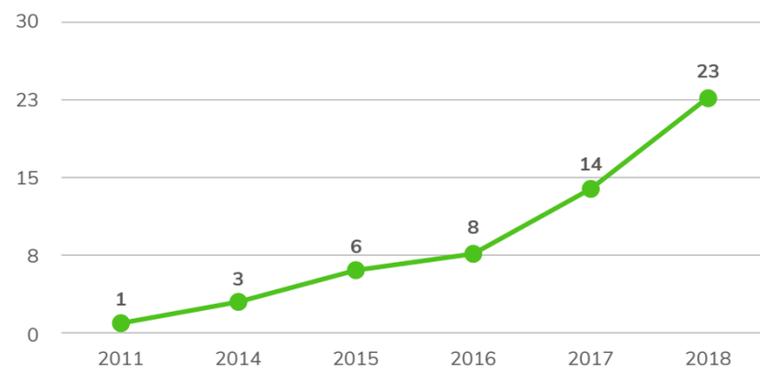


Gráfico 5. Evolução do número de alojamentos locais na área de estudo (Fonte: SIGTUR, 2018)

APARTAMENTOS

Concelho	Freguesia	Denominação	Nº de utentes	Ano de abertura
		Âncora Traz	2	2018
		António Manuel Gonçalves de Oliveira	7	2018
		Apartamento Oceano	4	2016
		Apartamento Bela Vista	4	2018
		Apartamento Sol & Mar	4	2017
		Apartamentos do Mar	4	2016
		BALU 87	4	2018
		Casa da Praia	6	2017
Caminha	Vila Praia de Âncora	Casa da Praia II	8	2018
		Casa da Praia III	8	2018
		Casa da Retortta	4	2017
		Casa de Cucos	4	2016
		Casa do Tareco	4	2016
		Cruz Velha	4	2015
		INSUACASA	6	2017
		Trajadinha	4	2017
		Villa Praia AP	6	2018
		Xergão	4	2018

ESTABELECIMENTOS DE HOSPEDAGEM

Concelho	Freguesia	Denominação	Nº de utentes	Ano de abertura
Caminha	Âncora	Casa do Rio Âncora*	3	2017

* Estabelecimento de Hospedagem localizado no interior do Sítio "Serra de Arga".

MORADIAS

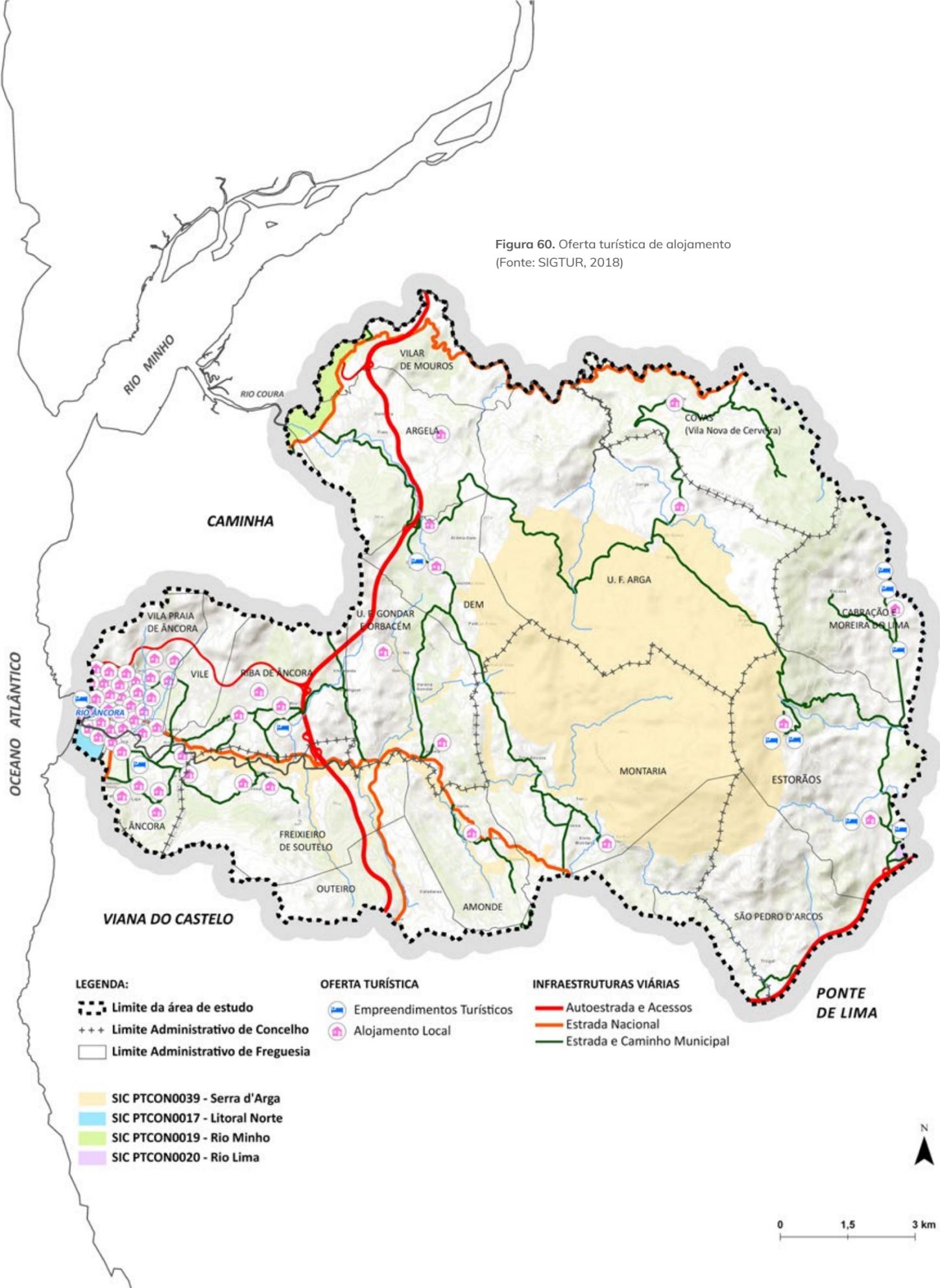
Concelho	Freguesia	Denominação	Nº de utentes	Ano de abertura
	Vila Praia de Âncora	ANCHORPOINT	8	2018
	Dem	Casa da Eira - Quinta da Cerejeira	4	2017
	União das freguesias de Arga (Baixo, Cima e São João)	Casa da Eirinha	9	2017
	Âncora	Casa da Lapa	10	2017
		Casa da Retorta	5	2018
	Vila Praia de Âncora	Casa das Angelas	9	2018
		Casa das do Botão	4	2018
		Casa do Carqueijo	6	2017
	União das freguesias de Gondar e Orbacém	Casa do Fidalgo de Barros	6	2018
		Casa do Fojo	5	2016
Caminha	Âncora	Casa do Forno	5	2018
	Vila Praia de Âncora	Casa do Montinho	6	2015
	Âncora	Casa do Murungal	7	2014
	Vila Praia de Âncora	Casa do Pinheiro	4	2018
		Casa Pereira	6	2015
	Riba de Âncora	Casa Rural da Clarinha	4	2018
	Âncora	Casa sem o pôr de sol	6	2018
	Vila Praia de Âncora	Casas do Pedro - PEDRO'S HOUSES	8	2018
	Argela	CELEIRO	3	2016

MORADIAS (cont.)

Concelho	Freguesia	Denominação	Nº de utentes	Ano de abertura
		Condomínio Casa 1	8	2018
	Vila Praia de Âncora	Domingos Esteves Alves	6	2014
		Maria Odete Pereira Martins Coco	7	2011
		Moinho das Oliveiras	2	2015
Caminha	Dem	Moledo	6	2018
	Riba de Âncora	Moradia Trás o Rio	6	2016
		Quinta Trás-o-rio	17	2014
	Âncora	Vivenda Atlântico	6	2017
	Cabração e Moreira do Lima	Casa da Rigueira	6	2018
Ponte de Lima	Estorãos	Casa d'Arga	6	2015
		Cerquido Village & Spa	2	2018
	Freixieiro de Soutelo	Casa da Rabiela	7	2017
	Montaria	Casa de Xisto - Charme da Montanha	6	2017
Viana do Castelo	Freixieiro de Soutelo	Casa do Monte	6	2017
	Amonde	Casa do Rio	4	2015
	Freixieiro de Soutelo	Quinta do Outeiro	8	2016
Vila Nova de Cerveira	Covas	IRISD'ARGA	6	2018

Tabela 20. Alojamento Local
(Fonte: SIGTUR, 2018)

Figura 60. Oferta turística de alojamento
(Fonte: SIGTUR, 2018)



Os empreendimentos turísticos e os alojamentos locais acima listados encontram-se espacializados na Figura 60.

Na área de estudo existem sete agentes de animação turística (três operadores marítimos e quatro empresas de animação turística). Os operadores marítimos turísticos (Tabela 21) organizam passeios e fornecem os serviços de aluguer de embarcações e de táxi fluvial. Estas entidades promovem também atividades radicais como rafting e canoagem no Rio Âncora e noutras linhas de água existentes neste território.

OPERADOR MARÍTIMO TURÍSTICO

Concelho	Freguesia	Denominação	Atividades e serviços prestados
		João Manuel Cacais de Amorim	Aluguer de embarcações. Passeios marítimo-turísticos. Táxi fluvial ou marítimo.
Caminha	Âncora	Manuel José Simões de Vasconcelos	Aluguer de motas de água e de pequenas embarcações dispensadas de registo. Canoagem, rafting, surf, bodyboard, windsurf, kitesurf, skimming, standup paddle boarding.
	Dem	Francisco Mário Gonçalves de Vasconcelos	Passeios marítimo-turísticos. Táxi fluvial ou marítimo.

Tabela 21. Operadores marítimos turísticos
(Fonte: SIGTUR, 2018)

As empresas de animação turística (**Tabela 22**) promovem atividades de observação da natureza, orientação e *team building*. Duas localizam-se mais próximo da serra, na Montaria e em Amonde, e as restantes mais próximo do litoral, em Riba de Âncora e Vila Praia de Âncora. Estas entidades permitem o aluguer de bicicletas e organizam excursões em percursos pedestres.

EMPRESA DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA

Concelho	Freguesia	Denominação	Atividades e serviços prestados
	Vila Praia de Âncora	Armando Alves da Costa Cerqueira	Passeios e atividades em bicicleta e similares.
Caminha	Riba de Âncora	Welberth da Silva Andrade	Passeios e atividades em bicicleta e similares. Atividades e experiências de descoberta do Património Etnográfico. Rotas temáticas e outros percursos de descoberta do património. Visitas guiadas a museus, monumentos e outros locais de interesse patrimonial.
Viana do Castelo	Amonde	João Roxo Unipessoal Lda.*	Atividades de observação da natureza e de <i>team building</i> . Caminhadas e outras atividades pedestres. Montanhismo. Passeios e atividades em bicicleta e similares. Passeios em todo o terreno (moto, moto4 e viaturas 4x4, kartcross).
	Montaria	Descubra Minho Feel Nature	Caminhadas e outras atividades pedestres. Passeios e atividades em bicicleta e similares.

* Empresa de Animação Turística localizada no interior do Sítio "Serra de Arga".

Tabela 22. Empresas de animação turística
(Fonte: SIGTUR, 2018)

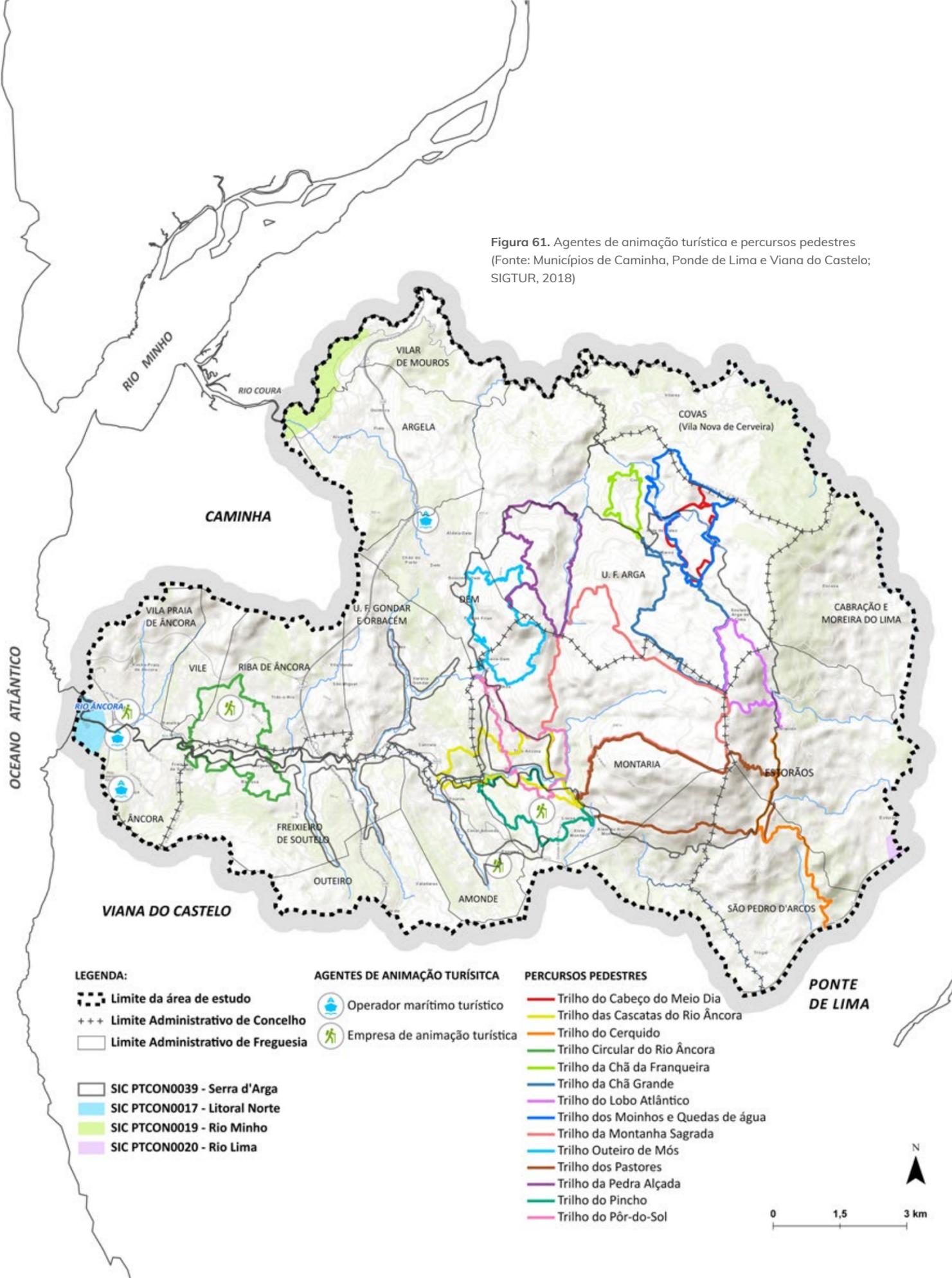
Na área de estudo existem 14 percursos pedestres de pequena rota, totalizando cerca de 160 km de extensão (**Tabela 23**).

PERCURSOS PEDESTRES

Nome	Extensão (km)	Tipo	Concelhos
Trilho da Chã da Franqueira	5,59	Circular	Caminha
Trilho do Lobo Atlântico	7,55	Circular	Caminha / Ponte de Lima
Trilho do Cabeço do Meio Dia	7,85	Circular	Caminha
Trilho do Cerquido	9,54	Linear	Ponte de Lima
Trilho do Pôr-do-Sol	10,08	Circular	Viana do Castelo
Trilho do Pincho	10,14	Circular	Viana do Castelo
Trilho da Chã Grande	10,72	Circular	Caminha / Viana do Castelo
Trilho do Outeiro de Mós	11,75	Circular	Caminha / Viana do Castelo
Trilho da Pedra Alçada	12,13	Circular	Caminha
Trilho dos Moinhos e Quedas de Água	12,27	Circular	Caminha / Vila Nova de Cerveira
Trilho das Cascatas do Rio Âncora	12,47	Circular	Caminha / Viana do Castelo
Trilho Circular do Rio Âncora	13,80	Circular	Caminha / Viana do Castelo
Trilho dos Pastores	14,83	Circular	Viana do Castelo / Ponte de Lima
Trilho da Montanha Sagrada	18,72	Circular	Viana do Castelo / Caminha / Ponte de Lima

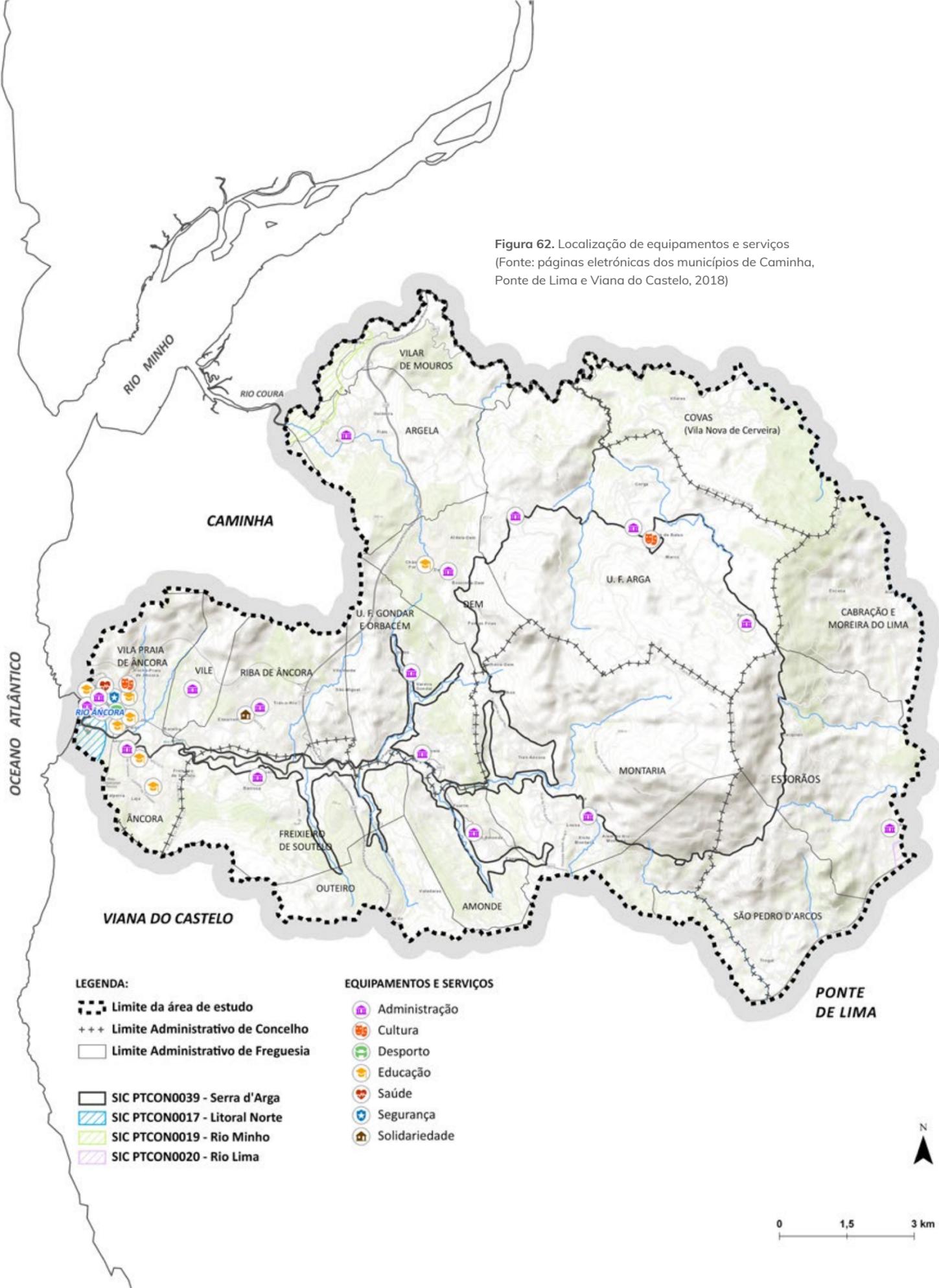
Tabela 23. Percursos Pedestres
(Fonte: Municípios de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo, 2018)

Figura 61. Agentes de animação turística e percursos pedestres
(Fonte: Municípios de Caminha, Ponde de Lima e Viana do Castelo; SIGTUR, 2018)



Na **Figura 61** apresenta-se a espacialização quer dos percursos pedestres existentes na área de estudo, quer dos agentes de animação turística que também os promovem.

Figura 62. Localização de equipamentos e serviços
(Fonte: páginas eletrónicas dos municípios de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo, 2018)



Equipamentos e serviços públicos

Os equipamentos e serviços públicos existentes na área de estudo são, sobretudo, administrativos, sendo que, destes, a maioria correspondem às juntas de freguesia. Existem também outros, nomeadamente educativos, como jardins de infância e dos ensinos primário, básico e secundário (Tabela 24), cuja expressão territorial se apresenta na Figura 62.

A análise da figura anterior permite constatar que a maioria dos equipamentos existentes na área de estudo concentra-se em Vila Praia de Âncora, no município de Caminha. Nesta freguesia podemos encontrar, por exemplo, o Gabinete de Apoio ao Município, a Unidade de Saúde Familiar, a Guarda Nacional Republicana e o Pavilhão Municipal de Vila Praia de Âncora. Os últimos três são os únicos equipamentos de saúde, segurança pública e de desporto, respetivamente, existentes em toda a área em estudo.

No município de Caminha são, ainda, de destacar os equipamentos culturais como o Centro de Interpretação da Serra d'Arga, localizado em Argá de Baixo, e a Galeria Guntilanis, em Vila Praia de Âncora, que funciona como biblioteca e ludoteca.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

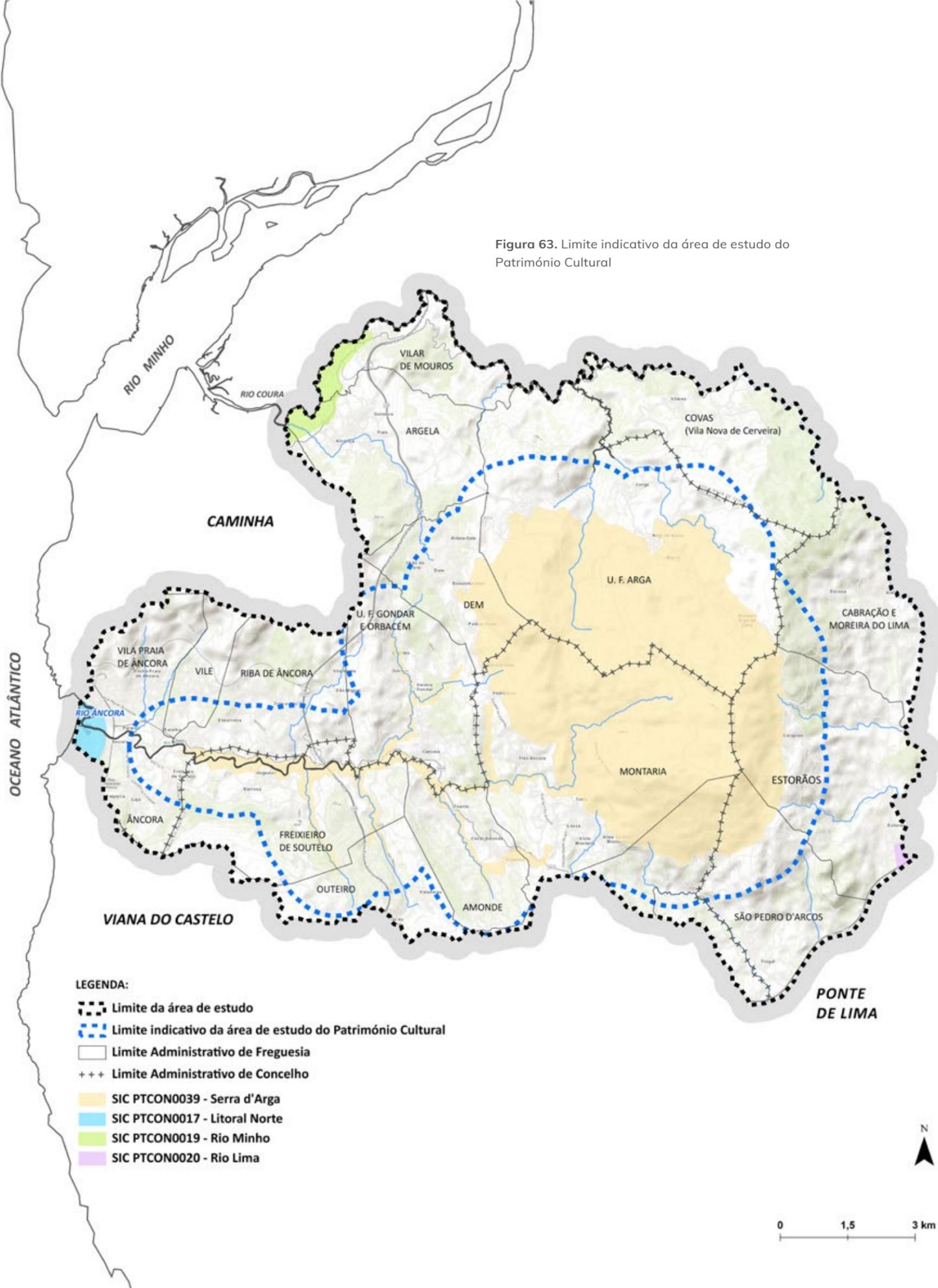
Tipologia	Concelho	Nome	Observações
		Gabinete de Apoio ao Múncipe	---
		Junta de Freguesia de Âncora	---
		Junta de Freguesia de Arga de Baixo	
		Junta de Freguesia de Arga de Cima	Atual União das Freguesias de Argas
		Junta de Freguesia de Arga de São João	
	Caminha	Junta de Freguesia de Argela	---
		Junta de Freguesia de Dem	---
		Junta de Freguesia de Gondar	Atual União das Freguesias de Gondar e Orbacém
		Junta de Freguesia de Orbacém	
Administração		Junta de Freguesia de Riba de Âncora	---
		Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora	---
		Junta de Freguesia de Vile	---
	Ponte de Lima	Junta de Freguesia de Estorãos	---
		Junta de Freguesia de Amonde	---
	Viana do Castelo	Junta de Freguesia de Freixeiro de Soutelo	---
		Junta de Freguesia da Montaria	---

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS (cont.)

Tipologia	Concelho	Nome	Observações
		Posto de Turismo	---
Cultura		CISA – Centro de Interpretação da Serra d'Arga	Desenvolvimento de atividades, divulgação, valorização e promoção do património ambiental e cultural da Serra d'Arga
		Galeria Guttilanis	Ludoteca, Biblioteca
Desporto		Pavilhão Desportivo Municipal de Vila Praia de Âncora	Campo de Andebol, Voleibol, Basquetebol, Hóquei em patins Lotação para 300 pessoas. Bar e Sala multiusos
		Academia de Música Fernandes Fão	Regime Supletivo e articulado (18 instrumentos)
		Centro Escolar de Dem	EB1 e Jardim de Infância (Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha)
Educação	Caminha	Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora	
		Escola Básica da Laje	Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha
		Jardim de Infância da Igreja de Âncora	
		Jardim de Infância de Vila Praia de Âncora	
		Patronato de Nossa Senhora da Bonança	IPSS - Creche e Jardim de Infância 85 crianças (3 meses a 6 anos)
Saúde		Centro de Saúde de Vila Praia de Âncora	Unidade de Saúde Familiar Pública
Segurança		Posto da GNR de Vila Praia de Âncora	---
Solidariedade		Centro Paroquial Social de Santa Maria de Riba de Âncora	Lar de Idosos (20 utentes)

Tabela 24. Equipamentos e serviços públicos
(Fonte: páginas eletrónicas dos municípios de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo, 2018)

Figura 63. Limite indicativo da área de estudo do Património Cultural



Componentes culturais

O Inventário do Património Cultural levado a cabo na Serra d'Arga e vale do Âncora, bem como a análise e caracterização dos respetivos valores culturais em presença, permite comprovar a riqueza patrimonial deste território, não apenas do ponto de vista do património construído (arquitetónico), mas também etnográfico (imaterial).

Inserido num estudo mais vasto que visa identificar, de forma aprofundada, os recursos e valores existentes na paisagem "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" com o intuito de informar uma estratégia de valorização do património paisagístico enquanto elemento territorial diferenciador e de elevado potencial turístico partilhada pelos três municípios abrangidos (Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo), a caracterização do património cultural pretende o reconhecimento e catalogação dos bens, materiais e imateriais, de interesse cultural relevante. Estes bens culturalmente relevantes são aqueles que se constituem como elementos ou parcelas estruturantes da identidade e da memória coletivas da Serra d'Arga, nomeadamente os relacionados com a cultura tradicional popular, tendo como objetivos o conhecimento, o estudo, a salvaguarda, a valorização e a divulgação do património cultural local.

No entanto, em virtude da grande maioria das povoações existentes e espaços construídos se localizarem nas áreas limítrofes e exteriores ao Sítio "Serra de Arga", para o estudo e caracterização do Património Cultural "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" foi estabelecido um *buffer* de cerca de 1 km exterior ao limite do SIC, tal como indicado pela linha azul da **Figura 63**.

No entanto, ressalva-se, desde já, que foram integrados alguns valores patrimoniais exteriores ao limite previamente estabelecido, os quais, pelo seu valor cultural, relevância arquitetónica e/ou posição estratégica, se constituem como testemunhos de reconhecida e irrefutável importância cultural. Por este motivo, o limite definido pelo *buffer* de 1 Km terá a designação de *Limite indicativo da área de estudo do Património Cultural*.

A vastidão e diversidade da riqueza patrimonial encontrada neste território materializam-se num elevado número de valores inventariados (557 objetos arquitetónicos e 69 manifestações de âmbito imaterial), perfazendo um total de **626** de fichas de inventário.

Por este motivo, o estudo detalhado do Património Cultural “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” encontra-se compilado em volume autónomo ao presente documento, designadamente o **Volume II - Património Cultural da Serra d’Arga à Foz do Âncora**, de acordo com a seguinte estrutura:

1. Introdução
2. Metodologia de trabalho
3. Património arquitetónico
 - 3.1. Nota introdutória
 - 3.2. Monumentos
 - 3.3. Conjuntos
 - 3.4. Sítios
 - 3.5. Outros elementos construídos
4. Património imaterial
 - 4.1. Nota introdutória
 - 4.2. Tradições e expressões orais
 - 4.3. Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo
 - 4.4. Práticas sociais, rituais e eventos festivos
 - 4.5. Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo
 - 4.6. Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais
5. Contributos para a valorização do Património Arquitetónico
6. Elementos de referência
 - 6.1. Bibliografia
 - 6.2. Legislação
 - 6.3. Recursos WEB

Anexos

A cartografia referente à distribuição espacial de todos os elementos do Património Cultural, arquitetónico e imaterial, inventariados apresenta-se no **Anexo 2 [Inventário do Património Arquitetónico]** do **Volume II - Património Cultural da Serra d’Arga à Foz do Âncora**.

De seguida apresenta-se a síntese do inventário e caracterização dos valores patrimoniais identificados na área de referência para o estudo do Património Cultural, segundo duas vertentes:

1. Património Arquitetónico
2. Património Imaterial

No entanto, ainda que, do ponto de vista antropológico, não se deva fazer a distinção entre cultura material e imaterial, uma vez que ambas pertencem à mesma realidade que deve ser abordada e compreendida na sua totalidade, no âmbito deste estudo de caracterização do património cultural da Serra d’Arga, esta separação foi efetuada por necessidades operativas.

Património arquitetónico

Os valores patrimoniais de âmbito arquitetónico identificados na Serra d’Arga e vale do Âncora até à foz são inúmeros e diversificados. Tomando em consideração as categorias e as tipologias configuradas na Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa³¹, na presente área de estudo identificam-se os valores arquitetónicos apresentados na **Tabela 25**:

CATEGORIAS	TIPOLOGIAS	N.º objetos inventariados	
A. MONUMENTOS	A1. Arquitetura Civil Privada	30	
	A2. Arquitetura Civil Pública	140	
	A3. Arquitetura das Vias de Comunicação	30	481 [86,4%]
	A4. Arquitetura Industrial/Artesanal	80	
	A5. Arquitetura Religiosa	194	
B. CONJUNTOS	B1. Núcleos Rurais	20	20 [3,6%]
C. SÍTIOS	C1. Espaços Naturais	18	59
	C2. Sítios Arqueológicos	41	[10,5%]
		560	

Tabela 25. Valores patrimoniais arquitetónicos

A análise da tabela anterior permite verificar que foram inventariados um total de 560 objetos arquitetónicos, dos quais cerca de 86% integram a categoria dos Monumentos, distribuídos por cinco tipologias (**Arquitetura Civil Privada, Arquitetura Civil Pública, Arquitetura das Vias de Comunicação, Arquitetura Industrial/Artesanal e Arquitetura Religiosa**) e 10,5% integram a categoria dos Sítios (**Espaços Naturais e Sítios Arqueológicos**). Menos de 4% dos valores patrimoniais arquitetónicos inventariados pertencem à categoria dos Conjuntos, unicamente referenciados à tipologia dos **Núcleos Rurais**.

CATEGORIAS	TIPOLOGIAS	TIPO	N.º objetos inventariados			
			Área de estudo	SIC "Serra de Arga"		
A. MONUMENTOS	A1. Arquitetura Civil Privada	Casas	19	30	5	7
		Quintas	11		2	
	A2. Arquitetura Civil Pública	Equipamentos	14	140	10	38
		Fontes	117		26	
		Lavadouros	9		2	
	A3. Arquitetura das Vias de Comunicação	Alpondras	2	37	2	22
		Caminhos	1		1	
		Pontões	11		7	
		Pontes	23		12	
	A4. Arquitetura Industrial/Artesanal	Azenhas	2	80	0	45
		Moinhos	78		45	
	A5. Arquitetura Religiosa	Alminhas	25	194	6	39
		Nichos	15		1	
		Cruzes	44		9	
		Cruzeiros	47		9	
		Calvários	5		0	
		Igrejas	12		4	
		Capelas	29		3	
		Santuários	5		3	
		Cemitérios	12		4	
			481	151 [31,4%]		

Tabela 26. Valores patrimoniais arquitetónicos: Monumentos

MONUMENTOS

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito arquitetónico pertencentes à categoria Monumentos, foram identificados os discriminados na **Tabela 26**.

A análise da tabela anterior permite constatar que foram identificados **481** monumentos, dos quais menos de um terço (**151**, ou seja, **31,4%**) localiza-se no interior do Sítio "Serra de Arga".

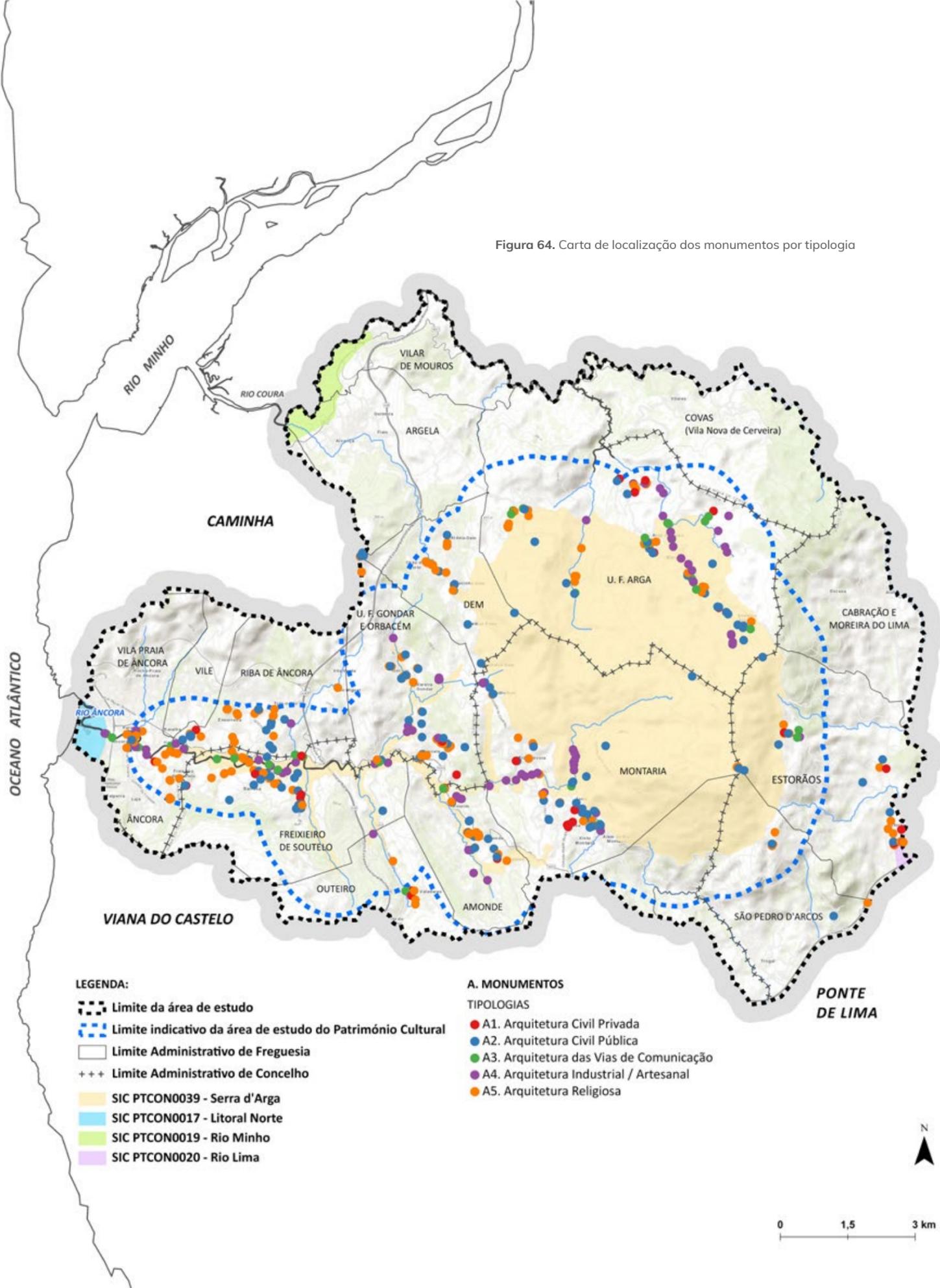
A maioria dos monumentos identificados (194, mais de 40%) pertencem à tipologia **Arquitetura Religiosa**, distribuídos, em número decrescente, por cruzeiros e cruzes, capelas, alminhas e nichos, igrejas, cemitérios e santuários.

Salienta-se igualmente a profusão de elementos integrados nas tipologias Arquitetura Civil Pública, nomeadamente fontes (117) e **Arquitetura Industrial/Artesanal**, nomeadamente moinhos (78), a maioria dos quais localizados ao longo das inúmeras linhas de água que atravessam a Serra.

De ressaltar também o número de elementos arquitetónicos pertencentes à tipologia **Arquitetura das Vias de Comunicação** (37), mais de metade dos quais localizados no interior do limite do Sítio "Serra de Arga".

Finalmente, a tipologia que integra o menor número de objetos identificados corresponde à tipologia **Arquitetura Civil Privada**, com um total 30 casas e quintas com interesse patrimonial identificadas.

Figura 64. Carta de localização dos monumentos por tipologia



Os monumentos identificados na área de estudo apresentam a distribuição geográfica expressa na **Figura 64**, sendo notória a sua localização no sopé da Serra e ao longo do vale do Âncora e seus afluentes.

A esta distribuição geográfica das obras arquitetónicas de relevância cultural não será, contudo, alheia a localização das próprias povoações que se fixaram nas vertentes e encostas menos agrestes da Serra, bem como nas áreas mais férteis atravessadas pelo rio Âncora.



Casa em Castanheira



Casa em Varziela

Figura 65. Casas tradicionais de Arga de Baixo (Caminha)



Casa da Pontelhinha



Casa da Eirinha

Figura 66. Casas de montanha em Arga de Baixo (Caminha)



Casa em Castanheira



Casa do Fuchaquinho

Figura 67. Casas de montanha degradadas em Arga de Baixo (Caminha)

Arquitetura Civil Privada

Classificam-se os valores arquitetónicos integrados na tipologia Arquitetura Civil Privada identificados pelo presente inquérito nos dois tipos a seguir discriminados:

- a) Casas;
- b) Quintas.

Do total de 19 casas identificadas, destacam-se, pelo testemunho que constituem do modo de construir mais tradicional e característico da Serra, as duas **casas de Arga de Baixo** (Caminha), em **Castanheira** e em **Varziela** (Figura 65). Trata-se de duas construções rústicas, de planta retangular regular e dois pisos, com paramentos de xisto, cunhais e lintéis dos vãos em granito e cobertura, de duas águas, em telha. No piso inferior organizam-se as dependências para o gado ou outros trabalhos domésticos, como a confeção do pão. No piso superior, de apenas uma divisão para toda a família, um pequeno forno de granito a lenha permite o aquecimento do pequeno espaço, ao mesmo tempo que permite a preparação das refeições.

De entre as 11 quintas inventariadas, as mais relevantes são, sem dúvida, as pertencentes ao subtipo **casas de montanha**, nomeadamente a **Casa da Pontelhinha** e a **Casa da Eirinha**, localizadas em Arga de Baixo (Caminha). Ambas possuem todos os elementos mais característicos das tradicionais casas de lavoura da Serra d'Arga: o edifício principal, com dois pisos (loja e moradia), construído em alvenaria de granito e xisto; o terreiro ou pátio interior murado e semicoberto rodeado pelas cortes dos animais e o quinteiro para o estrume; o espigueiro de granito, estreito e comprido, com a respetiva eira; os típicos muros de vedação em granito e xisto encastelado e as leiras férteis localizadas junto às margens de uma das inúmeras linhas de água que retalham a serra (Figura 66).

Em Arga de Baixo destacam-se igualmente as arruinadas **Casa em Castanheira** e **Casa do Fuchaquinho**, sendo manifestamente urgente a sua preservação e conservação (Figura 67).



Figura 68. Abrigos de pastores na Serra d'Arga



Figura 69. Antigas casas florestais na Serra d'Arga



Figura 70. Antiga casa florestal de Sangemondes, Ponte de Lima

Arquitetura Civil Pública

Classificam-se os valores arquitetónicos integrados na tipologia Arquitetura Civil Pública identificados pelo presente inquérito nos três tipos a seguir discriminados:

- a) Equipamentos;
- b) Fontes;
- c) Lavadouros.

Os Equipamentos inventariados distribuem-se pelos seguintes subtipos:

- a) Abrigos de pastores;
- b) Casas florestais;
- c) Escolas;
- d) Relógios;
- e) Torres.

Os Equipamentos mais relevantes na área de estudo são os **abrigos de pastores** de Arga de Cima (Cami-nha) e de Montaria (Viana do Castelo), localizados a 550 e 780 metros de altitude, respetivamente. São os dois únicos exemplares remanescentes em toda a serra, testemunhos incontornáveis de um modo de vida rude e agreste (Figura 68).

Relevantes são também as antigas **casas florestais** construídas na primeira metade do século XX, durante o período do Estado Novo. Espalhadas pela Serra d'Arga, abrangendo os três concelhos, das cinco casas florestais identificadas, todas se encontram, presentemente, desocupadas e em estado de eminente ruína (Figura 69).

Apenas uma casa florestal, localizada em Sangemondes (Ponte de Lima), mantém, ainda, um razoável estado de conservação (Figura 70).



Fonte Salgueira



Fonte da Ribada



Fonte do Reconco



Fonte da Costa



Fonte de Trás-Âncora



Fonte Capela S. Mamede



Fonte do Sobral



Fonte da Mó



Fonte das Presas



Fonte em Orbacém



Fonte do Val



Fonte da Capela d Sra. da Cabeça

Figura 71. Fontes com valor patrimonial

Relativamente às fontes, a grande profusão destes equipamentos públicos na área de estudo justifica-se pela importância que o elemento água adquire em toda a Serra d'Arga e vale do Âncora. Acompanhando ou cruzando as inúmeras linhas de águas existentes, posicionando-se em lugares estratégicos, semienterradas no solo ou adossadas a pequenos muros de contenção de terras, junto às escadas de acesso ao moinho, à presa ou à levada, são dezenas as fontes de valor patrimonial espalhadas por todo o território. Destacam-se as que se identificam na Figura 71, verificando-se, em muitas delas, necessidades urgentes de manutenção e conservação.



Alpondras do Porto Covo (Âncora/Riba de Âncora)

Figura 72. Alpondras na Serra d'Arga e vale do Âncora



Poldras do Porto (Arga de Baixo, Caminha)



Figura 73. Caminho das Leiras (Arga de Cima, Caminha)

Arquitetura das Vias de Comunicação

Classificam-se os valores arquitetónicos integrados na tipologia Arquitetura das Vias de Comunicação identificados pelo presente inquérito nos quatro tipos a seguir discriminados:

- a) Alpondras;
- b) Caminhos;
- c) Pontões;
- d) Pontes.

Do total de 37 objetos arquitetónicos relacionados com as vias de comunicação identificados na área de estudo, destacam-se as duas **alpondras**, constituindo uma forma curiosa de atravessamento pedonal de linhas de água (Figura 72), bem como o **Caminho das Leiras**, proporcionando uma passagem elevada aos lavradores que pretendem aceder aos seus campos de cultivo (Figura 73).

Relativamente às pontes, destacam-se as exclusivamente pedonais, nomeadamente a **Ponte da Torre**, em Âncora/Vila Praia de Âncora e a **Ponte das Traves**, em Arga de Baixo, esta última assente em afloramentos rochosos e assim designada por ser construída com megalíticas lajes de pedra como base e guardas laterais (Figura 74).



Ponte da Torre (Âncora/Riba de Âncora)



Ponte das Traves (Arga de Baixo, Caminha)

Figura 74. Pontes pedonais na Serra d'Arga e vale do Âncora



Ponte de Tourim (Amonde, Viana do Castelo)



Ponte de Estorãos (Ponte de Lima)

Figura 75. Pontes medievais na área de estudo



Pontão do Hilário



Pontão da Tábua



Pontão do Cais



Pontão da Alhada

Figura 76. Pontões pedonais em Freixeiro de Soutelo (Viana do Castelo)

Do tipo Pontes destacam-se também as **Pontes de Tourim** e de **Estorãos**, exemplares característicos da pontilhística medieval (Figura 75).

Relativamente aos Pontões, todos os elementos identificados destinam-se somente a pessoas e animais, tendo como objetivo a passagem pedonal de rios, ribeiros e regatos. Datados dos finais do século XVII, inícios do século XVIII, são inúmeros os pontões de lajes únicas alinhadas que permitem a travessia do rio Âncora em Freixeiro de Soutelo (Viana do Castelo), designadamente os pontões do **Hilário**, da **Tábua**, do **Cais** e da **Alhada** (Figura 76).

De destacar, ainda, o **Pontão do Lobo**, construído em meados do século XVII para a travessia a pé do regato da Fraga, em Arga de Cima (Caminha). Apesar de, atualmente, o pontão se encontrar derrubado, a autarquia já manifestou a vontade na sua reconstituição (Figura 77).



Figura 77. Pontão do Lobo (Arga de Cima)



Moinho de Baixo (Arga de Baixo, Caminha)



Moinho de Lá (Arga de Baixo, Caminha)



Moinho Novo (Arga de Cima, Caminha)



Moinho do Covão 1 (Arga de Cima, Caminha)

Figura 78. Moinhos de montanha



Moinho da Ponte da Torre (Âncora)



Moinho do Paço (Âncora)



Moinho de Orbacém

Figura 79. Moinhos de planície

Arquitetura Industrial/Artesanal

Classificam-se os valores arquitetónicos integrados na tipologia Arquitetura Industrial/Artesanal identificados pelo presente inquérito nos dois tipos a seguir discriminados:

- a) Azenhas;
- b) Moinhos.

Duas das estruturas tradicionais fundamentais para a economia desta região são, sem dúvida, as azenhas e os moinhos, dependentes de um dos elementos estruturantes da Serra: a rede hidrológica. A água e os rios sempre fizeram parte não apenas da paisagem serrana, mas também da economia local, das terras férteis para cultivo, dos espaços de trabalho e de convívio.

O vale do Âncora é igualmente um espaço físico que, devido ao seu passado agrícola, apresenta um património industrial/artesanal, extremamente importante, símbolo do domínio da natureza, sem alteração dos ecossistemas.

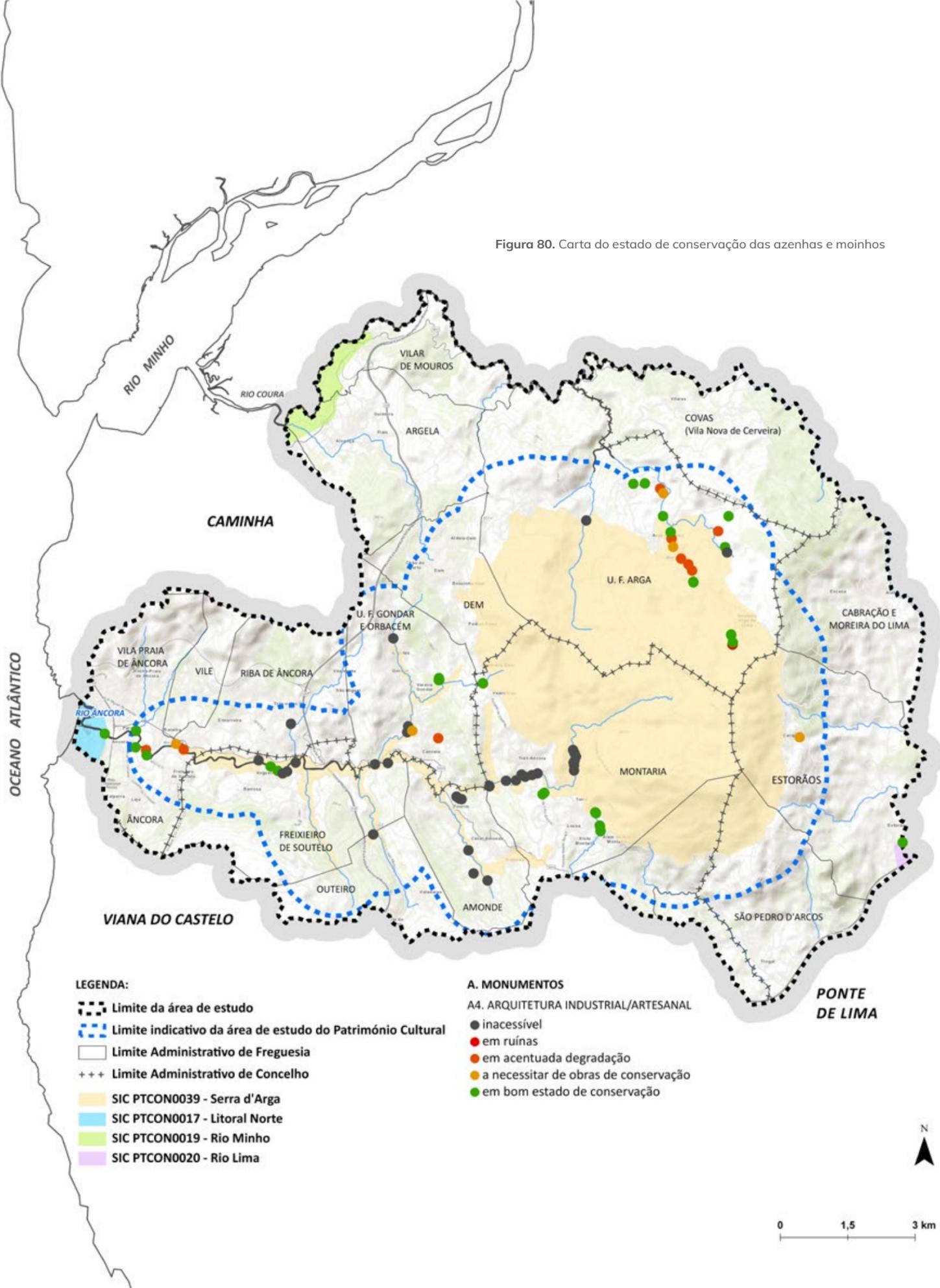
As azenhas e moinhos do rio Âncora e seus afluentes formam um conjunto notável, não apenas pelo que representam de atividade molineira, mas também como tradição de uma indústria ancestral, fruto das técnicas, artes e saberes tradicionais.

Na Serra d'Arga e vale do Âncora foram inventariadas 80 destas estruturas artesanais de produção. Sendo o tipo mais representativo o dos moinhos, caracterizados pela roda horizontal, distinguem-se os **moinhos de montanha** (localizados, sobretudo, a partir da cota 100) e os **moinhos de planície**.

Do grupo dos moinhos de montanha salientam-se as construções extremamente rústicas, de pedra solta, com uma portinhola baixa e estreita e cobertura, de duas águas, em placas de xisto ou granito. Os mais relevantes na área de estudo são, entre muitos outros, o **Moinho de Baixo** (o único ainda em laboração) e o **Moinho de Lá** localizados em Arga de Baixo e, em Arga de Cima, o **Moinho Novo**, os dois **Moinhos da Gandra** e os três **Moinhos do Covão** (Figura 78).

Do grupo dos moinhos de planície destacam-se as instalações de maiores dimensões, integrando também pequenos equipamentos oficinais de apoio às atividades de moagem. Na área de estudo identificam-se apenas três estruturas deste tipo: o **Moinho da Cegonha** (ou Moinho da Ponte da Torre) e o **Moinho do Paço**, ambos localizados na freguesia de Âncora (Caminha) e o **Moinho de Orbacém** (Caminha), todos datados dos finais do século XVII (Figura 79).

Figura 80. Carta do estado de conservação das azenhas e moinhos



Porém, grande parte das oito dezenas de azenhas e moinhos inventariados encontra-se inacessível, em ruína, em acentuada degradação ou a necessitar de obras de conservação, correspondendo a 51 destas construções, ou seja, cerca de 64% do total (Gráfico 6).

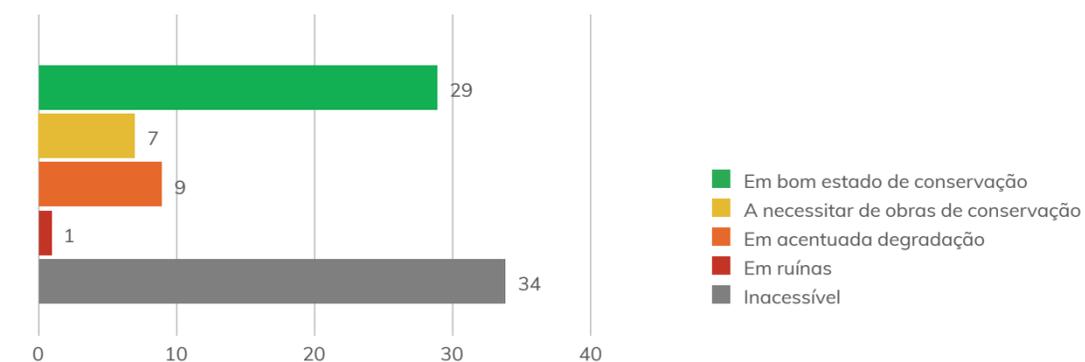


Gráfico 6. Estado de conservação das azenhas e moinhos

Evidente é também a existência de uma maior degradação destas estruturas de produção artesanal junto às povoações mais serranas, onde se concentra um maior número deste tipo de construções abandonadas (Figura 80).

Havendo a possibilidade de valorizar todo este património industrial/artesanal em rede através da criação, por exemplo, de percursos pedonais temáticos, torna-se premente a melhoria das suas condições de acessibilidade, bem como de conservação geral das estruturas construídas.



Alminhas de Santo Aginha (Arga de São João, Caminha)



Alminhas da Ponte de Saim (Orbacém, Caminha)



Oratório do Senhor dos Passos (Âncora, Caminha)



Nicho do Carqueijal (Dem, Caminha)

Figura 81. Alminhas e Nichos

Arquitetura Religiosa

Classificam-se os valores arquitetónicos integrados na tipologia Arquitetura Religiosa identificados pelo presente inquérito nos quatro tipos a seguir discriminados:

- a) Alminhas e Nichos;
- b) Cruzes, Cruzeiros e Calvários;
- c) Igrejas, Capelas e Santuários;
- d) Cemitérios.

Os objetos arquitetónicos de cariz religioso identificados na área de estudo compreendem cerca de duas centenas de registos, comprovando a importância deste aspeto na vida destas populações.

Na Serra d'Arga e vale do Âncora, grande é a quantidade e variedade de **alminhas** e **nichos** que se espalham pelas bermas dos principais caminhos antigos, bem como no cruzamento destes, apelando à devoção dos caminhantes, desde o singelo abrigo rasgado na parede da casa ou pousado no muro de vedação dos campos, até ao lugar bem evidente e destacado para quem passa nos caminhos ou nas pontes. Destacam-se, entre muitos outros, as **Alminhas de Santo Aginha**, as **Alminhas da Ponte de Saim**, o **Oratório do Senhor dos Passos** e o **Nicho do Carqueijal** (Figura 81).

As **Cruzes** e os **Cruzeiros** são os objetos arquitetónicos mais profusamente difundidos em toda a área de estudo do Património Cultural, com um total de 96 registos, correspondendo a cerca de 20% do total de Monumentos identificados neste território e a quase 50% do total de ocorrências registadas relativas à Arquitetura Religiosa.

Na Serra d'Arga e vale do Âncora é possível encontrar cruzes erguidas nas bermas e encruzilhadas dos caminhos, nas pontes ou na sua proximidade, assentes em muros de vedação de propriedades privadas, sobre os portais das casas e quintas mais antigos e nas proximidades de igrejas, capelas e santuários (Figura 82).



Cruz na berma do caminho (Estorãos)



Cruz erguida na ponte (Freixeiro de Soutelo)



Cruz assente em muro de vedação (Freixeiro de Soutelo)



Cruz sobre portal (Âncora)

Figura 82. Cruzes

Dos cruzeiros salientam-se aqueles que possuem feições mais populares, surgindo nos cruzamentos, próximos das povoações mais rurais, muitos deles datados de meados ou finais do século XVII, apresentando, ainda, um bom estado de conservação geral. Destacam-se, entre muitos outros, o **Cruzeiro de Aspra**, em Âncora (Caminha), o **Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo**, na Montaria (Viana do Castelo) e o **Cruzeiro de Coutadas da Serra**, em Dem (Caminha), representados na Figura 83.



Cruzeiro de Coutadas da Serra (Dem, Caminha)



Cruzeiro de Aspra (Âncora, Caminha)



Cruzeiro de Nossa Senhora do Carmo (Montaria, Viana do Castelo)

Figura 83. Crucifixos de talhe popular (exemplos)

Alguns cruzeiros surgem também associados a rituais religiosos muito particulares, nomeadamente o **Cruzeiro da Ladeira** (ou dos **Clamores**), ponto obrigatório de paragem dos romeiros que se dirigiam à Romaria de São João d'Arga; outros surgem ligados às casas e às quintas de maior riqueza e dimensão, nomeadamente o **Cruzeiro da Quinta do Paço** (Figura 84).

Do tipo Cruzeiros destacam-se igualmente aqueles que constituíam uma forma singular de medir a água de rega na Serra d'Arga e vale do Âncora, nomeadamente o **Cruzeiro do Campo de Cima** e o **Cruzeiro da Presa** (Figura 85).



Cruzeiro da Ladeira (Arga de São João, Caminha)
Cruzeiro da Quinta do Paço (Âncora, Caminha)



Figura 84. Cruzeiros associados a rituais religiosos



Cruzeiro do Campo de Cima
(Freixieiro de Soutelo, Viana do Castelo)



Cruzeiro da Presa (Arga de São João, Caminha)

Figura 85. Cruzeiros de medição das águas de rega

Datadas dos meados do século XVII até finais do século XVIII, a maioria das **igrejas, capelas e santuários** construídos na Serra d'Arga e vale do Âncora mantém um bom estado de conservação. Destacam-se, numa primeira fase, as igrejas e capelas rurais datadas da segunda metade do século XVII e da primeira metade do século XVIII, nomeadamente a **Igreja Paroquial de Arga de Baixo** e a **Igreja Paroquial de Arga de São João** (Figura 86).

São também exemplo relevante desta fase construtiva inicial a **Capela da Senhora de Guadalupe**, a **Capela do Espírito Santo** e a **Capela de São Miguel**, em Riba de Âncora, a **Capela de São Brás**, em Vila Praia de Âncora, a **Capela de Santa Luzia**, em Âncora e a **Capela de Santa Quitéria**, em Amonde, todas construídas entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII.

Num segundo período, a partir da segunda metade do século XVIII, destacam-se as capelas construídas a pedido de membros de ordens religiosas, tal como a **Capela da Senhora da Rocha**, em Arga de Baixo, mandada edificar pelo Padre João Manoel Dom F. Caldas em 1828/1851, bem como as capelas particulares, nomeadamente a **Capela de São Silvestre**, em Gondar, edificada em 1850, pertença da Casa do Codessal (Figura 87).



Igreja Paroquial de Arga de Baixo (Caminha)



Igreja Paroquial de Arga de São João (Caminha)

Figura 86. Igrejas paroquiais (exemplos)



Capela da Senhora da Rocha (Arga de Baixo, Caminha)



Capela de São Silvestre (Gondar, Caminha)

Figura 87. Capelas construídas a pedido de membros de ordens religiosas



Capela de N. Sra. da Cabeça (Freixieiro de Soutelo)



Capela da Senhora das Neves (Dem)



Capela do Senhor do Socorro (Montaria)

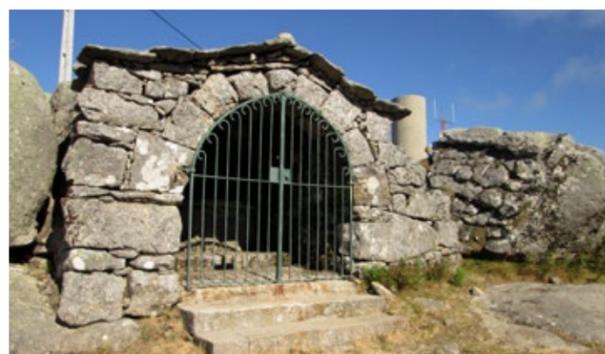


Capela de Santo Antão (Arga de Cima)

Figura 88. Capelas de peregrinação



Santuário de São João d'Arga (Arga de Baixo)



Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Minho (Montaria)

Figura 89. Santuários na Serra d'Arga

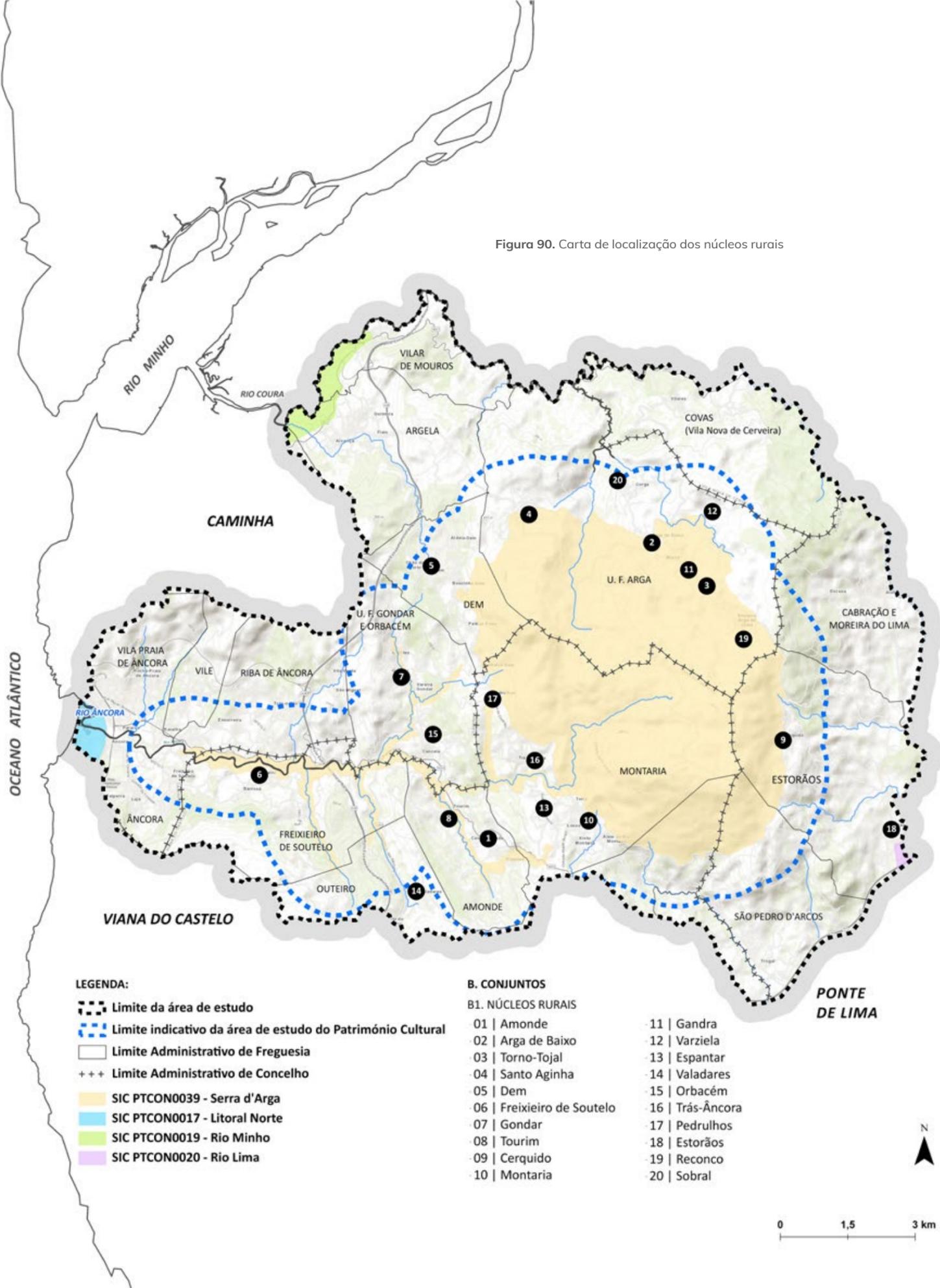
Paralelamente, a partir do século XVIII, as **capelas de peregrinação** e os **santuários** começam também a ser relevantes neste território.

Do grupo das capelas de peregrinação salientam-se a **Capela de Nossa Senhora da Cabeça** (1701), em Freixieiro de Soutelo, a **Capela da Senhora das Neves** ou da **Senhora da Serra** (1746), em Dem, a **Capela do Senhor do Socorro** (1853), na Montaria, e a **Capela de Santo Antão** ou do **Santo do Alto** (1939), em Arga de Cima (Figura 88).

Do grupo dos santuários, destacam-se o **Santuário de São João d'Arga**, com o estatuto de Monumento Nacional³², bem como o **Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Minho** (Figura 89).

Em sede de inventário foram igualmente identificados 12 **cemitérios**, associados às 12 igrejas paroquiais referenciadas, localizadas nas sedes das freguesias ou antigas sedes de freguesia.

Figura 90. Carta de localização dos núcleos rurais



CONJUNTOS

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito arquitetónico pertencentes à categoria **Conjuntos**, foram identificados os discriminados na **Tabela 27**.

Os **20** conjuntos mais relevantes do ponto de vista patrimonial identificados na área de estudo correspondem a **núcleos** ou **aldeias rurais**. Apenas quatro destes núcleos rurais (20% do total) se localizam no interior do perímetro do Sítio “Serra de Arga”, designadamente os lugares de Gandra, Reconco e Torno-Tojal (concelho de Caminha) e Cerquido (concelho de Ponte de Lima).

Metade dos conjuntos identificados (10) pertence ao concelho de Caminha, oito ao concelho de Viana do Castelo e os restantes dois ao concelho de Ponte de Lima, apresentando a distribuição geográfica expressa na **Figura 90**.

CONJUNTOS

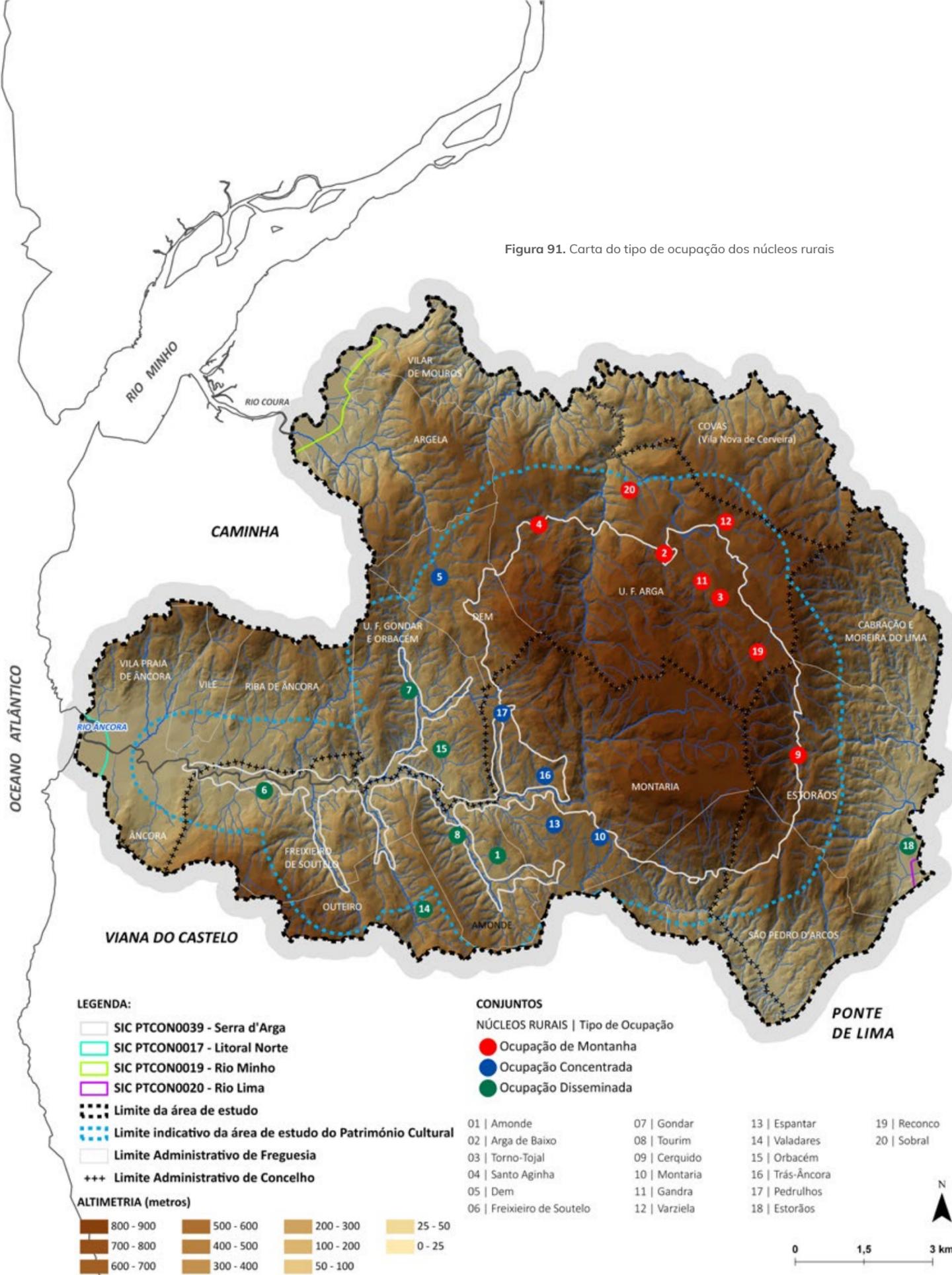
Concelho	Área de estudo	SIC “Serra de Arga”
Caminha	Arga de Baixo	-
	Dem	-
	Gandra	X
	Gondar	-
	Orbacém	-
	Reconco	X
	Santo Aginha	-
	Sobral	-
	Torno-Tojal	X
	Varziela	-

CONJUNTOS (cont.)

Concelho	Área de estudo	SIC “Serra de Arga”
Ponte de Lima	Cerquido	X
	Estorãos	-
Viana do Castelo	Amonde	-
	Espantar	-
	Freixieiro de Soutelo	-
	Montaria	-
	Pedrulhos	-
	Tourim	-
	Trás-Âncora	-
	Valadares	-

Tabela 27. Valores patrimoniais arquitetónicos: Conjuntos

Figura 91. Carta do tipo de ocupação dos núcleos rurais



Núcleos Rurais

Considerando a influência das formas do relevo sobre a construção da paisagem humanizada, nomeadamente no que diz respeito à modelação dos padrões de povoamento, é possível sintetizar e esquematizar o tipo de ocupação dos núcleos rurais identificados em três formas distintas:

- Ocupação de montanha** - a partir dos 350 metros de altitude, nas vertentes a nordeste do núcleo granítico central da Serra d'Arga.
Obedecendo à lógica da aglomeração do povoamento serrano, estes núcleos possuem habitações com características marcadamente populares, agregando a habitação familiar e as funções agrícolas, incluindo, quase sempre, o espigueiro e a eira. Na área envolvente das aldeias localizam-se as leiras cultivadas com hortícolas ou cereais, expandindo-se para a base das vertentes através de socalcos. Das construções ressaltam os materiais líticos (granito ou xisto), matéria-prima local.
- Ocupação concentrada** - entre os 200 e os 350 metros de altitude, nas vertentes a sudoeste que circundam o núcleo granítico central da Serra d'Arga.
As povoações ocupam as encostas da Serra, em locais com boas condições de defesa natural e bem posicionados em relação ao controlo das acessibilidades naturais. A sua localização também se encontra, quase sempre, dependente da proximidade de uma linha de água e perto de áreas favoráveis à agricultura e ao pastoreio. Nestes territórios acidentados, as casas aproximam-se e agrupam-se, embora livremente, consoante as contingências, rodeadas pelas leiras onde se cultiva o milho. Assim formado, o povoado é pequeno e as casas dispõem-se em linha, de face para o caminho.
- Ocupação disseminada** - até aos 200 metros de altitude, nas vertentes onde se pratica a agricultura de baixa altitude e fundo de vale.
Condicionado pelas dominantes geográficas locais, este tipo de povoamento caracteriza-se, em oposição às demais formas de ocupação humana no território, pela fixação do agricultor e da sua família junto das terras que trabalham. O tecido rural apresenta-se retalhado por propriedades de diversos tamanhos, unidas pelos caminhos vicinais. À margem desses caminhos localizam-se as quintas dos lavradores, que se constituem como organismos unifamiliares e autossuficientes, constituídas pela casa e as construções anexas, erguidas de acordo com as necessidades.

A distribuição geográfica dos núcleos rurais de acordo com a sua forma de ocupação no território encontra-se expressa na **Figura 91**, sendo possível concluir que os modelos de povoamento da Serra d'Arga se encontram fortemente dependentes de fatores geomorfológicos, determinando, em grande parte, a localização e a configuração dos núcleos rurais.

Pela urgência que existe na sua preservação, do conjunto de núcleos rurais identificados no âmbito do Inventário do Património Cultural, destacam-se unicamente aqueles que se encontram em ruínas ou num estado de acentuada degradação: **Reconco**, em Arga de Cima, e **Sobral**, em Castanheira, Arga de Baixo (Figura 92).



Reconco (Arga de Cima, Caminha)



Sobral (Castanheira, Arga de Baixo, Caminha)

Figura 92. Núcleos rurais em acentuado estado de degradação

SÍTIOS

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito arquitetónico pertencentes à categoria **Sítios**, foram identificados os discriminados na **Tabela 28**:

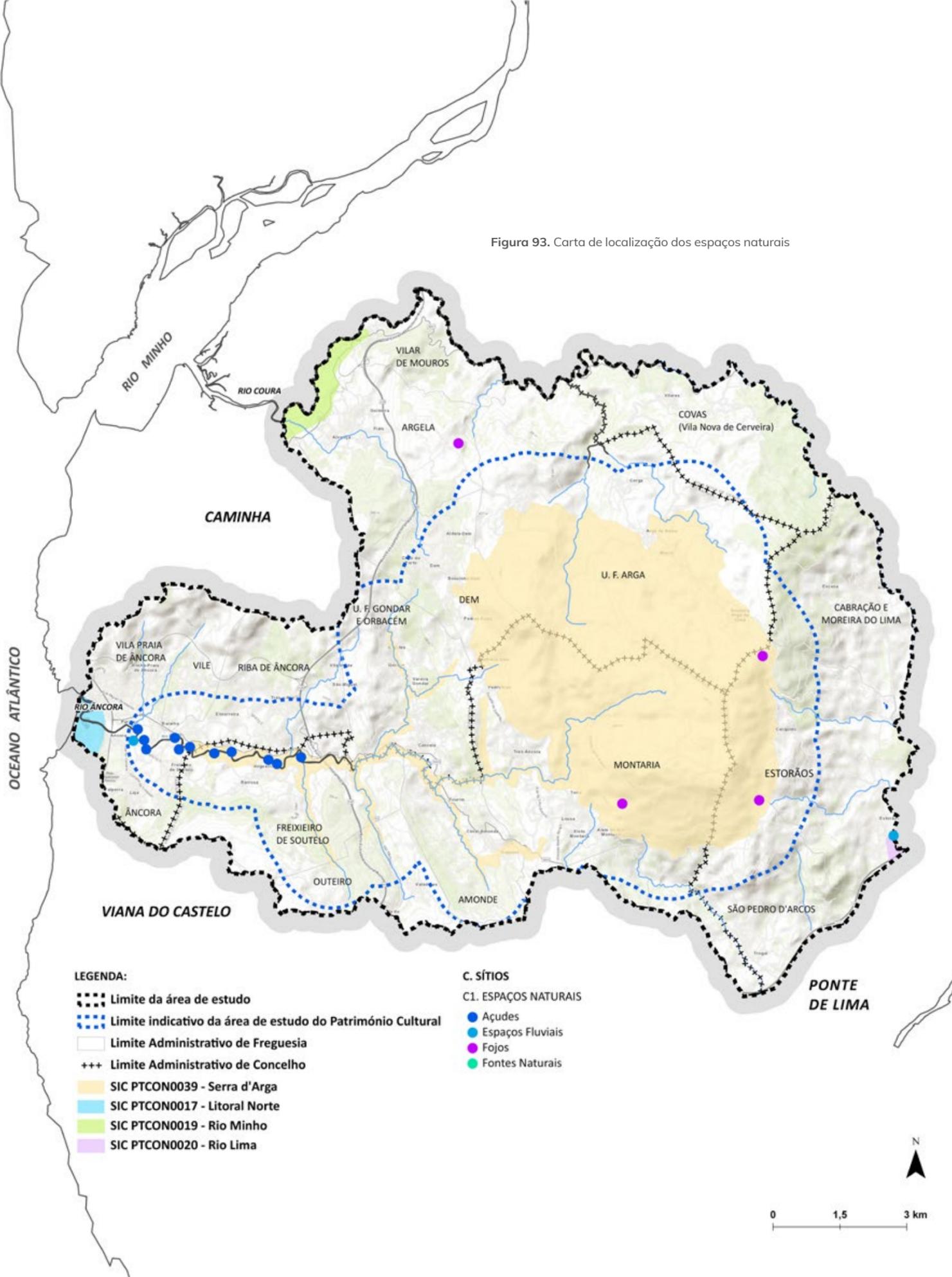
CATEGORIAS	TIPOLOGIAS	TIPO	N.º objetos inventariados	
			Área de estudo	SIC "Serra de Arga"
C. SÍTIOS	C1. Espaços Naturais	Açudes	11	7
		Espaços Fluviais	2	-
		Fojos	4	3
		Fontes Naturais	1	1
	C2. Sítios Arqueológicos	Achados	1	1
		Arte rupestre	10	2
		Depósitos	4	-
		Igrejas	2	-
		Megalitismo	5	-
		Minas	1	-
		Necrópoles	2	-
		Povoados Abertos	2	-
		Povoados Fortificados	14	-
				59

Tabela 28. Valores patrimoniais arquitetónicos: Sítios

A análise da tabela anterior permite constatar que foram identificados e localizados na área de estudo **59** sítios, dos quais cerca de 23,7% se localizam dentro do perímetro do Sítio "Serra de Arga".

A maioria dos sítios identificados (41, ou seja, cerca de 69,7%) pertencem à tipologia **Sítios Arqueológicos**; os restantes pertencem à tipologia **Espaços Naturais**.

Figura 93. Carta de localização dos espaços naturais



Espaços Naturais

Classificam-se os Espaços Naturais identificados pelo presente inquérito nos quatro tipos a seguir discriminados:

- a) Açudes;
- b) Espaços fluviais;
- c) Fojos;
- d) Fontes naturais.

Os elementos patrimoniais relacionados com os espaços naturais apresentam a distribuição geográfica expressa na Figura 93.

Os açudes inventariados na Serra d'Arga e vale do Âncora perfazem um total de 11 espaços naturais intervencionados pela mão humana, dos quais 7 surgem integrados na área do Sítio "Serra de Arga", geralmente associados a moinhos. Destacam-se os açudes do Creugo, do Cais, do Hilário e do Paço (Figura 94).

Os dois espaços fluviais identificados na área de estudo, ambos localizados fora dos limites do SIC "Serra de Arga", correspondem à Praia Fluvial do Rio Âncora e à Área de Lazer Fluvial de Estorãos, constituindo-se dois espaços com excelentes possibilidades de gerar atratividade no âmbito do turismo de natureza (Figura 95).



Açude do Creugo (Caminha)



Açude do Cais (Viana do Castelo)



Açude do Hilário (Viana do Castelo)



Açude do Paço (Caminha)

Figura 94. Açudes do Rio Âncora (exemplos)



Praia Fluvial do Rio Âncora (Caminha)



Área de Lazer Fluvial de Estorãos (Ponte de Lima)

Figura 95. Espaços fluviais

No território da Serra d'Arga é possível identificar os vestígios materiais de quatro fojos do lobo, três dos quais localizados no interior do perímetro do SIC "Serra de Arga", designadamente os fojos do Alto do Cavalinho (Figura 96) e de Cerquido, ambos localizados em Estorãos, Ponte de Lima, e o Fojo de Montaria, em Viana do Castelo. Um quarto fojo do lobo é, ainda, possível, identificar na freguesia de Argela, em Caminha, o Fojo de Cruz da Facha.

Os fojos do lobo são armadilhas permanentes construídas em pedra, constituindo um caso singular de especialização técnica na caça ao lobo, marcando o terreno. Os quatro fojos identificados na Serra d'Arga são todos de paredes convergentes, sendo o Fojo de Montaria duplo. Correspondem a dois muros altos de pedra solta, dispostos em V, cada um deles podendo atingir até 1 quilómetro de extensão, que convergem para um fosso, previamente dissimulado com vegetação, também construído com pedra solta. Na situação do fojo duplo, ele é constituído por dois fojos de paredes convergentes, funcionando de forma idêntica, mas que permitia bater uma área mais extensa.

Os fojos do lobo constituem-se como excelentes exemplares deste tipo de estruturas, de características verdadeiramente ancestrais, que urge preservar e referenciar como pontos de paragem obrigatória em percursos pedestres na serra.

A única fonte natural identificada na área de estudo corresponde à Fonte da Urze, localizada na freguesia de Montaria (Viana do Castelo). Esta fonte dá origem, na Chã de São João, a uma das nascentes do rio Âncora, constituindo-se como outro ponto de paragem obrigatória em plena serra (Figura 97).

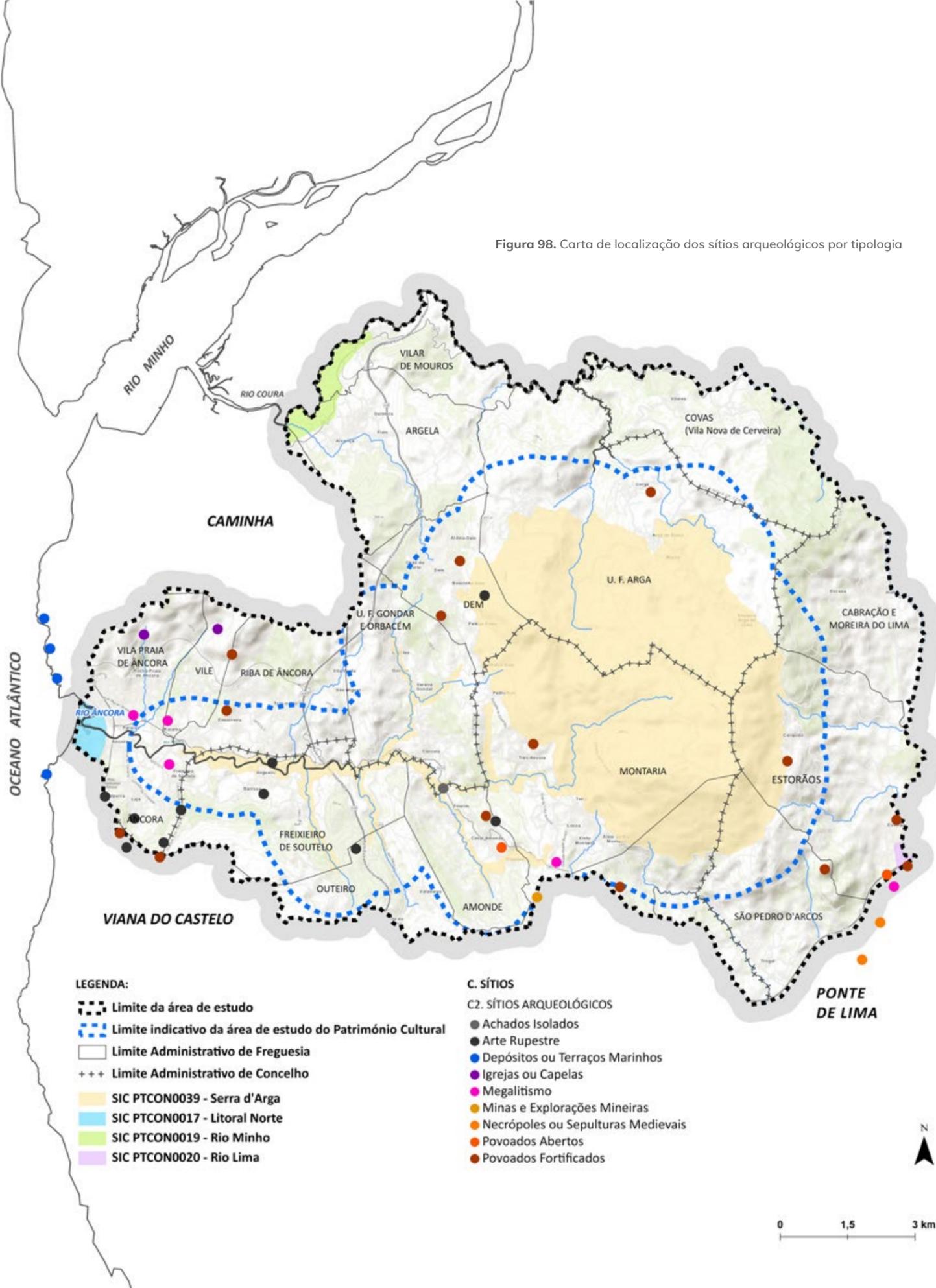


Figura 96. Fojo do Lobo (Estorãos, Ponte de Lima)



Figura 97. Fonte da Urze (Montaria, Viana do Castelo)

Figura 98. Carta de localização dos sítios arqueológicos por tipologia



Sítios Arqueológicos

Classificam-se os Sítios Arqueológicos identificados pelo presente inquérito nos nove tipos a seguir discriminados:

- a) Achados Isolados;
- b) Arte Rupestre;
- c) Depósitos ou Terraços Marinhos;
- d) Igrejas ou Capelas;
- e) Megalitismo;
- f) Minas e Explorações Mineiras;
- g) Necrópoles ou Sepulturas Medievais;
- h) Povoados Abertos;
- i) Povoados Fortificados.

Os sítios arqueológicos identificados na área de estudo apresentam a distribuição geográfica expressa na Figura 98. Assume especial importância o facto de a larga maioria destes sítios localizar-se numa área envolvente da Serra d'Arga, não se verificando qualquer ocorrência sobre os planaltos centrais.

De entre os 41 sítios arqueológicos identificados em sede de inventário, a **Cidade de Âncora e Afife** é, sem dúvida, o mais relevante. Trata-se de um povoado fortificado proto-histórico que terá assumido um papel de lugar central de características proto urbanas mostrando uma área edificada e um sistema defensivo de grandes dimensões. Apesar dos trabalhos arqueológicos nele realizados terem incidido sobre uma área limitada com estruturas que ficaram à vista, é já muita a informação reunida sobre o mesmo e que decorre do interesse que cativou junto de muitos investigadores. Estes fizeram publicar numerosos estudos sobre este sítio, ao mesmo tempo que reuniram várias coleções de materiais arqueológicos disponíveis. Este sítio apresenta, ainda, uma fácil acessibilidade que, no entanto, necessita de ser melhorada, bem como uma densidade em rede com outros sítios na envolvente imediata (povoados fortificados e arte rupestre), com a qual é possível construir um circuito multiplicador de pontos de vista e de locais de interesse para a visita. De momento, nada está sinalizado nem preparado para a visita, registando-se mesmo sinais de abandono e de degradação das estruturas mais visíveis com o crescimento descontrolado da vegetação.

O **Dólmen da Barrosa** é outro dos sítios mais relevantes não apenas pelas suas características individualizadoras, mas também por ter sido igualmente objeto de estudo da investigação arqueológica. A envolvente e o estado de conservação foram acautelados, mas, apesar de existir alguma sinalização, é escassa a informação disponibilizada no local a quem o visita. Por outro lado, interessaria associar à visita a este sítio os dois outros sítios da mesma tipologia que se localizam a menos de 1000 metros de distância, ou seja, o **Dólmen ou Mamoa de Vile** e a **Mamoa de Aspra**. Não só estes dois sítios fariam parte da mesma necrópole megalítica de fundo de vale, podendo assim ser melhor valorizada a relação com a paisagem envolvente e o enquadramento cénico, como também, tendo em atenção o diferente grau de conservação da câmara megalítica e da mamoa naqueles três sítios, possibilitariam outras leituras complementares mais enriquecedoras (**Figura 99**). A este circuito de visita haveria toda a conveniência de também associar a **Mamoa de Ereira**, a qual, ainda que localizada na vizinha freguesia de Afife, está praticamente junto do limite com a freguesia de Âncora, ao lado da EN13, tendo sido objeto de escavações arqueológicas e de preparação do local para visita. Acresce-se que, recentemente, foram identificadas novas pinturas sobre os esteios da câmara da Mamoa da Ereira, vindo enriquecer, ainda mais, a leitura daquele sítio arqueológico.



[a]. Dólmen de Vile
[b]. Mamoa de Aspra (Âncora)
[c]. Anta da Barrosa (Vila Praia de Âncora)

Figura 99. Monumentos megalíticos

O conjunto de sítios com **Arte Rupestre** constitui outro dos recursos patrimoniais com maior relevância. Do total de 10 sítios inventariados, sete deles poderão ser valorizados em rede, bem como associados a outros situados no exterior dos limites da área agora em estudo. As principais dificuldades que aqui se colocam, dizem respeito às más acessibilidades e à difícil visibilidade e leitura destas gravuras. Em contrapartida, são vantagens o facto de existir trabalho de investigação recente sobre estes sítios, bem como uma dinâmica em curso, promovida através de projetos comunitários, com a pretensão de criação de uma Rota de Arte Rupestre no Noroeste Português.

Ainda entre os mais relevantes sítios arqueológicos identificados no território da Serra d'Arga apontam-se os quatro sítios correspondentes a terraços marítimos ou praias elevadas com vestígios da pré-histórica antiga. A relevância advém da importância arqueológica para o conhecimento das populações humanas mais antigas, pelo facto de se localizarem todos na costa e relativamente próximos, por possuírem fáceis acessibilidades e por se encontrarem profundamente estudados em resultado de sucessivos trabalhos arqueológicos e investigações, particularmente desde os finais da década de 1970. Por outro lado, afigura-se de maior interesse conjugar a valorização patrimonial destes sítios de relevância arqueológica, mas também geológica, com a dinâmica em curso de promoção do recém-criado Geoparque Litoral de Viana do Castelo (**Figura 100**).

Com potencial, mas exigindo um esforço renovado de investigação, encontram-se os vestígios de mineração antiga e os sítios das duas antigas igrejas paroquiais abandonadas na passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

A relevância mineira da envolvente da Serra d'Arga é bastante conhecida, existindo numerosas referências a vestígios de mineração antiga. Porém, falta um conhecimento cientificamente conduzido e aprofundado sobre este tema, uma vez que a informação disponível é, as mais das vezes, vaga, dispersa e não validada. Retemos apenas um sítio, o **Folgadoiro**, apontado como possuindo vestígios de mineração romana e também, muito provavelmente, mais antiga, para além das ruínas da exploração de maior escala das décadas de 1930, 40 e 50 já abandonadas (**Figura 101**). Colhem-se, no entanto, numerosas outras referências, todas pouco precisas, sobre vestígios de mineração antiga, associadas a um passado remoto ou mais recente e de que ainda se conserva a memória, as quais importaria investigar em profundidade para que pudessem vir a constituir um dos mais relevantes recursos patrimoniais nesta área.

Os dois sítios correspondentes às duas igrejas sede de paróquia na Idade Média, mas abandonadas posteriormente, **Bulhente** e **São Pedro de Varais**, apresentam-se de forma muito diferenciada. O primeiro é uma ruína mal localizada, enquanto no segundo se observa uma capela isolada, objeto recente de trabalhos de restauro que também se estenderam à envolvente reconfigurada num parque de merendas (**Figura 102**). Na verdade, como afirmamos antes, ambos os sítios mostram um elevado potencial como locais de implantação de antigos aldeamentos medievais posteriormente abandonados. Importaria investigar estes dois sítios a partir desta perspetiva, o que possibilitaria a sua valorização como recurso patrimonial muito mais interessante e distintivo.



Vila Praia de Âncora (Caminha)



Caído (Vila Praia de Âncora, Caminha)



Forte do Cão (Âncora, Caminha)

Figura 100. Estações arqueológicas

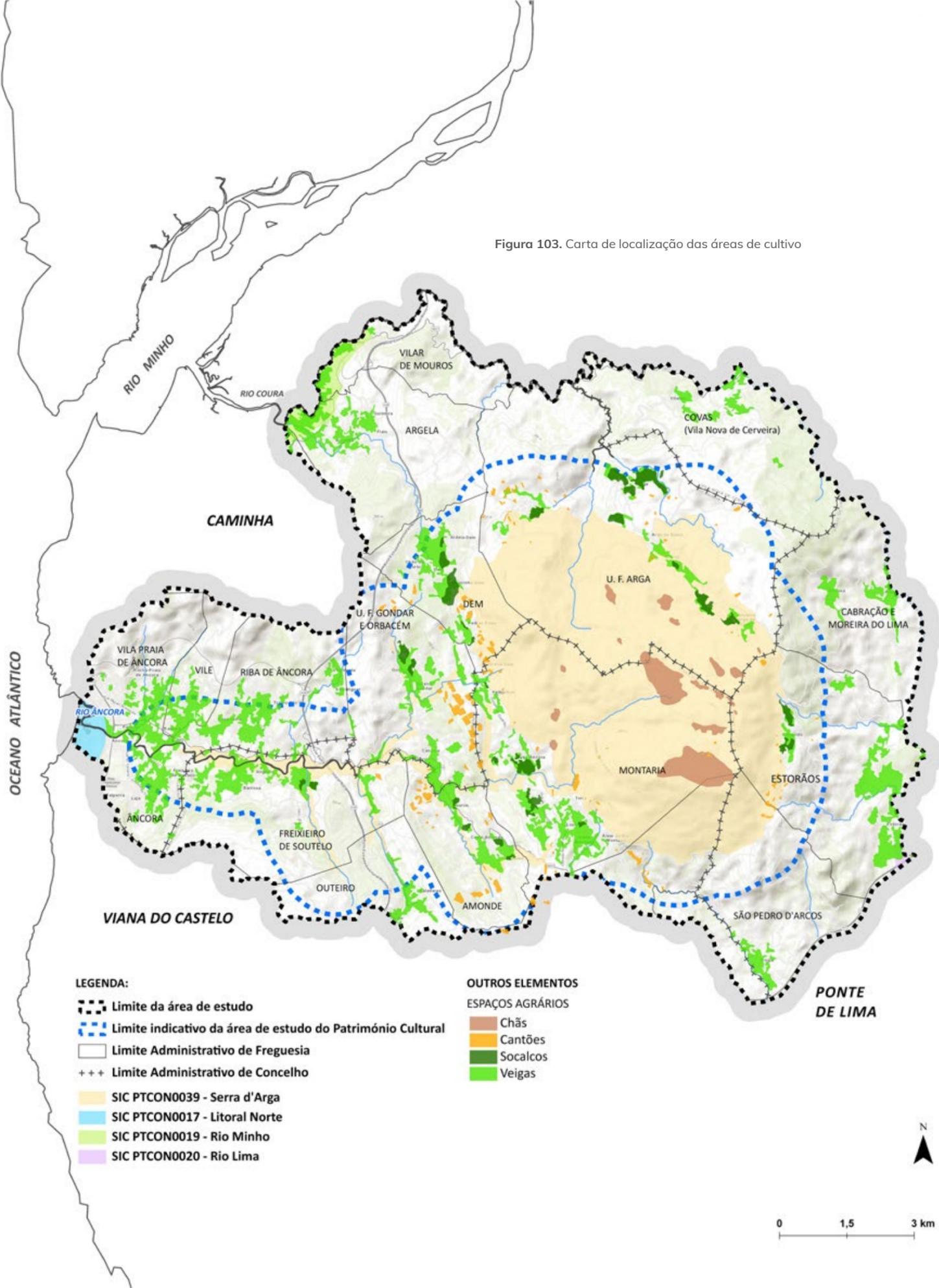


Figura 101. Minas romanas do Folgadoiro
(Imagem de satélite: Google Earth, 2018)



Figura 102. Capela de São Pedro de Varais (Vile, Caminha)

Figura 103. Carta de localização das áreas de cultivo



OUTROS ELEMENTOS CONSTRUÍDOS

No presente estudo, para além dos objetos arquitetónicos relacionados com Monumentos, Conjuntos e Sítios, foram igualmente identificados outros elementos de âmbito material relevantes para a definição das características identitárias da Serra d'Arga e vale do Âncora, designadamente os seguintes:

- a) Espaços agrários;
- b) Caminhos.

Espaços Agrários

Relativamente aos **espaços agrários**, reconhecem-se quatro componentes imprescindíveis e caracterizadoras do território marcadamente agrícola da Serra d'Arga:

- a) Áreas de cultivo;
- b) Sistemas de irrigação;
- c) Muros de vedação;
- d) Espigueiro;
- e) Medas de palha.

Relativamente às **áreas de cultivo**, a **Figura 103** apresenta a expressão territorial das quatro unidades de cultivo mais relevantes na Serra d'Arga:

- a) Chãs;
- b) Cantões;
- c) Socalcos;
- d) Veigas.

A Serra d'Arga apresenta uma particularidade importante, as **chãs**. Caracterizadas pela quase ausência de arborização, nas chãs existe um importante ecossistema, os lameiros de montanha, frequentados por garranos e bovinos, uma vez que aí se reúnem ótimas condições para o pastoreio, nomeadamente bons pastos de gramíneas. As mais relevantes destas planícies serranas são a **Chã Grande**, a **Chã de São João** e o **Chão das Sizedas**, desenvolvendo-se a uma altitude média de 750 metros, entre o Alto da Fonte da Urze (803 metros), localizado a norte, o Outeiro do Homem (806 metros), a sul, e o Alto do Espinheiro (825 metros), o ponto mais alto da serra e do concelho de Viana do Castelo (**Figura 104 a Figura 106**).



Figura 104. Vista para a Chã de S. João



Figura 105. Vista para o Outeiro do Homem



Figura 106. Vista para a Chã Grande

Nas encostas mais suaves e menos declivosas da Serra concentram-se os **cantões**, propriedades de pequena e média dimensão, de formato geralmente irregular, vedadas por muros de xisto (**Figura 107**). Destinadas maioritariamente à produção silvícola para as cortes dos animais, estas propriedades muradas constituíam pertença das famílias serranas mais proeminentes, as quais convidavam os amigos e os vizinhos para as descidas do gatenho, dado não ser possível o acesso por carro de bois³³.



Figura 107. Propriedades muradas na Serra d'Arga

Deixando para trás as encostas mais rochosas, declivosas, agrestes e estéreis da Serra d'Arga, encontra-se um dos espaços de produção agrícola mais reconhecíveis na Serra d'Arga: os **socalcos**, plataformas de dimensão variável suportadas por muros de xisto.

Descendo e moldando suavemente as encostas até ao leito dos rios ou caminhos vicinais, é nestes socalcos que se cultivam os cereais, a vinha e o olival (**Figura 108** e **Figura 109**).



Figura 108. Conjunto de socalcos de Chão de Franqueira



Figura 109. Conjunto de socalcos do Cerquido



Finalmente, no território que se desenvolve no sopé da Serra d'Arga e ao longo do vale do Âncora, os terrenos tornam-se mais planos e os solos apresentam-se mais férteis, retalhados pelos inúmeros ribeiros e riachos que irrigam os campos.

É junto às margens das linhas de água que retalham este território que se encontram as **veigas** e os prados verdejantes, alongando-se em estreitas faixas de terreno onde se maximiza a produção agrícola, principalmente de milho (**Figura 110** e **Figura 111**). Em alguns pontos existem, ainda, extensas ramadas para o crescimento da vinha.



Figura 110. Campos agrícolas ao longo do Ribeiras das Pombas



Figura 111. Campos agrícolas ao longo do Ribeiro da Arga

Relativamente aos **sistemas de irrigação**, destacam-se as estruturas de água para rega, constituídas por **presas** ou **tanques** e **levadas**. As presas e os tanques garantem a irrigação de grandes porções de terreno, repartidas por inúmeras leiras, sendo a água conduzida em levada em rego cavado, em canal ou em aqueduto (**Figura 112**).



Levada em rego cavado



Levada em canal



Levada em aqueduto

Figura 112. Levadas em rego cavado, em canal e em aqueduto

Na área de estudo definida para o âmbito do Património Cultural foram identificadas cerca de meia centena de presas e um total de 275 tanques, distribuídos pelos três concelhos, naturalmente com especial incidência em Caminha e Viana do Castelo, por integrarem uma maior porção do território objeto de análise.

Os **muros de vedação** existentes na Serra d'Arga podem ser classificados em dois tipos:

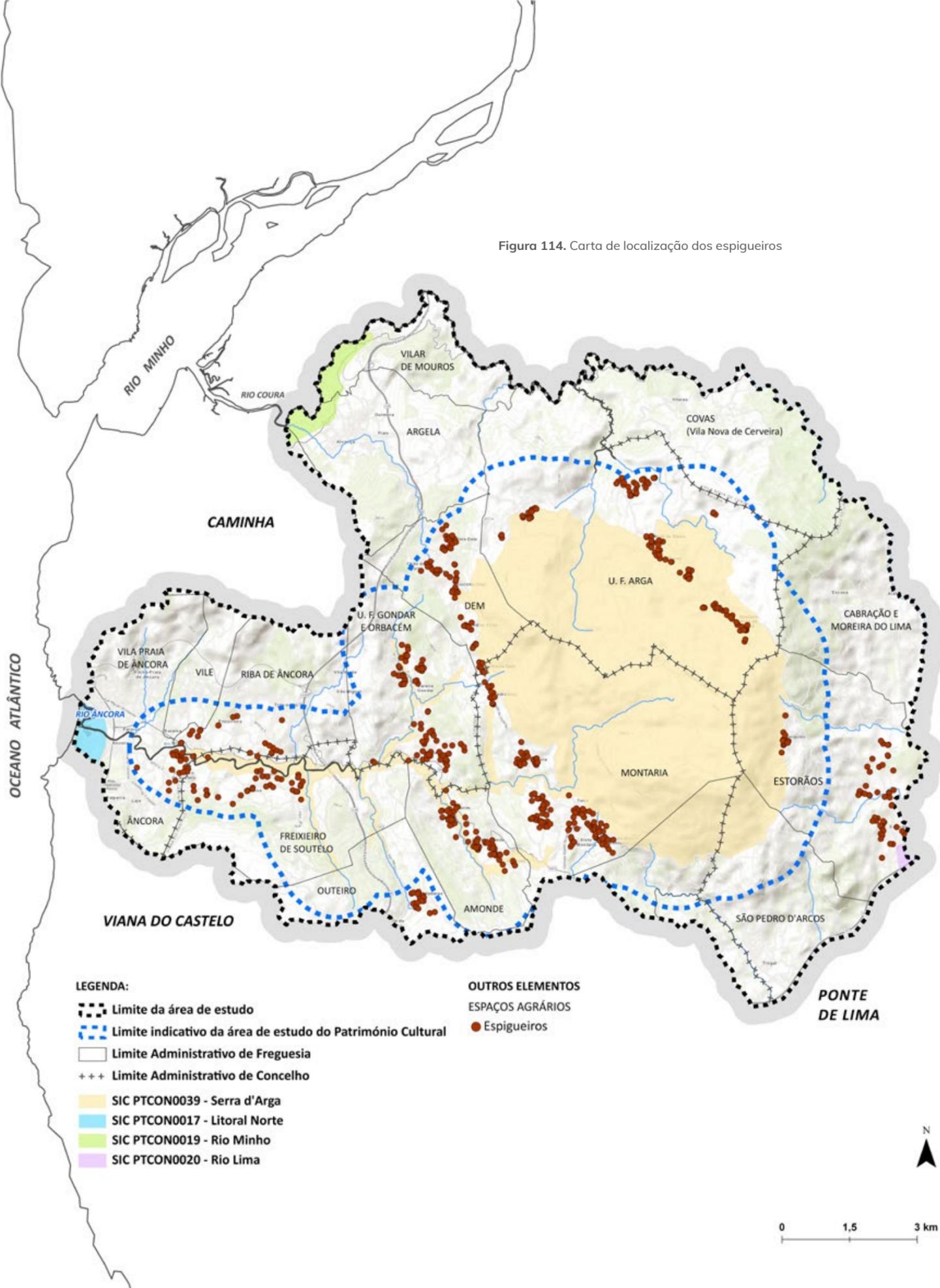
- a) Muros de vedação de quintais;
- b) Muros de vedação de propriedades.

Os **muros de vedação de quintais** erguem-se à volta da casa de habitação, estabelecendo a separação entre o espaço público e o privado. Os **muros de vedação de propriedades** estabelecem as fronteiras dos terrenos aráveis, podendo constituir-se apenas por alguns marcos cravados no solo (**Figura 113**).



Figura 113. Muro de vedação do quintal e marcos de divisão da propriedade

Figura 114. Carta de localização dos espigueiros



Na área de estudo definida para o âmbito do Património Cultural foram identificadas cerca de seis centenas de espigueiros, a maioria dos quais distribuídos pelos concelhos de Caminha e Viana do Castelo, especialmente junto às povoações e áreas de cultivo adjacentes aos limites do Sítio "Serra de Arga", conforme expressa a carta da Figura 114.

Os **espigueiros** constituem-se como uma das construções fundamentais na economia tradicional da Serra d'Arga e regiões envolventes, elementos imprescindíveis nas casas de lavoura. Trata-se de estruturas destinadas a guardar as espigas de milho, e cuja dimensão é, geralmente, um indício das condições económicas dos seus proprietários. Os mais tradicionais são construídos em granito e madeira, elevando-se acima do solo (Figura 115).



Figura 115. Espigueiros sobre muros de vedação

As **medas de palha** constituem-se igualmente como um símbolo da paisagem agrícola da Serra d'Arga. É em medas que são colocadas as palhas provenientes da desfolha do milho maduro, após a estadia em espigueiros (**Figura 116**).



Figura 116. Meda de palha

Caminhos

Destacam-se os caminhos medievais que retalham a Serra d'Arga, assentes sobre os primitivos percursos romanos, podendo se classificados em dois tipos:

- a) Caminhos em carreteiro;
- b) Caminhos de pé posto.

Os **caminhos em carreteiro** correspondem aos caminhos para veículos e pessoas, geralmente em terra batida ou cascalho, permitindo uma mobilidade mais fácil e direta entre as várias aldeias serranas (**Figura 117**).

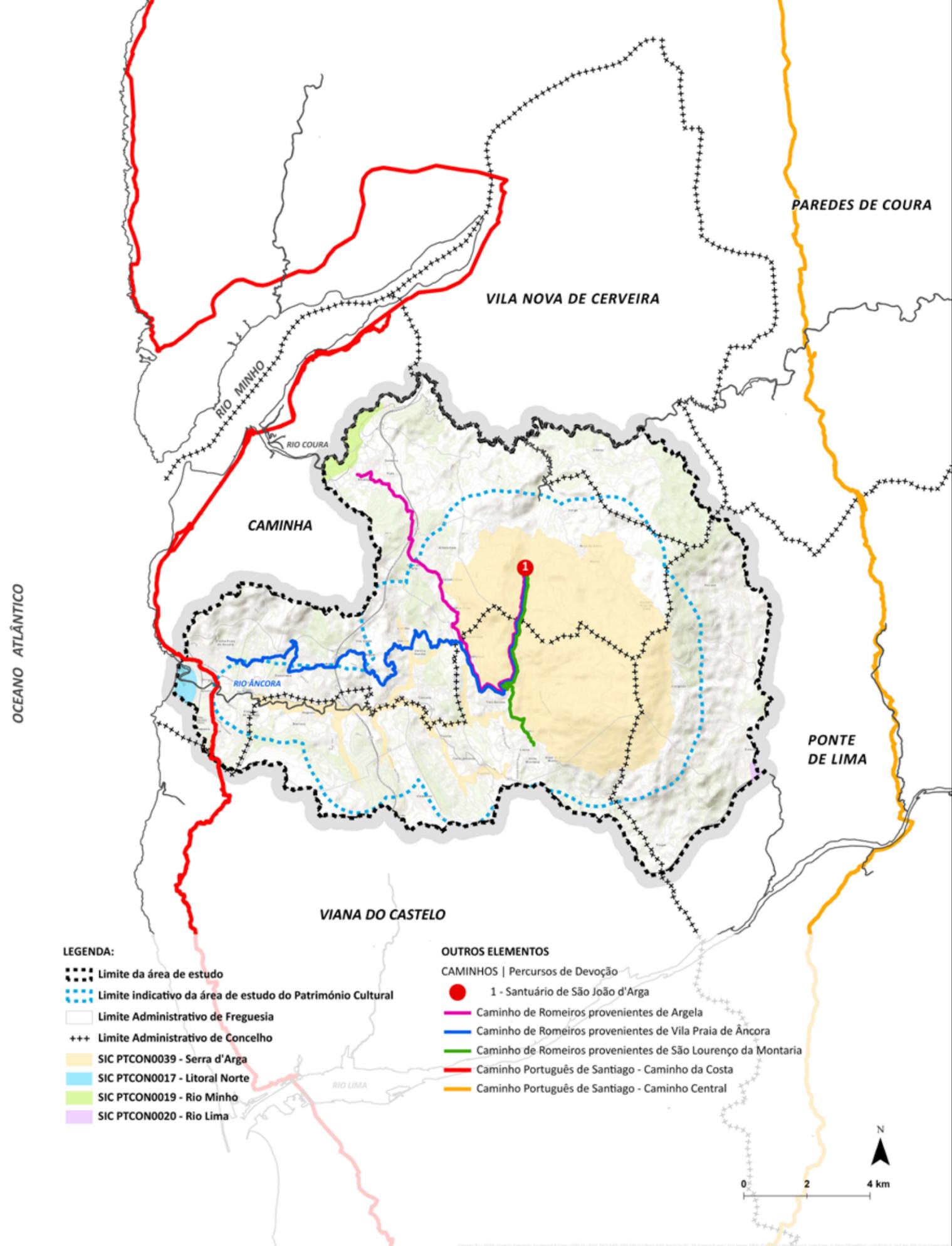
Por sua vez, os **caminhos de pé posto** dizem respeito aos carreiros e veredas vocacionados unicamente para pessoas e animais, assentes em lajes de granito, prolongando-se de forma mais ou menos tortuosa, de acordo com o espaço físico-geográfico dos vales e encostas declivosas (**Figura 118**).



Figura 117. Caminho em carreteiro no maciço central da Serra d'Arga



Figura 118. Caminho de pé posto
no maciço central da Serra d'Arga



Nos caminhos de pé posto incluem-se também os caminhos dos romeiros que se dirigiam para o Santuário de São João d'Arga, com destaque para os três a seguir indicados:

1. **Percorso proveniente do vale do Minho**, com início na Igreja Paroquial de Argela (Caminha), num trajeto com cerca de 15 km;
2. **Percorso proveniente do vale do Âncora**, com início na Igreja Paroquial de Vila Praia de Âncora (Caminha), num trajeto com cerca de 25 km;
3. **Percorso proveniente do vale do Lima**, com início na Igreja Paroquial de São Lourenço da Montaria (Viana do Castelo), num trajeto com cerca de 7 km.

O itinerário destes percursos apresenta a expressão territorial expressa na **Figura 119**.

Figura 119. Carta de localização dos percursos de devoção

Património imaterial

Os valores patrimoniais de âmbito imaterial identificados na Serra d'Arga e vale do Âncora até à foz são igualmente inúmeros e diversificados.

Tomando em consideração os domínios e as categorias configurados na Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial³⁴, na presente área de estudo identificam-se os valores imateriais apresentados na **Tabela 29**.

DOMÍNIOS	CATEGORIAS	N.º manifestações inventariadas	
A. TRADIÇÕES E EXPRESSÕES ORAIS	A1. Manifestações literárias, orais e escritas	3	10 [14,5%]
	A2. Conceções míticas e lendárias	7	
B. EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E MANIFESTAÇÕES DE CARÁTER PERFORMATIVO	B1. Manifestações Musicais e Correlacionadas	3	3 [4,4%]
C. PRÁTICAS SOCIAIS, RITUAIS E EVENTOS FESTIVOS	C1. Organização social	1	40 [58,0%]
	C2. Norma e regulação social	4	
	C3. Festividades cíclicas	30	
	C4. Rituais coletivos	5	
D. CONHECIMENTOS E PRÁTICAS RELACIONADOS COM A NATUREZA E O UNIVERSO	D1. Medicina e saúde	1	1 [1,5%]
E. COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DE PROCESSOS E TÉCNICAS TRADICIONAIS	E1. Arquitetura e construção	4	15 [21,7%]
	E2. Cozinha, alimentação e estimulantes	5	
	E3. Corpo, vestuário e adornos	1	
	E4. Criação e utilização de animais	2	
	E5. Agricultura e silvicultura	1	
	E6. Atividades transformadoras	2	
		69	

Tabela 29. Valores patrimoniais imateriais

A análise da tabela anterior permite constatar que foram inventariadas um total de **69** manifestações de âmbito imaterial, das quais a maioria (40) , cerca de 58%, integra o domínio das **práticas sociais, rituais e eventos festivos**. De seguida surgem as manifestações relacionadas com o domínio das **Competências no Âmbito de Processos e Técnicas Tradicionais**, com 15 ocorrências (21,7%) e com o domínio das **Tradições e Expressões Oraís**, com 10 registos, ou seja, 14,5% do total. Finalmente, apenas 4,4% das manifestações imateriais inventariadas integram o domínio das **Expressões Artísticas e Manifestações de Caráter Performativo** (3 registos) e 1,5% o domínio dos **Conhecimentos e Práticas Relacionados com a Natureza e o Universo**, com somente uma situação identificada.

TRADIÇÕES E EXPRESSÕES ORAIS

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito imaterial relacionados com o domínio das Tradições e expressões orais, foram inventariadas:

a) manifestações literárias orais e escritas: recolha de contos tradicionais, vocabulário popular e ditados populares. Das dezenas de vocábulos utilizados pela população serrana, salientam-se os contantes na **Tabela 30**.

VOCÁBULO	SIGNIFICADO	VOCÁBULO	SIGNIFICADO
Cabo	O que acaba de regar	Gábedo	Recipiente
Camareiro	Valado	Garbalha	Caruma
Cancilhos	Plantas	Gardunha	Farinha
Caniço	Espigueiro	Gatenho	Tojo / Mato
Chamusco	Tojo	Gorga	Erva daninha
Começo	O que começa a regar	Ingaço	Ancinho
Couba	Couve	Mantas de gatenho	Rolos de tojo
Eido	Corte	Tendal	Conjunto eira e anexos
Fumeiro / Fueiro	Pau que se usa nos carros de bois	Vivo	Vacas, conjunto dos animais domésticos

Tabela 30. Vocabulário popular
(Adaptado de: COUTINHO, 1997, pp. 179-184)

b) conceções míticas e lendárias: recolha das lendas mais relevantes que povoam o imaginário coletivo, nomeadamente as seguintes:

- i)** Lenda da Serra d'Arga;
- ii)** Lenda de Santo Aginha;
- iii)** Lenda do Rio Âncora;
- iv)** Lenda da Senhora das Neves;
- v)** Lenda de Santo Antão;
- vi)** Lenda do Penedo do Casamento;
- vii)** Lenda de São João.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E MANIFESTAÇÕES DE CARÁTER PERFORMATIVO

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito imaterial relacionados com o domínio das Expressões artísticas e manifestações de caráter performativo, foram identificadas algumas:

a) manifestações musicais e correlacionadas, nomeadamente o Cancioneiro da Serra d'Arga, as cantigas à desgarrada e as modas arguenses.

Sendo o **Cancioneiro da Serra d'Arga** um dos mais ricos do Alto Minho, é possível encontrar todo um vasto universo de quadras populares cantadas pelo povo serrano, podendo organizar-se de acordo com as seguintes temáticas:

- i)** Quadras mítico-religiosas;
- ii)** Quadras de saudade;
- iii)** Quadras de queixume;
- iv)** Quadras de amor;
- v)** Quadras sobre a Serra d'Arga;
- vi)** Quadras sobre o quotidiano.

PRÁTICAS SOCIAIS, RITUAIS E EVENTOS FESTIVOS

Relativamente aos valores patrimoniais de âmbito imaterial relacionados com o domínio das Práticas sociais, rituais e eventos festivos, foram identificadas algumas práticas relacionadas com as seguintes categorias:

a) organização social, nomeadamente alguns aspetos relacionados com a vida comunitária na Serra d'Arga, entre os quais os relacionados com:

- i)** Utilização de moinhos;
- ii)** Pastoreio;
- iii)** Comissão de Gado;
- iv)** Empréstimos;
- v)** Águas de regas;
- vi)** Matanças;
- vii)** Trabalhos do campo.

b) **norma e regulação social**, associadas aos quatro acontecimentos mais importantes da vida humana:

- i) Nascimento;
- ii) Namoro;
- iii) Casamento;
- iv) Funeral.

c) **festividades cíclicas**, incluindo a compilação das festas e romarias mais relevantes na área de estudo, designadamente as identificadas na **Tabela 31**.

FESTIVIDADE	LOCAL	DATA
Festa de Santo Amaro	Riba de Âncora (Caminha)	1.º domingo após 15 de janeiro
Festa de Santo Antão	Arga de Cima (Caminha)	17 de janeiro
Festa de S. Brás	Montaria (Viana do Castelo)	2 e 3 de fevereiro
Festa de S. Brás	Vila Praia de Âncora (Caminha)	1.º domingo de fevereiro
Festa do Sr. dos Aflitos	Orbacém (Caminha)	domingo antes do Carnaval
Festa de Santa Quitéria	Amonde (Viana do Castelo)	1.º domingo de abril
Festa da Sra. da Guadalupe	Riba de Âncora (Caminha)	último domingo de maio
Festa do Corpo de Deus	Orbacém (Caminha)	data anual (móvel)
Festa de S. Gonçalo	Dem (Caminha)	1.º domingo de junho
Romaria de Nossa Senhora da Cabeça	Freixeiro de Soutelo (V. Castelo)	1.º domingo de junho
Festa do S. João das Cerejas	Arga de Baixo (Caminha)	24 de junho
Festa de S. Pedro	Freixeiro de Soutelo (V. Castelo)	28 e 29 de junho
Festa da Sra. do Rosário e Santíssimo Sacramento	Gondar (Caminha)	julho
Festa do Sr. do Socorro e de Santo Amaro	Montaria (Viana do Castelo)	1.º domingo de julho
Festa de S. Francisco	Montaria (Viana do Castelo)	2.º domingo de julho
Romaria de Santa Justa	São Pedro d'Arcos (Ponte de Lima)	3.º domingo de julho
Festa de Nossa Sra. da Rocha	Arga de Baixo (Caminha)	25 de julho
Festa de S. Mamede e S. Frutuoso	Montaria (Viana do Castelo)	1.º domingo de agosto
Festa de S. Silvestre	Dem (Caminha)	4 de agosto
Romaria da Sra. das Neves	Dem (Caminha)	4 e 5 de agosto
Festa de S. Lourenço	Montaria (Viana do Castelo)	9 e 10 de agosto

FESTIVIDADE (cont.)	LOCAL (cont.)	DATA (cont.)
Festa de Santa Rufina	Cerquido, Estorãos (Ponte de Lima)	2.º domingo de agosto
Festa de Nossa Sra. da Assunção	Arga de Baixo (Caminha)	15 de agosto
Festa de Nossa Sra. da Assunção	Âncora (Caminha)	15 de agosto
Festa de Nossa Sra. do Rosário	Arga de Cima (Caminha)	1.º domingo após 15 de agosto
Festa de S. Bartolomeu e Sra. da Boa Morte	Riba de Âncora (Caminha)	1.º domingo após 24 de agosto
Romaria de S. João d'Arga	Arga de Baixo (Caminha)	28 e 29 de agosto
Festa de Santa Bárbara	Montaria (Viana do Castelo)	28 e 29 de agosto
Festa de Nossa Sra. das Necessidades e Santa Maria	Amonde (Viana do Castelo)	1.º domingo de setembro
Festa de S. Silvestre	Arga de Cima (Caminha)	31 de dezembro

Tabela 31. Festividades cíclicas

(Fonte: páginas eletrónicas dos municípios de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo, 2018)

d) **rituais coletivos**, com destaque para os seguintes:

- i) Clamores (atualmente em desuso);
- ii) Práticas religiosas;
- iii) Orações e rezas tradicionais;
- iv) Mitologia popular;
- v) Desfolhada.

CONHECIMENTO E PRÁTICAS RELACIONADAS COM A NATUREZA E O UNIVERSO

No domínio dos Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo, destacam-se as relacionadas com a **medicina e saúde**, nomeadamente as diversas formas de medicina popular, nomeadamente as constantes na **Tabela 32**:

ENFERMIDADE	SOLUÇÃO
Bronquite	Casca de laranja, limão e mel fervidos
Digestão	Chá de macela
Dores de barriga ou lombrigas	Chá de hortelã, chá de alhos ou borralha com carunhos de pêssegos moídos, açúcar, aguardente e leite (Serra d'Arga); borralha com açúcar e leite ou hortelã com leite (Dem)
Dores de cabeça	Emplastos de saramagos (plantas comestíveis) moídos, colocados à volta das pernas
Dores de costas	Saco de areia aquecida sobre a dor
Dores de dentes	Emplastos de sementes esmagadas, atadas às pernas para as dores descirem
Dores de ossos	Emplastos com claras de ovo e borralha
Febre	Chá de avenca e de erva de sete sangrias
Gripe	Vinho fervido com figos ou chouriço com mel
Problemas de rins e bexiga	Chá de raízes de morango, cereja e barbas de milho
Queimaduras	Emplastos com bosta de vaca ou sabão e vinho

Tabela 32. Medicina popular
(Adaptado de: COUTINHO, 1977, pp. 69-70)

COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DE PROCESSOS E TÉCNICAS TRADICIONAIS

Relativamente aos valores patrimoniais imateriais relacionados com o domínio das Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais, foram identificadas diversas manifestações culturais pertencentes às seguintes categorias:

a) Arquitetura e construção, com destaque para os seguintes:

- i) Sistemas de irrigação;
- ii) Espigueiros;
- iii) Casas tradicionais;
- iv) Muros de vedação

b) Cozinha, alimentação e estimulantes, com a compilação de alguns pratos típicos da região, incluindo os ingredientes e modo de confeção, nomeadamente os seguintes:

- i) Cabrito à Serra d'Arga com arroz de carqueja;
- ii) Sarapatel à Serra d'Arga;
- iii) Pão de centeio e broa de milho;
- iv) Mel da Serra d'Arga;
- v) Bacalhau com broa à moda da Serra d'Arga.

c) Corpo, vestuário e adornos, designadamente o típico Traje da Serra d'Arga.

d) Criação e utilização de animais, nomeadamente as atividades relacionadas com:

- i) Criação de gado;
- ii) Matança do porco.

e) Agricultura e silvicultura, com uma abordagem às características medas de palha, símbolo da paisagem agrícola da Serra d'Arga.

f) Atividades transformadoras, com destaque para as seguintes:

- i) Sementeira, colheita e manipulação do linho;
- ii) Moagem de cereais.

Capítulo 5

Perceção e avaliação da qualidade visual da paisagem



Perceção e avaliação da qualidade visual da paisagem

Considerando a paisagem um produto da interação das populações com o território ao longo do tempo, ela deve ser igualmente entendida como a perceção da combinação das componentes físicas, biológicas, socioeconómicas e culturais que determinam o que se observa. No entanto, se, para o estudo da paisagem, a análise e a compreensão dos fatores biofísicos, socioeconómicos e culturais com presença material é simplificada pela objetividade dos elementos que os compõem, o mesmo não se verifica no âmbito da análise dos seus atributos visuais, mais subjetivos e complexos de avaliar.

Desta forma, com o objetivo de definir a paisagem “tal como é apreendida pelas populações”³⁵, no presente capítulo procede-se a uma reflexão sobre dois aspetos fundamentais relacionados com o domínio da perceção/apreensão da paisagem, designadamente as formas de expressão e representação artística do território da Serra d’Arga e vale do Âncora (pesquisa bibliográfica e documental) e a avaliação da qualidade visual da paisagem *in loco*.

A paisagem nas expressões artísticas

As duas formas privilegiadas de representação artística do território “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” são as expressões literária e pictórica, constituindo-se como referências importantes relativamente à paisagem, principalmente do maciço montanhoso, indissociáveis dos seus autores.

A representação literária assenta, sobretudo, em textos sobre memórias e experiências pessoais, produzidos por escritores e outros autores que viveram ou conheceram a Serra d’Arga e, sobre ela, sentiram a necessidade de escrever. Trata-se, desta forma, de registos subjetivos inerentes à experiência pessoal de apreciação e/ou vivência do território, correspondendo a representações que relatam não apenas as paisagens reais da Serra d’Arga, mas também a memória que delas permanece nos seus autores.

José Saramago, escritor de referência da língua portuguesa, galardoado com o Nobel de Literatura em 1998, na sua *Viagem a Portugal* (1981)³⁶ regista a sua impressão sobre a Serra d’Arga:

“Desce o viajante para Caminha, ao longo do rio Coura. Pela esquerda tem a serra de Arga, rapada montanha que o Sol acende, lugar de proto poemas e de lobos. Não é alta esta serra, pouco mais de oitocentos metros, mas desafogada que está, faz grande vulto na distância e repele o viajante com mão dura.”³⁷

O protopoema a que alude Saramago diz respeito ao *Protopoema da Serra d'Arga* de António Pedro³⁸, publicado em 1948, constituindo-se como um paradigma da, dita e assumida pelo autor, “estética do feio e do mau gosto”. Descrevendo, através da ironia, São Lourenço da Montaria (Viana do Castelo) e a Serra d'Arga, o autor associa elementos insólitos, às vezes até ao absurdo, com o objetivo de criar imagens provocatórias:

“Sonhei ou bem alguém me contou
Que um dia
Em San Lourenço da Montaria
Uma rã pediu a Deus para ser grande como um boi
A rã foi
Deus é que rebentou
E ficaram pedras e pedras nos montes à conta da fábula
Ficou aquele ar de coisa sossegada nas ruínas sensíveis
Ficou o desejo que se pega de deixar os dedos pelas arestas das fragas
Ficou a respiração ligeira do alívio do peso de cima
Ficou um admirável vazio azul para crescerem castanheiros
E ficou a capela como um inútil côncavo de virgem
Para dançar à roda o estrapassado e o vira
Na volta do San João d'Arga
(...)
Todas estas informações são muito mais poema do que parecem
Porque a poesia não está naquilo que se diz
Mas naquilo que fica depois de se dizer
Ora a poesia da Serra d'Arga não tem nada com as palavras
Nem com os montes nem com o lirismo fácil
De toda a poesia que por lá há
A poesia da Serra d'Arga está no desejo de poesia
Que fica depois da gente lá ter ido
(...)
Por isso tudo ali parece ter sido feito de propósito
Exactamente de propósito
Exactamente para estar ali
E é por isso que se tiram as fotografias

Por isso tudo ali é naturalmente
Duma grande crueldade natural
(...)

Moledo, Agosto de 1948³⁹

Na obra *As Arcas Encoiradas*, datada de 1962, Aquilino Ribeiro (1885-1963) aponta que a Serra d'Arga “parece postada lá adiante a barrar-nos o caminho com as suas escarpas de bronze”.⁴⁰

No premiado romance *A Torre da Barbel*⁴¹, publicado em 1964 e considerado uma das obras-primas do século XX, Ruben A.⁴² retrata personagens de diferentes épocas, de diferentes séculos, que se entrelaçam no mesmo espaço: o território da Serra d'Arga. Assim, a obra é profusa em referências à área de estudo, das quais se destacam as seguintes:

“Sobranceira, a serra de Arga deitava agulhas fortes contra o céu e descia em lombadas aptas a uma discussão mais calma com outras montanhas. Nada de grandezas álpicas ou congêneres. Arga, lobos, montanha, romaria e São Lourenço a queixar-se do reumático. Inverno duro o da pátria do Norte.”

“A norte, ao alto da subida, ficava, enxuta, a serra de Arga com os seus picos arredondados e o brilho indolente de um basalto parecido com o granito das pedreiras marinhas. Era um vulcão pelintra que se adormecera contente da medida normal dos seus vizinhos e que deitando lá para baixo os olhares se entusiasmava de tanta coisa. E para Madeleine não era só o casario e o fumo dorminhoco a sair dos telhados mais escurecidos, também a sensação do ar enfeitado das curvas do rio que lambia, prazenteiro, as pernas dos salgueiros e as unhas sujas dos choupos.

A cada volta mais arejada de Vilancete, ela mirava de um e outro canto, e de esguelha, segurando-se por um braço ao Cavaleiro, comia a distância num pasmar boquiaberto. A paisagem via-se como única sobre a terra - símbolo de morte a extasiar e a parir roxos transparentes no amor entre as pessoas. Havia na intenção do criador qualquer coisa de mágico e penetrante de que a razão normal dificilmente se apercebia. As pessoas sentiam-se atraídas, como chamadas para o desempenho de uma nova missão.”

“(…) E a serra - bendita entre as serras, parece um monstro pré-histórico a dormir (…).”

Pedro Homem de Mello⁴³, dedicou igualmente uma parte considerável da sua obra aos costumes e tradições da Serra d'Arga, manifestações culturais indissociáveis do seu território de produção. No poema Carta a Bill, datado de 1973, Homem de Mello exalta as virtudes dos sons naturais da montanha:

(...)
"Veio, há tempos, um amigo
(Meu país foi sempre o teu
E esse país não morreu!)
Ver de perto com seus olhos
O lírio de que eu falava
(Lírio tão branco entre abrolhos!)
Em versos de silva brava.
Branco lírio!
Branco lírio!
Ao alto da serra de Arga!
Lembro nele o Fandanguero
Que, ao bailar, de corpo inteiro,
Era uma flor, doce e amarga...
Mas, em chegando, ouvi só
Insultos de altifalantes!
Onde estavam os amantes
Do Poeta?
Apenas pó.
E olhos, olhos espantados
E toda a monotonia
Da voz que o rosto desvia
Dos rouxinóis dos silvados.
Que loucura!
(Pense-o, pense-o
Quem quiser de lábios mudos.)
— Comprei por dez mil escudos
Dez minutos de silêncio."
(...)

A descrição de Homem de Mello alude à Romaria de São João d'Arga, que decorre no final de agosto, e faz parte integrante da memória coletiva de todos os habitantes do Alto Minho.

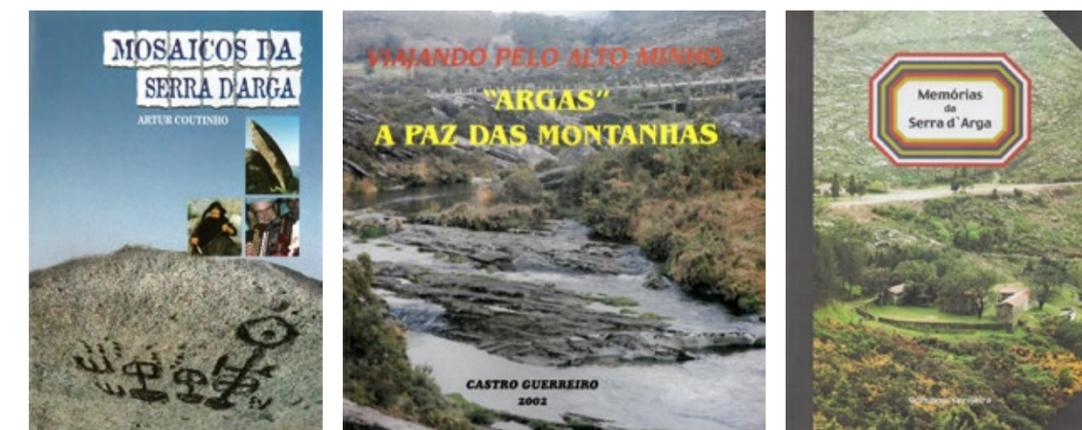
Ainda em meados dos anos 60 do século passado, Ruben A. publica igualmente em Páginas V, datada de 1965, as suas notas de uma peregrinação à capela de São João d'Arga, por ocasião das festas anuais em intenção do orago, evidenciando as particularidades de uma tradição, simultaneamente religiosa e profana, e transmitindo as dificuldades do percurso:

"(...) patas são quatro, sobe-se de gatas, voltar atrás é perder o equilíbrio";

E, ainda:

"(...) começa o planalto de pedras, pedras sempre pedras, pedras desde o princípio do mundo, pedras poemas, sabendo que são pedras, pedras sim."

Neste contexto, diversos repositórios de experiências de tradições serranas, publicados mais recentemente (Figura 120), relatam, entre dezenas de apontamentos etnográficos, as peregrinações em dias de festa, com evidência para as diversas dificuldades topográficas do terreno.



COUTINHO, Artur (1997). Mosaicos da Serra d'Arga.
GUERREIRO, Castro (2002). Viajando pelo Alto Minho — "Argas" a paz das montanhas.
CEREJEIRA, Domingos José (2003). Memórias da Serra d'Arga.

Figura 120. Publicações sobre a Serra d'Arga

A título de exemplo, nas suas *Memórias da Serra d'Arga* (2003), Domingos José Cerejeira⁴⁴ descreve o percurso dos romeiros que se dirigiam até à Romaria de S. João d'Arga:

“Os carreiros escabrosos por onde se teria de passar eram maus e difíceis de percorrer, no entanto a animosidade e entusiasmo que todos tinham, ultrapassava todos os momentos de qualquer dificuldade.”⁴⁵

“Éramos obrigados agora a caminhar em fila indiana, por carreiros de cabras algumas vezes encobertos pelas carrascos do monte.”⁴⁶

Por sua vez, na publicação *Viajando pelo Alto Minho – “Argas” a paz das montanhas* (2002), Castro Guerreiro descreve a primeira impressão na contemplação da paisagem da Serra d'Arga:

“Sentimos, chegados que fomos àquela montanha como que algo de misterioso e inefável ao contemplar o belo silêncio das alturas, aqui e ali entrecortado pelo simples ladrar ou latir de um cão, ou até mesmo pelo berrar de uma ovelha ou cordeiro.”⁴⁷

De seguida, o autor procede à descrição da paisagem das Argas:

“A paisagem rude e agreste; os esfumados cumes bem naturalizados no seu aspeto de cinzento chumbo que o granito lhe confere; o casario em que predomina o castanho xistoso de que a serra é profusamente fértil, aqui e ali entrecortado por uma outra construção mais recente, de concepção sempre duvidosa já que transportada pelo fluxo migratório dos naturais serranos, perdida no alcantilado dos pequenos planaltos; as águas dos ribeiros descendo dos penhascos; ainda a presença de um rebanho em plena serra!...”⁴⁸

E, ainda:

“Perdido na imensidão da serra, onde reinava o fresco aroma da variegada e rasteira vegetação e a pureza do ar nos convida a viver.”⁴⁹

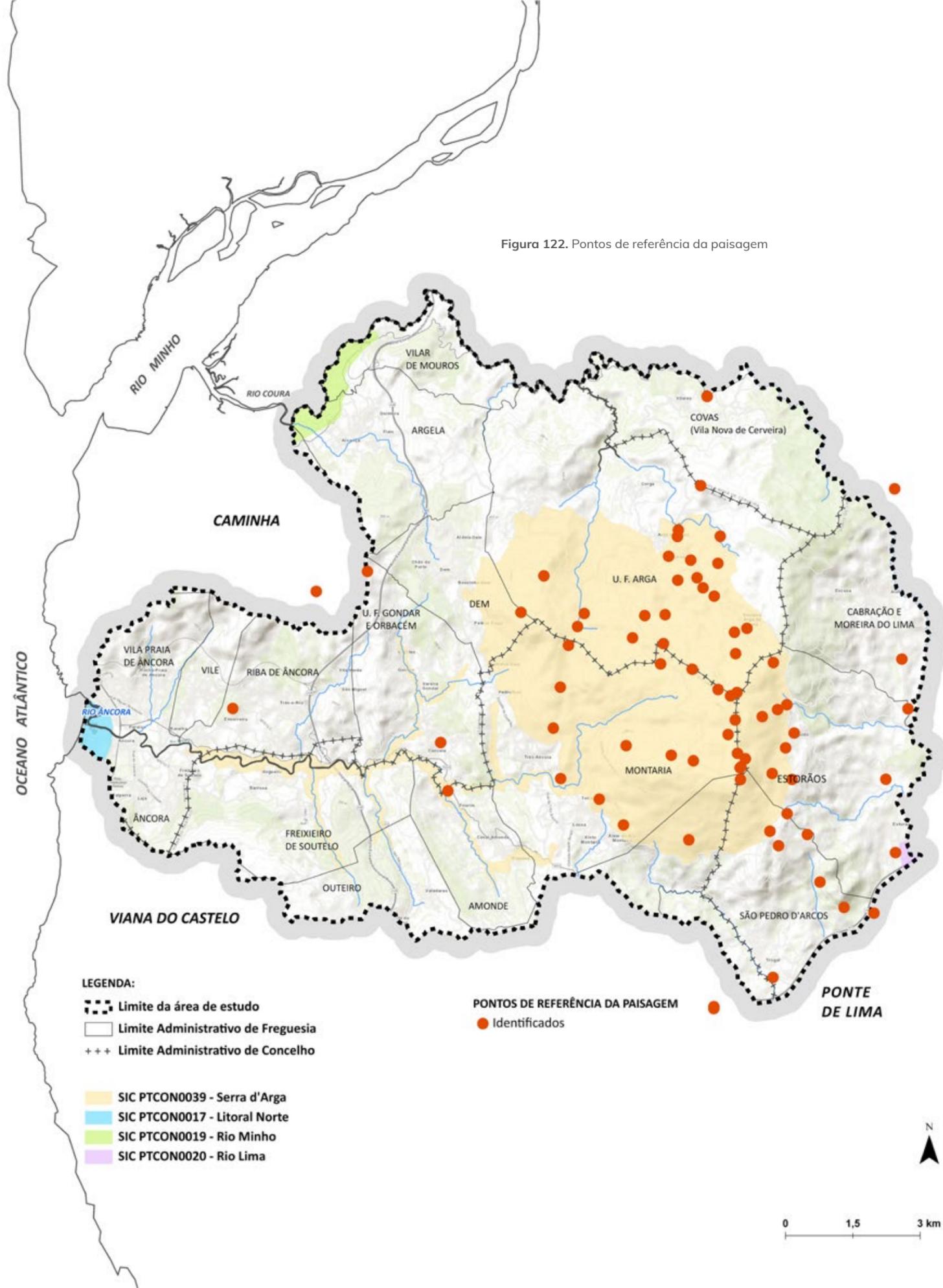
Relativamente à representação gráfica da paisagem da Serra d'Arga, destacam-se, como veículo privilegiado de expressão, a fotografia e o desenho.

Identificadora da evolução da paisagem ao longo do tempo, a fotografia permite, para além de registar uma atividade ou acontecimento, captar o caráter de um determinado local. Na Serra d'Arga, a maioria dos registos fotográficos identificam, para além de momentos particulares, religiosos ou profanos, relacionados com as festividades locais, principalmente da Romaria de São João d'Arga (os trajés, as procissões, os tributos ao santo de devoção, entre outros) elementos do património edificado, nomeadamente pontes, casas, igrejas e capelas, até mesmo particularidades geológicas, onde a paisagem envolvente aparece como pano de fundo do elemento representado.

Algumas publicações ilustram as características mais identitárias da paisagem da Serra d'Arga, nomeadamente os socalcos; outras focam os aspetos naturais da paisagem, nomeadamente as formações montanhosas e as linhas de água.

Atualmente, a diversidade de publicações de divulgação turística, emitidas por um grande número de entidades e instituições públicas ou privadas, fundamentalmente através da *internet*, permitem obter muita informação sobre o território e as paisagens da Serra d'Arga.

Figura 122. Pontos de referência da paisagem



Avaliação da qualidade visual da paisagem

Influenciada pelo contexto sociocultural e histórico, a paisagem é passível de apresentar uma multiplicidade de interpretações influenciada pelas experiências e memórias individuais e coletivas. Na área de estudo, o conhecimento gerado e pormenorizadamente descrito no capítulo anterior, firmemente alicerçado por um exaustivo trabalho de campo, permitiu identificar um conjunto de pontos de observação representativos do território em análise. Será, pois, este conhecimento aprofundado da paisagem que possibilitará a emissão de juízos de valor sobre a qualidade visual do que é observado.

Metodologia de análise

A presente metodologia tem como objetivo avaliar a qualidade visual da paisagem “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” com recurso a um conjunto de pontos de observação, rigorosamente georreferenciados, a partir dos quais foram cartografadas as respetivas bacias visuais.

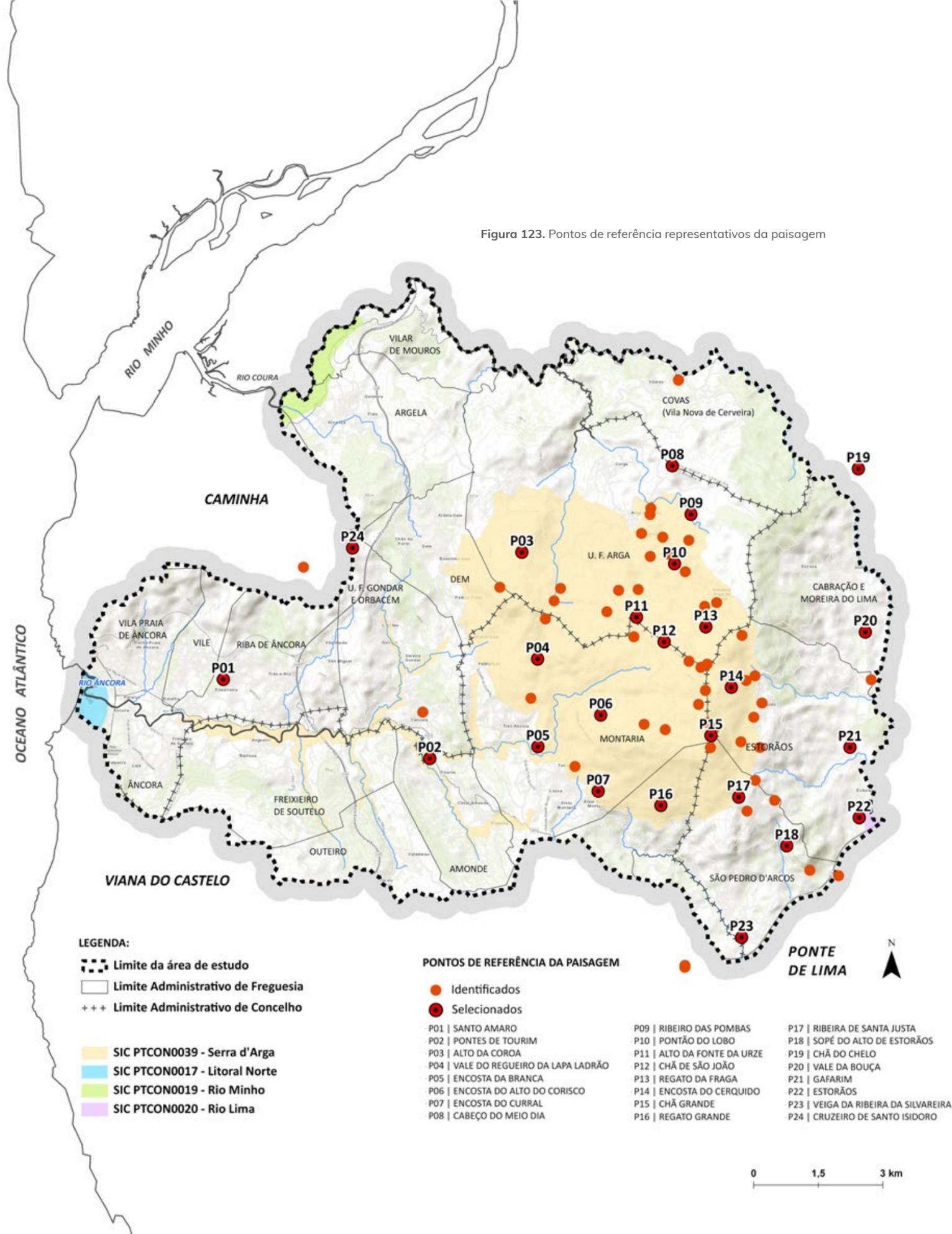
No presente estudo, entende-se **Bacia Visual** como a “superfície máxima de visibilidade, em condições ótimas”⁵⁰ e, para a sua análise, torna-se necessário gerar uma carta, suportada por dados altimétricos, que distingue as zonas visíveis das zonas não visíveis.

Dada a especificidade do tema, a estratégia metodológica utilizada na avaliação da qualidade visual da paisagem assenta na análise das bacias visuais de cada um dos pontos de observação selecionados, encontrando-se organizada em quatro momentos sequenciais, de acordo com o esquema apresentado na Figura 121.

1. Identificação de pontos de referência
2. Seleção de pontos de referência representativos
3. Produção de cartas de visibilidades e análise das bacias visuais
4. Avaliação da qualidade visual da paisagem

Figura 121. Metodologia para a avaliação da qualidade visual da paisagem

Figura 123. Pontos de referência representativos da paisagem



Num primeiro momento, com recurso a trabalho de campo, procedeu-se à **identificação de pontos de referência** para a observação da paisagem da Serra d'Arga e vale do Âncora, tendo sido inicialmente apontados cerca de sete dezenas (Figura 122).

A maioria dos pontos identificados foi obtida através da realização de trilhos pedestres na serra, nomeadamente os trilhos do Cabeço do Meio Dia, Cerquido, Chã Grande, Lobo Atlântico, Montanha Sagrada, Pastores e Pedra Alçada. Outros pontos foram identificados percorrendo a rede viária que atravessa o território, nomeadamente as estradas nacionais N301 e N305, e as estradas municipais M524, M525, M526, M526-1, M527, M552, M1015 e M1228.

Do universo de pontos inicialmente identificados, procedeu-se, num segundo momento, à **seleção dos pontos de referência representativos** da paisagem, ou seja, à escolha do conjunto dos locais a partir dos quais se consegue observar integralmente a diversidade paisagística do território em análise, reconhecendo os seus elementos mais característicos e identitários.

Desta forma, selecionaram-se os 24 pontos que se encontram sistematizados na Tabela 33 e cuja expressão territorial se apresenta na Figura 123.

ID	DESIGNAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ACESSO	ALTITUDE [metros]
P01	Santo Amaro	Riba de Âncora, Caminha	Trilho Circular do Rio Âncora	114
P02	Pontes de Tourim	Amonde, Viana do Castelo	Trilho das Cascatas do Rio Âncora	70
P03	Alto da Coroa	U.F. de Arga, Caminha	Trilho da Pedra Alçada	620
P04	Vale do Regueiro da Lapa Ladrão	Montaria, Viana do Castelo	Trilho da Montanha Sagrada	490
P05	Encosta da Branca	Montaria, Viana do Castelo	Trilho da Montanha Sagrada	320
P06	Encosta do Alto do Corisco	Montaria, Viana do Castelo	Trilho dos Pastores	657
P07	Encosta do Curral	Montaria, Viana do Castelo	Trilho dos Pastores	340
P08	Cabeço do Meio Dia	U.F. de Arga, Caminha	Trilho do Cabeço do Meio Dia	550
P09	Ribeiro das Pombas	U.F. de Arga, Caminha	Trilho do Cabeço do Meio Dia	490
P10	Pontão do Lobo	U.F. de Arga, Caminha	Trilho do Cabeço do Meio Dia	525
P11	Alto da Fonte da Urze	U.F. de Arga, Caminha	U.F. de Arga, Caminha	790
P12	Chã de São João	Montaria, Viana do Castelo	Trilho da Chã Grande	796
P13	Regato da Fraga	U.F. de Arga, Caminha	Trilho do Lobo Atlântico	660
P14	Encosta do Cerquido	Estorãos, Ponte de Lima	Trilho do Lobo Atlântico	650
P15	Chã Grande	Montaria, Viana do Castelo	Trilho da Montanha Sagrada	790
P16	Regato Grande	U.F. de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda	Trilho dos Pastores	380
P17	Ribeira de Santa Justa	São Pedro d'Arcos, Ponte de Lima	Trilho do Cerquido	455
P18	Sopé do Alto de Estorãos	São Pedro d'Arcos, Ponte de Lima	Trilho do Cerquido	240
P19	Chã do Chelo	Cabração e Moreira do Lima, Ponte de Lima	EM524	280
P20	Vale da Bouça	Cabração e Moreira do Lima, Ponte de Lima	EM524	105
P21	Gafarim	Estorãos, Ponte de Lima	EM1228	30
P22	Estorãos	Estorãos, Ponte de Lima	EM525	15
P23	Veiga da Ribeira da Silveira	São Pedro d'Arcos, Ponte de Lima	EM525	18
P24	Cruzeiro de Santo Isidoro	U.F. de Gondar e Orbacém, Caminha	EM526	345

Tabela 33. Pontos de referência representativos da paisagem

Os pontos selecionados localizam-se a altitudes compreendidas entre os 18 e os 280 metros, nas estradas municipais, e os 70 e os 796 metros quando localizados ao longo dos trilhos. Distribuem-se pelos quatro concelhos abrangidos na análise (Caminha, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira) e localizam-se tanto nas áreas centrais (topo da Serra d'Arga) como nas zonas limítrofes da área de estudo. Para além destes, selecionou-se ainda um outro fora da área de estudo (P19 - Chã do Chelo, no concelho de Ponte de Lima), por se considerar relevante na leitura da vertente oriental da serra.

Num terceiro momento, para cada um dos pontos de referência selecionados como representativos da paisagem "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" foram **produzidas as cartas de visibilidades** para análise das respetivas bacias visuais.

Para a delimitação das cartas de visibilidades foi criado o Modelo Digital do Terreno (MDT), tendo como base cartográfica as cartas militares números 14 - Caminha, 15 - Paredes de Coura, 27 - Vila Praia de Âncora (Caminha) e 28 - Ponte de Lima, à escala 1:25.000, cuja fonte é o Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE). As bacias visuais, geradas automaticamente sobre o MDT, representam as áreas visíveis e não visíveis numa rotação de 360° a partir de determinado ponto, ao qual foi associado o correspondente valor altimétrico e o valor da altura média do nível ocular do observador comum. Estas bacias visuais indicam, na realidade, uma aproximação do que é visível a partir de cada ponto de observação, uma vez que a visibilidade real depende também dos usos do solo (alturas médias dos elementos naturais e construídos) e das condições climáticas (chuvas e nevoeiros). No entanto, como referido anteriormente, são aqui consideradas as condições ótimas de visibilidade.

Finalmente, num quarto momento, procedeu-se à **análise e descrição das bacias visuais** geradas a partir de cada um dos 24 pontos selecionados, materializada nas correspondentes Fichas de Visibilidades que se apresentam no subcapítulo seguinte.

Análise visual da paisagem

A sistematização da análise e descrição das bacias visuais de cada um dos pontos selecionados é feita através das Fichas de Visibilidades. A informação encontra-se organizada em três grandes temas, de acordo com a seguinte estrutura:

- a) Identificação e caracterização do ponto: designação, ID, localização (concelho, freguesia e lugar), acessibilidade, coordenadas geográficas e altitude;
- b) Descrição da bacia visual;
- c) Cartografia da bacia visual: identificação das áreas visíveis a partir do ponto.

De seguida apresentam-se as 24 Fichas de Visibilidades geradas a partir dos pontos representativos da paisagem "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora".

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: SANTO AMARO
ID: P01
Concelho: Caminha
Freguesia: Riba de Âncora
Lugar: Enxurreira
Acesso: Trilho Circular do Rio Âncora
Coord: 41° 48' 40,916" N
 8° 49' 32,701" W
Altitude: 114 metros



Figura 124. Vista panorâmica sobre a bacia atlântica do Rio Âncora

Descrição: No topo de um pequeno promontório e a cerca de 110 metros de altitude, desde a capela de Santo Amaro observa-se em alargado panorama a bacia formada pelo Rio Âncora e o seu vale, que aqui se espraia e alarga frente ao Atlântico. Os terrenos mais planos em ambas as margens apresentam um mosaico de paisagem tipicamente minhoto, onde o povoamento denso mas disperso se complementa com a atividade agrícola que se desenvolve nos seus interstícios. Subindo as encostas, o povoamento florestal envolve esta bacia de produção, acima do qual se avistam os topos graníticos mais despídos da Serra d'Arga a nascente, da Serra de Santa Luzia a sul e do Alto da Espiga a norte.

Visibilidades:

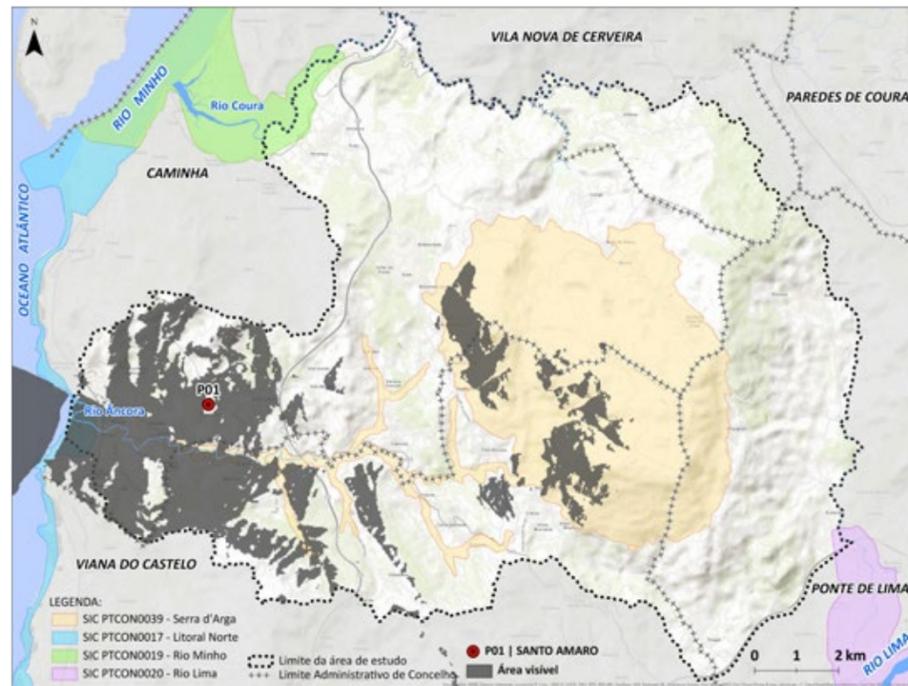


Figura 125. Áreas visíveis a partir do ponto P01 - Santo Amaro

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: PONTES DE TOURIM
ID: P02
Concelho: Viana do Castelo
Freguesia: Amonde
Lugar: Tourim
Acesso: Trilho das Cascatas do Rio Âncora
Coord: 41° 47' 42,884" N
 8° 46' 4,295" W
Altitude: 70 metros



Figura 126. Vista para a vertente poente da Serra d'Arga e os campos agrícolas do Âncora e Amonde

Descrição: É junto às pontes de Tourim e ao Parque de Merendas de São João que se fundem as águas do Rio Âncora com as do Ribeiro de Amonde. Nas suas margens planas e férteis desenvolve-se a atividade agrícola de suporte aos povoadamentos que pontuam o longo e relativamente estreito vale formado por ambas as linhas de água — característico do território que se desenvolve para poente desde o sopé da Serra d'Arga — rodeado pelas encostas densamente arborizadas da Serra de Amonde à direita e do Alto da Coroa à esquerda. Olhando para montante do Âncora, o olhar atinge as majestosas paredes graníticas da Pedra Alçada e do maciço granítico central da Serra d'Arga, onde se situam as três nascentes das suas águas.

Visibilidades:

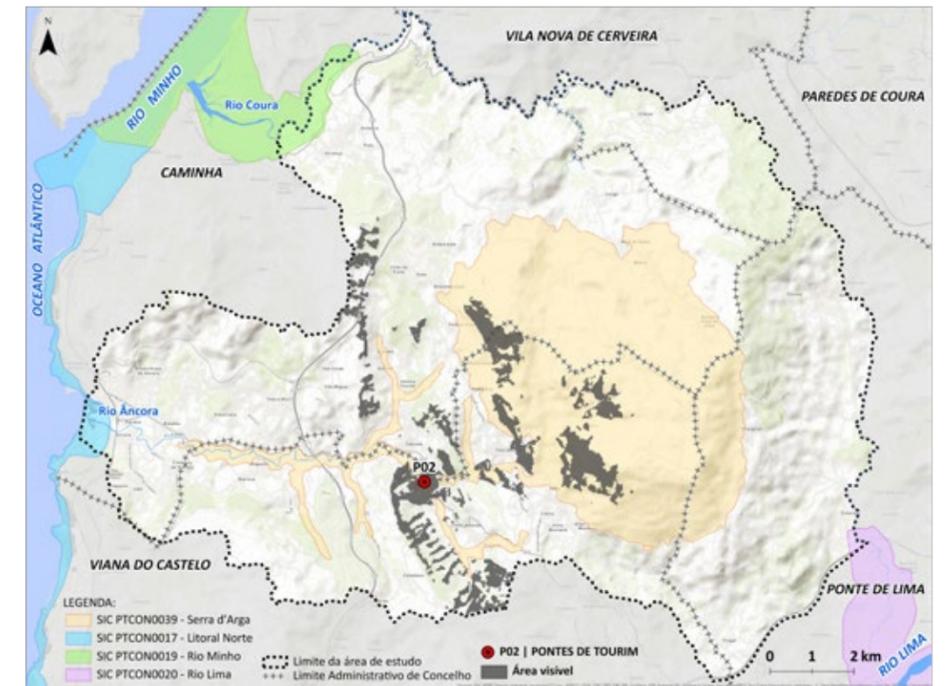


Figura 127. Áreas visíveis a partir do ponto P02 - Pontes de Tourim

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	ALTO DA COROA
ID:	P03
Concelho:	Caminha
Freguesia:	U.F. de Arga (Baixo, Cima e São João)
Lugar:	Alto da Coroa
Acesso:	Trilho da Pedra Alçada
Coord:	41° 50' 17,881" N 8° 44' 33,142" W
Altitude:	620 metros



Figura 128. Vista sobre o Mosteiro de São João d'Arga

Descrição: A partir da vertente nascente da Pedra Alçada e a sensivelmente 620 metros de altitude, obtém-se uma ampla vista panorâmica sobre um dos elementos arquitetónicos mais importantes da Serra d'Arga — o Mosteiro de São João d'Arga, Monumento Nacional. Alcantilado na encosta, encontra-se rodeado por uma densa mancha florestal e pelos vales encaixados dos Ribeiros de São João e do Corguinha. As características encostas da serra, agrestes e despidas de vegetação arbórea, envolvem e elevam-se sobre o mosteiro, sendo alcançáveis deste ponto de observação alguns dos seus cumes mais altos, nomeadamente, e da esquerda para a direita, os do Colo, da Faia, do Campo Redondo da Portela e da Fonte da Urze.

Visibilidades:

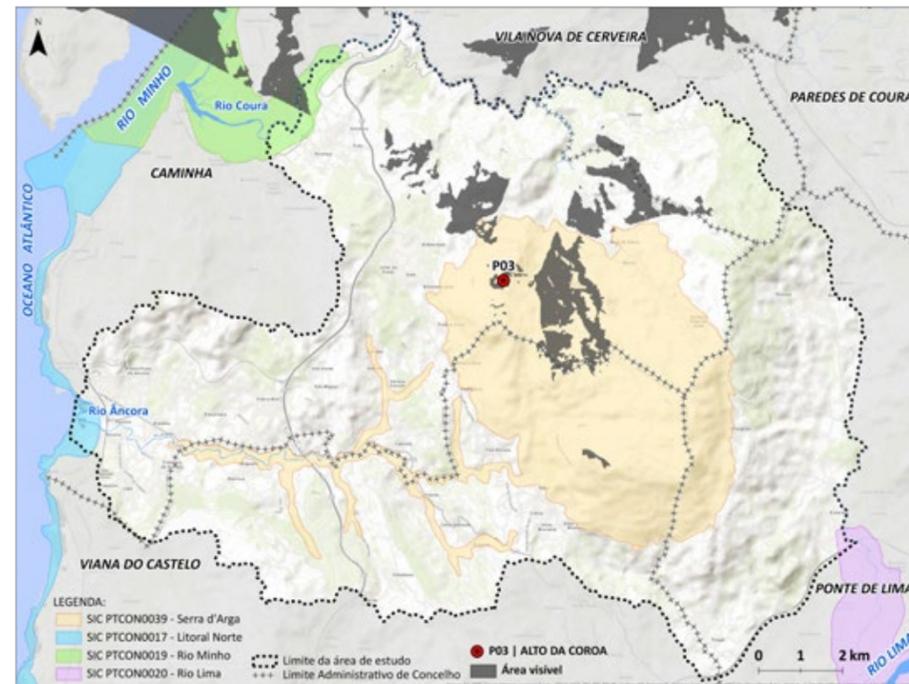


Figura 129. Áreas visíveis a partir do ponto P03 - Alto da Coroa

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	VALE DO REGUEIRO DA LAPA LADRÃO
ID:	P04
Concelho:	Viana do Castelo
Freguesia:	Montaria
Lugar:	Cocanhas
Acesso:	Trilho da Montanha Sagrada
Coord:	41° 48' 57,983" N 8° 44' 16,499" W
Altitude:	490 metros



Figura 130. Vale encaixado entre encostas graníticas

Descrição: A sensivelmente 500 metros de altitude, e olhando a sul, observa-se uma sucessão de chãs de pequena e média dimensão que, em jeito de escadaria, se desenvolvem ao longo de um vale pedregoso e relativamente encaixado. Entre as suas paredes, compostas por blocos de granito e pontuadas por solitários pinheiros, correm as águas de um afluente do Regueiro da Lapa Ladrão. O verde e a planura das chãs contrasta aqui fortemente com o cinzento das declivosas e graníticas encostas do vale, que bloqueiam os ventos atlânticos e onde impera o silêncio. Estas delimitam e orientam vincadamente o panorama, observando-se, nascente, na vertente poente da Serra d'Arga, a Encosta do Curral e o Alto do Corisco e ao longe, a sul, as serranias para além do vale do Rio Lima.

Visibilidades:

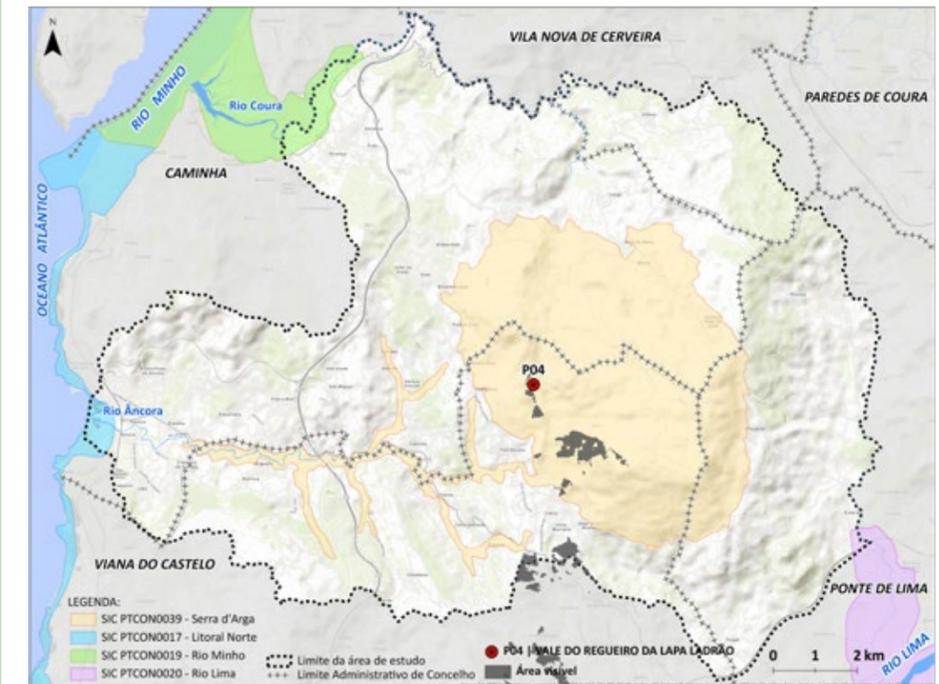


Figura 131. Áreas visíveis a partir do ponto P04 - Vale do Regueiro da Lapa Ladrão

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	ENCOSTA DA BRANCA
ID:	P05
Concelho:	Viana do Castelo
Freguesia:	Montaria
Lugar:	Encosta da Branca
Acesso:	Trilho da Montanha Sagrada
Coord:	41° 47' 52,335" N 8° 44' 15,604" W
Altitude:	320 metros



Figura 132. Vista sobre os socalcos de Trás-Âncora

Descrição: Um dos elementos mais reconhecíveis na paisagem da Serra d'Arga é aquele formado pelos núcleos populacionais e seus espaços de produção agrícola e florestal — os campos e as matas. Em Trás-Âncora, na margem direita do Rio Âncora, observa-se um dos maiores e mais notáveis conjuntos de campos agrícolas da serra onde, em largos socalcos suportados por muros de xisto, descendo suavemente até ao leito do rio, se cultivam os cereais, a vinha e o olival. As águas do Âncora, nascidas no alto da serra e engrossadas por um sem número de regatos e ribeiros, daqui correm por sinuoso, xistento e arborizado vale até encontrarem as do Atlântico em Vila Praia de Âncora, ambos visíveis a poente, emoldurados pelas vertentes graníticas da Serra de Santa Luzia, à esquerda, e das que sobem até ao Alto da Espiga, à direita.

Visibilidades:

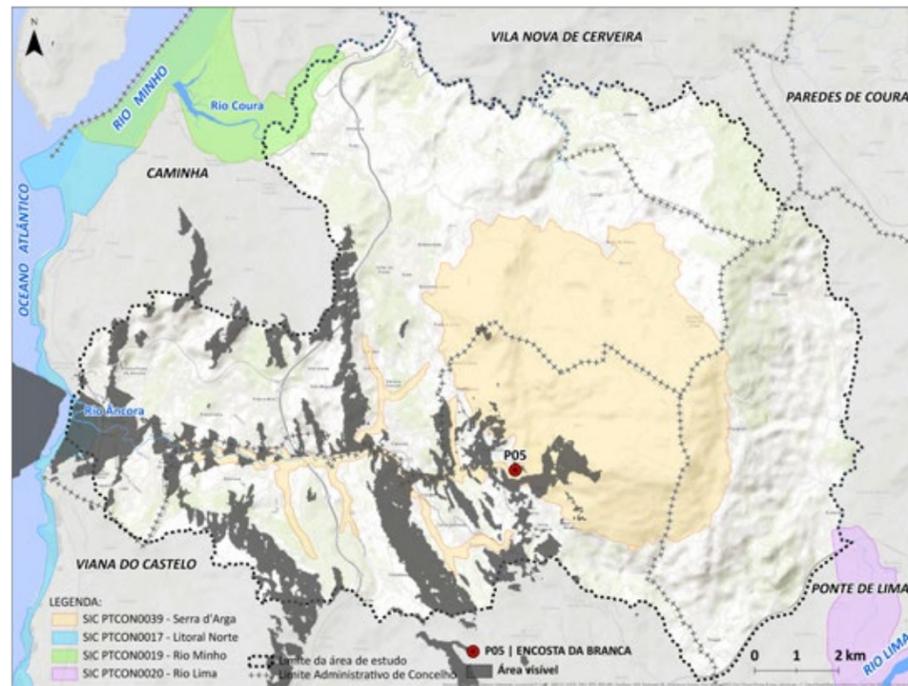


Figura 133. Áreas visíveis a partir do ponto P05 - Encosta da Branca

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	ENCOSTA DO ALTO DO CORISCO
ID:	P06
Concelho:	Viana do Castelo
Freguesia:	Montaria
Lugar:	Porta da Vila
Acesso:	Trilho dos Pastores
Coord:	41° 48' 16,354" N 8° 43' 12,573" W
Altitude:	657 metros



Figura 134. Vista para o vale do Rio Âncora

Descrição: Saindo da Chã Grande para poente, para além do estreitamento causado pelo Outeiro do Homem e pelo Alto do Corisco, e em direção à Montaria, observam-se, em amplo panorama, a antiga casa do guarda-florestal e o Rio Âncora, que corre sinuosamente pelo seu vale de arborizadas serranias xistentas e graníticas, desaguando nas águas do Atlântico junto a Vila Praia de Âncora. Para norte, avista-se em pleno o monte granítico pontuado por pequenas chãs que culmina na Pedra Alçada e adivinha-se o pronunciado vale do Regueiro da Lapa, que quase o separa do maciço da Serra d'Arga. Para além destes ergue-se o Monte de Santa Tecla, emoldurado pelo azul do Atlântico. Para sul, a barreira granítica que se eleva frente ao oceano, composta pelas Serras de Amonde e de Santa Luzia, impõe a sua presença.

Visibilidades:

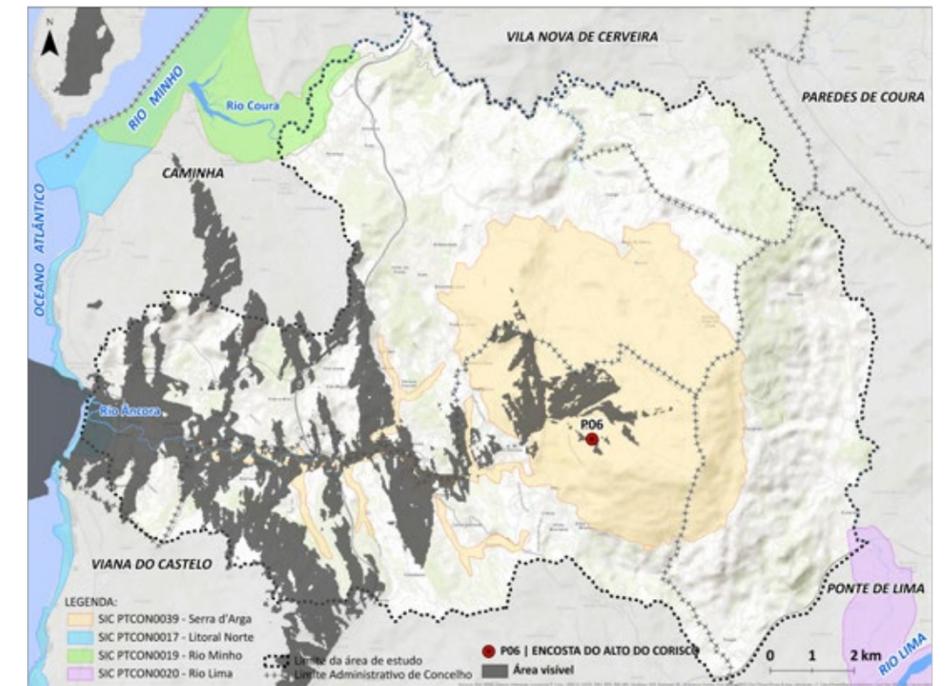


Figura 135. Áreas visíveis a partir do ponto P06 - Encosta do Alto do Corisco

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	ENCOSTA DO CURRAL
ID:	P07
Concelho:	Viana do Castelo
Freguesia:	Montaria
Lugar:	Aldeia
Acesso:	Trilho dos Pastores
Coord:	41° 47' 19,315" N 8° 43' 14,655" W
Altitude:	340 metros



Figura 134. Vista para o vale do Rio Âncora

Descrição: Imediatamente a norte e oeste da Montaria, os declives suaves do território em que se encontra dão lugar às íngremes e graníticas vertentes ocidentais da Serra d'Arga. A paisagem composta pelos campos agrícolas que rodeiam a povoação, irrigados pelo Rio dos Campos e seus afluentes, nascidos na Encosta do Curral, a oeste, dá lugar a uma outra, mais exposta aos elementos, rude e agreste, onde os blocos graníticos e a vegetação esparsa, ocasionalmente pontuada por sobreiros e pinheiros, são os elementos dominantes. Deste ponto sobranceiro à Montaria, situado a pouco mais de 300 metros de altitude, é clara a característica relação entre o povoamento, os campos agrícolas e a mata de produção. O panorama abre-se num largo arco norte-oeste-sul, onde se observam a igreja e o calvário da Montaria, vigiado pelo seu monumental sobreiro. A sul, a vista alcança o vale do Rio Lima, a norte, Vila Praia de Âncora e as águas do Atlântico e, a oeste, as serras de Amonde, Perre e de Santa Luzia.

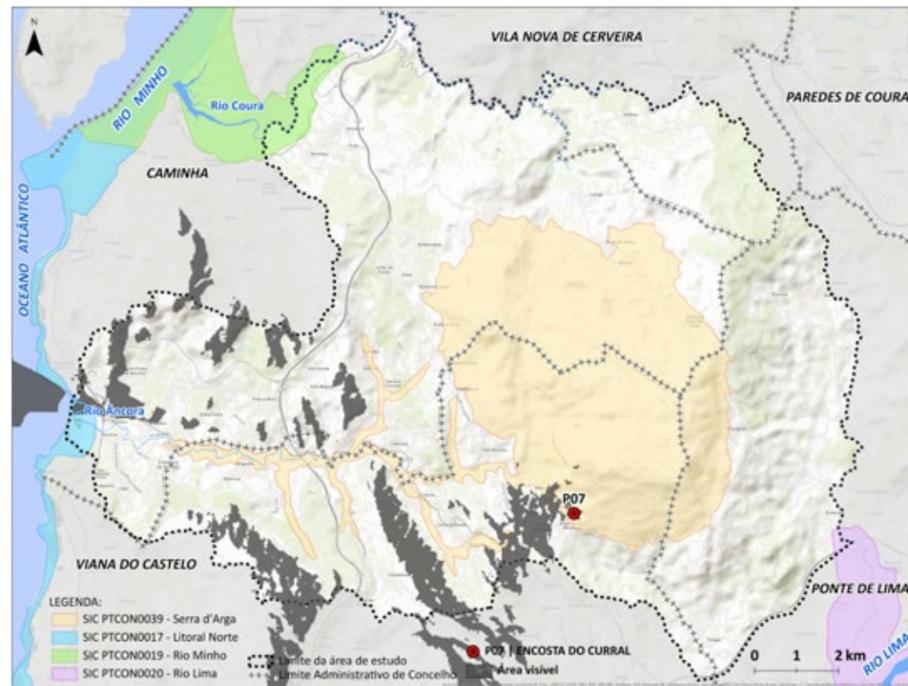
Visibilidades:

Figura 137. Áreas visíveis a partir do ponto P07 - Encosta do Curral

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	CABEÇO DO MEIO DIA
ID:	P08
Concelho:	Caminha
Freguesia:	U.F. de Arga (Baixo, Cima e São João)
Lugar:	Cabeço do Meio Dia
Acesso:	Trilho do Cabeço do Meio Dia
Coord:	41° 51' 23,474" N 8° 42' 2,237" W
Altitude:	550 metros



Figura 138. Vista para Chão de Franqueira

Descrição: O Cabeço do Meio Dia, coroado por um afloramento granítico e atingindo uma altura máxima de 550 metros, constitui-se como um dos mais amplos miradouros que esta região encerra. Olhando a oeste, em direção ao Atlântico, avista-se o conjunto de socos de Chão de Franqueira, um trabalho notável de armação de terreno; a Pedra Alçada, a 742 metros de altitude; o flanco oriental do maciço granítico da Serra d'Arga e as povoações de Gândara e Arga de Baixo aninhadas no seu sopé. Daí corre o Ribeiro da Arga, que umas centenas de metros a jusante se despenha num par de quedas de água com dezenas de metros de altura. Avista-se ainda, parcialmente, o vale do Rio Coura, adivinhando-se o seu percurso até desaguar no Rio Minho. Mais ao longe, o Monte de Santa Tecla, já em terras galegas. Sensivelmente a este, a Paisagem Protegida do Corno do Bico e a noroeste os topos da Serra da Peneda, já em pleno Parque Nacional da Peneda-Gerês.

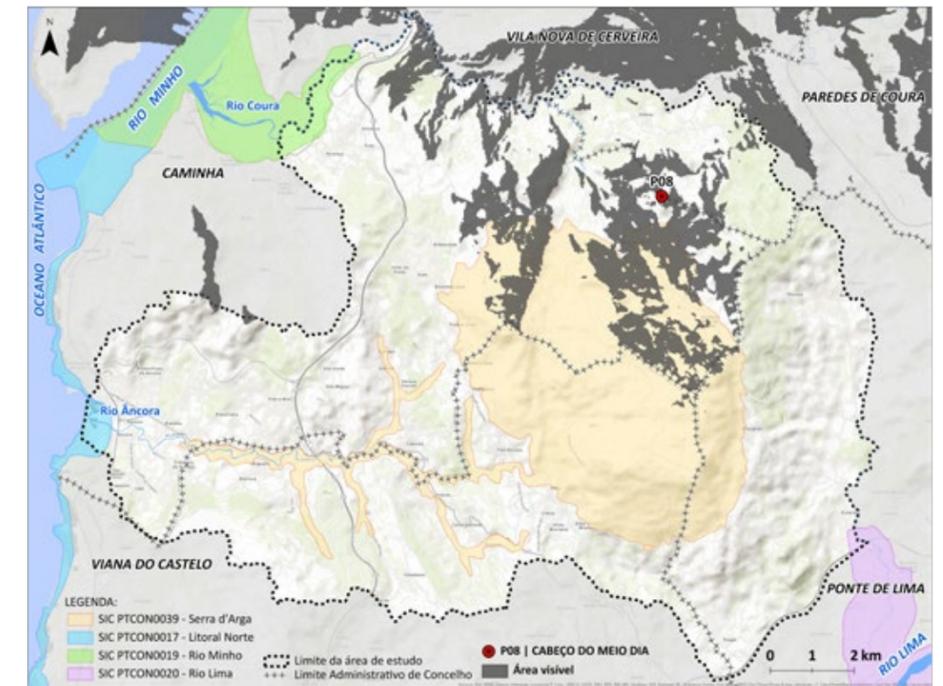
Visibilidades:

Figura 139. Áreas visíveis a partir do ponto P08 - Cabeço do Meio Dia

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	RIBEIRO DAS POMBAS
ID:	P09
Concelho:	Caminha
Freguesia:	U.F. de Arga (Baixo, Cima e São João)
Lugar:	Lombo dos Pinchos
Acesso:	Trilho do Cabeço do Meio Dia
Coord:	41° 50' 47,213" N 8° 41' 43,031" W
Altitude:	490 metros



Figura 140. Paisagem de Produção ao longo do Ribeiro das Pombas

Descrição: Até à sua confluência com o Ribeiro da Arga, as águas do Ribeiro das Pombas correm ora placidamente, ora despenhando-se do alto de pequenas cascatas, por um amplo vale constituído por relevos suaves, em cujas encostas se observam, pontualmente, afloramentos de xisto. É junto às suas margens que se encontram em estreitas faixas de terreno aluvionar os solos mais férteis — as veigas — e também os terrenos armados em socalcos, suportados por muros de xisto, maximizando o espaço disponível para a produção agrícola. Estes são ainda acompanhados, em alguns pontos, por ramadas para o crescimento da vinha. Sobranceiro a esta característica paisagem de produção serrana, avista-se o Cabeço do Meio Dia, também ele um ponto de referência na paisagem.

Visibilidades:

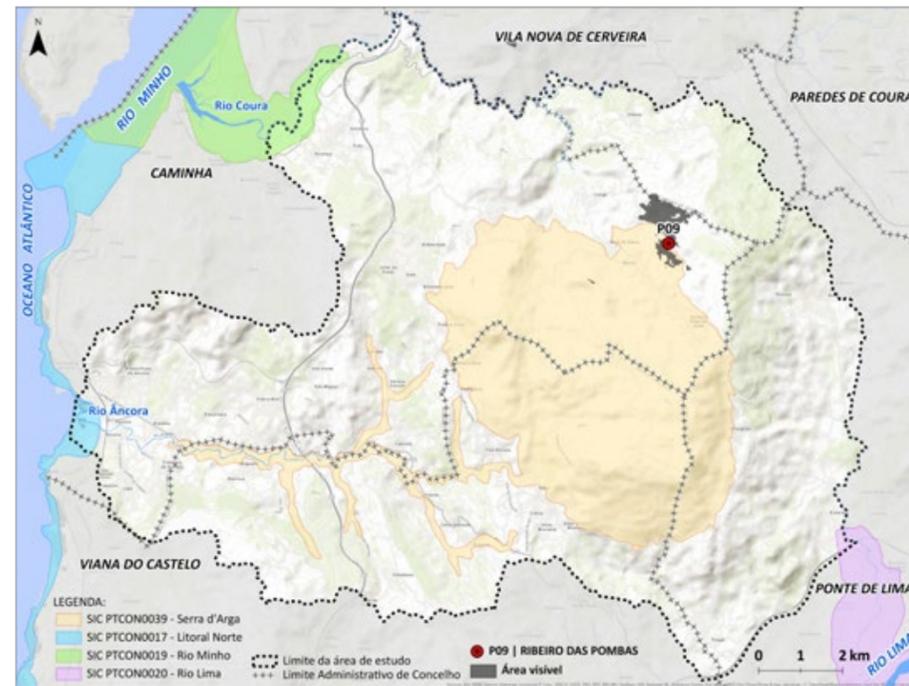


Figura 141. Áreas visíveis a partir do ponto P09 - Ribeiro das Pombas

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	PONTÃO DO LOBO
ID:	P10
Concelho:	Caminha
Freguesia:	U.F. de Arga (Baixo, Cima e São João)
Lugar:	Fontainhas
Acesso:	Trilho do Cabeço do Meio Dia
Coord:	41° 50' 10,071" N 8° 41' 59,357" W
Altitude:	525 metros



Figura 142. Vista para a encosta da Serra d'Arga, a Laje e os seus socalcos

Descrição: Desde o Pontão do Lobo — arco construído com lajes de granito dispostas verticalmente, de tal forma que se assemelham à espinha dorsal de um lobo — e olhando a oeste, o caos de blocos graníticos é omnipresente na encosta da Serra d'Arga, desde o Alto do Cavalinho, a sul, até ao Alto da Faia, a norte, testemunho das forças geológicas e dos elementos meteorológicos que há milhões de anos moldam esta paisagem. Olhando a sul, avista-se um dos mais característicos conjuntos povoamento/espaco de produção nas margens do Ribeiro da Arga; a extensa veiga, e escadaria de socalcos que, transformando a encosta, sobem até ao lugar da Laje, emoldurado pelas paredes graníticas da serra.

Visibilidades:

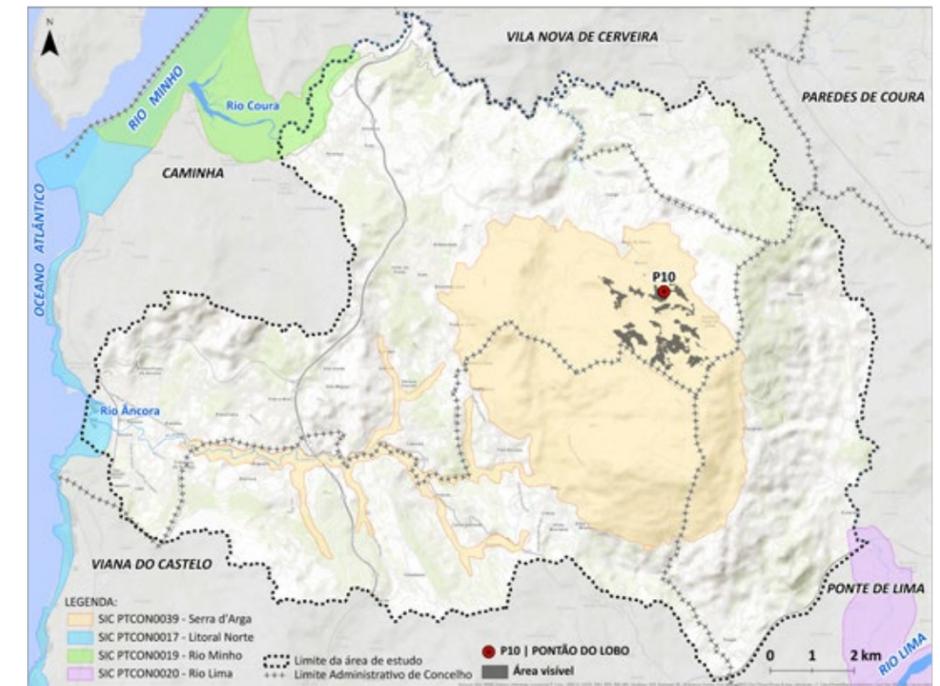


Figura 143. Áreas visíveis a partir do ponto P10 - Pontão do Lobo

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	ALTO DA FONTE DA URZE
ID:	P11
Concelho:	Caminha
Freguesia:	U.F. de Arga (Baixo, Cima e São João)
Lugar:	Portela
Acesso:	Trilho da Chã Grande
Coord:	41° 49' 29,820" N 8° 42' 37,232" W
Altitude:	790 metros



Figura 144. Vista sobre as Argas e a Serra da Peneda

Descrição: Desde o Alto da Fonte da Urze, a quase 800 metros de altitude, desenvolve-se a poente um vasto panorama, um dos mais largos que desde os pontos mais altos da Serra d'Arga se podem alcançar. À esquerda avistam-se os altos de São Paio, do Monte do Forte, do Forte da Cidade e o Cabeço do Meio Dia, para além dos quais se espraia o amplo, e internacional, vale do Rio Minho, definido pelas altas serranias que de ambas as margens se elevam e onde Tui e Valença se destacam na paisagem. Em frente e em primeiro plano, avista-se o território das Argas de Baixo e de Cima, os seus lugares, socalcos e campos agrícolas, emoldurados pelas suas frondosas matas. Para além destas, a sucessão de linhas de cumeeada que se prolongam até àquela que marca a linha do horizonte, definida pelos cimos despídos e graníticos da Serra da Peneda. Finalmente, à direita, adivinha-se o vale do Rio Lima sobre o qual se elevam, à distância, os escarpados picos da Serra do Gerês.

Visibilidades:

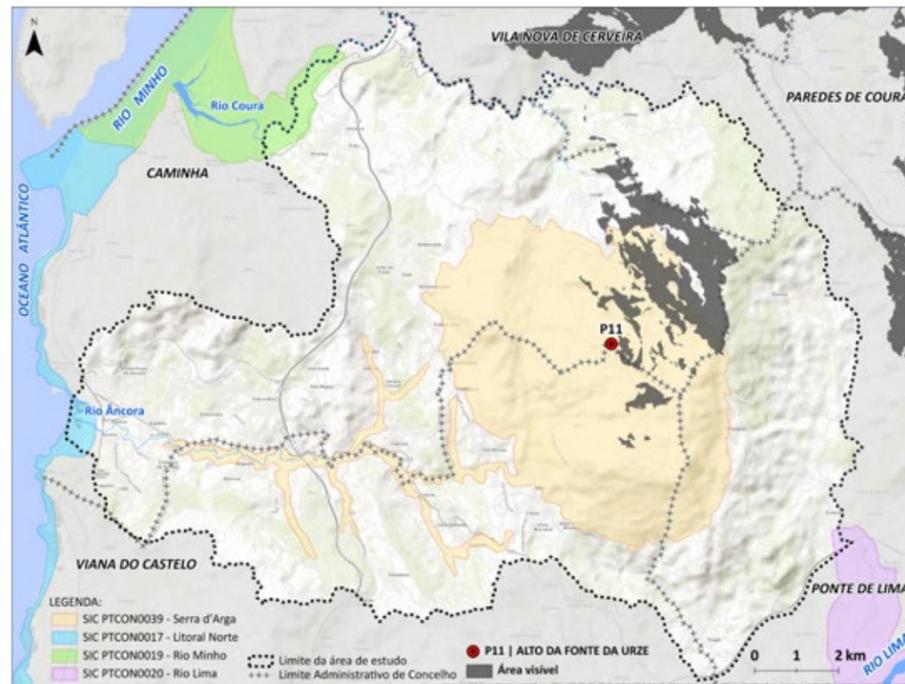


Figura 145. Áreas visíveis a partir do ponto P11 - Alto da Fonte da Urze

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	CHÃ DE SÃO JOÃO
ID:	P12
Concelho:	Viana do Castelo
Freguesia:	Montaria
Lugar:	Alto da Fonte da Urze
Acesso:	Trilho da Chã Grande
Coord:	41° 49' 11,523" N 8° 42' 9,271" W
Altitude:	796 metros



Figura 146. Vista panorâmica sobre a Chã de São João

Descrição: Desenvolvendo-se a uma altitude média de 750 metros e com sensivelmente 730 metros de comprimento por 400 de largura, a Chã de São João é a segunda maior destas planícies serranas, suplantada apenas pela Chã Grande. Praticamente desprovida de árvores, é circundada por encostas cobertas por amontoados de blocos graníticos, exceto a poente, onde se abre ao Atlântico. O panorama compreende, a sul, o Alto do Espinheiro, o ponto mais alto da Serra d'Arga e do concelho de Viana do Castelo, a 825 metros de altura, o Outeiro do Homem e o Alto do Corisco e, a poente, a Pedra Alçada, o ponto mais alto do concelho de Caminha, a 742 metros de altura. Das fontes da Urze e do Madeiro brotam as águas que humedecem os solos e ajudam a crescer os prados, onde frequentemente pastam garranos e gado bovino. Essas águas, alimentam o Regueiro da Póvoa que, a jusante, se juntará aos Enxurros e da Lapa, dando origem ao Rio Âncora.

Visibilidades:

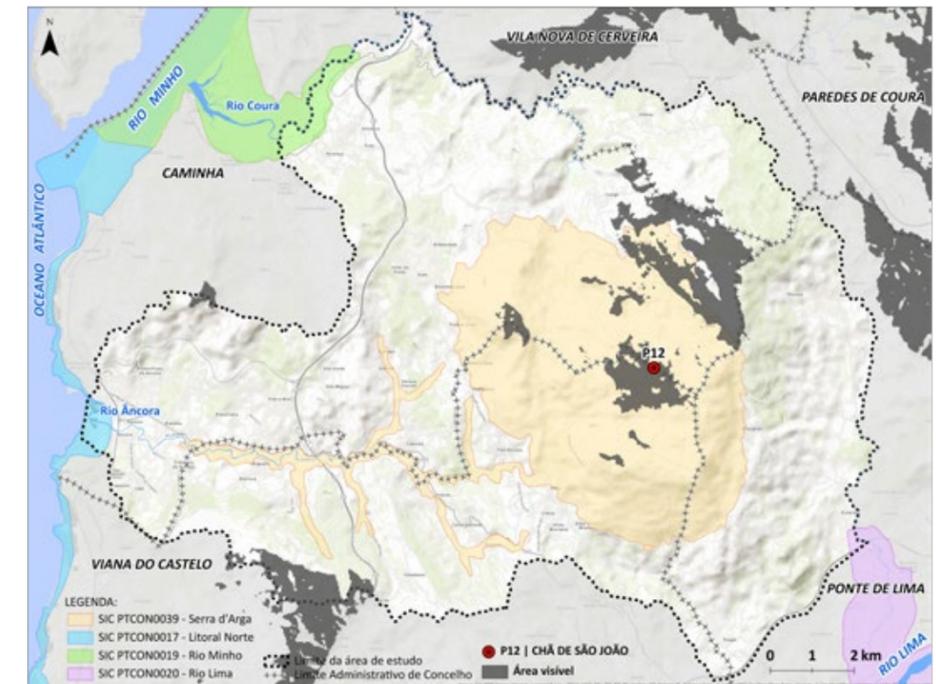


Figura 147. Áreas visíveis a partir do ponto P12 - Chã de São João

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	REGATO DA FRAGA
ID:	P13
Concelho:	Caminha
Freguesia:	U.F. de Arga (Baixo, Cima e São João)
Lugar:	Covão
Acesso:	Trilho do Lobo Atlântico
Coord:	41° 49' 22,926" N 8° 41' 27,446" W
Altitude:	660 metros



Figura 148. Vista panorâmica sobre a Arga de Baixo

Descrição: No ponto em que o Regato da Fraga se lança, subitamente, por entre as fragas de um alcantilado e encaixado vale, à esquerda, e caminhando por entre o caos de blocos graníticos característico dos topos aplanados e despídos da Serra d'Arga, a paisagem abarca os aglomerados populacionais, as suas veigas, socalcos e matas de produção, localizados entre a vertente nascente da serra e uma extensa mancha florestal. A norte, observa-se o proeminente Cabeço do Meio Dia e as serranias que se desenvolvem em ambas as margens do vale do Rio Minho.

Visibilidades:

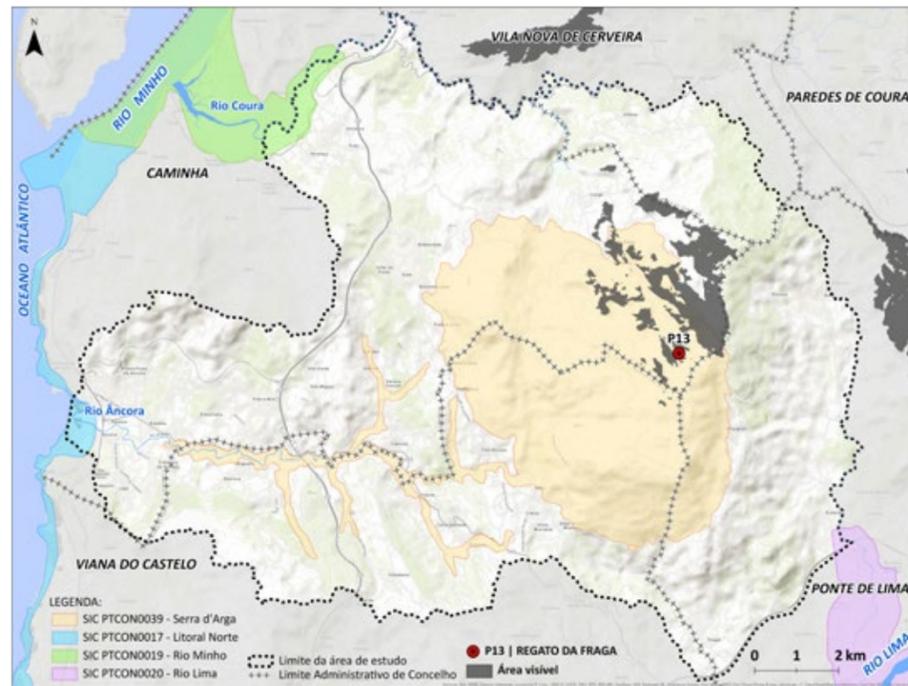


Figura 149. Áreas visíveis a partir do ponto P13 - Regato da Fraga

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto:	ENCOSTA DO CERQUIDO
ID:	P14
Concelho:	Ponte de Lima
Freguesia:	Estorãos
Lugar:	Vale Viador
Acesso:	Trilho do Lobo Atlântico
Coord:	41° 48' 37,823" N 8° 41' 1,364" W
Altitude:	650 metros



Figura 150. Vista panorâmica para os vales dos rios Estorãos e Lima

Descrição: A 650 metros de altitude, sensivelmente acima da meia encosta granítica da Serra d'Arga, o panorama abarca os férteis vales dos rios Estorãos e Lima, o sistema de povoamento característico do Alto Minho e a Área Protegida das Lagoas de Bertandões e São Pedro de Arcos. Ponte de Lima vislumbra-se entre a Serra de Antelas e o Alto de Santo Ovídio, bem como o característico Alto de Estorãos e a aldeia do Cerquido, a sul. Para lá das serranias que se elevam sobranceiras a Ponte de Lima, conseguem avistar-se os picos mais altos da Serra da Peneda e da Serra do Gerês. Na subida para o alto da serra, o caos de blocos graníticos característico das suas encostas torna-se cada vez mais evidente, sendo frequente neles encontrar as, também muito características, pias — depressões circulares resultantes da acumulação e evaporação de água.

Visibilidades:

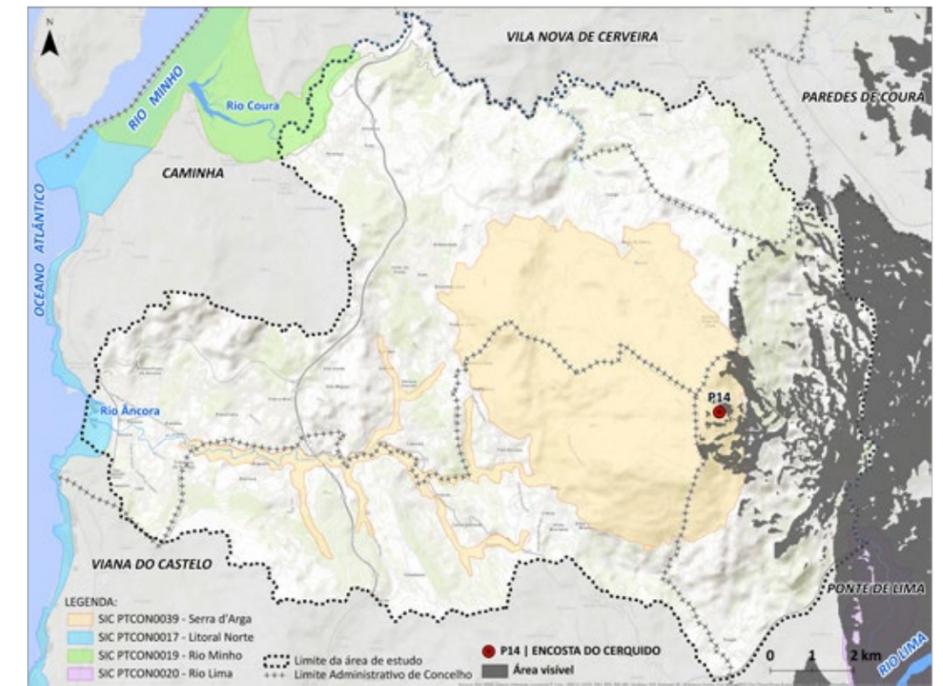


Figura 151. Áreas visíveis a partir do ponto P14 - Encosta do Cerquido

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: CHÃ GRANDE
ID: P15
Concelho: Viana do Castelo
Freguesia: Montaria
Lugar: Chã Grande
Acesso: Trilho da Montanha Sagrada
Coord: 41° 48' 1,606" N
 8° 41' 21,558" W
Altitude: 790 metros



Figura 152. Panorama sobre a Chã Grande

Descrição: Desde a Senhora do Minho, a imensidão da Chã Grande, a mais extensa e um dos elementos de referência da paisagem cimeira da serra, preenche o campo de visão. Com aproximadamente 1.300 metros de comprimento e 300 de largura, situa-se a uma elevação média de 770 metros. Muito exposta às influências atlânticas, a vegetação existente é essencialmente rasteira, composta por prados e turfeiras, pontuada por pequenos agrupamentos de bétulas, e onde é habitual ver manadas de garranos. A sul, precipita-se pela íngreme vertente granítica até à Montaria, quase 500 metros mais abaixo. A poente, duas elevações coroadas por blocos graníticos marcam-lhe a entrada: o Alto do Corisco e o Outeiro do Homem, e avistam-se o Santuário de Santa Luzia, em Viana do Castelo, e o Atlântico. A norte, uma série de elevações graníticas separa-na dos 825 metros de altura do Alto do Espinheiro — o ponto mais alto da serra e do concelho de Viana do Castelo.

Visibilidades:

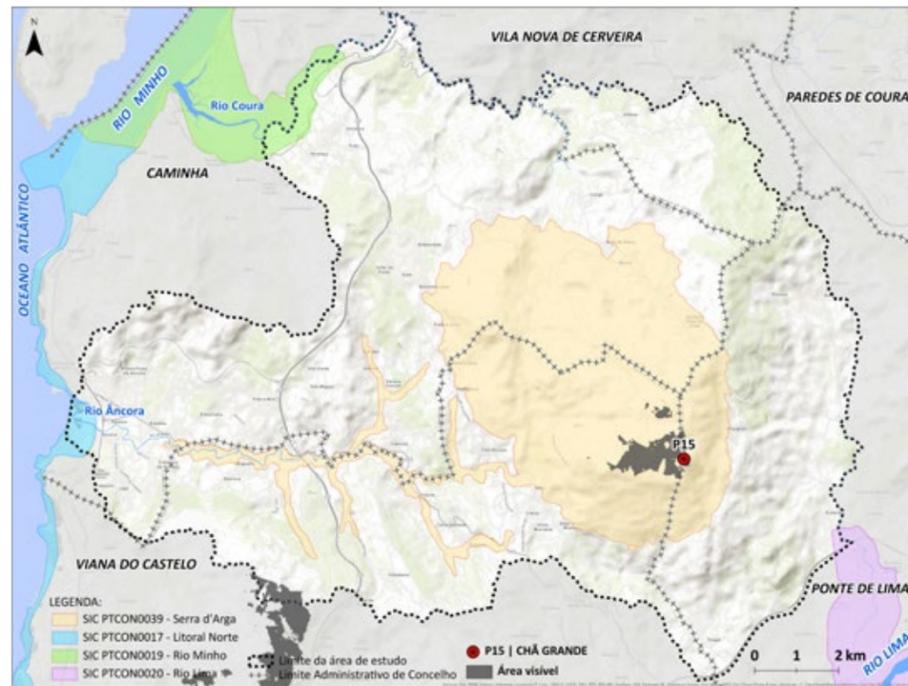


Figura 153. Áreas visíveis a partir do ponto P15 - Chã Grande

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: REGATO GRANDE
ID: P16
Concelho: Ponte de Lima
Freguesia: U.F. de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda
Lugar: Cirbarelha
Acesso: Trilho dos Pastores
Coord: 41° 47' 8,928" N
 8° 42' 11,469" W
Altitude: 380 metros



Figura 154. Vista sobre a veiga da Ribeira da Silvareira e vale do Lima

Descrição: A partir da vertente poente da Serra d'Arga, a paisagem limiana preenche o campo de visão. Aninhada e protegida entre encostas florestadas e xistentas, observa-se deste ponto toda a fértil veiga da Ribeira da Silvareira, desde o Trogal até à sua confluência com o Rio Lima e as suas vastas, e igualmente férteis, planícies aluvionares. Na margem esquerda do Lima, bloqueando a vista para sul, elevam-se as graníticas serras da Nora e da Padela, culminando a 577 metros de altura a primeira e a 487 metros a segunda, entrecortadas por amplos e profundos vales.

Visibilidades:

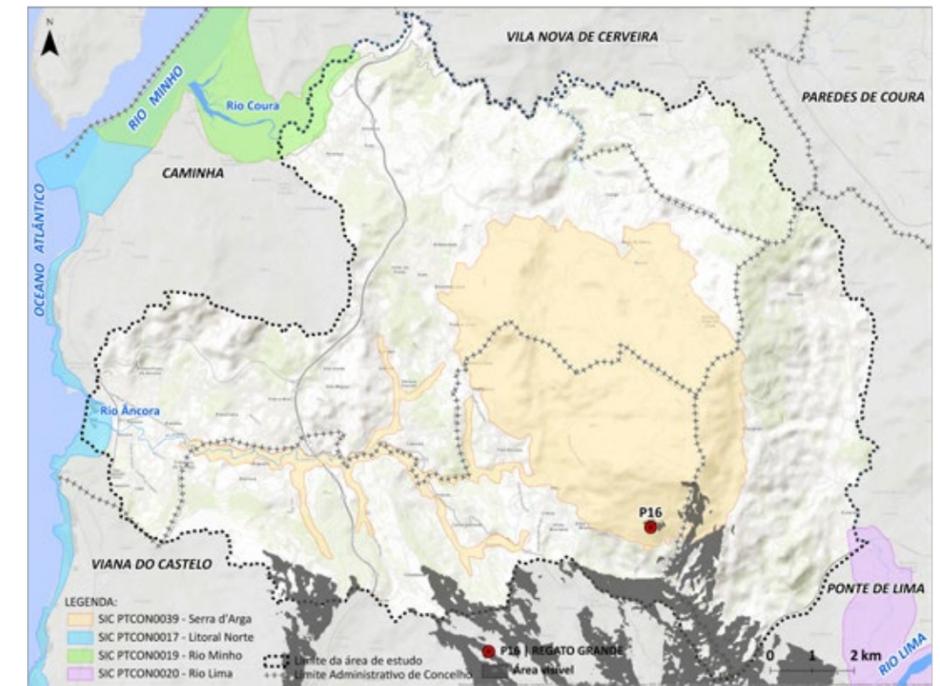


Figura 155. Áreas visíveis a partir do ponto P16 - Regato Grande

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: RIBEIRA DE SANTA JUSTA
ID: P17
Concelho: Ponte de Lima
Freguesia: São Pedro d'Arcos
Lugar: Santa Justa
Acesso: Trilho do Cerquido
Coord: 41° 47' 15,504" N
 8° 40' 53,234" W
Altitude: 455 metros



Figura 156. Vista para o maciço central da Serra d'Arga e muros de xisto

Descrição: A norte dos Quartéis e Capela de Santa Justa, as pedregosas vertentes sul e nascente do maciço granítico da Serra d'Arga emergem da sua envolvente árida e xistenta e dominam a paisagem, observando-se no topo da serra, a 798 metros de altitude, o Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Minho. A baixa fertilidade dos solos não impede, no entanto, a humanização dos declives mais suaves da encosta, sendo este um dos pontos da serra onde é maior a concentração de propriedades de pequena e média dimensão, de formato geralmente irregular, caracteristicamente vedadas por muros de xisto e destinadas maioritariamente à produção silvícola. As marcas da exploração mineira de volfrâmio podem ainda ser por aí observadas, após a passagem pela Ribeira da Água Levada.

Visibilidades:

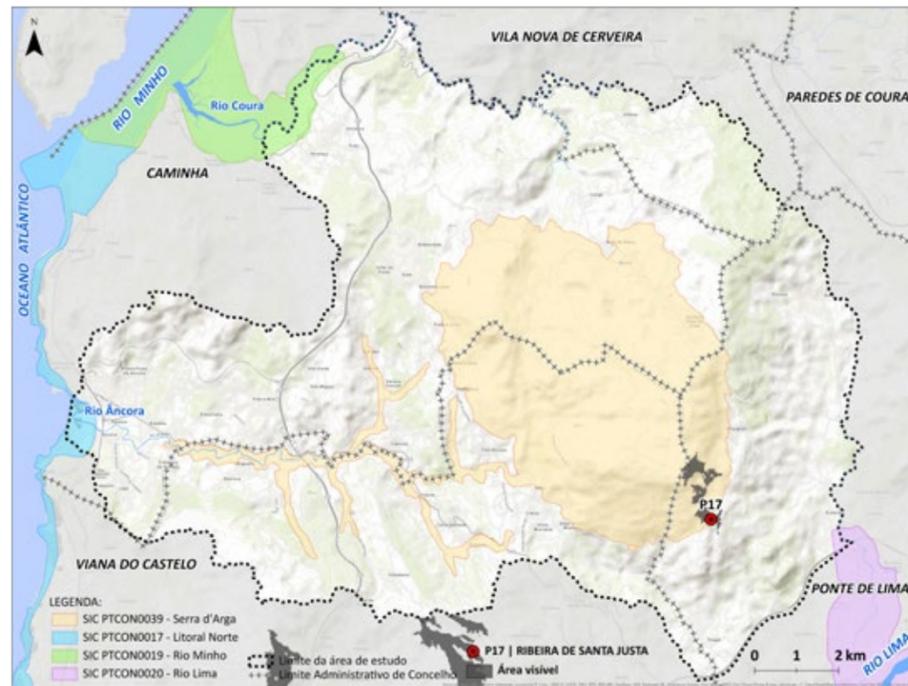


Figura 157. Áreas visíveis a partir do ponto P17 - Ribeira de Santa Justa

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: SOPÉ DO ALTO DE ESTORÃOS
ID: P18
Concelho: Ponte de Lima
Freguesia: São Pedro d'Arcos
Lugar: Alto de Estorãos
Acesso: Trilho do Cerquido
Coord: 41° 46' 39,249" N
 8° 40' 4,633" W
Altitude: 240 metros



Figura 158. Vista para a foz do Rio Lima

Descrição: Acompanhando o vale da Ribeira de Moura, no sopé do característico Alto de Estorãos, cujo formato cónico muito regular é uma referência na paisagem, começa a aflorar no horizonte, por trás das encostas xistentas em cujos topos se avistam os Quartéis e a Capela de Santa Justa, a granítica vertente nascente da Serra d'Arga, coroada pela Senhora do Minho, a mais de 800 metros de altitude. Olhando a poente, em direção ao Atlântico e à foz do Rio Lima, a paisagem é caracterizada por uma extensa mancha florestal, em cujos interstícios crescem culturas e se desenvolve a atividade pastorícia, e que se prolonga até ao sopé do Alto de São Silvestre e da Serra de Perre, já às portas de Viana do Castelo.

Visibilidades:

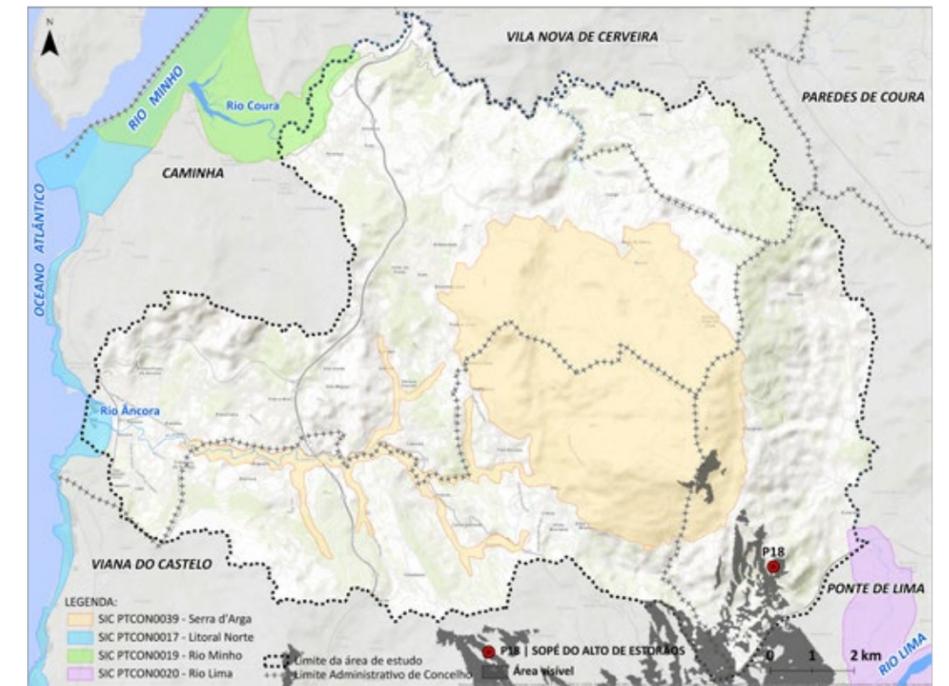


Figura 159. Áreas visíveis a partir do ponto P18 - Sopé do Alto de Estorãos

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: CHÃ DO CHELO
ID: P19
Concelho: Ponte de Lima
Freguesia: Cabração e Moreira do Lima
Lugar: Chã do Chelo
Acesso: EM524
Coord: 41° 51' 22,085" N
 8° 38' 54,842" W
Altitude: 280 metros



Figura 160. Vista para a vertente nascente da Serra d'Arga

Descrição: Ao longo da Estrada Municipal 524, obtêm-se longas panorâmicas sobre a vertente nascente da Serra d'Arga e os seus mais característicos elementos. Deste ponto, a cerca de 280 metros de altura, adivinha-se quase todo o vale do Ribeiro do Formigoso, desde as encostas da serra até à margem do Rio Lima e à Área Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos, acompanhando já as águas do Rio Estorãos. À direita do observador, estende-se então a sucessão de encostas xistentas e parcialmente florestadas, de onde se destaca a sul o característico Alto de Estorãos e a poente o Alto da Cumeeira. Acima dessa paisagem de xisto, vislumbra-se o maciço granítico da serra, agreste e praticamente desprovido de vegetação arbórea, coroado pelo Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Minho, a mais de 800 metros de altitude.

Visibilidades:

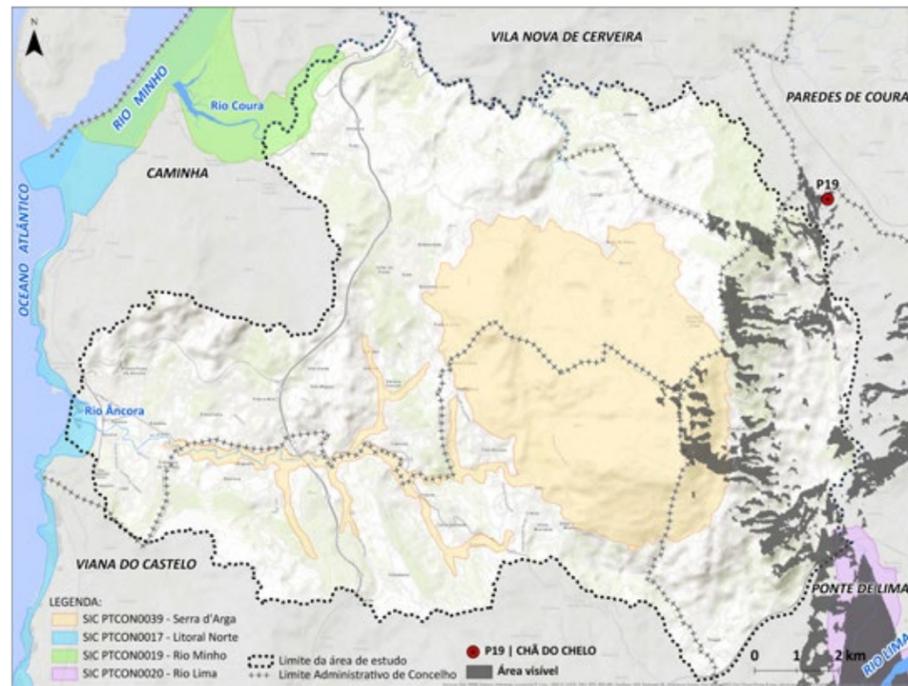


Figura 161. Áreas visíveis a partir do ponto P19 - Chã do Chelo

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: VALE DA BOUÇA
ID: P20
Concelho: Ponte de Lima
Freguesia: Cabração e Moreira do Lima
Lugar: Telheira
Acesso: EM524
Coord: 41° 49' 19,779" N
 8° 38' 46,832" W
Altitude: 105 metros



Figura 162. Vista para o Cerquido e maciço central da Serra d'Arga

Descrição: Ainda na Estrada Municipal 524, mas agora a apenas 105 metros de altitude, aumenta a proximidade do observador à serra. A partir deste ponto, já em pleno fundo de vale, a vista vai ao encontro das encostas que o definem. Observam-se assim, em amplo arco nascente-sul-poente, as encostas das serras do Formigoso e de Antelas, adivinha-se o fértil vale do Lima, e por fim a sucessão de arredondadas encostas xistentas da Serra d'Arga, no topo das quais se avista o lugar de Cerquido e os seus campos de cultivo dispostos em socalcos. Assomando-se sobre a povoação, os cimos do maciço granítico central da Serra d'Arga, desde a Senhora do Minho até à Porta do Lobo e daí até ao Alto do Cavalinho.

Visibilidades:

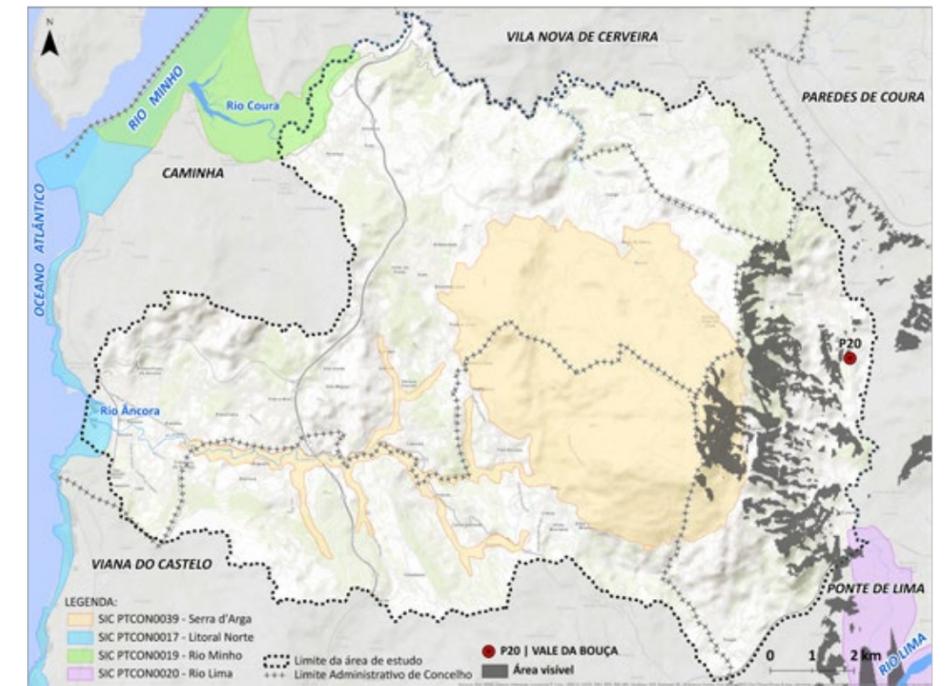


Figura 163. Áreas visíveis a partir do ponto P20 - Vale da Bouça

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: GAFARIM
ID: P21
Concelho: Ponte de Lima
Freguesia: Estorãos
Lugar: Gafarim
Acesso: EM1228
Coord: 41° 47' 53,361" N
 8° 39' 1,604" W
Altitude: 30 metros



Figura 164. Vista sobre os campos de Gafarim

Descrição: Sempre com as encostas da Serra d'Arga como pano de fundo, a paisagem do fundo do vale torna-se notoriamente mais fértil à medida que este se alarga e aproxima do Rio Lima. Junto a Gafarim, os terrenos recebem as águas dos ribeiros do Moinho Velho, das Fragas, da Fisga e outros que descem pelas encostas do vale, o povoamento começa a dispersar-se e os campos agrícolas aumentam de dimensão. Identificam-se facilmente na paisagem as várias camadas que aqui a caracterizam: agrícola, fértil e humanizada à cota baixa; florestada, em vários níveis, na xistenta meia encosta e finalmente agreste e granítica nos topos da serra.

Visibilidades:

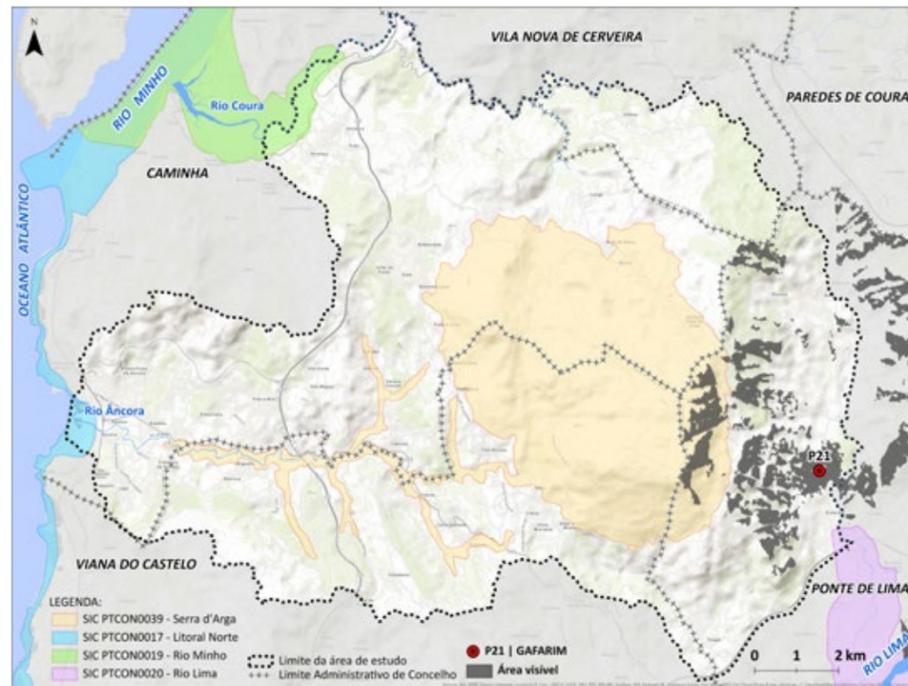


Figura 165. Áreas visíveis a partir do ponto P21 - Gafarim

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: ESTORÃOS
ID: P22
Concelho: Ponte de Lima
Freguesia: Estorãos
Lugar: Igreja
Acesso: EM525
Coord: 41° 47' 0,686" N
 8° 38' 51,875" W
Altitude: 15 metros



Figura 166. Vista sobre a veiga e o Alto de Estorãos

Descrição: O vale do Rio Estorãos, antes fechado pelas altas paredes xistentas que o definem, abre-se agora ao vale do Rio Lima permitindo campos de visão mais amplos e notoriamente diferentes dos obtidos à cota alta, desde o Alto do Cavalinho e a Chã do Chelo. O maciço granítico da Serra d'Arga impõe ainda desde este ponto a sua presença, no entanto, são as densamente florestadas encostas do Alto de Estorãos, com a sua característica forma cónica, a fertilidade e planura da veiga e as vinhas cultivadas em ramadas que se destacam e dominam a paisagem.

Visibilidades:

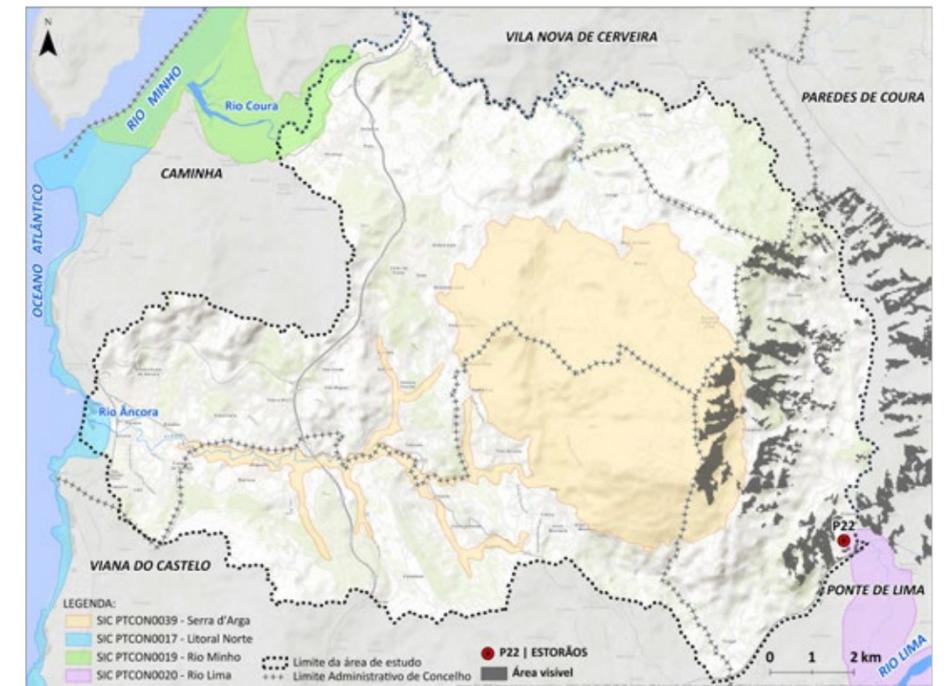


Figura 167. Áreas visíveis a partir do ponto P22 - Estorãos

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: VEIGA DA RIBEIRA DA SILVAREIRA
ID: P23
Concelho: Ponte de Lima
Freguesia: São Pedro d'Arcos
Lugar: Trogal
Acesso: EM525
Coord: 41° 45' 30,487" N
 8° 40' 49,398" W
Altitude: 18 metros



Figura 168. Vista para a vertente sul da Serra d'Arga desde a veiga da Ribeira da Silveira

Descrição: Aninhada e protegida entre pequenas encostas de declives suaves, a fértil e larga veiga da Ribeira da Silveira destaca-se na paisagem densamente arborizada que se desenvolve para sul, desde o sopé da Serra d'Arga até às águas do Rio Lima. A norte da veiga e para lá do Trogal, podem observar-se as encostas xistentas e esparsamente arborizadas do Alto da Portela, para além do qual e mais acima na encosta se situam os Quartéis e a Capela de Santa Justa, quase visíveis a partir deste ponto de observação. Coroando a paisagem, o omnipresente batólito granítico da Serra d'Arga, especificamente as suas vertentes sul e poente, desde o Santuário de Nossa Senhora da Conceição do Minho, a este, até ao Alto do Corisco, a oeste.

Visibilidades:

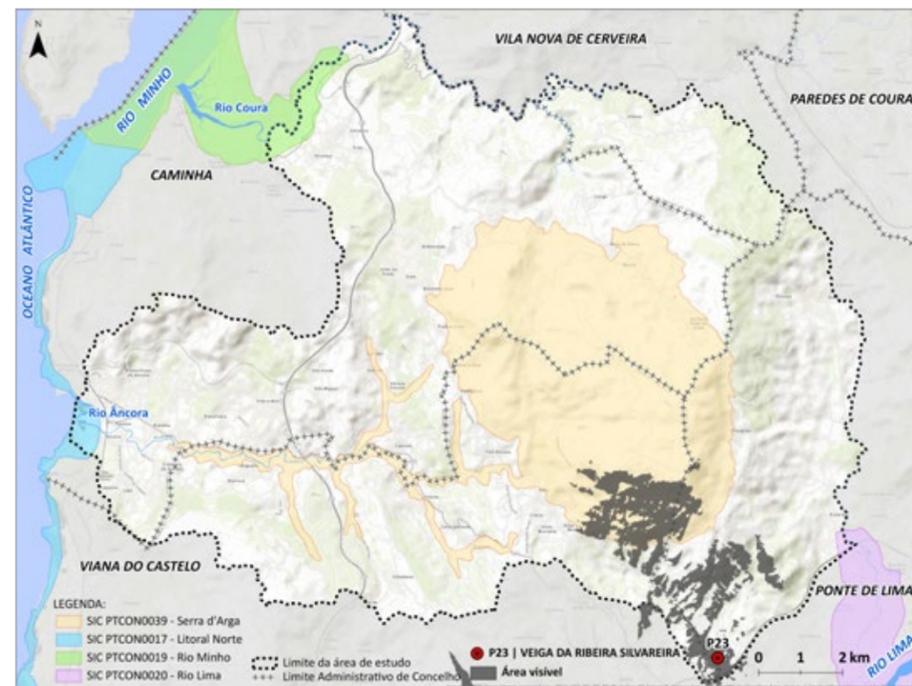


Figura 169. Áreas visíveis a partir do ponto P23 - Veiga da Ribeira da Silveira

FICHA DE VISIBILIDADES

Ponto: CRUZEIRO DE SANTO ISIDORO
ID: P24
Concelho: Caminha
Freguesia: U.F. de Gondar e Orbacém
Lugar: Coutadas da Serra
Acesso: EM526
Coord: 41° 50' 20,128" N
 8° 47' 23,598" W
Altitude: 345 metros



Figura 170. Vista a partir do Cruzeiro de Santo Isidoro

Descrição: A pouco mais de 300 metros para sul do Santuário de Nossa Senhora das Neves, junto ao Cruzeiro de Santo Isidoro e a cerca de 345 metros de altura, obtém-se umas das mais belas e amplas panorâmicas sobre a vertente poente da Serra d'Arga. A nascente, sobre um território densamente florestado e salpicado por vários povoadamentos, de onde se destaca Dem, elevam-se as encostas íngremes e despidas do batólito granítico da serra, desde a Pedra Alçada, imediatamente por trás do cruzeiro, e ponto mais alto do concelho de Caminha, até à escarpada Encosta do Curral culminado no Alto do Corisco e anunciando a localização da Chã Grande. Por entre as encostas da Pedra Alçada e do Alto do Corisco, correm as linhas de água que darão origem, a jusante, ao Rio Âncora. Olhando a sul, a vista alcança as encostas das serras de Amonde e de Santa Luzia, a norte e oeste, o vale do Coura e a sua confluência com o Minho, junto a Caminha.

Visibilidades:

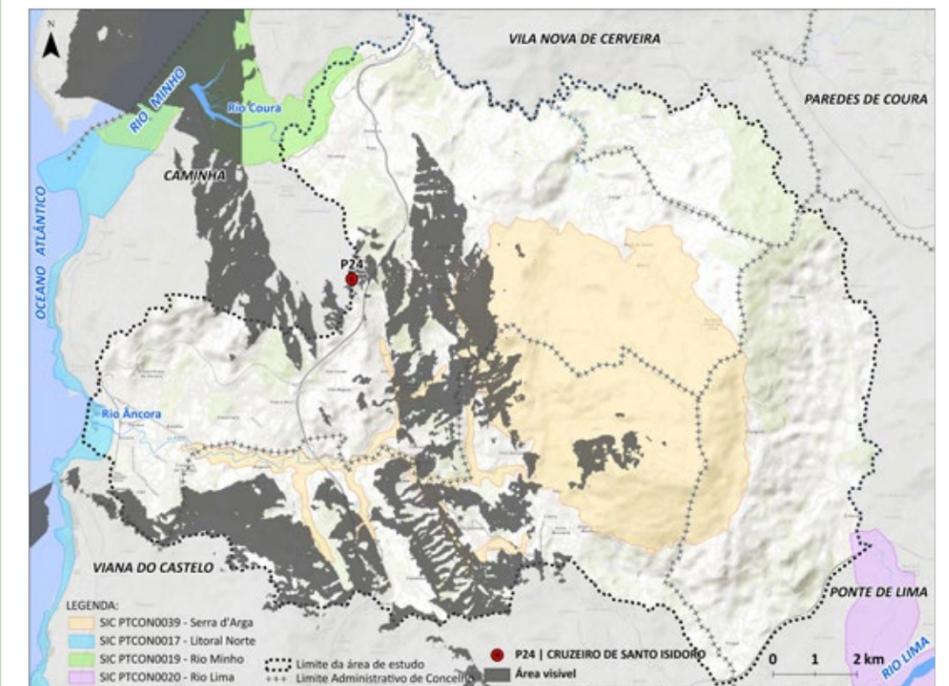


Figura 171. Áreas visíveis a partir do ponto P24 - Cruzeiro de Santo Isidoro

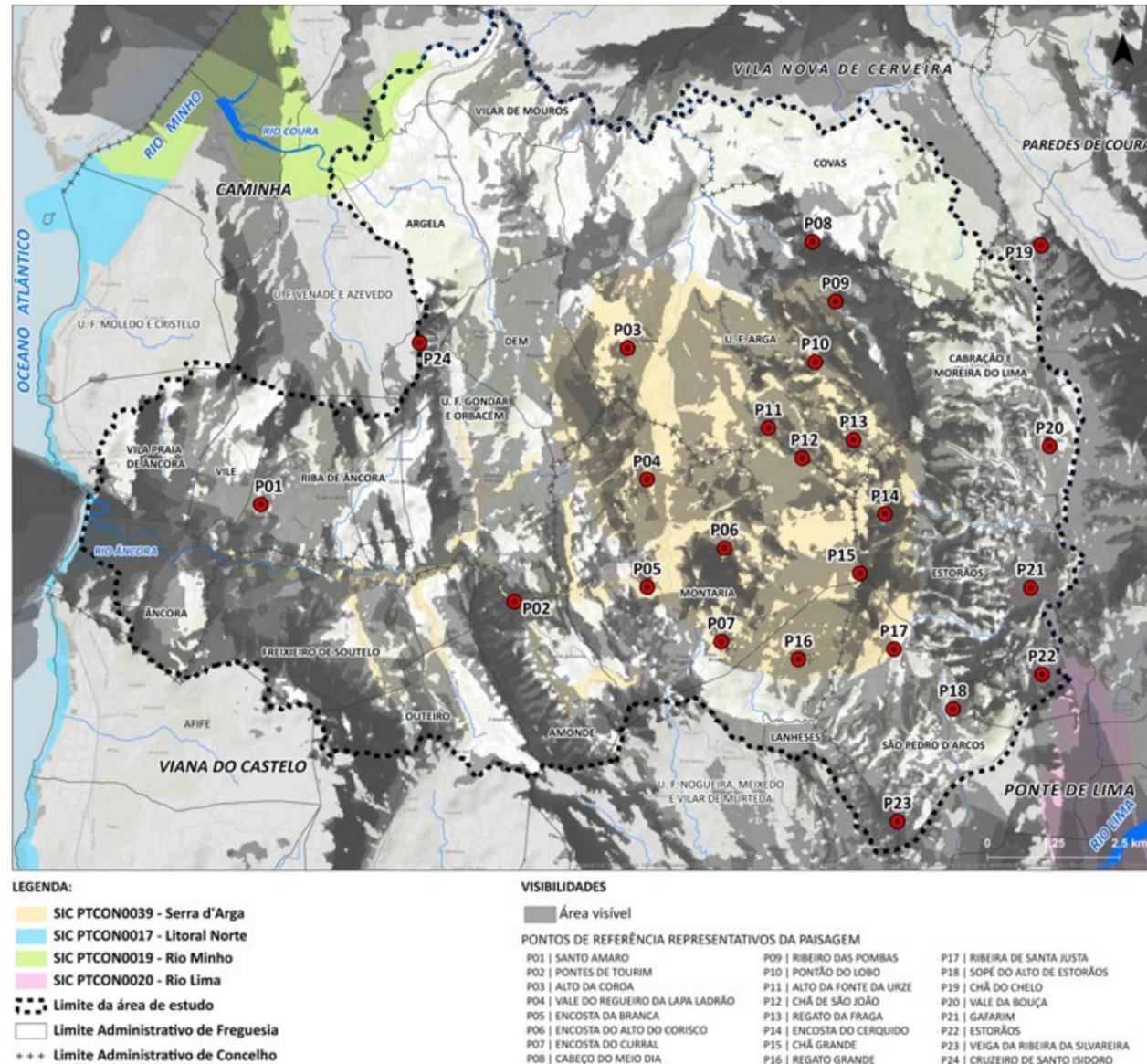


Figura 172. Área visível a partir dos 24 pontos selecionados

Avaliação das visibilidades

Os 24 pontos selecionados e descritos no capítulo anterior, representam o culminar de um processo de reconhecimento, efetuado ao longo de vários meses e maioritariamente no terreno, da qualidade visual da paisagem da área em estudo no geral, e da Serra d'Arga em particular. Estes pontos devem ser entendidos como uma amostragem de pontos de referência representativos desta paisagem, uma vez que constituem não mais que uma seleção, naturalmente consciente e cuidadosa, feita a partir de 71 pontos iniciais, e que, facilmente, poderiam ser ainda muitos mais, dada a diversidade, valor e atratividade da paisagem. A partir destes 24 pontos, avista-se cerca de 75% do território em estudo e todos os elementos, naturais e humanos, que o caracterizam (Figura 172).

A forma imponente como a Serra d'Arga emerge da sua envolvente, em grande destaque, transforma-a num ponto de atração e de referência incontornável na paisagem quando vista desde altitudes mais baixas (Figura 173 a Figura 175), e numa miríade de deslumbrantes miradouros (Figura 176 a Figura 178) sobre essa mesma envolvente, podendo afirmar-se que se constitui como detentora de um dos mais completos e significativos sistemas de vistas do Alto Minho. Desde os seus topos graníticos e aplanados é possível abarcar todo o território que se estende desde os pontos mais altos do Parque Nacional da Peneda-Gerês até ao Atlântico, e entre os vales dos rios Minho e Lima.

Ao percorrer e explorar esta paisagem, especialmente as áreas correspondentes ao SIC da Serra d'Arga — o batólito granítico da serra e o vale do Rio Âncora e seus afluentes — mas não só, é possível, para além de experienciar uma comunhão plena com a natureza, com a fauna e a flora serranas, no seio de uma região densamente povoada, presenciar também os testemunhos da relação secular entre o homem e esta paisagem, através dos povoamentos, das veigas e dos socalcos cultivados que pontuam as encostas da serra e o fundo dos vales.



Figura 173. A Serra d'Arga vista desde o miradouro da Capela de Santo Ovídio (Ponte de Lima)



Figura 174. A Serra d'Arga vista desde o Cruzeiro de Santo Isidoro (Caminha)



Figura 175. A Serra d'Arga vista desde o miradouro da Capela da Senhora do Crasto (Viana do Castelo)



Figura 176. Vista panorâmica sobre o vale do Âncora



Figura 177. Vista panorâmica sobre o vale do Minho



Figura 178. Vista panorâmica sobre o vale do Lima

Pela riqueza dos seus usos e costumes, fauna e flora, ambientes, estado de conservação, diversidade cénica, entre outros (Figura 179 a Figura 186), considera-se como elevada, no geral, e mesmo muito elevada nalguns sítios específicos, a qualidade visual desta paisagem, e com um potencial de atração e desenvolvimento turístico também ele elevado.



Figura 179. Vista sobre Trás-âncora e os seus socacos

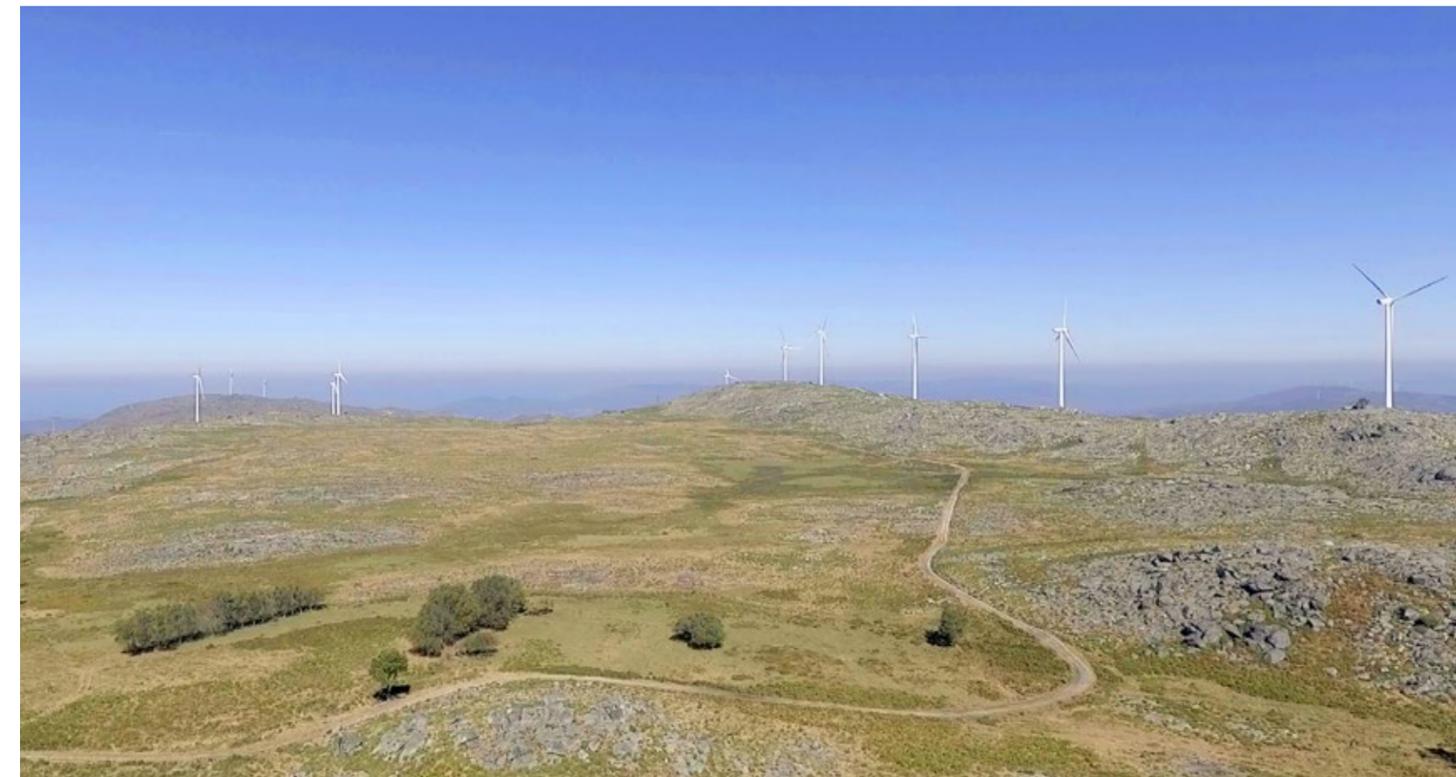


Figura 180. Vista aérea sobre a Chã de São João



Figura 181. Vista sobre a veiga do Ribeiro das Pombas



Figura 182. Vista aérea sobre os Quartéis e Capela de Santa Justa e o vale do Lima



Figura 183. Vista sobre prados e carvalhal em Arga de Cima (Caminha)



Figura 184. Vista aérea sobre a Lage e os seus socalcos



Figura 185. Vista aérea sobre a Encosta da Branca, a caminho da Chã Grande



Figura 186. Vista sobre um cantão de gatenho

No entanto, apesar da elevada qualidade visual desta paisagem, um dos elementos mais presentes na área de estudo — a mancha florestal — encontra-se, salvo raras exceções, nomeadamente matas de espécies autóctones junto aos povoamentos ou em galerias ripícolas, altamente desqualificada. Desta mancha florestal, que cobre 47,2% da área de estudo (valores oficiais de 2015), cerca de 90% corresponde a povoamentos florestais de eucalipto, pinheiro-bravo — frequentemente consumidos por incêndios (Figura 187 a Figura 192) — e espécies invasoras (Figura 193 a Figura 197), que se encontram em franca e notória expansão nalguns pontos da área de estudo, precisamente em áreas ardidas.

A mancha florestal constitui-se assim, em grande parte, como um território pobre, pouco biodiverso, com pouca atratividade de visitação, estéril, e com muito baixa qualidade paisagística, pelo que a oportunidade de melhoria existe e recomenda-se, fortemente.



Figura 187. Vista para o Atlântico e Vila Praia de Âncora desde Santo Amaro



Figura 188. Vista para as encostas do Cerquido e os vales do Estorãos e Lima



Figura 189. Vista para o vale do Lima desde a encosta poente da Serra d'Arga



Figura 190. Vista sobre a Quinta de Pentieiros e os campos do Lima



Figura 191. Vista para o vale do Lima desde a encosta poente da Serra d'Arga



Figura 192. Vista para o Alto de Estorãos e vale do Lima



Figura 193. Vista sobre a encosta nascente da Serra d'Arga, completamente invadida por *Acacia melanoxyton*



Figura 194. Vista sobre as encostas a nascente da Serra d'Arga, com *Acacia melanoxyton* queimada e em regeneração natural



Figura 195. Povoamentos de *Acacia melanoxyton* adultas no vale do Ribeiro do Corguinha



Figura 196. Vista para as encostas de Santa Justa, cobertas por *Acacia melanoxyton* queimada e em regeneração natural



Figura 197. Vista para a vertente nascente da Serra d'Arga, com invasão de *Acacia melanoxyton* e *Hakea sericea*

Capítulo 6

Unidades de paisagem



Unidades de paisagem

Constitui o objetivo principal do presente capítulo a identificação das unidades de paisagem que integram a área de estudo, de forma a constituírem-se como bases territoriais de apoio para a elaboração de estratégias e a implementação de políticas e/ou medidas de intervenção com maior incidência na paisagem.

Considerando a paisagem como uma parte fundamental do património natural, cultural e científico, torna-se fundamental, no âmbito de uma política regional de ordenamento do território que se pretende informada e integradora, a subdivisão da área de estudo em unidades territoriais, facilitando a compreensão das suas principais características e, conseqüentemente, o diagnóstico de oportunidades e constrangimentos à sua valorização e desenvolvimento.

Considerando, ainda, a paisagem como o resultado da ação, contínua ou intermitente, do Homem sobre o território natural onde habita, apropriando-o e modificando-o com o objetivo de o adaptar às suas necessidades específicas, as unidades de paisagem definidas para o território “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora” configuram-se como a base sobre a qual deverá assentar a gestão dos valores, de todos os valores, na área de estudo.

Considerando, finalmente, a paisagem como um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores, naturais e culturais, se influenciam entre si e evoluem em conjunto, no âmbito do presente estudo, as unidades de paisagem identificadas correspondem às “áreas com características relativamente homogéneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas envolventes”⁵¹, podendo a sua identidade emergir da “morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, da proximidade ao oceano, ou da combinação equilibrada de vários fatores”⁵². Ou seja, referem-se a áreas relativamente homogéneas que partilham características, apelando a estratégias comuns.

Em Portugal, o estudo *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*, desenvolvido por Cancela d'Abreu et al a pedido da Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), atual Direção-Geral do Território (DGT), constitui a referência conceitual e metodológica para a delimitação de unidades de paisagem. A publicação, datada de 2004, apresenta a metodologia seguida no estudo, elaborado à escala 1:250.000, para a identificação e caracterização da paisagem em Portugal Continental, as fichas de caracterização das 128 unidades de paisagem identificadas⁵³, organizadas em 22 grupos, de âmbito regional, bem como um conjunto de seis casos de estudo, desenvolvidos a escalas distintas, selecionados para testar a metodologia geral utilizada.

Neste documento de referência, a região onde se insere a presente área de estudo integra o grupo de unidades de paisagem denominado *Grupo A - Entre Douro e Minho* que, “em termos morfológicos gerais, pode ser descrito como um enorme anfiteatro virado ao mar, subindo até às serras da Peneda e do Gerês”, destacando-se, transversalmente, “uma sequência de vales mais ou menos longos separados por zonas mais altas e respectivas cumeadas”⁵⁴. Por sua vez, este grupo subdivide-se em 12 unidades de paisagem, que “individualizam realidades diversificadas e em que se podem identificar dois conjuntos bem contrastados: o Baixo Minho, (...), e o Alto Minho, com terrenos mais acidentados de montanha, paisagens menos verdes, de feição mais agreste e severa”⁵⁵.

A área de estudo enquadra-se, na sua totalidade, na unidade de paisagem 2 - *Entre Minho e Lima*, correspondendo “às encostas médias e altas, aos cabeços e cristas, que genericamente sobem dos 100 a um pouco mais de 800 metros”⁵⁶, tratando-se “de relevos expressivos, rasgados por algumas linhas de água (com destaque para o Coura, o Âncora e o Vez), com encostas no geral bastante inclinadas e zonas altas por vezes aplanadas (caso da Chã Grande, no topo da Serra de Arga, a uma altitude próxima dos 800 metros”. A zona litoral, de reduzidas dimensões e profundamente dominada pela presença do Oceano Atlântico, é considerada, no mesmo estudo, como a *subunidade de paisagem 2A*, apresentando um carácter diferente do restante território da unidade 2.

O estudo em apreço considera que esta unidade paisagística possui uma identidade média a baixa, uma vez que, para além de uma grande diversidade interna, possui igualmente traços comuns com outras unidades do Alto Minho, não apresentando características únicas ou raras. Relativamente à subunidade do litoral, considera que a mesma possui uma identidade mediana a alta, “uma vez que a faixa costeira e os centros urbanos nela presentes ainda testemunham as atividades que aí se foram desenvolvendo ao longo do tempo (as comerciais, piscatórias, agrícolas e, mais recentes, as balneares”⁵⁷.

Metodologia

A abordagem metodológica adotada na identificação das unidades de paisagem presentes na área de estudo segue, globalmente, a que foi adotada por Cancela d'Abreu et al (2004) e fundamenta-se, essencialmente, na preocupação de considerar a paisagem numa perspetiva holística, ou seja, integrando as suas várias componentes: histórica, física, biológica, socioeconómica, cultural e percetiva/sensorial.

Sendo assim, para o enquadramento da definição das unidades de paisagem salienta-se a fase importante de análise e caracterização do território da Serra d'Arga e vale do Âncora, materializada nos **capítulos 3** [*Evolução histórica do território*], **4** [*Caracterização da paisagem: componentes biofísicas, socioeconómicas e culturais*] e **5** [*Perceção e avaliação da qualidade visual da paisagem*] do presente documento.

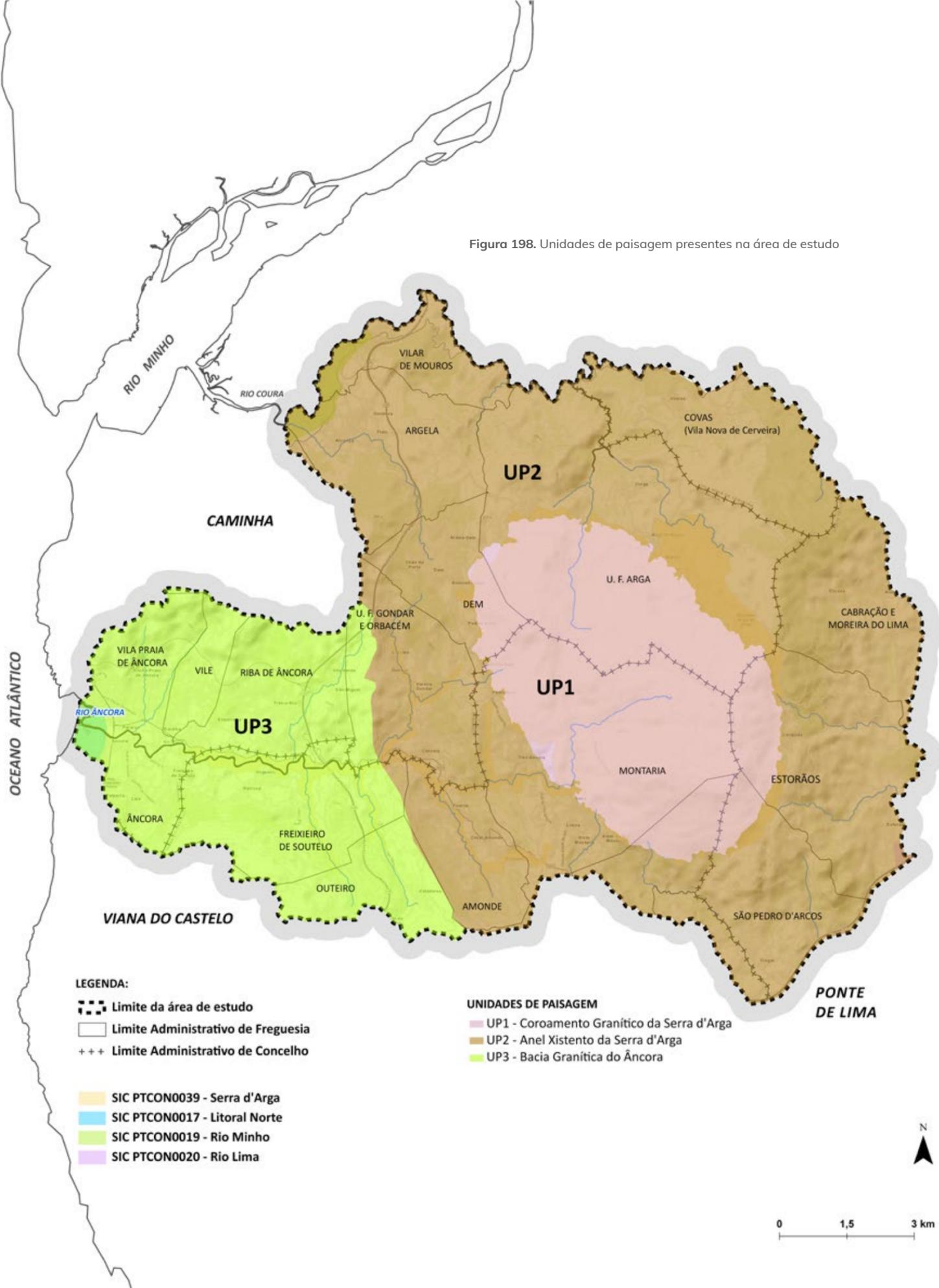
Combinando as várias componentes anteriormente mencionadas, com destaque para aquelas que exercem um maior impacto nas características paisagísticas do território, as unidades de paisagem identificadas na área de estudo correspondem a áreas que apresentam uma coerência interna e um carácter próprio, identificável tanto no interior como do exterior, fortemente associadas às representações identitárias locais.

No entanto, tendo a delimitação das unidades demonstrado ser uma tarefa complexa, a transição entre elas baseou-se, sobretudo, nos estudos que respeitam à fisiografia do território: litologia e geomorfologia, hidrografia, uso e ocupação do solo.

Assim obtidos, os limites das unidades definem-se de forma a refletir a respetiva expressão visual na paisagem da Serra d'Arga e vale do Âncora, tendo sido determinante, para este fim, o trabalho de campo desenvolvido pela equipa técnica, bem como o conhecimento do terreno por parte dos diversos especialistas envolvidos, na seleção dos parâmetros decisivos, em cada situação, para a individualização de cada unidade de paisagem.

Desta forma, procedeu-se à identificação de unidades de paisagem através da junção de porções de território com características semelhantes relativamente a um conjunto de aspetos físicos, sobretudo, mas também com traços comuns quanto à ocupação humana, articulando a informação objetiva com o julgamento mais subjetivo dos peritos envolvidos.

Figura 198. Unidades de paisagem presentes na área de estudo



A caracterização de cada uma das unidades identificadas na área de estudo baseia-se na análise da cartografia utilizada durante todo o processo de identificação, à escala 1:25.000, bem como da bibliografia selecionada, tendo esta informação sido substancialmente enriquecida pelas imagens fotográficas recolhidas no terreno, essencialmente nos diversos percursos pedestres (trilhos) e automóveis efetuados.

Esta caracterização organiza-se em fichas, por unidade de paisagem, contendo a cartografia de referência, fotografias específicas e a narrativa descritiva do caráter de cada unidade. Em cada ficha de caracterização, a informação encontra-se sistematizada da seguinte forma:

- Identificação das unidades administrativas abrangidas (concelhos e freguesias);
- Indicação da área aproximada da unidade de paisagem;
- Indicação da altitude mínima e máxima do território envolvido;
- Descrição detalhada do caráter de cada unidade de paisagem, procurando salientar os seus aspetos mais característicos e definidores de uma identidade própria no contexto territorial onde se insere.

Identificação e caracterização das unidades de paisagem

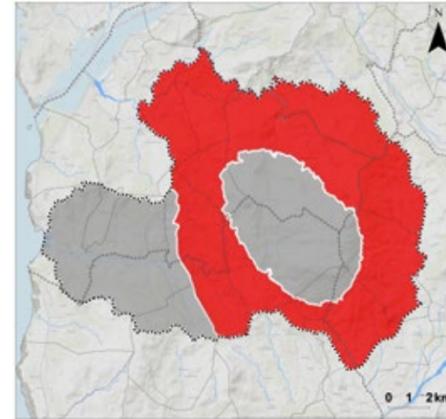
Na área de estudo, o trabalho desenvolvido permitiu a identificação de três unidades de paisagem, fortemente relacionadas com as características geomorfológicas do território, cuja expressão territorial se apresenta na Figura 198.

De seguida apresentam-se as fichas de caracterização das três unidades de paisagem a seguir discriminadas:

- UP1 - Coroamento Granítico da Serra d'Arga;
- UP2 - Anel Xistento da Serra d'Arga;
- UP3 - Bacia Granítica do Âncora.

UP1 - COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA

Unidades administrativas abrangidas:	CAMINHA parte das freguesias de Dem e U.F. de Arga (Baixo, Cima e São João)
	PONTE DE LIMA parte das freguesias de Estorãos e São Pedro d'Arcos
	VIANA DO CASTELO parte das freguesias de Montaria e U.F. de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda



Área aprox.: 3.536 hectares

Altitude mín.: 220 metros

Altitude máx.: 825 metros

Descrição:

Esta unidade de paisagem corresponde, grosso modo, ao afloramento rochoso que constitui o cume da Serra d'Arga; uma extensa mancha granítica, elipsóide, com aproximadamente 9 km de comprimento por 5 km de largura, também designada por batólito da Serra d'Arga.

Com uma área de aproximadamente 3.536 hectares, desenvolve-se aproximadamente entre os 220 metros, na união de freguesias de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda, e os 825 metros do Alto do Espinheiro, o ponto mais alto da Serra d'Arga, na freguesia de Montaria, ambas no concelho de Viana do Castelo.

UP1 - COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA

Emergindo abruptamente da sua envolvente xistenta, esta unidade de paisagem é caracterizada pelas vertentes graníticas altamente declivosas do coroamento da serra, suavizadas apenas no seu topo, sensivelmente a partir dos 750 metros de altura. É aí que se encontram as maiores chãs — depressões aplanadas mal drenadas, de dimensão variada, e características desta paisagem serrana.



Figura 199. Vista sobre a Chã Grande desde o Outeiro do Homem

UP1 - COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA

A Chã Grande, a Chã de São João e o Chão das Sizedas, onde se podem observar com frequência manadas de garranos e gado bovino a pastar, são as mais emblemáticas da serra, contribuindo para o carácter bucólico da paisagem.



Figura 200. Vista para o Chão das Sizedas e a Chã de São João desde o Outeiro do Homem

UP1 - COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA

Contrastando fortemente com estas áreas aplanadas, a sua envolvente é constituída por afloramentos rochosos, onde impera o caos de blocos graníticos, e onde se podem também observar outros elementos de interesse geológico como por exemplo as pias, os blocos pedunculados e os fraturados com pseudoestratificação, entre outros.



Figura 201. Vista para a Pedra Alçada desde o Alto do Corisco

É também desde os pontos mais altos da serra que brotam inúmeras linhas de água, algumas sulcando marcadamente as encostas relativamente regulares do batólito, designadamente os regueiros do Enxurro, da Lapa Ladrão e da Póvoa — nascentes do Rio Âncora, a poente, e o Ribeiro de São João, a norte.

UP1 - COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA

No que se refere ao coberto vegetal, este é constituído maioritariamente — cerca de 93% do território — por matos densos e pouco densos de tojo e urze principalmente, vegetação herbácea esparsa e, pontualmente, por característicos pinheiros isolados nas encostas graníticas e por pequenos agrupamentos de bétulas nas chãs de maior dimensão.



Figura 202. Chã do Penedo das Couves

UP1 - COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA

Esta é uma área muito pouco humanizada, de carácter rude e agreste, sendo de referir apenas as manifestações arquitetónicas de carácter religioso, designadamente o Mosteiro de São João de Arga e o Santuário da Senhora do Minho, as arruinadas casas do guarda-florestal e o Fojo do Lobo, no Alto do Cavalinho.



Figura 203. Alto da Coroa desde a encosta nascente da Pedra Alçada

Pela sua proeminência topográfica, isolado do território circundante, o coroamento granítico da Serra d'Arga constitui-se como um importante sistema de vistas sobre a região em que se insere, alcançando os vales dos rios Minho e Lima, o oceano Atlântico e até os distantes picos despídos e graníticos do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Curiosamente, todas as sedes dos municípios que partilham este território — Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo — são avistáveis desde os topos da Serra d'Arga.

UP2 - ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA

Unidades administrativas abrangidas:

CAMINHA

parte das freguesias de Argela, Dem, U.F. de Arga (Baixo, Cima e São João), U.F. de Gondar e Orbacém, U.F. de Venade e Azevedo e Vilar de Mouros

PONTE DE LIMA

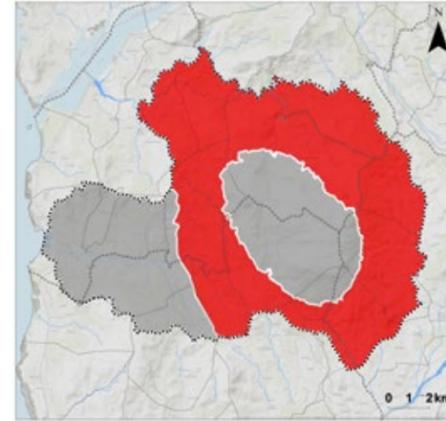
parte das freguesias de Cabração e Moreira do Lima, Estorãos e São Pedro d'Arcos

VIANA DO CASTELO

parte das freguesias de Amonde, Freixeiro de Soutelo, Lanheses, Montaria e U.F. de Nogueira, Meixedo e Vilar de Murteda

VILA NOVA DE CERVEIRA

parte da freguesia de Covas



Área aprox.: 10.701 hectares

Altitude mín.: 1-2 metros

Altitude máx.: 600 metros

Descrição:

Envolvendo o batólito granítico da Serra d'Arga, esta unidade de paisagem, com uma área de aproximadamente 10.701 hectares, desenvolve-se entre os 1-2 metros, na união de freguesias de Venade e Azevedo, freguesias de Argela e Vilar de Mouros, no concelho de Caminha, e os 600 metros, na união de freguesias de Arga (de Baixo, de Cima e de São João), no concelho de Caminha e na união de freguesias de Cabração e Moreira do Lima, no concelho de Ponte de Lima, sobre um território essencialmente xistento, com a exceção de pequenas áreas a norte e a sul, nos vales dos rios Coura e Estorãos respetivamente.

UP2 - ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA

O território apresenta grande heterogeneidade de declives, localizando-se os mais acentuados nas encostas dos vales que acompanham o batólito e na Serra de Amonde. Estes intercalam-se com zonas mais aplanadas, a vários níveis, onde os solos são mais férteis e onde se localiza a maioria dos povoaamentos.



Figura 204. Encostas xistentas da Serra d'Arga desde o Vale da Bouça

UP2 - ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA

Rodeando e aninhando-se na base do batólito, encontram-se as Argas de São João, de Baixo e de Cima, sensivelmente entre os 400 e os 500 metros, o Cerquido a 400 metros e a Montaria a 270 metros.



Figura 205. Veiga do Ribeiro de Amonde

Nos vales estreitos e de fundo aplanado dos rios Âncora e Galego, Ribeiro de Amonde e Ribeira de Gondar, sensivelmente entre os 250 e os 100 metros, os povoados de Espantar, Trás-Ancora, Amonde, Orbacém e finalmente já abaixo dos 50 metros, nos vales mais largos dos rios Coura e Estorãos e da Ribeira da Silveira, Covas, Estorãos e Trogal.

UP2 - ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA

As áreas agrícolas, que constituem cerca de 10% deste território, desenvolvem-se maioritariamente junto aos povoados, nas zonas de maior altitude em socalcos de maior ou menor largura, consoante o declive do terreno, suportados por muros de xisto. São umas das mais características e belas imagens de referência desta paisagem.



Figura 206. Veiga e vale de Orbacém/Amonde

UP2 - ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA

Desenvolvem-se ainda em veigas ao longo das linhas de água, sendo mais estreitas nos ribeiros de montanha e mais vastas a altitudes mais baixas, já nas imediações dos vales do Minho e Lima. São frequentemente acompanhadas de ramadas para o crescimento da vinha, de pomares e de olivais.



Figura 207. Socalcos de Espantar e Serra de Amonde, com a Serra de Santa Luzia ao fundo, desde a Encosta da Branca

Outros elementos, de génese geológica, que caracterizam e enriquecem esta paisagem são as cascatas, algumas de admirável altura, e as marmitas de gigante.

UP2 - ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA

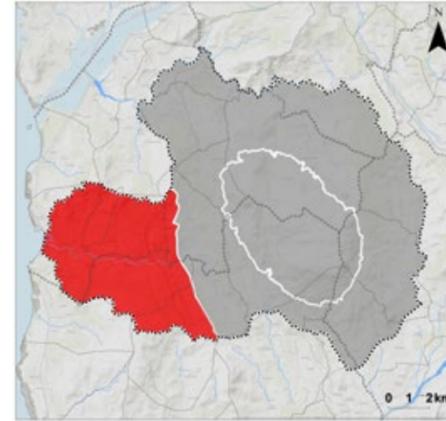
A mancha florestal domina, no entanto, esta unidade de paisagem, ocupando 58% do território. Desses, a grande maioria — 80% — corresponde a povoamentos florestais de eucalipto e pinheiro-bravo, que nos últimos anos têm vindo a ser acompanhados pela presença crescente de espécies invasoras, nomeadamente as acácias e, mais recentemente, as háqueas. Apesar disso, são ainda possíveis de encontrar povoamentos de pequena a média dimensão de espécies autóctones, nomeadamente carvalho-alvarinho, sobreiro, amieiro, salgueiro, freixo e azevinho nas galerias ripícolas, em bordaduras de propriedade e em bouças/matras de produção junto aos povoamentos. Ainda de referir, por fim, outro elemento característico desta unidade de paisagem, que se traduz na forma de pequenas propriedades, designadas por cantões de gatenho, delimitadas por muros de pedra seca, geralmente utilizadas na atividade silvícola.

UP3 - BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA

Unidades administrativas abrangidas:

CAMINHA
parte das freguesias de Âncora, Riba de Âncora, U.F. de Gondar e Orbacém, U.F. de Moledo e Cristelo Vila Praia de Âncora e Vile

VIANA DO CASTELO
parte das freguesias de Afife, Freixeiro de Soutelo e Outeiro



Área aprox.: 3.978 hectares

Altitude mín.: 0 metros

Altitude máx.: 540 metros

Descrição

Entre as xistentas vertentes ocidentais da Serra de Amonde e as águas do Atlântico, abre-se uma vasta bacia granítica, por onde se espraia o vale do Rio Âncora. Com uma área de aproximadamente 3.978 hectares, o território desenvolve-se entre a cota zero, junto ao oceano, nas freguesias de Âncora e Vila Praia de Âncora, no concelho de Caminha, e os 540 metros, na Serra de Santa Luzia, na freguesia de Outeiro, no concelho de Viana do Castelo.

UP3 - BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA

Apresentando declives bastante acentuados em grande parte do seu território, nomeadamente nas encostas da Serra de Amonde a este, da Serra de Santa Luzia a sul, e do Alto da Espiga a norte, esta unidade de paisagem acolhe no seu centro, ao longo das margens do Rio Âncora e dos seus afluentes e sobre o seu aluvião, uma larga bacia, fértil e pouco declivosa.



Figura 208. Vale e campos agrícolas do Rio Âncora

Esta bacia desenvolve-se sensivelmente entre os 50-60 metros de altitude até às areias da faixa litoral e da foz do Âncora.

UP3 - BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA

Esta luminosa bacia atlântica apresenta um sistema de povoamento disperso mas denso, tipicamente minhoto e aqui encabeçado por Vila Praia de Âncora, em cujos interstícios se desenvolve intensa atividade agrícola e que ocupa cerca de 14% do território.



Figura 209. Vila Praia de Âncora e o Atlântico

UP3 - BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA

Os campos e as propriedades, contrariamente ao verificado no Anel Xistento da Serra d'Arga, são aqui de dimensão mais generosa. A dimensão e riqueza arquitetónica de algum do edificado, nomeadamente das casas de quinta e das igrejas, demonstra também a maior riqueza dos seus proprietários, em particular, e dos povoaamentos, em geral, comparável apenas com os passíveis de encontrar nos vales dos rios Estorãos e Coura.



Figura 210. Veiga e galeria ripícola do Rio Âncora

Manchas de pequena a média dimensão de pinheiro-bravo e galerias ripícolas e bosquetes onde marcam presença os freixos, os amieiros e os salgueiros, completam este mosaico agroflorestal.

UP3 - BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA

Envolvendo este mosaico, e nos terrenos mais declivosos das serranias que o envolvem, impõe-se uma densa mancha florestal que ocupa cerca de 53% do território. Desses, 81,5% são constituídos por povoamentos florestais de eucalipto e pinheiro-bravo. As espécies invasoras, maioritariamente acácias, vão também impondo a sua presença, representando já 11,4% da área florestal.



Figura 211. Bacia Atlântica do Âncora e o Alto da Espiga

Para além desta mancha florestal, as encostas mais altas das serras encontram-se cobertas por matos e vegetação esparsa, de onde despontam afloramentos graníticos, praticamente despídos de vegetação, à semelhança do que se pode encontrar nos pontos mais altos do Coroamento Granítico da Serra d'Arga.



Síntese analítica da paisagem

Com o intuito de facilitar a leitura e a comparação entre as três unidades de paisagem identificadas na área de estudo, no presente subcapítulo sintetiza-se as principais características biofísicas, de uso e de ocupação do solo referentes a cada unidade, bem como os elementos patrimoniais de âmbito arquitetónico mais relevantes.

Desta forma, na **Tabela 34** apresenta-se a sistematização de nove elementos caracterizadores de cada uma das unidades de paisagem, designadamente os seguintes:

- a) Área;
- b) Clima;
- c) Relevo;
- d) Sistema hídrico;
- e) Geologia;
- f) Solos;
- g) Biótopos principais;
- h) Uso e ocupação do solo;
- i) Património arquitetónico relevante.

Cada uma das nove variáveis observadas na referida tabela é aprofundada nos subcapítulos respetivos, incluídos no **Capítulo 4** [Caracterização da paisagem] do presente relatório (componentes físicas, biológicas e culturais).

ELEMENTOS	UNIDADES DE PAISAGEM		
	UP1 COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA	UP2 ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA	UP3 BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA
ÁREA	3.536 hectares	10.701 hectares	3.978 hectares
CLIMA	Clima temperado mediterrânico com influência atlântica.		
RELEVO	220 – 825 metros Montanha	1-2 – 600 metros Encostas declivosas	0 - 540 metros Vale
SISTEMA HÍDRICO	Bacias hidrográficas Costeira entre o Minho e o Lima (Rio Âncora), Rio Minho (Ribeiro da Arga e Ribeiro do Real) e Rio Lima (Ribeiro de Fragos, Rio Estorãos, Ribeira da Silveira e Rio Seixo).	Bacias hidrográficas Costeira entre o Minho e o Lima (Rio Âncora), Rio Minho (Ribeiro da Arga, Ribeiro do Real e Rio Coura) e Rio Lima (Ribeiro de Fragos, Rio Estorãos, Ribeira da Silveira e Rio Seixo).	Bacia hidrográfica Costeira entre o Minho e o Lima (Rio Âncora e Costeira).
GEOLOGIA	Batólito constituído por granitos tardi-tectónicos de duas micas.	Metassedimentos essencialmente xistentos de idade silúrica e granitos sin-tectónicos de duas micas.	Aluviões atuais e depósitos fluviais e de praia (Quaternário antigo e Pliocénico recente) envolvidos por granitos sin-tectónicos de duas micas.
SOLOS	Predomínio de leptossolos e presença pontual de regossolos.	Predomínio de regossolos e algumas manchas de antrossolos e leptossolos. Presença pontual de fluvisolos junto ao Rio Coura.	Fluvisolos envolvidos por antrossolos e presença de leptossolos e regossolos. Junto à foz do Rio Âncora, presença de cambissolos e arenossolos.
BIÓTOPOS PRINCIPAIS	Matos e turfeiras.	Bosques, matos, prados e mosaicos agroflorestais. Presença de zonas urbanas dispersas.	Estuário do Rio Âncora, matos, prados e mosaicos agroflorestais e urbano/artificiais.
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	Predomínio de matos. Presença pontual de vegetação arbórea (bétulas, pinheiro-bravo e acácias).	Predomínio de zonas florestais (eucalipto, pinheiro-bravo e espécies invasoras). Presença pontual de manchas agrícolas dispersas (sistemas culturais e parcelares complexos), associadas a zonas urbanas.	Uso urbano descontínuo, combinado com áreas agrícolas (culturas temporárias de sequeiro e de regadio e sistemas culturais e parcelares complexos. Presença de manchas florestais de pinheiro-bravo
PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO RELEVANTE	Santuários (São João d'Arga e Senhora do Minho), casas do guarda-florestal, moinhos, fontes, abrigo de pastores e torres de vigia.	Núcleos rurais tradicionais (Argas de Baixo, Cima e São João, Cerquido e Estorãos, Dem, Gondar e Orbacém, Amonde e Tourim, Pedrulhos, Trás-Âncora, Espantar e Montaria), casas de montanha e espigueiros, capelas, igrejas paroquiais e cemitérios, nichos e alminhas, cruzeiros e calvários, pontes, moinhos e fontes.	Açudes e espaços fluviais, alpendras, pontes e pontões, quintas de vale, capelas, igrejas paroquiais (Âncora e Freixieiro de Soutelo), nichos e alminhas, cruzeiros e cruzeiros, moinhos, fontes e lavadouros.

Tabela 34. Elementos caracterizadores da paisagem

Capítulo 7

Objetivos de qualidade paisagística



Objetivos de qualidade paisagística

O presente capítulo apresenta os objetivos de qualidade paisagística definidos para a área de estudo, bem como uma visão para a paisagem da Serra d'Arga.

Note-se que os objetivos de qualidade paisagística que a seguir se apresentam assentam no pressuposto de que a proteção da paisagem passa pela preservação do seu carácter, qualidades e valores, sem esquecer que a gestão da paisagem futura deverá harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais. Neste contexto, para cada objetivo de qualidade paisagística foram definidos objetivos específicos a alcançar no território em estudo, em particular no que respeita à paisagem natural, à paisagem humanizada e à paisagem florestal.

A proposta de valorização para a Serra d'Arga apresentada neste capítulo apresenta, ainda, uma proposta de criação de uma **área protegida de âmbito regional**, a criar no âmbito do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Pretende-se, deste modo, que esta área passe a integrar a **Rede Fundamental da Conservação da Natureza**.

Efetivamente, os estudos desenvolvidos vieram demonstrar que a Paisagem da Serra d'Arga resulta da interação harmoniosa do ser humano e da natureza, evidenciando, simultaneamente, grande valor estético, ecológico e cultural, razão pela qual o presente estudo propõe que a tipologia de área protegida a adotar seja a de **Paisagem Protegida** de âmbito regional.

Visão de futuro

A Visão de futuro preconizada para a Serra d'Arga (**Figura 212**) foi formulada tendo como base referencial os estudos de caracterização e diagnóstico da paisagem e valores culturais. Foram igualmente consideradas as diretrizes que emanam do Quadro de Referência Estratégico apresentado no **Anexo I**, nomeadamente a Carta Europeia de Turismo Sustentável e a Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030.

SER UMA REFERÊNCIA DA PAISAGEM PORTUGUESA, NOS DOMÍNIOS DOS VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ATRAVÉS DA QUALIFICAÇÃO, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA SUA SINGULARIDADE PAISAGÍSTICA, RESPEITANDO A IDENTIDADE DO LUGAR E A ANCESTRAL SIMBIOSE ENTRE O HOMEM E A NATUREZA.

Figura 212. Visão de futuro para a Serra d'Arga

A visão incorpora também os princípios de sustentabilidade e solidariedade intergeracional, coesão e equidade, tendo ainda em conta que a valorização da paisagem da Serra d'Arga passará pela adoção de um modelo de desenvolvimento que se diferencie pela combinação das suas características singulares, que representam uma marca única e intransponível.

Objetivos de qualidade paisagística

De acordo com o que é enunciado na Convenção Europeia da Paisagem (CEP), ratificada por Portugal em 2005, através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro, a paisagem desempenha importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e constitui um recurso favorável à atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego.

Neste contexto, um dos aspetos centrais da proposta de um Estudo de Paisagem prende-se com a definição de Objetivos de Qualidade Paisagística, objetivos esses essenciais ao desenvolvimento de medidas de proteção, gestão e ordenamento da paisagem (Figura 213).

Por Objetivos de Qualidade Paisagística entende-se a "formulação pelas autoridades públicas competentes para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características do seu quadro de vida"⁵⁸.

PROTEÇÃO DA PAISAGEM	GESTÃO DA PAISAGEM	ORDENAMENTO DA PAISAGEM
Ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de um paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana.	Ação que visa assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de priorizar e harmonizar as alterações resultante dos processos sociais, económicos e ambientais.	Ações com forte carácter prospetivo visando a valorização ou a criação de paisagens.

Figura 213. Conceitos chave da Convenção Europeia da Paisagem

Tendo por base a visão preconizada, os três grandes Objetivos de Qualidade Paisagística para a Serra d'Arga são os que se apresentam na Figura 214:



Figura 214. Objetivos de qualidade paisagística para a Serra d'Arga

Objetivo de Qualidade Paisagística 1
**Conservar e valorizar
a paisagem natural**

O objetivo **CONSERVAR E VALORIZAR A PAISAGEM NATURAL** assenta na conservação dos valores naturais presentes na área de estudo e que se constituem como parte integrante do mosaico de paisagem natural característico do território "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" (Figura 215).

327



Figura 215. Valores naturais presentes na Serra d'Arga

Objetivo de Qualidade Paisagística 2
**Conservar e qualificar
a paisagem humanizada**

O objetivo **CONSERVAR E QUALIFICAR A PAISAGEM HUMANIZADA** assenta na conservação e promoção dos valores culturais, dos mais diversos âmbitos, presentes na área de estudo (**Figura 216**).

329

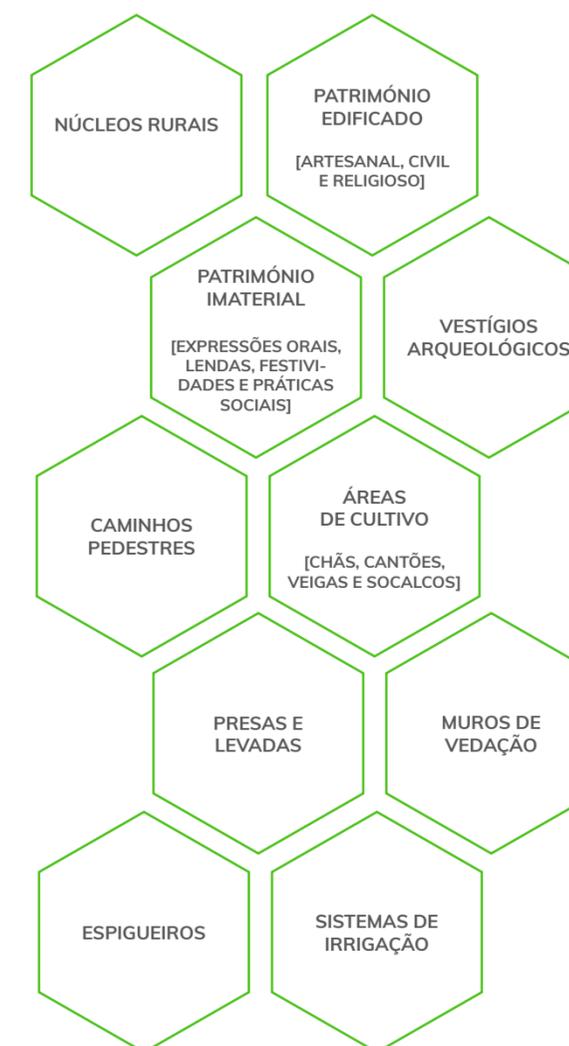


Figura 216. Valores culturais presentes na Serra d'Arga

Objetivo de Qualidade Paisagística 3
**Conservar e reabilitar
a paisagem florestal**

O objetivo **CONSERVAR E REABILITAR A PAISAGEM FLORESTAL** assenta na preservação dos valores florestais presentes na área de estudo, que correspondem, grosso modo, ao anel que rodeia a Serra d'Arga, constituindo-se como uma efetiva área de proteção ao maciço granítico (**Figura 217**).

331



Figura 217. Valores florestais presentes na Serra d'Arga

Por outro lado, reconhecendo que o turismo e a procura destes territórios depende, essencialmente, da qualidade e diversidade que os valores naturais e culturais apresentam, torna-se fundamental criar condições favoráveis à sua estabilidade, não comprometendo, contudo, o desenvolvimento económico que o turismo poderá trazer.

Neste contexto, considerando a proposta de criação de uma Área Protegida da Serra d'Arga, e com base nos objetivos fundamentais da Carta Europeia de Turismo Sustentável, os objetivos que se pretendem atingir são os seguintes:

- Aumentar o interesse e o apoio à área proposta para classificação como Área Protegida enquanto parte fundamental do nosso património que deve ser preservado e apreciado pelas gerações presentes e futuras;
- Qualificar o desenvolvimento e a gestão do turismo sustentável na área proposta para classificação como Área Protegida, tendo em conta as prioridades ambientais, da população local, das empresas locais e dos visitantes.

A Tabela 35 apresenta os objetivos específicos relacionados com as três vertentes da paisagem estudada (**natural, humanizada e florestal**) e que se pretende que seja parcialmente **protegida**, discriminados pelas três unidades de paisagem identificadas na área de estudo "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora". De salientar que estes objetivos específicos consideram-se fundamentais para cumprir os Objetivos de Qualidade Paisagística definidos com o intuito de alcançar a visão de futuro preconizada para a Serra d'Arga, de acordo com a estrutura apresentada na **Figura 218**.



Figura 218. Metodologia para alcançar a visão de futuro para a Serra d'Arga

	UP1 COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA	UP2 ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA	UP3 BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA
PAISAGEM			
	<p>Conservar o mosaico de paisagem natural do batólito granítico da Serra d'Arga, nomeadamente através da conservação dos tipos de habitat existentes, favorecendo/restabelecendo as condições para a ocorrência de espécies emblemáticas da serra, como é o caso do lobo</p>		
	<p>Controlar e diminuir a área de incidência de invasoras lenhosas, nomeadamente através da incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão florestal</p>		
PAISAGEM NATURAL	<p>Conservar/promover sebes de autóctones, bosquetes e arbustos</p>		
	<p>Conservar/recuperar a vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo</p>		
	<p>Reduzir a mortalidade acidental, designadamente através da utilização de passagens para a fauna e sinalização rodoviária</p>		
	<p>Erradicar as espécies invasoras</p>		
	<p>Condicionar as queimadas</p>		
	<p>Adotar práticas de pastoreio adequadas e específicas aos locais</p>		
	<p>Interditar a construção</p>		

	UP1 COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA	UP2 ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA	UP3 BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA
PAISAGEM			
PAISAGEM NATURAL		Condicionar a expansão urbano turística	
		Condicionar a construção de infraestruturas	
	Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes		
	Conservar os corredores ecológicos ripícolas de montanha		
		Conservar o corredor ecológico associado ao Rio Âncora, nomeadamente através da conservação/recuperação da vegetação ribeirinha autóctone, favorecendo/restabelecendo as condições para a ocorrência de espécies emblemáticas da Serra d'Arga, como é o caso da toupeira-de-água	
Conservar as nascentes das linhas de água		Condicionar as intervenções nas margens e leito de linhas de água	
			Preservar os ecossistemas estuarinos associados ao Rio Âncora
			Restaurar o cordão dunar e os ecossistemas associados

	UP1 COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA	UP2 ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA	UP3 BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA
PAISAGEM			
PAISAGEM HUMANIZADA		Promover a recuperação, reabilitação e preservação dos núcleos rurais de elevado valor patrimonial, através da criação de mecanismos e incentivos à reabilitação do edificado privado e do espaço público, por exemplo, através da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana e desenvolvimento dos respetivos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, nomeadamente em Sobral (Castanheira, Arga de Baixo) e no Reconco (Arga de Cima), tendo em vista a manutenção do seu carácter identitário, criando comunidades socialmente coesas e economicamente sustentáveis	
		Preservar o mosaico de paisagem criado pela associação dos socalcos e das veigas aos núcleos rurais, nomeadamente em Trás-Âncora, Espantar e Chão de Franqueira	
			Promover a recuperação, reabilitação e preservação dos aglomerados urbanos

UP1
COROAMENTO GRANÍTICO
DA SERRA D'ARGA

UP2
ANEL XISTENTO
DA SERRA D'ARGA

UP3
BACIA GRANÍTICA
DO ÂNCORA

PAISAGEM



Adequação das abordagens de ordenamento e gestão das paisagens às transformações demográficas e sociais

Promover a reabilitação das antigas casas florestais, reconvertendo-as em equipamentos de interesse público/visitação

Reconstruir as estruturas com interesse patrimonial mais emblemáticas (Fojo do Lobo, entre outras)

Recuperar as estruturas moinheiras existentes e criar uma rede de moinhos visitável

PAISAGEM HUMANIZADA

Melhorar o estado de conservação das estruturas pedonais degradadas (pontes e pontões)

Recriar os antigos percursos pedestres de romeiros com destino ao Mosteiro de São João d'Arga (circuitos pedonais turísticos)

Ordenar atividades de recreio e lazer, restringindo o acesso a zonas mais sensíveis;

Ordenar a prática de desporto de natureza

Melhorar, limpar e manter os sítios e espaços naturais desqualificados, com possibilidade de reconversão em áreas de lazer ou praias fluviais geradoras de atratividade

Criar roteiros temáticos: circuito dos santuários, percurso dos moinhos, entre outros

UP1
COROAMENTO GRANÍTICO
DA SERRA D'ARGA

UP2
ANEL XISTENTO
DA SERRA D'ARGA

UP3
BACIA GRANÍTICA
DO ÂNCORA

PAISAGEM



Integrar os sítios arqueológicos de referência no território da Serra d'Arga, nomeadamente castros e elementos megalíticos, no roteiro arqueológico do Alto Minho

Promover a produção de produtos não lenhosos, nomeadamente a castanha, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos e os cogumelos silvestres

PAISAGEM HUMANIZADA

Certificar os produtos locais já existentes (fumeiro e mel, por exemplo)

Criar eventos gastronómicos centrados na cozinha tradicional, com destaque para o sarapatel e o cabrito à moda da Serra d'Arga

Realizar ações de divulgação das festividades cíclicas mais tradicionais da Serra d'Arga com baixa projeção regional, nomeadamente a que se realiza no último dia do ano civil, junto à Capela de Santo Antão, que inclui a bênção dos animais

Conservar o Património Florestal, tendo em vista a proteção das manchas de vegetação autóctone em bom estado de conservação

PAISAGEM FLORESTAL

Reabilitar os Ecossistemas Florestais, tendo em vista a proteção do solo e da água, o aumento da biodiversidade, o aumento do valor económico, o incremento do turismo de natureza e a redução dos incêndios nas áreas florestais

Reconverter, gradualmente, os povoamentos florestais de eucalipto através da utilização de espécies autóctones, designadamente os carvalhos e resinosas de montanha com bom potencial produtivo

Reduzir o risco de incêndio

	UP1 COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA	UP2 ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA	UP3 BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA
PAISAGEM			
	Proteger os valores fundamentais de solo e água através de arborizações que induzam o restabelecimento da capacidade bioproductiva do solo		
	Restaurar os povoamentos florestais e as florestas de invasoras ardidas, nomeadamente através da sua reconversão em povoamentos e florestas de folhosas e resinosas autóctones		
	Promover a recuperação e condução da regeneração natural, nomeadamente das espécies mais afetadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones		
	Promover o uso múltiplo da floresta, designadamente através do aumento dos espaços florestais destinados ao recreio e ao lazer		
	Condicionar a florestação, tendo em vista o aumento da área arborizada apenas com espécies autóctones		
PAISAGEM FLORESTAL	Aplicar técnicas silvícolas capazes de elevar o valor comercial do produto final		
	Reduzir a monocultura florestal através do aumento da diversidade da composição dos povoamentos florestais		
	Aumentar a descontinuidade dos povoamentos florestais		
	Consolidar a atividade florestal através do incremento de áreas florestais sujeitas a gestão profissional, nomeadamente através do estímulo ao aumento da área de espaço florestal com dimensão apropriada a essa gestão		
	Promover a implementação de sistemas de gestão sustentáveis e sua certificação		

	UP1 COROAMENTO GRANÍTICO DA SERRA D'ARGA	UP2 ANEL XISTENTO DA SERRA D'ARGA	UP3 BACIA GRANÍTICA DO ÂNCORA
PAISAGEM			
	Criar uma Área Protegida , enquanto estrutura ecológica que, para além de salvaguardar a conservação da componente biológica, promova a conectividade da paisagem e a melhoria do ambiente e o bem-estar humano		
	Criar portas de entrada na Área Protegida:		
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o Centro de Interpretação da Serra d'Arga (CISA); • Recuperar a Casa Florestal junto ao Mosteiro de São João d'Arga; • Recuperar a Casa Florestal da Montaria; • Recuperar a Casa Florestal junto ao Fojo do Lobo (Cerquido). 		
PAISAGEM PROTEGIDA	Valorizar a paisagem no âmbito de uma estratégia de promoção turística regional , potenciando os recursos e serviços associados à paisagem para promover o turismo sustentável , através da geração de riqueza e da criação de emprego		
	Qualificar os trilhos existentes (manutenção, sinalização, sinalética e interpretação)		
	Criar novos trilhos pedestres a partir dos caminhos existentes		
	Integrar o Sítio da Serra d'Arga na rede de geossítios		
	Manter os sistemas de vistas ao longo das estradas		
	Promover ações de sensibilização dos cidadãos com vista à proteção e valorização do património cultural e paisagístico da futura Área Protegida, fomentando o reforço de uma política cívica e de participação , valorizadora do património, da qualidade arquitetónica e da paisagem, bem como o reconhecimento da paisagem e do património arquitetónico como elementos capitais de uma política de desenvolvimento territorial sustentável.		

Tabela 35. Objetivos específicos de qualidade paisagística, por unidade de paisagem



Capítulo 8

Elementos de referência



Elementos de referência⁵⁹

Bibliografia

ADRIL - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Lima (2015). *Vale do Lima 2020: Pré-qualificação da parceria e Seleção da Estratégia de Desenvolvimento Local para o Território Rural do Vale do Lima*. Concurso para a Apresentação de Candidaturas nº2/2014 – DLBC Rurais.

AFONSO, Clara (2001). *Serra d'Arga: da Análise da Área à Apresentação de Propostas de Intervenção*. 1º Congresso de Estudos Rurais – Ambiente e Usos do Território. Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Vila Real.

AGUIAR, Carlos; PINTO, Bruno (2007). *Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal Continental – até à Idade Média*.

ALMEIDA, Carlos (1987). *Novos Guias de Portugal - Alto Minho*. Editorial Presença. Lisboa.

ALONSO, Joaquim (2008). *As Condições Naturais e o Território de Ponte de Lima*. Ponte de Lima.

ALVES, Lourenço (s/d). *Caminha e o seu Concelho - Monografia*. Caminha.

ALVES, Paulo; GRAÇA, Marisa; FERNANDES, Davide; MENDES, Duarte; SILVA, Duarte; GONÇALVES, Eduardo; DIZ DE SÁ, Joana; GONÇALVES, João; MARTINS, João (2018). *Estratégia Regional para a Paisagem do Alto Minho (Relatório - Fase 1)*.

ALVES, Raquel; BENTO, Paulo; GONÇALVES, Joaquim; SOUTO, Plácido; BARROCAS, Basílio; ARIEIRA, João (2013). *Minas e mineiros em Vilar de Mouros no século XX – Exploração de estanho e volfrâmio nas concessões da Fonte Nova e Castelão*. GEPPAV Cadernos de Património Vilarmourense. Vilar de Mouros.

ALVES, Raquel (2014). *Contribuição para um Sistema de Gestão Integrada de Sítios Mineiros do NW de Portugal*. Escola de Ciências da Universidade do Minho. Braga.

ALVES, R.; LEAL GOMES, C. (2015). *Património Mineiro da Serra de Arga – Minho*. APG - Associação Portuguesa de Geólogos. Lisboa.

AMARAL, Diana (2015). *A avaliação do carácter da paisagem como instrumento para a definição de Objectivos de Qualidade Paisagística, aplicado ao Programa de Ordenamento da Orla Costeira | O caso das Planícies do Ave*. Universidade do Porto. Porto.

AMORIM PEREIRA, Andreia; CUNHA, Lúcio (2017) *Geomorfologia e Paisagem Cultural na Serra de Arga*. Universidade de Coimbra. Coimbra.

APA - Agência Portuguesa do Ambiente (2017). *Plano de Ação Litoral XXI*. Alfragide.

APREN - Associação de Energias Renováveis (2015). *Anuário 2015 APRN*. Lisboa.

ARAÚJO, Hugo (2016) *Uma Casa na Serra d'Arga – Projeto de Reabilitação: Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Porto.

BARROS, Maria Goreti (2012). *Os Baldios – História, Desenvolvimento e Gestão*. O concelho de Ponte de Lima. Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Viana do Castelo.

BASTO, Carlos (2014). *Pelo Alto Minho – Sketchbook*. CIM Alto Minho.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA (2009). *Revisão do Plano Diretor Municipal de Caminha: Estudos de Caracterização*. Caminha.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMINHA (2016). *Relatório de Fundamentação da Revisão | Proposta do PDM de Caminha*. Caminha.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO (2012). *Plano Estratégico de Viana do Castelo*. Viana do Castelo.

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO (2008). *Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo - Relatório*. Viana do Castelo.

CANCELA D'ABREU, Alexandre; PINTO CORREIA, Teresa; OLIVEIRA, Rosário (2002). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*. Universidade de Évora. Évora.

CASIMIRO, P. (s/d). *Estrutura, Composição e Configuração da Paisagem - Conceitos e Princípios para a sua quantificação no âmbito da ecologia da paisagem*. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (2009). *Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Norte*. Porto.

CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (s/d). *Estratégia Regional de Especialização Inteligente*. Porto.

CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (s/d). *Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020*. Porto.

CE - Comissão Europeia (2014). *Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos*.

CEREJEIRA, Domingos José (2003). *Memórias da Serra d'Arga*. Caminha: Jornal Digital CAMINH@2000.

344 CIBIO; FCUP; CIM Alto Minho (2014). *O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 e os Planos Directores Municipais do Alto Minho*. Porto.

COUTINHO, Artur (1997). *Mosaicos da Serra d'Arga. Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Fátima*. Viana do Castelo.

COUTINHO, Artur (2007). *Cancioneiro da Serra d'Arga (4ª Ed.)*. Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Fátima. Viana do Castelo.

DALBEM, R.; MOURA, A., JORGE, F.; MOROKAWA, M.; VALASKI, S. (2005). *Delimitação de Unidades de Paisagem: Conceito e Método Aplicados ao Município de Paranaguá/PR/Brasil*. Brasil.

DEVY-VARETA, N.; ALVES, A. (2007). *Os avanços e recuos da floresta em Portugal – da idade média ao Liberalismo in: J. Silva (ed.) Floresta e Sociedade – uma história em comum*. Jornal Público, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Liga para a Protecção da Natureza. Lisboa.

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia (2015). *Boletim de Minas*. Vol.50. nº 1 e nº 2. Lisboa.

DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia (2016). *Boletim de Minas*. Vol.51. nº 1. Lisboa.

DGOTDU Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). *A Paisagem na Revisão do PDM*. Lisboa.

DGOTDU Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2011). *Servidões e Restrições de Utilidade Pública*. Lisboa.

DHV (2012). *Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima*.

DIONÍSIO, Sant'Anna (1965). *Guia de Portugal IV – Entre Douro e Minho (Volume II)*. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa.

DRAEDM Direção Regional de Agricultura de Entre-Douro e Minho (1990). *Termos de Referência para Elaboração da Carta de Solos e da Carta de Aptidão das Terras da Região de Entre-Douro e Minho*. Ministério da Agricultura, DRAEDM. Braga.

DUARTE, Luís Miguel (s/d). *A Actividade Mineira em Portugal Durante a Idade Média (Tentativa de Síntese)*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

ETC – European Travel Commission (2017). *European Tourism — Trends and Prospects (Q3/2017)*. European Travel Commission. Bruxelas.

345 FERNANDES, João Paulo; GUIOMAR, Nuno (s/d). *Caracterização e avaliação da estrutura da paisagem: Análise da sua evolução no séc.XX*. Universidade de Évora. Évora.

FREITAS, Maria Isabel; VENTORINI, Sílvia (s/d). *Hipsometria e Declividade – Sistemas de Informação Geográfica*. Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

GÓMEZ-ORELLANA, L.; REGO, P.; SOBRINO, C.; BETTENCOURT, A. (2010). *El paisaje Holoceno en la Serra de Arga (NW Portugal) / Holocene landscapes in the Serra de Arga (NW Portugal)* em “*Variações paleoambientais e evolução antrópica no Quaternário do Ocidente Peninsular / Paleoenvironmental changes and anthropization in the Quaternary of Western Iberia*”. APEQ - Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”; pp. 53-59.

GONÇALVES, Carla (2013). *Convenção Europeia da Paisagem e a revisão do Plano Director Municipal*. Universidade de Aveiro. Aveiro.

GUERREIRO, Castro (2002). *Viajando pelo Alto Minho: “Argas” a paz das montanhas*. Tui, Pontevedra: Edição do autor.

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade. (2008). *Ocorrência de Habitats Naturais e de Espécies da Flora e da Fauna em Sítios e Zonas de Protecção Especial*. Lisboa.

INSTITUTO DA ÁGUA. (2005). *Relatório Síntese sobre a Caracterização das Regiões Hidrográficas Prevista na Directiva-Quadro da Água*.

IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, ERTPNP – Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal, Aeroporto Francisco Sá Carneiro. (2017). *Perfil dos Turlstas do Porto e Norte de Portugal*. IPDT – Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo. Porto.

JESUS, T. (2011). *Formas de Superfície no Concelho de Ponte de Lima: Unidades de Conservação Ambiental e Biótopos Naturais*. Universidade Fernando Pessoa. Porto.

LAGES DE LIMA, M. F. D. (2006). *Caracterização e Estratégias de Valorização Sustentável de Ocorrências Geológicas com Importância Patrimonial*. Dissertação de Doutoramento em Ciências. Universidade do Minho. Braga.

LECOQ, Nuno (2002). *Unidades de Paisagem de Zona Castro Verde – Mértola: Contributos para uma Gestão Ambiental Eficiente*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

LEITÃO, Manuel (2011). *A evolução da Paisagem Rural do Norte de Portugal – caso de estudo: Concelho de Baião*. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

LIMA, Maria Fernanda (2006). *Caracterização e Estratégias de Valorização Sustentável de Ocorrências Geológicas com Importância Patrimonial*. Universidade do Minho. Braga.

346

LOPES, Ana (2011). *Transformações na Paisagem Rural do Norte de Portugal*. Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.

MATEO, Santiago Delgado (2003). *Metodología para la realización de los estudios de impacto paisajístico en líneas eléctricas de transporte*. Tese de doutoramento: Escola Técnica Superior de Engenheiros Agrónomos (Universidade Politécnica de Madrid). Madrid.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. (2001). *História das Agriculturas do Mundo do neolítico à crise contemporânea*. Instituto Piaget. Lisboa.

MENESES, B. (s/d). *Evolução do uso e ocupação do solo em Portugal Continental*.

NUNES, V. (2007). *Comparação entre Cartografias de ocupação e/ou uso do solo para a produção de um mapa de incerteza temática*. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

PAIS, C.; GOMES, B. (2008). *O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – o caso do Pinhal Interior*. Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.

PEDRO, António (1998). *Antologia Poética*. Angelus Novus, Coimbra.

PEREIRA, Andreia; PEDROSA, António (2007). *Paisagem Cultural das Montanhas do Noroeste de Portugal: Um Ciclo de Construção, Desestruturação e Reconversão em Territorium 14*. Lisboa: RISCOS – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança; pp. 45-61.

PEREIRA, Andreia; SILVA, Madalena; PEREIRA, Ricardo (2008). *Serra d'Arga: a marca como vector de desenvolvimento*. Colóquio Ibérico de Estudos Rurais. Coimbra.

PINTO-CORREIA, T.; CANCELA D'ABREU, A.; OLIVEIRA, R. (2001). *Identificação de Unidades de Paisagem: Metodologia aplicada a Portugal Continental*. Finis terra, XXXVI; pp. 195-206.

PORTO, Maria de Lurdes (2012). *Análise da Evolução da Ocupação do Solo no Sítio de Importância Comunitária do Cabeção – Freguesia de Galveias na Perspetiva da Conservação dos Habitats Naturais*. Instituto Politécnico de Castelo Branco. Castelo Branco.

POZO, Cristina (2015). *El Conveio Europeo del Paisaje. Una Propuesta Metodológica para su Implementación en el Ámbito Urbano*. Escuela Técnica Superior de Arquitectura - Universidad Politécnica de Madrid. Madrid.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2015). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa.

QUERIDO, Carlos (2014). *Processos de Transformação da Paisagem – Influências do passado e do presente*. Universidade de Coimbra. Coimbra.

347

RIBEIRO, Aquilino (1962). *As Arcas Encoiradas*. Livraria Bertrand, Lisboa.

RIBEIRO, Luiz (2009). *Uma Introdução ao Modelo de Análise da Evolução da Paisagem: a Autopoiese Geomorfológica*. Caminhos de Geografia. Brasil.

RODRIGUES, Gonçalo; PEREIRA, Sandra; ALONSO, Joaquim Mamede; VIEIRA, Ovídeo (2010). *Área de Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e S. Pedro de Arcos – Uma Escola de Ambiente, Natureza e Mundo Rural*. Santa Maria da Feira.

SARAMAGO, José (1992). *Viagem a Portugal*. Editorial Caminho, Lisboa.

TECNOPOR (2000). *Fluxograma das Carreiras de Transportes Públicos Rodoviários no Concelho de Ponte de Lima*. Ponte de Lima.

TECNOPOR (2000). *Património Arqueológico e Arquitectónico*. Ponte de Lima.

TECNOPOR (2000). *Unidades e Subunidades de Paisagem no Concelho de Ponte de Lima*. Ponte de Lima.

TEIXEIRA, C. (1961) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000 – Notícia explicativa da folha 1-C (Caminha)*. Sociedade Geológica de Portugal. Lisboa.

TEIXEIRA, C.; Medeiros, A. (1972) – *Carta Geológica de Portugal à escala 1:50 000 – Notícia explicativa da folha 5-A (Viana do Castelo)*. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

TURISMO DE PORTUGAL (s/d). *Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*.

TURISMO DE PORTUGAL (2016). *Guia Orientador – Abordagem ao Sector do Turismo na Revisão do PDM*.

TURISMO DE PORTUGAL (2018). *Travel BI*.

UTAD – Universidade de Trás os Montes e Alto Douro; DGRF – Direcção Geral dos Recursos Florestais; DRAEDN – Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho (2006). *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho: Proposta de Plano*.

VASCONCELOS, Joaquim (1997). *Moinhos do Rio Âncora*. Câmara Municipal de Viana do Castelo. Viana do Castelo.

VASCONCELOS, João (1997). *Tempos Remotos: A Presença do Passado na Objectificação da Cultura Local*. Etnográfica, vol.I (2) pp.213-235. Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE). Coimbra.

Legislação

Classificação de Cinco Monumentos Naturais Locais de Viana do Castelo

Aviso n.º 4658/2016, de 6 de abril

Classificação de Oito Monumentos Naturais Locais de Viana do Castelo

Aviso n.º 1212/2018 de 25 de janeiro

Convenção Europeia da Paisagem

Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro

Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio

Diretiva Quadro da Água

Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho

Diretiva para a Preservação de Habitats Naturais e da Fauna e da Flora Selvagens

Diretiva 92/43/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1992

Lei da Água

Decreto-Lei n.º 347/2007, de 19 de outubro

Lei do Povoamento Florestal

Lei 1:971, Diário do Governo, 15 de junho de 1938

Lei de Bases do Património Cultural

Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro

Plano Diretor Municipal de Caminha

Aviso n.º 1712/2017, de 14 de fevereiro

Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima

Aviso n.º 22988/2010, de 10 de novembro

Aviso n.º 4269/2012, de 16 de março (primeira alteração)

Aviso n.º 11228/2016, de 13 de setembro (suspensão parcial)

Aviso n.º 1294/2018, de 26 de janeiro (segunda alteração)

Aviso n.º 1799/2018, de 8 de fevereiro (suspensão parcial)

Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo

Aviso n.º 10601/2008, de 4 de abril

Aviso n.º 1817/2014, de 6 de fevereiro (alteração ao regulamento)

Aviso n.º 4754/2017, de 2 de maio (alteração ao regulamento)

Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira

Decreto-Regulamentar n.º 839/2012, de 2 de julho

Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Minho e Lima

Decreto-Regulamentar n.º 22-B/2016, de 18 de novembro

Plano de Gestão das Regiões Hidrográficas do Minho e Lima, do Cávado, Ave e Leça, do Douro, do Vouga e Mondego, do Tejo e Ribeiras do Oeste, do Sado e Mira, do Guadiana e das Ribeiras do Algarve

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro

Plano Nacional da Água

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro

Plano Nacional de Arquitetura e da Paisagem

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho

Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Caminha - Espinho

Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/99, de 7 de abril

Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2007, de 2 de outubro (alteração)

Plano de Ordenamento do Parque Natural do Litoral Norte

Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2008, de 24 de novembro

Plano Rodoviário Nacional

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho

Lei n.º 98/99, de 26 de julho (redefinição)

Decreto-Lei n.º 182/2003, de 16 de agosto (alteração)

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (SIC PTCO0039 - Serra de Arga e SIC PTCO0017 - Litoral Norte)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00, de 5 de julho

Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (SIC PTCO0020 - Rio Lima e SIC PTCO0019 - Rio Minho)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97, de 28 de agosto

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho

Decreto-Regulamentar n.º 16/2007, de 28 de março

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Declaração de Retificação n.º 80-A/2007, de 7 de setembro

Rede Nacional de Áreas Protegidas

Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro

Rede Natura 2000

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de julho

Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho

Regime Jurídico das Comunicações Públicas Rodoviárias Afetas à Rede Nacional

Decreto-Lei n.º 380/85, de 26 de setembro

Regime Jurídico de Concessão do Exercício da Atividade de Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas

Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho

Recursos WEB**Agência Portuguesa do Ambiente (APA)**

www.apambiente.pt

Câmara Municipal de Caminha

www.cm-caminha.pt

Câmara Municipal de Ponte de Lima

www.cm-pontedelima.pt

Câmara Municipal de Viana do Castelo

www.cm-viana-castelo.pt

Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)

www.dgeg.gov.pt

Estação Meteorológica de Viana do Castelo (Meteoblue)

www.meteoblue.com/pt

Flora-On

www.flora-on.pt

Grupo de Estudo e Preservação do Património Vilamourense (GEPPAV)

www.geppav.com

Infraestruturas de Portugal (IP)

www.infraestruturasdeportugal.pt

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas | ICNF

www.icnf.pt

Instituto Nacional de Estatística

www.ine.pt

Jardim Botânico da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

www.jb.utad.pt

SIGTUR

<https://sigtur.turismodeportugal.pt/>

Turismo de Portugal, I.P.

www.turismodeportugal.pt

Capítulo 9

Anexos



Anexo 1. Quadro de referência estratégico

De seguida apresenta-se o Quadro de Referência Estratégico considerado no âmbito do presente estudo:

ÂMBITO EUROPEU
Carta Europeia da Paisagem CEP
Carta Europeia de Turismo Sustentável CETS
ÂMBITO NACIONAL
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território PNPOT
Plano Nacional da Arquitetura e da Paisagem PNAP
Plano Nacional da Água PNA
ÂMBITO SETORIAL
Plano Setorial da Rede Natura 2000 PSRN 2000:
<ul style="list-style-type: none"> • SIC PTCON0017 - Litoral Norte • SIC PTCON0019 - Rio Minho • SIC PTCON0020 - Rio Lima • SIC PTCON0039 - Serra de Arga
Programa da Orla Costeira Caminha-Espinho POC CE [em fase de consulta pública (novembro 2018)]
ÂMBITO REGIONAL
Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região Norte PROT-N
Plano de Gestão da Região Hidrográfica Minho e Lima PGRH ML
Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Região Hidrográfica do Minho e Lima (RH1) PGRI RH1
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho PROF AM
ÂMBITO MUNICIPAL*
Plano Diretor Municipal de Caminha PDM Caminha
Plano Diretor Municipal de Ponte de Lima PDM Ponte de Lima
Plano Diretor Municipal de Viana do Castelo PDM Viana do Castelo
Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Cerveira PDM Vila Nova de Cerveira

* Não existem instrumentos de âmbito intermunicipal com incidência no território em análise.

A1 | Tabela 1. Quadro de Referência Estratégico

O quadro estratégico relativo aos instrumentos legais de âmbito europeu com incidência na área de estudo elenca-se na tabela seguinte:

CARTA EUROPEIA DA PAISAGEM | CEP

[Conselho da Europa de outubro de 2000, Florença. Entrou em vigor em 2004, tendo sido ratificada por Portugal em 2005 através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro]

Objetivo principal:

- Promover a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.

Medidas gerais:

- Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu património comum cultural e natural e base da sua identidade;
- Estabelecer e aplicar políticas da paisagem visando a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem através da adoção de medidas específicas;
- Estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem;
- Integrar a paisagem nas suas políticas de ordenamento do território e de urbanismo, e nas suas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, bem como em quaisquer outras políticas com eventual impacto direto ou indireto na paisagem.

Medidas específicas:

A) Sensibilização

- Incrementar a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o valor da paisagem, o seu papel e as suas transformações.

B) Formação e educação

- Promover a formação de especialistas nos domínios do conhecimento e da intervenção na paisagem;
- Promover programas de formação pluridisciplinar em política, proteção, gestão e ordenamento da paisagem, destinadas a profissionais dos setores público e privado e a associações interessadas;
- Promover cursos escolares e universitários que, nas áreas temáticas relevantes, abordem os valores ligados às paisagens e as questões relativas à sua proteção, gestão e ordenamento.

C) Identificação e avaliação

- Identificar as paisagens no conjunto do seu território;
- Analisar as suas características, bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;
- Acompanhar as suas transformações;
- Avaliar as paisagens assim identificadas, tomando em consideração os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada.

D) Objetivos de qualidade paisagística

- Definir objetivos de qualidade paisagística para as paisagens identificadas e avaliadas, após consulta pública.

E) Aplicação

- Estabelecer os instrumentos que visem a proteção, a gestão e/ou o ordenamento da paisagem.

CARTA EUROPEIA DE TURISMO SUSTENTÁVEL | CETS

[EUROPARC - Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais, 1993]

Objetivos principais:

- **Fomentar o conhecimento** e o apoio às Áreas Protegidas e Classificadas;
- Compatibilizar a **conservação dos valores do território** com a satisfação das aspirações dos empresários, com as expectativas dos visitantes e com as necessidades da população local;
- Gerir, de forma sustentável, o **desenvolvimento turístico** das Áreas Protegidas e Classificadas.

Objetivos estratégicos fundamentais:

- **Conservação e valorização do património;**
- **Desenvolvimento social e económico;**
- **Preservação e melhoramento da qualidade de vida dos habitantes locais;**
- **Gestão dos fluxos de visitantes e aumento da qualidade da oferta turística.**

Prioridades estratégicas:

- **Proteger e valorizar o património natural e cultural:**
 - Monitorizar os impactos na flora e na fauna e controlar o fluxo de visitantes nas áreas mais sensíveis;
 - Desenvolver atividades que suportem a **manutenção do património histórico, cultural e as tradições locais;**
 - Reduzir as atividades que afetem a qualidade das paisagens, da água e do ar;
 - Estimular os visitantes e a indústria turística a contribuir através de boas práticas para a conservação do património.

• **Providenciar aos visitantes uma experiência de qualidade durante a sua visita:**

- Pesquisar quais são as expectativas dos visitantes (atuais e potenciais);
- Ir ao encontro das necessidades específicas de determinados visitantes (portadores de deficiências, idosos, crianças).

• **Proporcionar aos visitantes informação sobre as qualidades específicas:**

- Providenciar, prontamente, ao visitante uma informação de qualidade dentro e fora do território com a ajuda dos parceiros turísticos;
- Criar uma rede de facilidades educacionais assente em serviços que visem a interpretação do património natural e cultural, destinadas não só aos visitantes, mas também aos habitantes locais, nomeadamente grupos e escolas.

• **Estimular a oferta de produtos turísticos específicos que permitam a descoberta e a compreensão do meio natural e cultural:**

- Criar e apoiar atividades, eventos e pacotes turísticos que visem a interpretação da natureza e do património.

• **Assegurar que o turismo suporta e não reduz a qualidade de vida dos habitantes locais:**

- Envolver as comunidades locais no planeamento do turismo na região;
- Assegurar um bom diálogo entre os habitantes locais e os visitantes;
- Identificar e reduzir quaisquer conflitos que surjam.

• **Aumentar o conhecimento sobre o território e sobre os assuntos da sustentabilidade entre todos aqueles que estão envolvidos no turismo:**

- Criar e apoiar programas de formação para os funcionários e para as empresas do setor turístico.

• **Aumentar os benefícios do turismo na economia local:**

- Promover a compra de produtos locais (gastronomia, artesanato, serviços e atividades locais) pelos visitantes e pelo comércio turístico;
- Estimular o emprego dos habitantes locais na área do turismo.

• **Monitorizar os fluxos de visitantes para reduzir os impactos negativos:**

- Efetuar um registo contínuo do número de visitantes, no tempo e no espaço;
- Criar e implementar um plano de gestão dos visitantes;
- Promover o uso de transportes públicos, da bicicleta e a pé como alternativa à viatura particular.

O quadro estratégico relativo aos instrumentos legais de âmbito nacional com incidência na área de estudo elenca-se na tabela seguinte:

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO | PNPOT
[Proposta de Lei de 20 de julho de 2018, aprovada pela Assembleia da República]

Desafios territoriais / opções estratégicas:

- **D1 | Gerir os recursos naturais de forma sustentável**
 - 1.1. Valorizar o capital natural.
- **D3 | Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial**
 - 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral;
 - 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização.
- **D4 | Reforçar a conetividade interna e externa**
 - 4.1. Otimizar as infraestruturas ambientais e a conetividade ecológica.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE 2030 | ENCNB 2030
[RCM n.º 55/2018, de 7 de maio]

Eixos e objetivos estratégicos

- **Eixo 1 - Melhorar o estado de conservação do património natural:**
 - Consolidar o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e promover a sua gestão partilhada;
 - Assegurar que as espécies (flora e fauna) e os habitats protegidos **melhoram o seu estado de conservação ou tendência populacional;**
 - Programar e executar **intervensões de conservação e de recuperação de espécies** (fauna e flora) e habitats;
 - Reforçar a **prevenção de espécies exóticas invasoras;**
 - Assegurar e promover a **conservação da diversidade genética animal e vegetal;**
 - Reforçar o quadro legal de regulamentação da conservação da natureza e biodiversidade;
 - Reforçar o cumprimento das normas legais de conservação da natureza e da biodiversidade;
 - Reforçar a investigação e inovação orientada para as prioridades de política de conservação da natureza, incluindo para a **colmatação de lacunas de conhecimento de base;**
 - Garantir a estruturação de um sistema coerente e útil de **monitorização continuada do estado de conservação dos valores naturais;**

- **Aumentar a visibilidade e perceção pública do valor do património natural** e dos serviços de ecossistemas.
- **Eixo 2 - Promover o reconhecimento do valor do património natural:**
 - **Promover o mapeamento e avaliação da condição dos ecossistemas** e melhorar a sua capacidade de fornecer, a longo prazo, serviços mais relevantes para o bem-estar humano;
 - **Evidenciar a economia da biodiversidade e dos ecossistemas**, em particular o seu papel para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida;
 - Aumentar o **investimento público em conservação da natureza e biodiversidade;**
 - Consolidar o contributo dos instrumentos fiscais para a conservação da natureza e **utilização sustentável da biodiversidade.**
- **Eixo 3 - Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade:**
 - **Aprofundar o contributo da agricultura** para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
 - **Aprofundar o contributo da silvicultura** para os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade;
 - Garantir a **utilização sustentável dos recursos marinhos;**
 - Garantir a **utilização sustentável dos recursos em águas interiores e sistemas fluviais;**
 - Assegurar a **conservação da biodiversidade e da geodiversidade nas atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais;**
 - Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do Turismo de Natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural;
 - Assegurar a **sustentabilidade da utilização de recursos genéticos marinhos e terrestres;**
 - Aumentar a **qualificação da oferta de produtos e serviços, integradores do património natural e cultural**, contribuindo para a sustentabilidade da gestão dos territórios das áreas classificadas;
 - Promover e **valorizar a integração da conservação da natureza e da biodiversidade nas estratégias**, políticas e processos operacionais das empresas;
 - Garantir a **integração dos objetivos de conservação da natureza e biodiversidade nos instrumentos estratégicos**, assegurando a coerência de aplicação de regimes nas áreas classificadas e sua conetividade.

PLANO NACIONAL DA ARQUITETURA E DA PAISAGEM | PNAP
[RCM n.º 45/2015, de 7 de julho]

Linhas orientadoras:

- Promoção da conceção arquitetónica e urbanística e da **constituição de um ambiente construído com qualidade;**
- **Preservação e melhoria da qualidade do património construído;**
- **Gestão criativa e sustentável do património arquitetónico;**
- **Sensibilização e formação dos cidadãos para a cultura arquitetónica, urbana e paisagística;**
- Incorporação da componente da valia **arquitetónica e paisagística nas decisões administrativas;**
- Promoção de **políticas exemplares de construções públicas;**
- Definição de **propostas de programas específicos** para desenvolvimento da PNAP;
- Promoção da **educação para a arquitetura e paisagem.**

Desafios estratégicos:

- **Qualidade e bem estar: qualificação das paisagens e do ambiente construído;**
- **Cívicos e culturais: proteção e valorização do património cultural e paisagístico** português, prevenindo e mitigando os efeitos da sobre-exploração dos recursos culturais e naturais, fomentando o **reforço de uma política cívica e de participação**, valorizadora do património, da qualidade arquitetónica e da paisagem, e o reconhecimento da paisagem e do património arquitetónico como elementos capitais de uma política de desenvolvimento territorial sustentável;
- **Ecológicos e de conservação da natureza: criação de uma Infraestrutura Verde**, enquanto estrutura ecológica que, para além de salvaguardar a conservação da componente biológica, promova a conectividade da paisagem e a melhoria do ambiente e o bem-estar humano;
- **Sociais e demográficos:** adequação das abordagens de projeto, de ordenamento e gestão das paisagens às transformações demográficas e sociais, promovendo **aproximações territoriais focadas na coesão e inclusão social;**
- **Económicos e globais: valorização da arquitetura e da paisagem no âmbito de uma estratégia de recuperação e internacionalização da economia portuguesa**, tomando por base um processo de disciplina do uso do solo, de regulação dos **processos de formação de valor e de afetação social** das mais-valias decorrentes das alterações de uso, e potenciando os recursos e serviços associados à arquitetura e à paisagem para **promover o turismo sustentável**, a criação de emprego e a dinamização da indústria transformadora.

PLANO NACIONAL DA ÁGUA | PNA
[DL n.º 76/2016, de 9 de novembro]

Objetivos:

- **Evitar a continuação da degradação e proteger e melhorar o estado dos ecossistemas aquáticos** e também dos ecossistemas terrestres e zonas húmidas diretamente dependentes dos ecossistemas aquáticos, no que respeita às suas necessidades de água;
- Promover uma **utilização sustentável de água**, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis;
- Obter uma **proteção reforçada e um melhoramento do ambiente aquático**, nomeadamente através de medidas específicas para a redução gradual e a cessação ou eliminação por fases das descargas, das emissões e perdas de substâncias prioritárias;
- Assegurar a **redução gradual da poluição das águas subterrâneas** e evitar o agravamento da sua poluição;
- **Mitigar os efeitos das inundações e das secas;**
- **Assegurar o fornecimento em quantidade suficiente de água de origem superficial e subterrânea de boa qualidade**, conforme necessário para uma utilização sustentável, equilibrada e equitativa da água;
- **Proteger as águas marinhas, incluindo as territoriais;**
- Assegurar o **cumprimento dos objetivos dos acordos internacionais pertinentes**, incluindo os que se destinam à prevenção e eliminação da poluição em ambiente marinho.

O quadro estratégico relativo aos instrumentos legais de âmbito setorial com incidência na área de estudo elenca-se na tabela seguinte:

PLANO SETORIAL DA REDE NATURA 2000 | PSRN 2000
[RCM n.º 115-A/2008, de 21 de julho]

SIC PTCO0017 - Litoral Norte

Orientações de gestão:

- **Promover a recuperação do cordão dunar**, condicionando a expansão urbano-turística e a implantação de infraestruturas, ordenando as atividades de recreio e lazer e a acessibilidade às praias;
- Orientar a **gestão das manchas de pinhal sobre duna para a regeneração natural e para a recuperação da vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo**;
- Promover a **melhoria da qualidade da água** ao nível das fontes de poluição e do condicionamento às intervenções nas margens e no leito das linhas de água;
- **Regular as dragagens** através de planos específicos e condicionar a extração de inertes;
- **Ordenar a pesca e os desportos náuticos**;
- **Controlar e, se possível, erradicar as espécies exóticas infestantes** (sobretudo acácia e chorão).

Detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais:

- Condicionar a mobilização do solo;
- Assegurar o mosaico de habitats;
- Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos;
- Condicionar a intensificação agrícola;
- Condicionar as queimadas;
- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas: determinar períodos de corte compatíveis com a manutenção das populações;
- Condicionar o uso de agroquímicos / adotar técnicas alternativas em habitats e em áreas contíguas a habitats;
- Adotar práticas de pastoreio específicas;
- Salvaguardar o pastoreio.

Silvicultura:

- Promover a regeneração natural;
- Conservar / recuperar os povoamentos florestais autóctones;
- Conservar / recuperar a vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;
- Manter as árvores mortas ou as árvores velhas com cavidades;
- Adotar práticas silvícolas específicas;
- Reduzir o risco de incêndio;

Construção e infraestruturas:

- Condicionar a construção de infraestruturas;
- Condicionar a expansão urbano-turística;
- Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes;
- Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis;
- Assegurar o caudal ecológico;
- Reduzir a mortalidade acidental (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias, dispositivos dissuasores da passagem e entrada de espécies nas pisciculturas).

Outros usos e atividades

- Conservar / recuperar o cordão dunar;
- Monitorizar, manter / melhorar a qualidade da água;
- Condicionar as intervenções nas margens e leito de linhas de água;
- Conservar / recuperar a vegetação ribeirinha autóctone;
- Condicionar a captação de água;
- Condicionar a dragagem;
- Condicionar a pesca em zonas sensíveis e em determinadas épocas do ano;
- Condicionar a pesca ou a apanha por artes ou métodos que revolvam o fundo;
- Regular o tráfego de embarcações e o estabelecimento de zonas de amarração;
- Reduzir a mortalidade acidental (utilização de grelhas metálicas em artes de pesca, de forma a impossibilitar o acesso da lontra ao interior do engenho);
- Tomar medidas que impeçam a conversão de sapais por obras que impliquem a destruição;
- Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros em áreas mais sensíveis;
- Tomar medidas que impeçam a circulação de viaturas fora dos caminhos estabelecidos;
- Ordenar as acessibilidades nas zonas balneares, de modo a proteger o cordão dunar do pisoteio e da circulação de veículos;
- Ordenar as atividades de recreio e lazer;
- Ordenar a prática de desporto da natureza;
- Regular as dragagens e a extração de inertes;
- Implementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação.

Orientações específicas:

- Impedir a introdução de espécies não autóctones / controlar as existentes:
 - Implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones (*Alosa alosa*; *Alosa fallax*; *Chondrostoma polylepis*; *Euphydrys aurinia*; *Petromyzon marinus*; *Salmo salar*);
 - Remover as espécies vegetais exóticas pelo menos numa faixa de 50 metros para cada lado das linhas de água (*Lacerta schreiberi*).

- Manter / recuperar habitats contíguos (assegurar corredores ecológicos e o continuum fluvial);
- Promover a manutenção de prados húmidos;
- Efetuar desmatamentos seletivos;
- Criar novos locais de reprodução, conservar / recuperar os existentes;
- Estabelecer um programa de repovoamento / reintrodução do *Salmo salar*;
- Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica.

SIC PTCO0019 - Rio Minho

Orientações de gestão:

- Conservar a ictiofauna migradora e outras espécies associadas ao meio aquático;
- Conservar a vegetação ripícola.

Detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais:

- Monitorizar, manter / melhorar a qualidade da água;
- Conservar / recuperar a vegetação ribeirinha autóctone;
- Condicionar as intervenções nas margens e leito das linhas de água;
- Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis;
- Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis;
- Assegurar o caudal ecológico;
- Melhorar a transposição de barragens / açudes;
- Condicionar os transvases;
- Condicionar a captação de água;
- Condicionar a drenagem em zonas mais sensíveis;
- Condicionar a pesca em zonas mais sensíveis e em determinadas épocas do ano;
- Condicionar a pesca ou a apanha por artes ou métodos que revolvam o fundo;
- Regular as dragagens e a extração de inertes no leito do rio.

Agricultura, Silvicultura e Pastorícia:

- Adotar práticas de pastoreio específicas;
- Manter práticas de pastoreio específicas;
- Salvaguardar o pastoreio;
- Condicionar a intensificação agrícola;
- Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos;
- Reduzir o risco de incêndio;
- Condicionar o uso de agroquímicos / adotar técnicas alternativas em habitats ou em áreas contíguas a habitats;
- Adotar práticas silvícolas específicas;
- Conservar / recuperar os povoamentos florestais autóctones;
- Conservar / recuperar a vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo.

Construção e infraestruturas:

- Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes;
- Condicionar a construção de infraestruturas;
- Condicionar a expansão urbano-turística;
- Reduzir a mortalidade acidental (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias, dispositivos dissuasores da passagem e entrada da lontra nas pisciculturas).

Outros usos e atividades:

- Tomar medidas que impeçam conversão de sapais;
- Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros em áreas mais sensíveis;
- Ordenar as acessibilidades;
- Ordenar as atividades de recreio e lazer em áreas mais sensíveis, associadas às zonas húmidas;
- Ordenar a prática de desporto da natureza;
- Reduzir a mortalidade acidental (utilização de grelhas metálicas em artes de pesca, que impossibilitam o acesso da lontra ao interior do engenho);
- Regular o tráfego de embarcações e o estabelecimento de zonas de amarração;
- Regular o uso de açudes e charcas.

Orientações específicas:

- Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica;
- Criar novos locais de reprodução, conservar / recuperar os existentes;
- Estabelecer um programa de repovoamento / reintrodução do *Salmo salar*;
- Efetuar a gestão por fogo controlado;
- Impedir a introdução de espécies não autóctones / controlar as existentes:
 - Implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones (*Alosa alosa*; *Alosa fallax*; *Chioglossa lusitanica*; *Chondrostoma polylepis*; *Euphydrys aurinia*; *Galemys pyrenaicus*; *Oxygastra curtisii*; *Petromyzon marinus*; *Rutilus arcasii*; *Salmo salar*);
 - Remover as espécies vegetais exóticas pelo menos numa faixa de 50 metros para cada lado das linhas de água (*Lacerta schreiberi*);
 - Controlar as introduções furtivas de espécies animais potenciais competidoras (*Mauremys leprosa*).
- Manter / recuperar habitats contíguos;
- Promover a regeneração natural;
- Recuperar zonas húmidas.

SIC PTCO0019 - Rio Lima

Orientações de gestão:

- Conservar a ictiofauna migradora e outras espécies associadas ao meio aquático;
- Conservar a vegetação ripícola.

Detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais:

- Monitorizar, manter / melhorar a qualidade da água;
- Conservar / recuperar a vegetação ribeirinha autóctone;
- Condicionar as intervenções nas margens e leito das linhas de água;
- Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis;
- Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis;
- Assegurar o caudal ecológico;
- Melhorar a transposição de barragens / açudes;
- Condicionar os transvases;
- Condicionar a captação de água;
- Condicionar a drenagem em zonas mais sensíveis;
- Condicionar a pesca em zonas mais sensíveis e em determinadas épocas do ano;
- Condicionar a pesca ou a apanha por artes ou métodos que revolvam o fundo;
- Regular as dragagens e a extração de inertes no leito do rio.

Agricultura, Silvicultura e Pastorícia:

- Adotar práticas de pastoreio específicas;
- Manter práticas de pastoreio específicas;
- Salvaguardar o pastoreio;
- Condicionar a intensificação agrícola;
- Condicionar a mobilização do solo;
- Condicionar as queimadas;
- Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos;
- Condicionar a expansão do uso agrícola;
- Condicionar o uso de agroquímicos / adotar técnicas alternativas em habitats e em áreas contíguas a habitats;
- Adotar práticas agrícolas específicas;
- Condicionar a florestação;
- Tomar medidas que impeçam a florestação;
- Conservar / recuperar povoamentos florestais autóctones;
- Conservar / recuperar a vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;
- Efetuar desmatações seletivas;
- Reduzir o risco de incêndio.

Construção e infraestruturas:

- Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes;
- Condicionar a construção de infraestruturas;
- Condicionar a expansão urbano-turística;
- Reduzir a mortalidade acidental (passagens para fauna e sinalizadores em rodovias, dispositivos dissuasores da passagem e entrada da lontra nas pisciculturas).

Outros usos e atividades:

- Tomar medidas que impeçam conversão de sapais;
- Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros em áreas mais sensíveis;
- Ordenar as acessibilidades;
- Ordenar as atividades de recreio e lazer em áreas mais sensíveis, associadas às zonas húmidas;
- Ordenar a prática de desporto da natureza (desportos associados aos cursos de água);
- Reduzir a mortalidade acidental (utilização de grelhas metálicas em artes de pesca, que impossibilitam o acesso da lontra ao interior do engenho);
- Regular o tráfego de embarcações e o estabelecimento de zonas de amarração;
- Regular o uso de açudes e charcas.

Orientações específicas:

- Condicionar o acesso a zonas sensíveis;
- Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica;
- Criar novos locais de reprodução, conservar / recuperar os existentes;
- Estabelecer um programa de repovoamento / reintrodução do *Salmo salar*;
- Efetuar a gestão por fogo controlado;
- Impedir a introdução de espécies não autóctones / controlar as existentes:
 - Implementar programas de controlo e irradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones (*Alosa alosa*; *Alosa fallax*; *Chondrostoma polylepis*; *Galemys pyrenaicus*; *Petromyzon marinus*; *Rutilus arcasii*; *Salmo salar*);
 - Remover as espécies vegetais exóticas pelo menos numa faixa de 50 metros para cada lado das linhas de água (*Lacerta schreiberi*).
- Manter / recuperar habitats contíguos;
- Promover a regeneração natural.

SIC PTCO0039 - Serra de Arga

Orientações de gestão:

- **Conservação dos habitats higrótufofos, urzais-tojais e cervunais** através de um acompanhamento das ações de **ordenamento da atividade pastoril de forma extensiva**, como também da **atividade florestal**, favorecendo paralelamente o **restabelecimento do estado favorável de conservação da alcateia** que aqui ocorre;
- Adoção de medidas que assegurem a conservação da população de toupeira-de-água, sobretudo através da **recuperação e manutenção da vegetação ripícola das linhas de água** e do **condicionamento das intervenções nas suas margens**, beneficiando, por outro lado, a ictiofauna migradora.

Detalhe das orientações de gestão com referência aos valores naturais:

- Assegurar o mosaico de habitats;
- Conservar/recuperar a vegetação ribeirinha autóctone;
- Condicionar as intervenções nas margens e leito de linhas de água;
- Condicionar a pesca;
- Adotar práticas de pastoreio específicas (pastoreio de percursos ou cercas elétricas, rebanhos de menores dimensões, cães de gado);
- Aumentar a pressão do pastoreio;
- Salvaguardar o pastoreio;
- Condicionar as queimadas;
- Estabelecer um programa de repovoamento / fomento / reintrodução de presas selvagens, como o corço e o veado;
- Monitorizar, manter / melhorar a qualidade da água;
- Estabelecer um programa de repovoamento / reintrodução do *Salmo salar*;
- Condicionar a expansão urbano-turística;
- Condicionar a construção de infraestruturas.

Agricultura, Silvicultura e Pastorícia:

- Conservar / promover sebes, bosquetes e arbustos;
- Condicionar a intensificação agrícola;
- Outros condicionamentos específicos a práticas agrícolas;
- Condicionar a expansão do uso agrícola;
- Condicionar o uso de agroquímicos / adotar técnicas alternativas em áreas de habitat ou contíguas ao habitat;
- Manter as práticas de pastoreio extensivo;
- Remover, por corte mecânico, a biomassa aérea não pastoreada.

Silvicultura:

- Conservar / recuperar os povoamentos florestais autóctones;
- Condicionar a florestação;
- Adotar práticas silvícolas específicas;
- Tomar medidas que impeçam a florestação;
- Promover a regeneração natural;
- Conservar / recuperar a vegetação dos estratos herbáceo e arbustivo;
- Promover as águas de matagal mediterrânico;
- Reduzir o risco de incêndio.

Construção e infraestruturas:

- Assegurar o caudal ecológico;
- Melhorar a transposição de barragens / açudes;
- Reduzir a mortalidade acidental (vedações efetivas, passagens para fauna, sinalizadores em rodovias e dispositivos dissuasores da passagem e entrada da lontra nas pisciculturas);
- Condicionar a construção de açudes em zonas sensíveis;
- Condicionar a construção de barragens em zonas sensíveis;
- Apoiar tecnicamente o alargamento de estradas e a limpeza de taludes.

Outros usos e atividades:

- Condicionar a captação de água;
- Condicionar a drenagem, especialmente em zonas mais sensíveis;
- Implementar a gestão cinegética compatível com a conservação da espécie;
- Incrementar a sustentabilidade económica de atividades com interesse para a conservação;
- Condicionar a pesca ou a apanha por artes ou métodos que revolvam o fundo;
- Tomar medidas que impeçam as deposições de dragados ou outros aterros;
- Ordenar acessibilidades;
- Ordenar atividades de recreio e lazer, restringindo o acesso a zonas mais sensíveis;
- Ordenar a prática de desporto de natureza;
- Reduzir a mortalidade acidental (utilização de grelhas metálicas em artes de pesca e utilização de vedações efetivas, passagens para fauna e sinalização rodoviária, tanto nas novas vias rodoviárias como nas já existentes);
- Regular as dragagens e extração de inertes;
- Regular o uso de açudes e charcas.

Orientações específicas:

- Condicionar o acesso a zonas sensíveis;
- Controlar a predação e/ou parasitismo e/ou a competição interespecífica;
- Controlar os efetivos de animais assilvestrados;
- Criar novos locais de reprodução, conservar / recuperar os existentes;
- Efetuar desmatamentos seletivos;
- Efetuar a gestão por fogo controlado;
- Impedir a introdução de espécies não autóctones / controlar as existentes:
 - Implementar programas de controlo e erradicação de espécies vegetais exóticas invasoras das margens das linhas de água e encostas adjacentes, promovendo a sua substituição por espécies autóctones (*Alosa alosa*; *Alosa fallax*; *Chioglossa lusitanica*; *Chondrostoma polylepis*; *Galemys pyrenaicus*; *Oxygastra curtisii*; *Salmo salar*);
 - Remover espécies vegetais exóticas pelo menos numa faixa de 50 metros para cada lado das linhas de água (*Lacerta schreiberi*).
- Manter / recuperar os habitats contíguos;
- Consolidar as galerias de minas importantes;
- Desobstruir a entrada de abrigos (grutas, minas ou algares);
- Impedir o encerramento de grutas, minas e algares com dispositivos inadequados (como portas compactas ou gradeamentos de malha apertada);
- Manter as edificações que possam albergar colónias / populações.

PROGRAMA DA ORLA COSTEIRA CAMINHA-ESPINHO | POC CE
[em fase de consulta pública (novembro de 2018)]

Objetivos gerais:

- **OG1 - Prevenção e redução dos riscos costeiros e da vulnerabilidade às alterações climáticas;**
- **OG2 - Proteção e conservação dos sistemas biofísicos costeiros e da paisagem;**
- **OG3 - Valorização económica dos recursos costeiros;**
- **OG4 - Valorização e qualificação das praias marítimas;**
- **OG5 - Monitorização e avaliação das dinâmicas costeiras.**

Objetivos específicos:

- **OE1.1 - Manutenção da integridade da linha de costa** no quadro de uma estratégia de adaptação aos riscos costeiros, atuais e futuros;
- **OE1.3 - Definição de um modelo de uso e ocupação da orla costeira que contenha a exposição territorial aos riscos costeiros**, numa perspetiva de médio e longo prazo;
- **OE1.4 - Adaptação das formas de ocupação urbana da orla costeira**, incluindo a realização de intervenções de recuo planeado de núcleos urbanos/edificados onde se verifique um nível elevado de exposição de pessoas e/ou bens à erosão costeira e aos galgamentos e inundações costeiras;
- **OE1.5 - Garantia da fruição pública em segurança do domínio público marítimo.**
- **OE2.1 - Proteção dos ecossistemas dunares, preservando o património natural e a geodiversidade da orla costeira;**
- **OE2.2 - Preservação e valorização dos ecossistemas e habitats marinhos e terrestres;**
- **OE2.4 - Preservação dos recursos hídricos costeiros** com vista a assegurar o bom estado das massas de água;
- **OE2.5 - Proteção e valorização do carácter e da identidade das paisagens costeiras.**
- **OE3.2 - Promoção da sustentabilidade da atividade piscatória;**
- **OE3.3 - Promoção dos recursos turísticos da orla costeira**, nomeadamente o **património cultural e os desportos e atividades recreativas ligadas ao mar;**
- **OE3.5 - Preservação e valorização dos recursos agrícolas e florestais;**
- **OE3.6 - Promoção de um aproveitamento sustentável dos recursos marinhos**, nomeadamente a **produção de energia a partir de fontes renováveis, a extração de recursos geológicos e a exploração dos recursos haliéuticos.**
- **OE4.1 - Preservação das praias e dos sistemas dunares e outros espaços naturais associados.**

O quadro estratégico relativo aos instrumentos legais de âmbito regional com incidência na área de estudo elenca-se na tabela seguinte:

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO PARA A REGIÃO NORTE | PROT-N
[Relatório Final de dezembro de 2009]

Opções estratégicas de base territorial:

- **Proteção e qualificação dos valores naturais, ambientais e patrimoniais;**
- **Controlo e gestão das situações de riscos naturais e tecnológicos** (identificação, medidas de prevenção, monitorização), e **atenuação/eliminação dos passivos ambientais** (recuperação de situações degradadas, eliminação/desagravamento de fontes poluidoras);
- **Aproveitamento do potencial hídrico** numa ótica de sustentabilidade do recurso (reserva estratégica de água, abastecimento, rega, desporto e lazer, valorização paisagística, elemento de atenuação e controlo do risco, reequilíbrio ambiental);
- Exploração da **fileira dos recursos geológicos e hidrogeológicos;**
- Exploração das **fileiras vitivinícola, agro-pecuária e silvo-pastoril**, com relevo especial para o **desenvolvimento de “nichos de qualidade”** (produtos certificados, DOC);
- **Exploração sustentada dos recursos florestais e espaços associados**, e ainda dos recursos cinegéticos, apícolas e aquícolas das águas interiores, e outros diretamente associados à floresta e às atividades silvícolas;
- Exploração da **fileira do turismo.**

PLANO DE GESTÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MINHO E LIMA | PGRH ML
[RCM n.º 52/2016, de 20 de setembro, alterado pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016, de 18 de novembro]

Objetivos estratégicos gerais:

- Attingir e manter o Bom Estado / Potencial das massas de água;
- Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras;
- Assegurar o conhecimento atualizado dos recursos hídricos;
- Promover uma gestão eficaz e eficiente dos riscos associados à água;
- Promover a sustentabilidade económica da gestão da água;
- Sensibilizar a sociedade portuguesa para uma participação ativa na política da água.

Medidas específicas:

- Redução ou eliminação de cargas poluentes;
- Promoção da sustentabilidade das captações de água.

• Controlo de espécies exóticas e pragas:

- Prevenir ou controlar os impactes negativos das espécies exóticas invasoras e a introdução de pragas;
- Prevenir ou controlar os impactes negativos da pesca e outras formas de exploração/remoção de animais e plantas.

• Minimização de riscos:

- Minimizar riscos de inundação (nomeadamente medidas naturais de retenção de água);
- Adaptação às mudanças climáticas;
- Combate à acidificação;
- Redução dos sedimentos provenientes da erosão do solo (incluindo florestal);
- Prevenção de acidentes de poluição;
- Combate à erosão costeira.

• Aumento do conhecimento:

- Investigação, melhoria da base de conhecimento para reduzir a incerteza.

• Promoção da sensibilização:

- Elaboração de guias;
- Sessões de divulgação.

• Adequação do quadro normativo:

- Promover a fiscalização;
- Adequar a monitorização;
- Revisão legislativa;
- Articular com objetivos das Diretivas *Habitats* e *Aves*, transpostas para a ordem jurídica interna pelo DL n.º 140/1999, de 24 de abril, alterado pelos DL n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, e 156-A/2013, de 8 de setembro;
- Articular com objetivos da Diretiva Quadro Estratégia Marinha (DQEM), transposta para a ordem jurídica interna pelo DL n.º 108/2010, de 13 de outubro, alterado pelo DL n.º 201/2012, de 27 de agosto;

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E INUNDAÇÕES DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO MINHO E LIMA (RH1)
PGRI RH1 [RCM n.º 51/2016, de 20 de setembro, alterado pela Declaração de Retificação n.º 22-A/2016, de 18 de novembro]

Objetivos estratégicos:

- Aumentar a perceção do risco de inundação e das estratégias de atuação na população e nos agentes sociais e económicos;
- Melhorar o conhecimento e a capacidade de previsão para a adequada gestão do risco de inundação;
- Melhorar o ordenamento do território e a gestão da exposição nas áreas inundáveis;

- Melhorar a resiliência e diminuir a vulnerabilidade dos elementos situados nas áreas de possível inundação;
- Contribuir para a melhoria ou a manutenção do bom estado das massas de água.

Medidas de Prevenção:

- Reduzir os danos das inundações através de políticas de ordenamento e utilização do solo, incluindo a sua fiscalização, e da realocização de infraestruturas.

Medidas de Preparação:

- Preparar, avisar e informar a população e os serviços e agentes da proteção civil sobre o risco de inundação, diminuindo a vulnerabilidade dos elementos expostos.

Medidas de Proteção:

- Reduzir a magnitude da inundação, por atenuação do caudal da cheia ou pela redução da altura ou velocidade do escoamento.

Medidas de Recuperação e Aprendizagem:

- Repor o funcionamento hidráulico da rede hidrográfica e a atividade socioeconómica da população afetada por uma inundação, oportunidade para aprender com as boas práticas do passado.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALTO MINHO | PROF AM
[Decreto Regulamentar n.º 16/2007, de 28 de março]

Objetivos estratégicos:

- Defender e **prevenir as áreas florestais das ameaças** que constituem os fogos florestais, as pragas e as doenças;
- **Diminuir o risco de incêndio** e, conseqüentemente, da área florestal ardida;
- Diminuir o número de ignições através da **sensibilização** e de uma mais intensa fiscalização;
- Promover uma deteção do fogo mais célere e uma intervenção mais eficaz;
- Assegurar a planificação e a **gestão florestal sustentável das áreas públicas e privadas** com especial atenção para a planificação e gestão de Áreas Protegidas;
- Promover a **recuperação e condução da regeneração natural**, nomeadamente das espécies mais afetadas pelos incêndios e das manchas mais promissoras de folhosas autóctones;
- Adequar as espécies e os modelos de silvicultura à estação;
- Estimular o **aumento da área de espaços florestais** com dimensão apropriada à gestão florestal profissional;
- Impulsionar um **mosaico florestal diversificado e descontinuado**;
- Beneficiar os espaços florestais de forma a assegurar o **cumprimento das suas múltiplas funções**, a sua sanidade e continuidade;
- **Aumentar a área florestal arborizada**, com espécies bem tratadas;

- Promover a **produção de produtos não-lenhosos**, nomeadamente a castanha, o mel, as plantas medicinais e aromáticas, os frutos silvestres e os cogumelos silvestres;
- Impulsionar o **ordenamento silvopastoril e a gestão das áreas de pastagem**;
- Promover a **ampliação dos espaços florestais destinados ao recreio e ao lazer**;
- Fomentar a adoção de modelos de silvicultura com vista à maior **valorização e diversificação dos espaços e produtos florestais**;
- **Restaurar as áreas florestais ameaçadas**, danificadas ou afetadas com problemas erosivos e controlar o avanço da desertificação ou destruição pontual causada pelos incêndios florestais, pragas e doenças;
- Controlar e **diminuir a área de incidência de invasoras lenhosas**;
- **Conservar o património florestal em bom estado de conservação**, a diversidade biológica, geológica e paisagística da região e dos seus habitats naturais, com especial atenção para as Áreas Protegidas.

Objetivos específicos comuns a todas as sub-regiões homogéneas:

- Diminuir o número de ignições de incêndios florestais;
- Diminuir a área queimada;
- **Reabilitar ecossistemas florestais:**
 - Proteger os valores fundamentais de solo e água;
 - Salvar o património arquitetónico e arqueológico;
 - Melhorar a qualidade paisagística dos espaços florestais;
 - Promover o uso múltiplo da floresta;
 - Potenciar a biodiversidade dos espaços florestais;
 - Recuperar as galerias ripícolas;
 - Monitorizar a vitalidade dos espaços florestais;
 - Estabelecer medidas preventivas contra agentes bióticos;
 - Recuperar áreas ardidas.
- **Beneficiar espaços florestais:**
 - Aumentar a diversidade da composição dos povoamentos dos espaços florestais;
 - Promover o uso múltiplo da floresta;
 - Reduzir as áreas abandonadas;
 - Criar áreas de gestão única adequada;
 - Aumentar a incorporação de conhecimentos técnico-científicos na gestão.
- **Consolidar a atividade florestal:**
 - Profissionalizar a gestão florestal;
 - Incrementar as áreas de espaços florestais sujeitos a gestão profissional;
 - Promover a implementação de sistemas de gestão sustentáveis e sua certificação;
 - Promover a diferenciação e valorização dos espaços florestais através do reconhecimento prestado pela certificação.

Objetivos específicos da sub-região homogénea Arga-Coura:

Proteção:

- Proceder à **recuperação do perfil do solo** através de arborizações que induzam o restabelecimento da sua capacidade bioprodutiva e que protejam as encostas da Serra d'Arga de processos erosivos mais acentuados;
- Garantir a **integridade ecológica das águas interiores** pelo melhoramento das cortinas ripárias existentes e envolventes à densa rede hidrográfica que acompanha esta sub-região.

Produção:

- **Promover a floresta de produção** recorrendo à:
 - Utilização de espécies, designadamente os carvalhos e resinosas de montanha com bom potencial produtivo que permitam obter madeira de qualidade e outros produtos não lenhosos;
 - Aplicação de técnicas silvícolas capazes de elevar o valor comercial do produto final;
 - Condução da abundante regeneração natural do pinheiro bravo.

Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores:

- Recurso a práticas que conduzam ao **melhoramento da atividade silvopastoril**;
- **Fomento da atividade cinegética**;
- **Promover a atividade de pesca**;
- **Arborizar e reabilitar áreas florestais** através de:
 - Arborização de espaços florestais não arborizados;
 - Restauração de ecossistemas degradados;
 - Condução da regeneração natural e folhosas autóctones e adensamento da cortina ripária.
- **Beneficiar áreas florestais arborizadas**;
- **Criação de atividades associadas**, nomeadamente atividades de natureza em espaço florestal.

O quadro estratégico relativo aos instrumentos legais de âmbito municipal com incidência na área de estudo elenca-se na tabela seguinte:

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CAMINHA | PDM Caminha
[Aviso n.º 1712/2017, de 14 de fevereiro]

Opções estratégicas:

- Planeamento e ordenamento urbano do concelho;
- Coesão e articulação territorial;
- Fomento da empregabilidade e da fixação da população;
- **Preservação do património natural e cultural do concelho**;
- **Afirmação do turismo sustentável.**

Objetivos estratégicos:

- Aumentar a eficiência da governação;
- Definir a hierarquia urbana dos aglomerados do concelho;
- Conter o modelo de povoamento urbano difuso a partir das áreas capazes de garantir a expansão urbana, otimizando as infraestruturas e os equipamentos existentes e reforçando a compactação e continuidade morfológica das aglomerações preexistentes;
- **Adequar o tipo de ocupação à vocação específica de cada aglomerado do concelho**;
- Articular a capacidade de acolhimento das diversas áreas concelhias à capacidade de carga do meio;
- Reforçar o sistema urbano local;
- Racionalizar e qualificar o acolhimento empresarial;
- **Requalificar os equipamentos e as infraestruturas no sentido da sua maior cobertura e eficiência**;
- **Proteger e valorizar o ambiente com enfoque na Estrutura Ecológica Municipal (EEM) e na Prevenção dos Riscos Naturais**;
- **Preservar o Património Cultural**;
- **Fomentar uma atitude ambientalmente correta como estratégia para incrementar o setor turístico.**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA | PDM Ponte de Lima

[Aviso n.º 4269/2012, de 16 de março, alterado pelo Aviso n.º 1294/2018, de 26 de janeiro, e pelo Aviso n.º 12730/2018, de 4 de setembro]

Objetivos operacionais e linhas de intervenção:

- **Animar o espaço concelhio através de uma rede dinâmica de pequenos aglomerados:**
 - Implementar projetos de intervenção urbanística para a **definição e reforço dos centros cívicos;**
 - Criar projetos pontuais de **qualificação ambiental e urbanística;**
 - Aumentar os **níveis de conforto e circulação na rede viária municipal de ordem inferior;**
 - Qualificação e **modernização do comércio tradicional;**
 - **Criação/ampliação de equipamentos de uso público e sua programação;**
 - Programa de informação, divulgação e **apoio ao aparecimento de iniciativas e à concretização de ideias de desenvolvimento.**
- **Reforço da visibilidade e notoriedade externa:**
 - Valorização contínua dos **recursos patrimoniais de ordem ambiental e cultural;**
 - Apostar no **equilíbrio dos espaços humanizados e sua integração harmoniosa no cenário ambiental de enquadramento;**
 - Afirmação enquanto destino turístico de qualidade, assumindo o **destaque nas redes europeias de valorização do Turismo em Espaço Rural;**
 - Criação de **infraestruturas, equipamentos e eventos de dimensão supramunicipal;**
 - Plano de **marketing territorial estratégico** e sua implementação.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO | PDM Viana do Castelo

[Aviso n.º 4754/2017, de 2 de maio]

Objetivos estratégicos:

- **Promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável:**
 - Garantir a **continuidade dos espaços naturais;**
 - Salvar áreas necessárias ao funcionamento do **sistema ecológico urbano;**
 - Promover a **proteção e valorização da faixa litoral;**
 - Contribuir para a **promoção de modelos de turismo sustentável;**
 - Promover modelos de ordenamento que incentivem a **criação de emprego;**
 - Incrementar a **acessibilidade da população a espaços verdes e de lazer e a espaços culturais;**
 - Contribuir para a **preservação do património edificado, histórico e arqueológico;**
 - Evoluir no sentido de uma **maior eficiência energética.**

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA | PDM Vila Nova de Cerveira

[Declaração de Retificação n.º 839/2012, de 2 de julho, alterado pela Declaração de Retificação n.º 1281/2014, de 10 de dezembro, e pelo Aviso n.º 2765/2018, de 27 de fevereiro]

Objetivos:

- Reforçar o enquadramento regional, intermunicipal e transfronteiriço;
- **Valorizar e proteger os recursos ambientais, paisagísticos e culturais;**
- **Salvaguardar e ordenar a rede de proteção e valorização ambiental e a estrutura verde urbana.**

Anexo 2. Cartografia temática

Apresenta-se, de seguida, a Cartografia de maior relevância para a caracterização da paisagem “Da Serra d’Arga à Foz do Âncora”, constituindo o **Anexo 2** ao presente documento, de acordo com as seguintes temáticas:

A. Componentes físicas

- Folha A1 - Carta Hipsométrica
- Folha A2 - Carta de Declives
- Folha A3 - Carta de Exposição Solar
- Folha A4 - Carta Hidrográfica
- Folha A5 - Carta de Festos e Talvegues
- Folha A6 - Carta de Sub-bacias Hidrográficas
- Folha A7 - Carta Geológica

B. Componentes biológicas

- Folha B1 - Carta de Biótopos e Tipos de *Habitat*

C. Componentes socioeconómicas

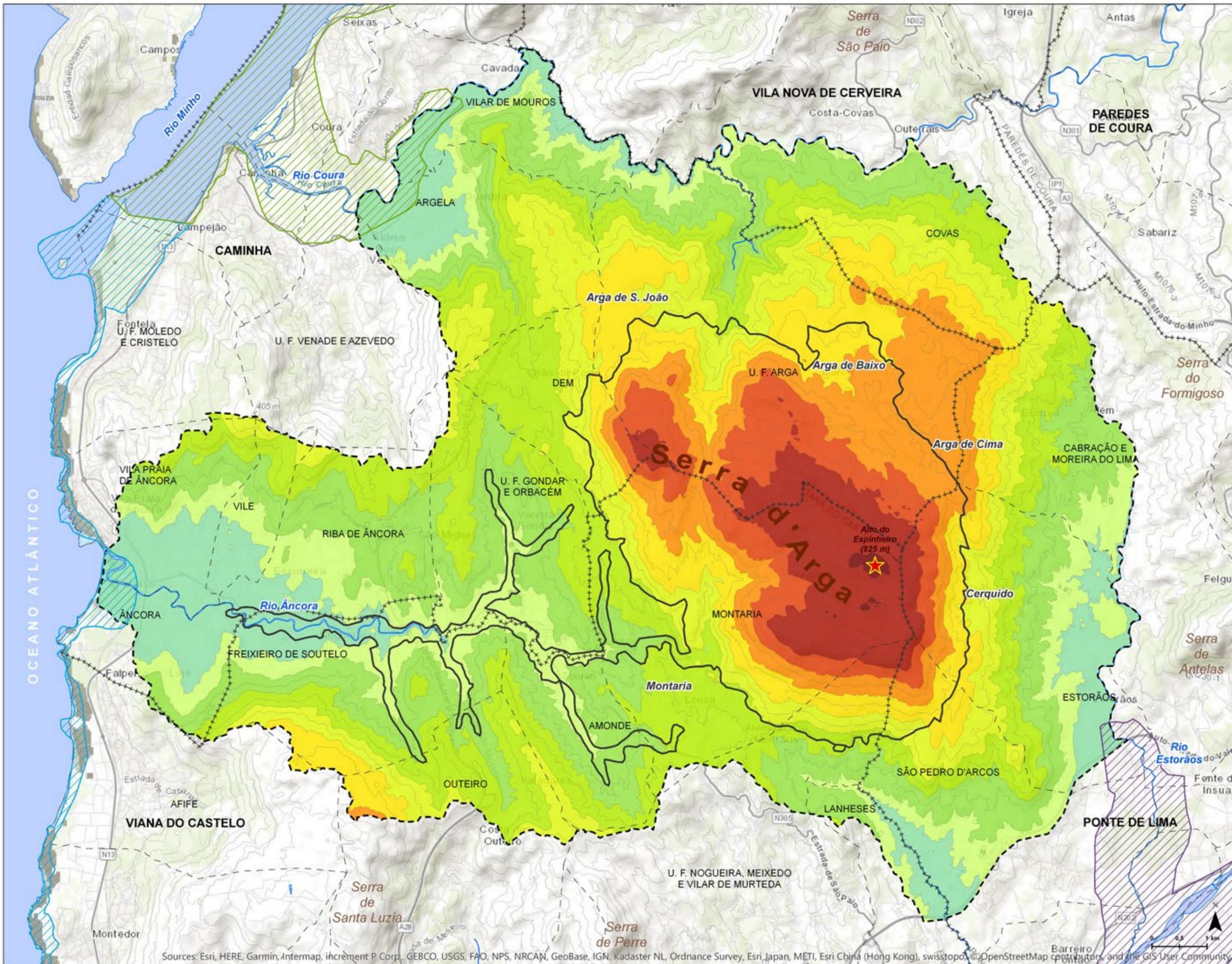
- Folha C1 - Carta de Densidade Populacional
- Folha C2 - Carta de Percursos Pedestres

D. Uso e ocupação do solo

- Folha D1 - Carta de Acessibilidade Regional
- Folha D2 - Carta de Rede Viária e Ferroviária
- Folha D3 - Carta de Uso e Ocupação do Solo em 1995
- Folha D4 - Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2007
- Folha D5 - Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2010
- Folha D6 - Carta de Uso e Ocupação do Solo em 2015
- Folha D7 - Carta de Território Artificializados em 2015
- Folha D8 - Carta de Áreas Agrícolas em 2015
- Folha D9 - Carta de Áreas Florestais em 2015
- Folha D10 - Carta de Áreas Ardidadas, por número de anos, entre 1990 e 2017

E. Unidades de paisagem

- Folha E1 - Carta de Unidades de Paisagem



A. COMPONENTES FÍSICAS
A1. CARTA HIPSOMÉTRICA

Legenda:

— Curvas de Nível
 (Fonte: IGeoE, 2015)

Classes de Altitude

- 0 - 50 m
- 51 - 100 m
- 101 - 200 m
- 201 - 300 m
- 301 - 400 m
- 401 - 500 m
- 501 - 600 m
- 601 - 700 m
- 701 - 800 m
- > 800 m

Sítios de Importância Comunitária

- ▭ Serra de Arga (PTCON0039)
- ▨ Litoral Norte (PTCON0017)
- ▧ Rio Minho (PTCON0019)
- ▩ Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

--- Limite da Área de Estudo

- - - Limite Administrativo de Freguesia

++++ Limite Administrativo de Concelho

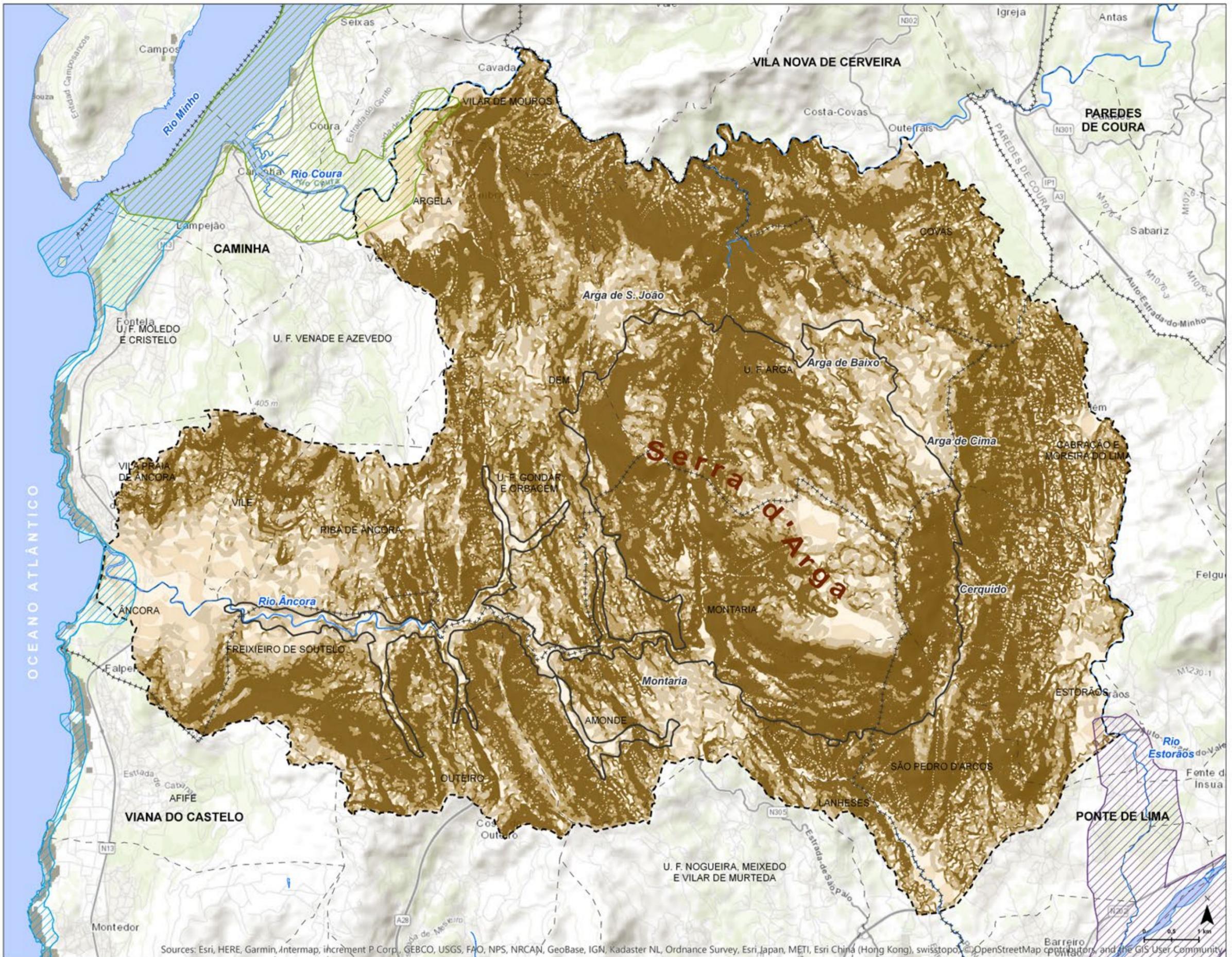
(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

— Linhas de Água

(Fonte: IGeoE, 2015)

Base Cartográfica: ESRI, 2019
 Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06

Sources: Esri, HERE, Garmin, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey, Esri Japan, METI, Esri China (Hong Kong), swisstopo, ©OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community



A. COMPONENTES FÍSICAS
A2. CARTA DE DECLIVES

- Legenda:
- 0 - 2%
 - 3 - 7%
 - 8 - 15%
 - 16 - 25%
 - > 25%

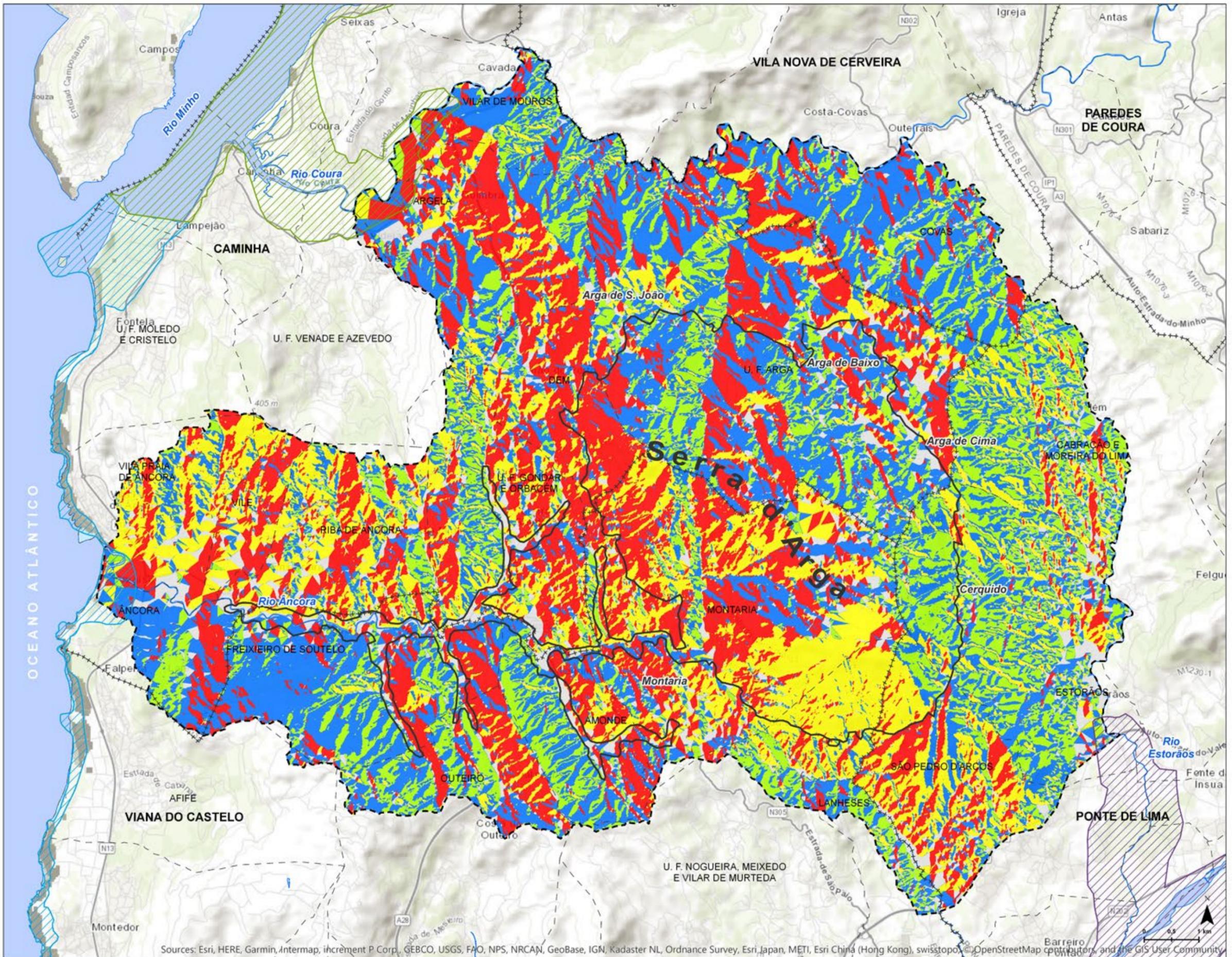
Sítios de Importância Comunitária

- ▭ Serra de Arga (PTCON0039)
- ▨ Litoral Norte (PTCON0017)
- ▨ Rio Minho (PTCON0019)
- ▨ Rio Lima (PTCON0020)

- - - Limite da Área de Estudo
- - - Limite Administrativo de Freguesia
- ++++ Limite Administrativo de Concelho
- Linhas de Água

Sources: Esri, HERE, Garmin, Atermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey, Esri Japan, METI, Esri China (Hong Kong), swisstopo, OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community

Base Cartográfica: ESRI, 2019
 Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06



A. COMPONENTES FÍSICAS
A3. CARTA DE EXPOSIÇÃO SOLAR

Legenda:

- Norte
- Este
- Sul
- Oeste
- Plano

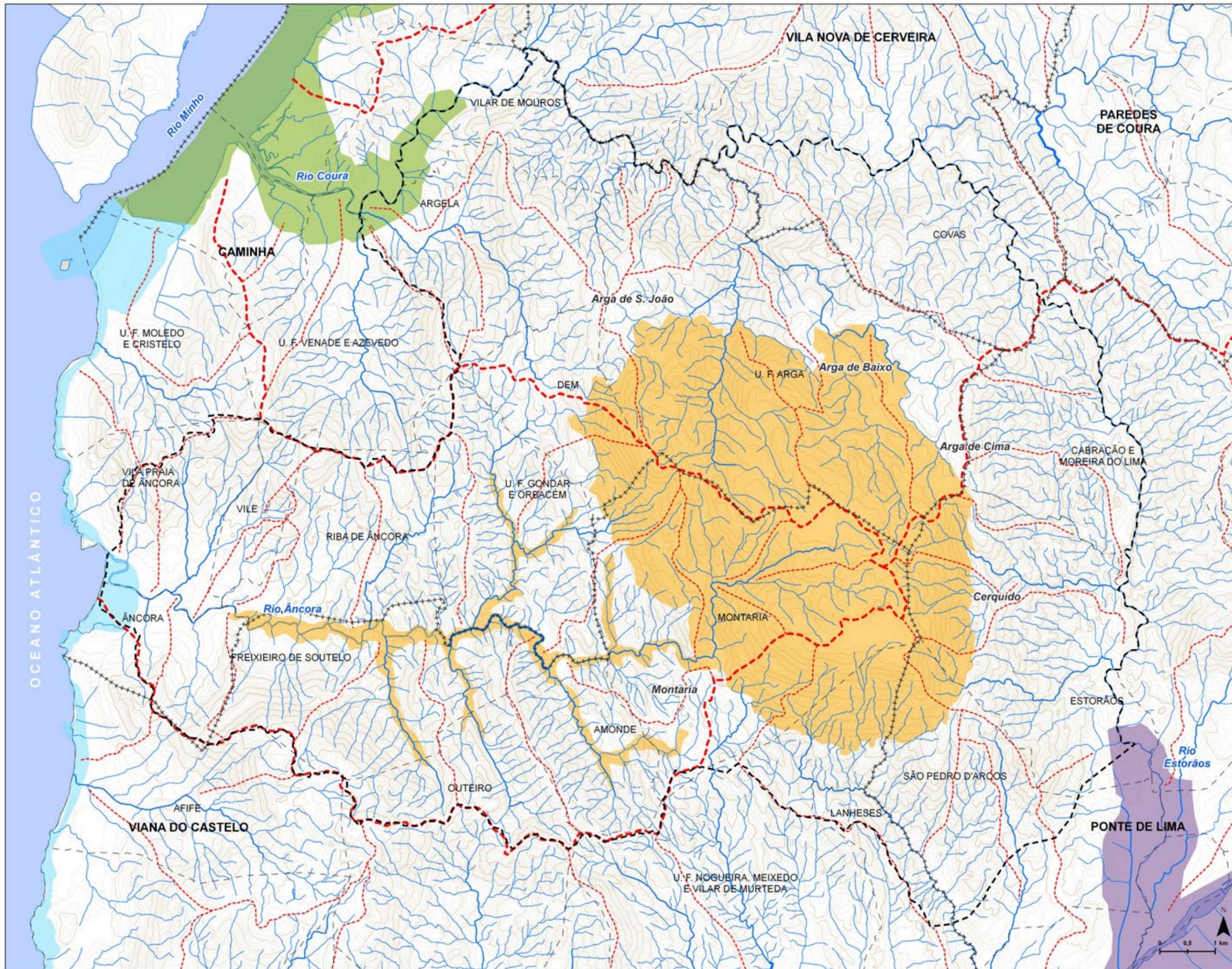
Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Arga (PTCON0039)
 - Litoral Norte (PTCON0017)
 - Rio Minho (PTCON0019)
 - Rio Lima (PTCON0020)
- (Fonte: ICNF, 2017)

- Limite da Área de Estudo
 - Limite Administrativo de Freguesia
 - Limite Administrativo de Concelho
 - Linhas de Água
- (Fonte: CAOP, 2017/DGT)
 (Fonte: IGeoE, 2015)

Base Cartográfica: ESRI, 2019
 Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06

Sources: Esri, HERE, Garmin, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey, Esri Japan, METI, Esri China (Hong Kong), swisstopo, OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community



A. COMPONENTES FÍSICAS
A5. CARTA DE FESTOS E TALVEGUES

Legenda:

Linhas de Festo

- Primária
- Secundária

Linhas de Água

- Primária
- Secundária
- Terciária

(Fonte: IGeoE, 2015)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Argã (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

Limite da Área de Estudo

- Limite Administrativo de Freguesia
- Limite Administrativo de Concelho

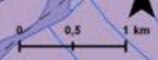
(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

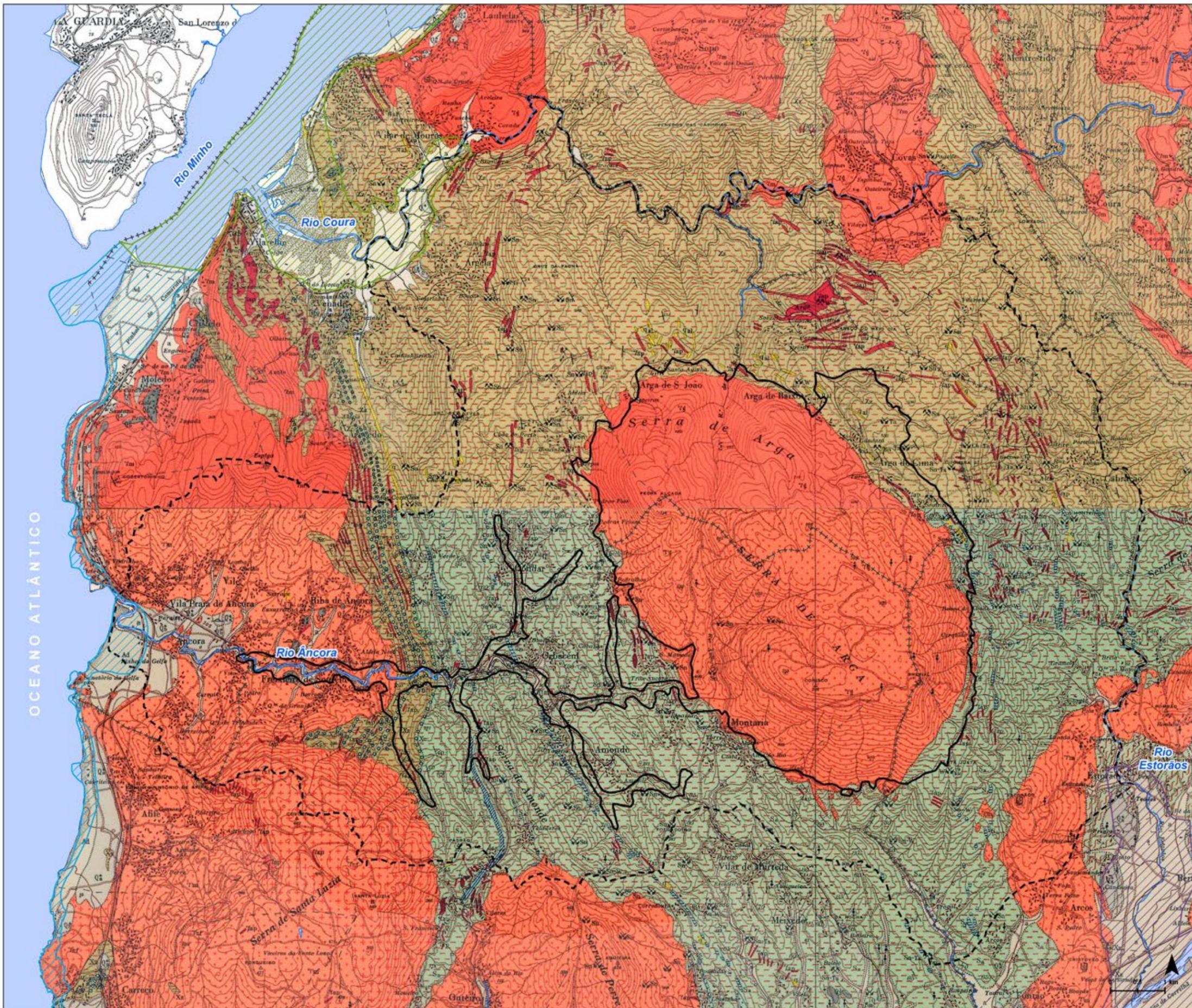
--- Curvas de Nível

--- Rede Viária

(Fonte: IGeoE, 2015)

Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06





A. COMPONENTES FÍSICAS
A7. CARTA GEOLÓGICA

Legenda:

	Aluviões actuais (A). Áreas de dunas (Ad)	Granitos calcioalcalinos
	5-10 metros	
	15-25 "	
	30-40 "	
	45-55 "	
	60-70 "	
	Xistos e granitos. Xistos amplexiformes (*), físculos e lídios (?) com "Managropis" intercalados Quartzitos (**)	Rochas graníticas Granitos alvados
	Gneissos, xistos andaluzíticos, Xistos granofísculos, Xistos incrustos, etc.	
	Complexo xisto-granítico	
	Quartzitos	Rochas filoníticas Filões filoníticos
	Filões e massas de quartzo	
	Filões e massas xisto-pegmatíticas e pegmatíticas	
	Filões de rocha básica	Rochas ígneas Filões ígneos
	Xistos andaluzíticos	
	Conglomerados	
	Complexo xisto-granítico migmatítico	

(Fonte: Carta Geológica de Portugal [1/50.000] DGMSG, 1961 e 1972)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

Limite da Área de Estudo

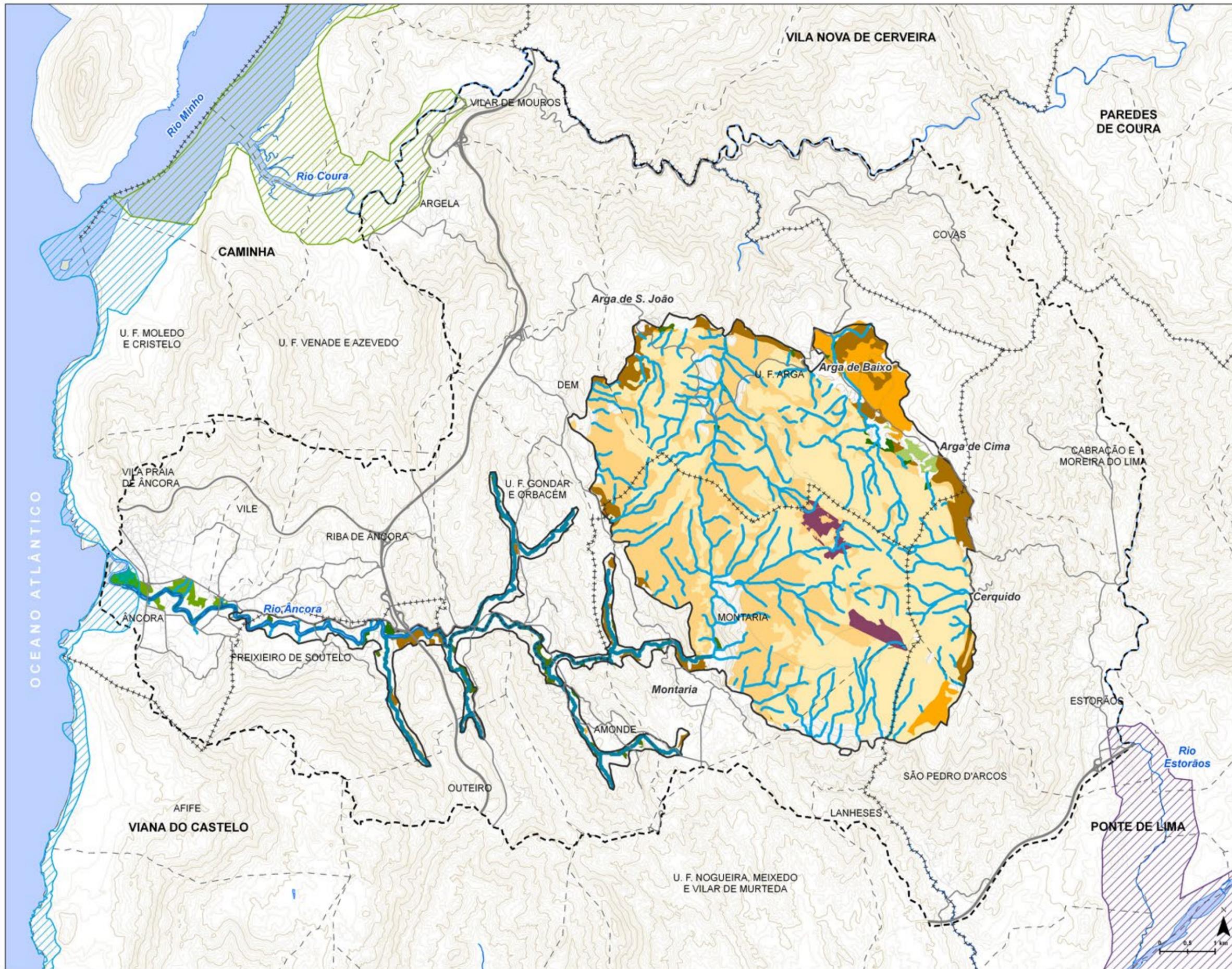
-
-

(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

Linhas de Água

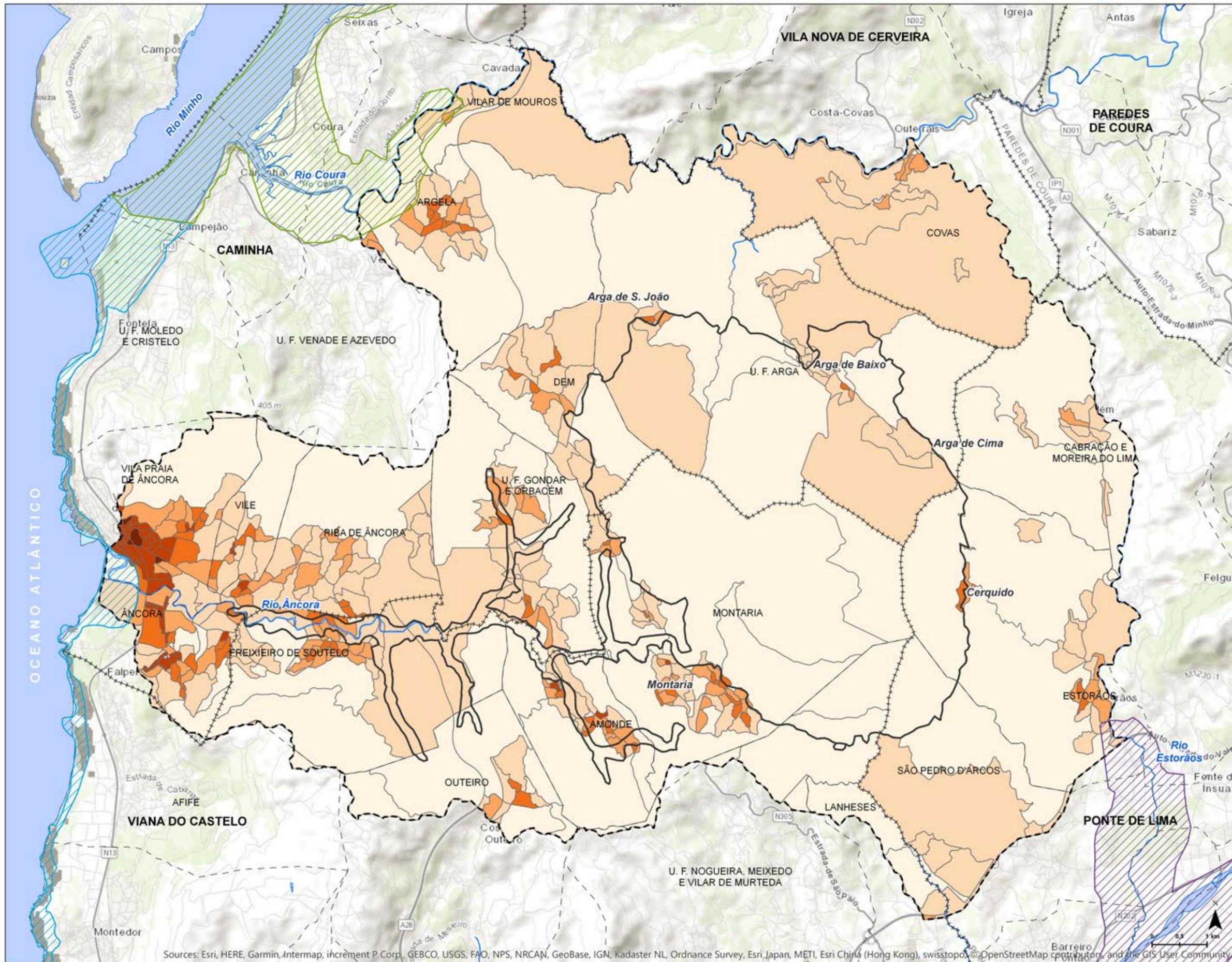
(Fonte: IGeoE, 2015)

Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06



B. COMPONENTES BIOLÓGICAS
B1. CARTA DE BIÓTOPOS E TIPOS DE HABITAT

- Legenda:
- Estuário
 - 1130pt2
 - Praias e Dunas
 - 1210
 - 2130*pt3+2230pt1
 - Turfeiras
 - 3130 pt2 + 4020* pt2 + 6230* + 7140 pt2 + 7150
 - Rios Montanos e Colinos
 - 3130 pt2 + 3260
 - 3260 + 5230* pt1 + 6430 pt2 + 91E0* pt1
 - Matos
 - 4030 pt2 + 8220 pt1 + 8230 pt1
 - 4030 pt2 + 8230 pt1
 - 4030 pt3 + 8220 pt1 + 8230 pt1
 - 4030 pt3 + 8230 pt1
 - Prados e Mosaicos Agroflorestais
 - 6410 pt2 + 6430 pt1 + 6510 + 9230 pt1
 - 6410pt1+6410pt2+6430pt2+9160+91E0*pt3
 - 6430 pt1 + 9230 pt1
 - Bosques
 - 6430pt2+91E0*pt3
 - 9230 pt1 + 9160 pt1
- (Fonte: CIBIO/ICETA, 2014)
- Sítios de Importância Comunitária
- Serra de Argã (PTCON0039)
 - Litoral Norte (PTCON0017)
 - Rio Minho (PTCON0019)
 - Rio Lima (PTCON0020)
- (Fonte: ICNF, 2017)
- Limite da Área de Estudo
 - Limite Administrativo de Freguesia
 - Limite Administrativo de Concelho
- (Fonte: CAOP, 2017/DGT)
- Linhas de Água
 - Curvas de Nível
 - Rede Viária
- (Fonte: IGeoE, 2015)



C. COMPONENTES SOCIOECONÓMICAS
C1. CARTA DE DENSIDADE POPULACIONAL
EM 2011

Legenda:
 Densidade Populacional por Subsecção Estatística (hab/km²)

0
1 - 250
251 - 500
501 - 1.000
1.001 - 5.000
5.001 - 11.013

(Fonte: INE, 2011)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

Limite da Área de Estudo

Limite Administrativo de Freguesia

Limite Administrativo de Concelho

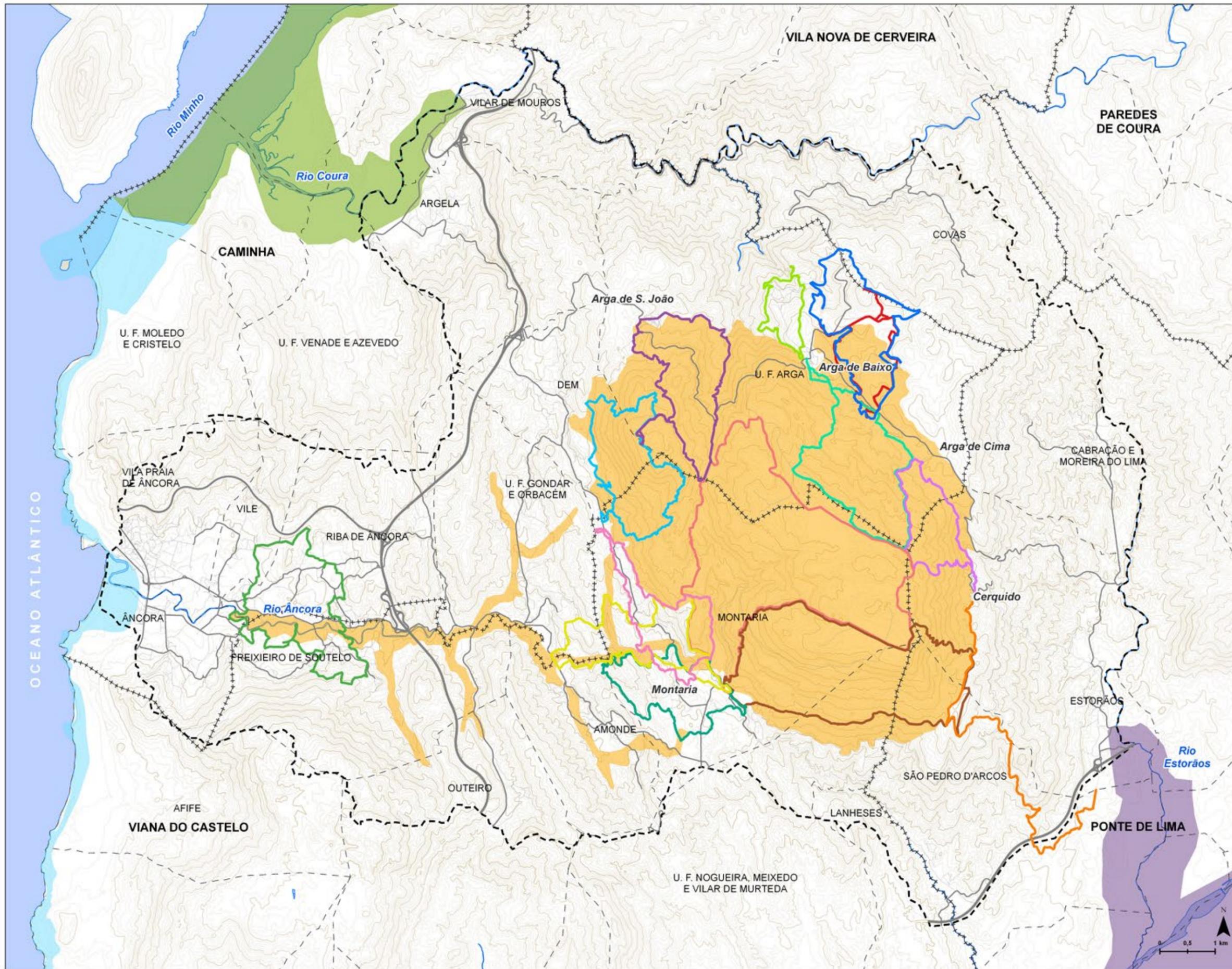
(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

Linhas de Água

(Fonte: IGeoE, 2015)

Base Cartográfica: ESRI, 2019
 Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06

Sources: Esri, HERE, Garmin, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey, Esri Japan, METI, Esri China (Hong Kong), swisstopo, ©OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community



C. COMPONENTE SOCIOECONÓMICAS
C2. CARTA DE PERCURSOS PEDESTRES

Legenda:

- Trilho do Cabeço do Meio Dia
- Trilho das Cascatas do Rio Âncora
- Trilho do Cerquido
- Trilho Circular do Rio Âncora
- Trilho da Chã da Franqueira
- Trilho da Chã Grande
- Trilho do Lobo Atlântico
- Trilho dos Moinhos e Quedas de água
- Trilho da Montanha Sagrada
- Trilho Outeiro de Mós
- Trilho dos Pastores
- Trilho da Pedra Alçada
- Trilho do Pincho
- Trilho do Pôr-do-Sol

(Fonte: Municípios de Caminha, Viana do Castelo e Ponte de Lima, 2018)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Argã (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

Limite da Área de Estudo

Limite Administrativo de Freguesia

Limite Administrativo de Concelho

(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

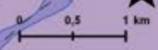
— Linhas de Água

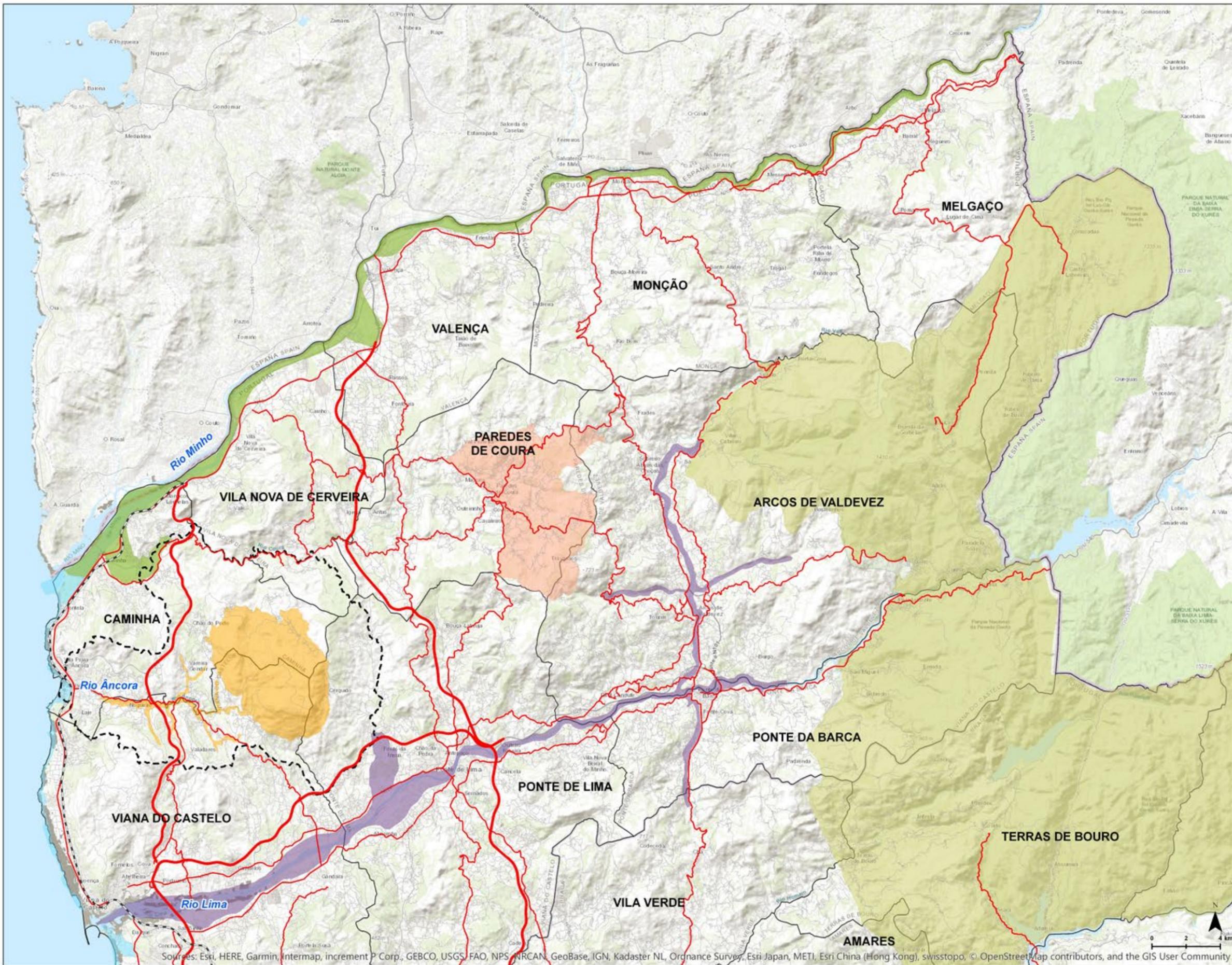
— Curvas de Nível

— Rede Viária

(Fonte: IGeoE, 2015)

Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06

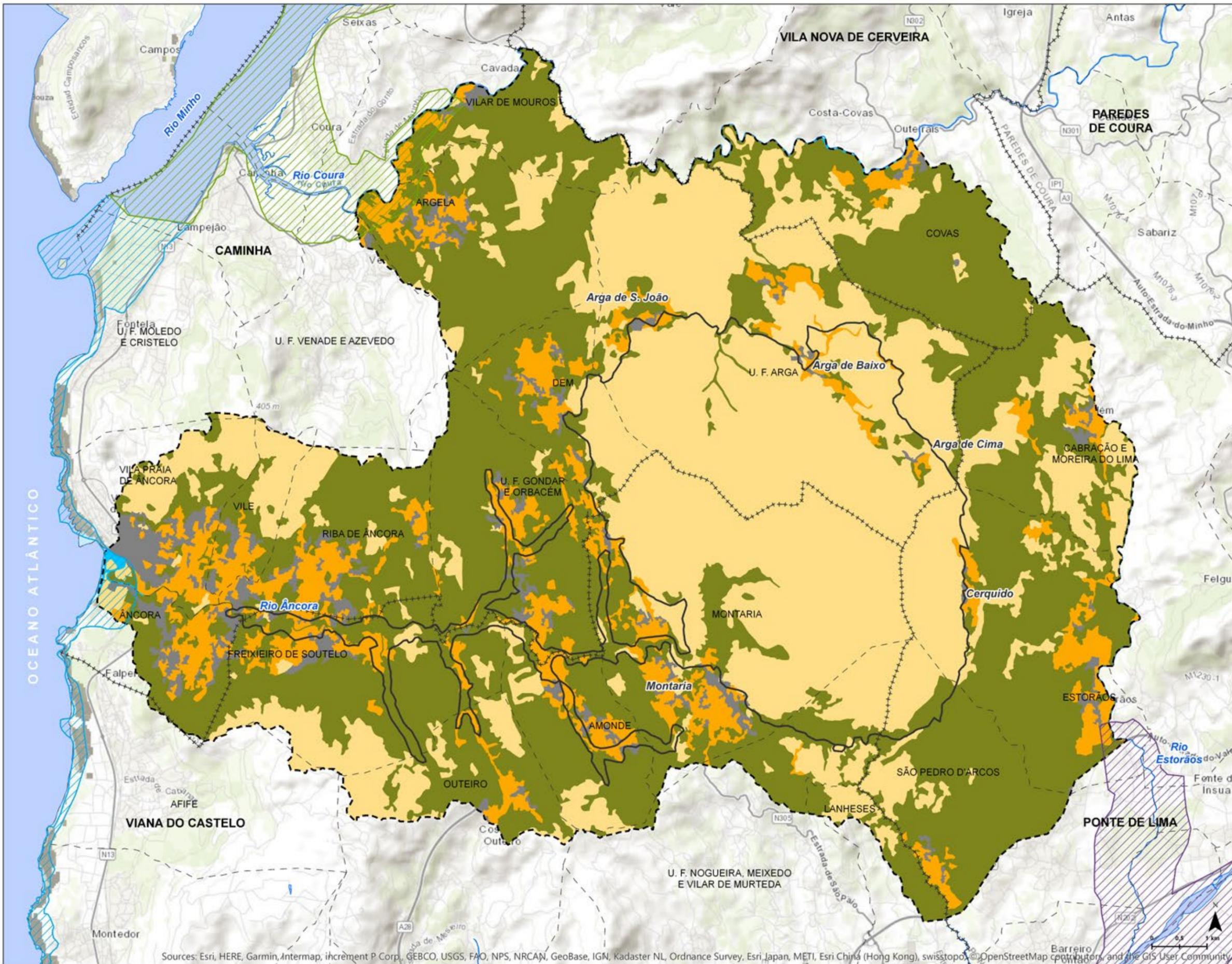




D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D1. CARTA DE ACESSIBILIDADE REGIONAL

Legenda:

- Rede Viária
- Rede Ferroviária
- (Fonte: adaptado de IGeoE, 2015)
- Sítios de Importância Comunitária**
- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)
- Corno do Bico (PTCON0040)
- Peneda/Gerês (PTCON0001)
- (Fonte: ICNF, 2017)
- Limite da Área de Estudo
- Limite Administrativo de Concelho
- (Fonte: CAOP, 2017/DGT)



D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D3. CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
EM 1995

Legenda:

- Áreas Agrícolas
- Áreas Florestais
- Matos
- Territórios Artificializados
- Corpos de Água

(Fonte: adaptado de COS 1995 | DGT, 1995)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

Limite da Área de Estudo

Limite Administrativo de Freguesia

Limite Administrativo de Concelho

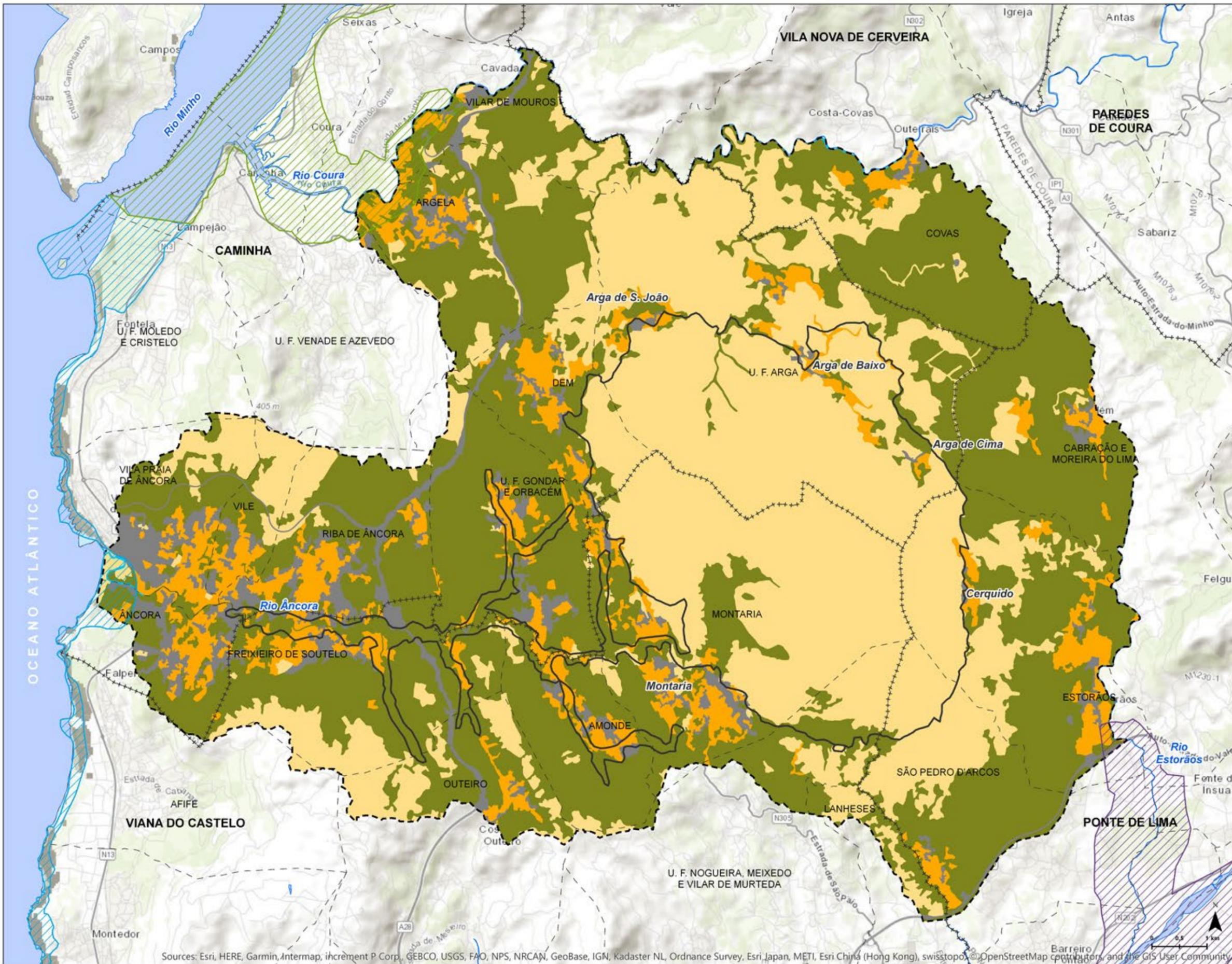
(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

Linhas de Água

(Fonte: IGeoE, 2015)

Base Cartográfica: ESRI, 2019
 Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06

Sources: Esri, HERE, Garmin, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey, Esri Japan, METI, Esri China (Hong Kong), swisstopo, OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community



D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D4. CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
EM 2007

Legenda:

- Áreas Agrícolas
- Áreas Florestais
- Matos
- Territórios Artificializados
- Corpos de Água

(Fonte: adaptado de COS 2007 | DGT, 2007)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

Limite da Área de Estudo

Limite Administrativo de Freguesia

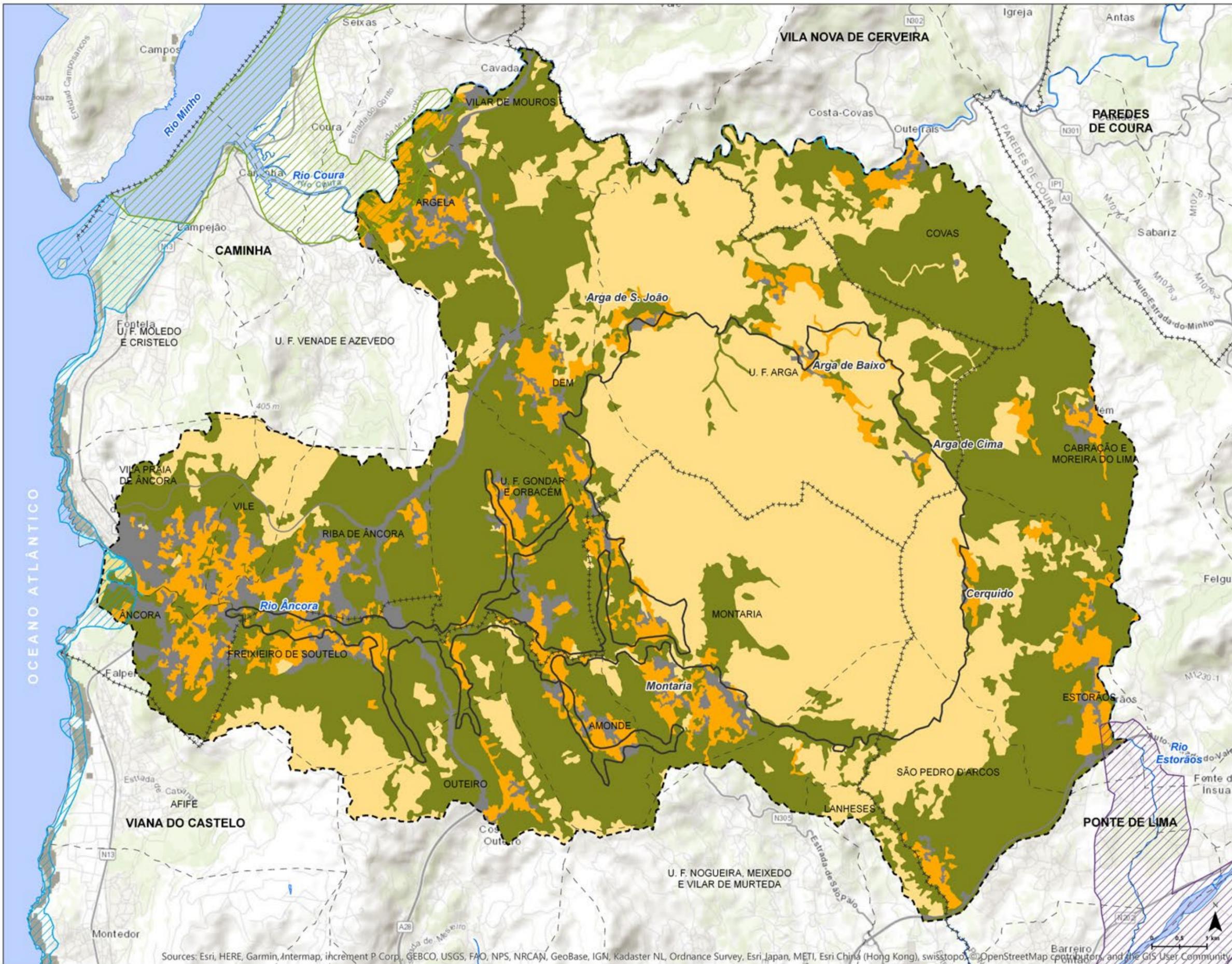
Limite Administrativo de Concelho

(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

Linhas de Água

(Fonte: IGeoE, 2015)

Base Cartográfica: ESRI, 2019
 Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06



D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D5. CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EM 2010

Legenda:

- Áreas Agrícolas
- Áreas Florestais
- Matos
- Territórios Artificializados
- Corpos de Água

(Fonte: adaptado de COS 2010 | DGT, 2010)

Sítios de Importância Comunitária

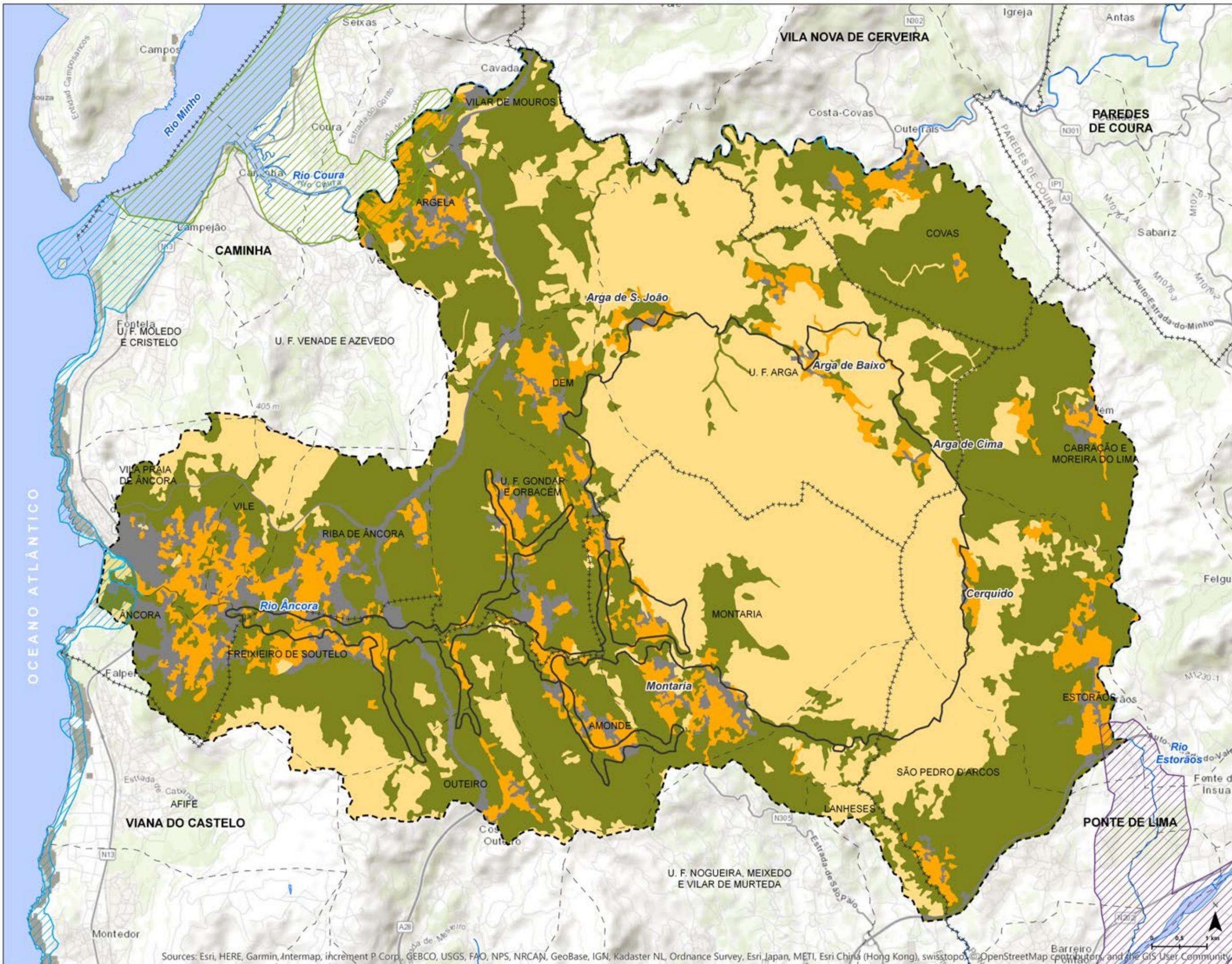
- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

- Limite da Área de Estudo
- Limite Administrativo de Freguesia
- Limite Administrativo de Concelho

(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

Linhas de Água
 (Fonte: IGeoE, 2015)



D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D6. CARTA DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
EM 2015

Legenda:

- Áreas Agrícolas
- Áreas Florestais
- Matos
- Territórios Artificializados
- Corpos de Água

(Fonte: adaptado de COS 2015 | DGT, 2015)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

- Limite da Área de Estudo
- Limite Administrativo de Freguesia
- Limite Administrativo de Concelho

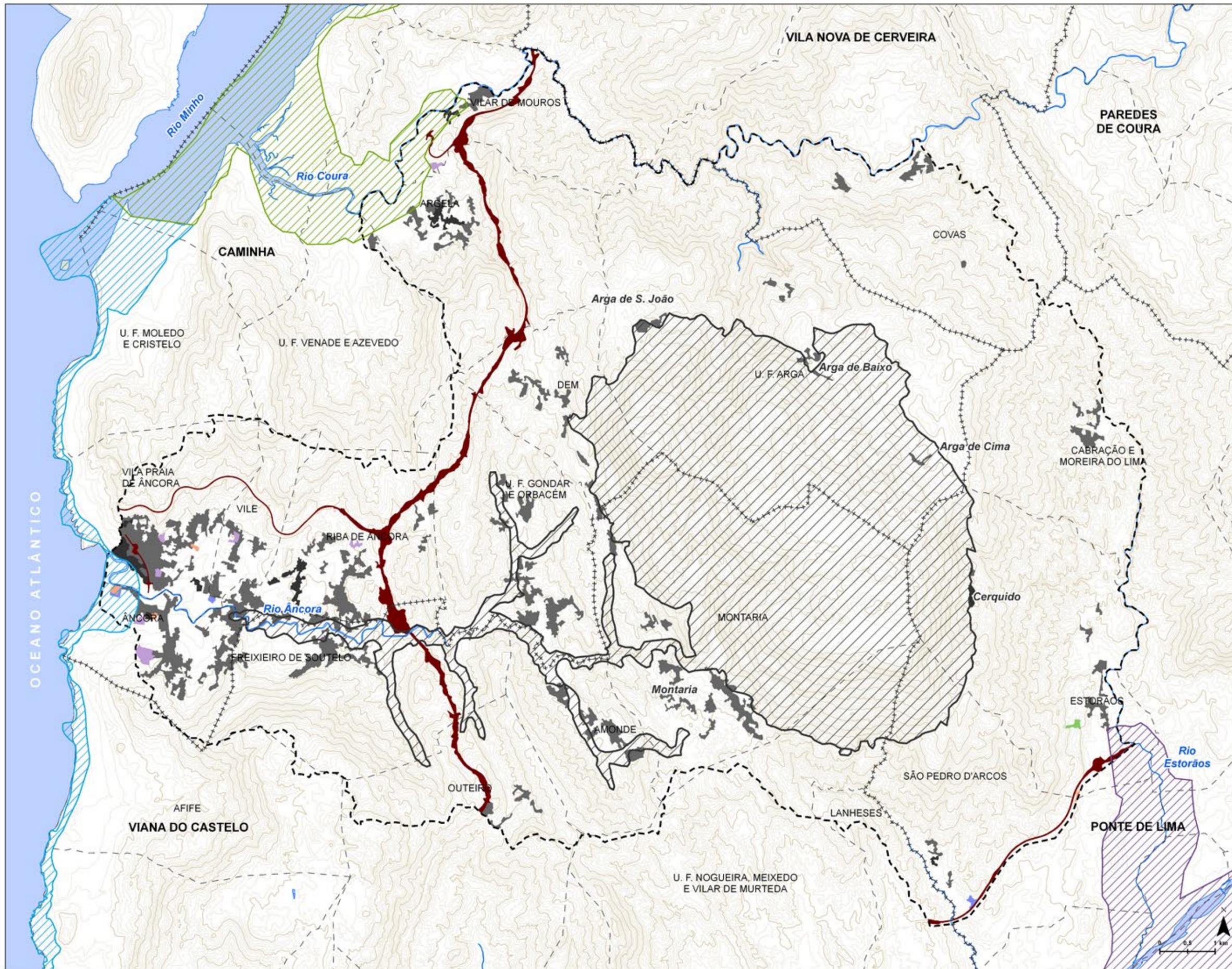
(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

- Linhas de Água

(Fonte: IGeoE, 2015)

Base Cartográfica: ESRI, 2019
 Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06

Sources: Esri, HERE, Garmin, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey, Esri Japan, METI, Esri China (Hong Kong), swisstopo, OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community



D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D7. CARTA DE TERRITÓRIOS ARTIFICIALIZADOS
EM 2015

Legenda:

- Tecido Urbano Contínuo
- Tecido Urbano Descontínuo
- Áreas em Construção
- Indústria Comércio e Equipamentos Gerais
- Áreas de Extração de Inertes
- Rede Viária, Ferroviária e Espaços Associados
- Equipamentos Desportivos Culturais e de Lazer e Zonas Históricas

(Fonte: adaptado de COS 2015 | DGT, 2015)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

Limite da Área de Estudo

Limite Administrativo de Freguesia

Limite Administrativo de Concelho

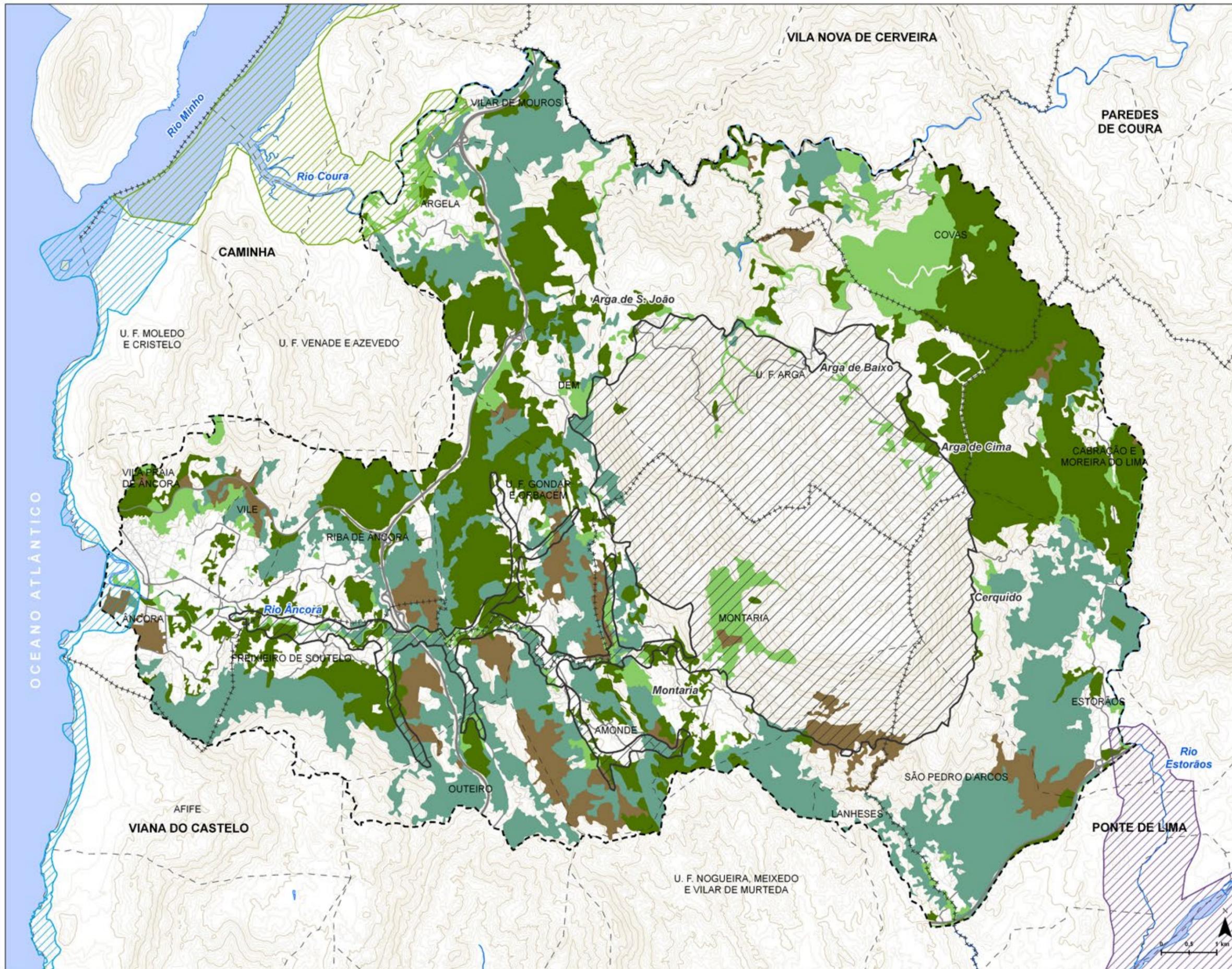
(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

Linhas de Água

(Fonte: IGeoE, 2015)

(Fonte: IGeoE, 2015)

Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06



D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D9. CARTA DE ÁREAS FLORESTAIS
EM 2015

Legenda:

- Florestas de Eucalipto
- Florestas de Pinheiro-bravo
- Florestas de Espécies Invasoras
- Florestas de Outras Espécies

(Fonte: adaptado de COS 2015 | DGT, 2015)

Sítios de Importância Comunitária

- Serra de Arga (PTCON0039)
- Litoral Norte (PTCON0017)
- Rio Minho (PTCON0019)
- Rio Lima (PTCON0020)

(Fonte: ICNF, 2017)

Limite da Área de Estudo

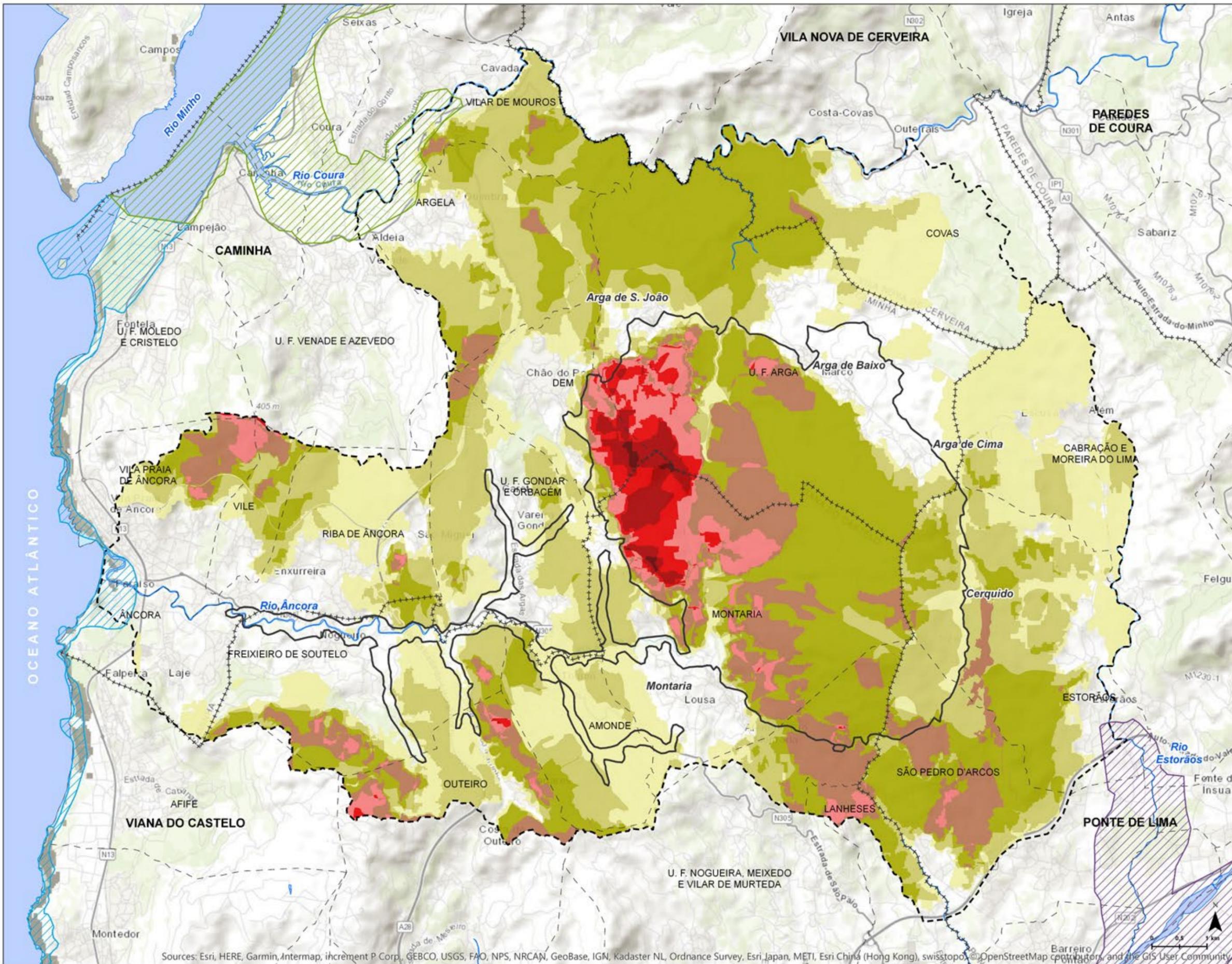
- Limite Administrativo de Freguesia
- Limite Administrativo de Concelho

(Fonte: CAOP, 2017/DGT)

- Linhas de Água
- Curvas de Nível
- Rede Viária

(Fonte: IGeoE, 2015)

Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06



D. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
D10. CARTA DE ÁREAS ARDIDAS,
POR NÚMERO DE ANOS, ENTRE 1990 E 2017

- Legenda:**
Número de Anos
- 1
 - 2
 - 3
 - 4
 - 5
 - 6
 - 7
 - 8

- (Fonte: adaptado de ICNF, 2017)
- Sítios de Importância Comunitária**
- Serra de Arga (PTCON0039)
 - Litoral Norte (PTCON0017)
 - Rio Minho (PTCON0019)
 - Rio Lima (PTCON0020)
- (Fonte: ICNF, 2017)

- Limite da Área de Estudo
 - Limite Administrativo de Freguesia
 - Limite Administrativo de Concelho
 - Linhas de Água
- (Fonte: CAOP, 2017/DGT)
- (Fonte: IGeoE, 2015)

Sources: Esri, HERE, Garmin, Intermap, increment P Corp., GEBCO, USGS, FAO, NPS, NRCAN, GeoBase, IGN, Kadaster NL, Ordnance Survey, Esri Japan, METI, Esri China (Hong Kong), swisstopo, OpenStreetMap contributors, and the GIS User Community

Base Cartográfica: ESRI, 2019
 Sistema de Referência: ETRS89/PT-TM06

Notas de rodapé**1.**

A **Convenção Europeia da Paisagem** (CEP), adotada pelos Estados membros do Conselho da Europa em outubro de 2000, na reunião ministerial realizada em Florença, entrou em vigor em 2004, tendo sido ratificada por Portugal em 2005 através do Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro. A CEP tem por objetivo a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem, bem como a organização da cooperação europeia neste domínio.

2.

Alínea a) do artigo 1.º da CEP.

3.

Preâmbulo da CEP.

4.

Preâmbulo da CEP.

5.

Ponto 2.3 **Fundamentos da Política Nacional da Arquitetura e da Paisagem** (PNAP).

6.

Ponto 2.4 **Desafios** da PNAP.

7.

São consideradas áreas classificadas por instrumentos jurídicos internacionais de conservação da natureza e da biodiversidade as seguintes (ponto 2 do artigo 27.º do RJCNB):

- a) *Do Programa Man and Biosphere, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), lançado em 1970;*
- b) *Da Convenção sobre Zonas Húmidas de Importância Internacional Especialmente como «Habitat» de Aves Aquáticas (Convenção de Ramsar), adotada em Ramsar em 2 de fevereiro de 1971;*
- c) *Da Convenção Relativa à Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, adotada em Paris em 16 de novembro de 1972, na parte relativa aos valores naturais;*
- d) *Das Resoluções do Comité de Ministros n.ºs (76) 17 — Reservas Biogenéticas do Conselho da Europa — e (98) 29 — Áreas Diplomadas do Conselho da Europa;*
- e) *Da Convenção para a Proteção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR), adotada em Paris em 22 de setembro de 1992;*
- f) *Da Decisão do Conselho Executivo da UNESCO (161 EX/Decisions, 3.3.1), adotada em Paris em 2001, relativa aos geossítios e geoparques.*

8.

O SIC PTC0017 - Litoral Norte abrange um total de 2.797,12 hectares (área terrestre + área marinha), distribuídos pelos concelhos de Caminha, Esposende e Viana do Castelo.

9.

O SIC PTC0019 - Rio Minho abrange um total de 4.554,35 hectares, distribuídos pelos concelhos de Caminha, Melgaço, Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira.

10.

O SIC PTC0020 - Rio Lima abrange um total de 5.360,29 hectares, distribuídos pelos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Verde.

11.

Confrontar com o artigo 1.º do DL n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT).

12.

Confrontar com o artigo 25.º do Decreto de 24 de dezembro de 1901 (linguagem atualizada).

13.

Confrontar com os artigos 26.º e 27.º do Decreto de 24 de dezembro de 1901 (linguagem atualizada).

14.

Confrontar com o artigo 26.º do Decreto de 24 de dezembro de 1901 (linguagem atualizada).

15.

O **Inventário do Património Arqueológico da Serra d'Arga** integra o **Volume II** do presente documento.

16.

Confrontar com os sítios arqueológicos, relacionados com o tipo DEPÓSITOS OU TERRAÇOS MARINHOS, identificados no âmbito do **Inventário do Património Arqueológico da Serra d'Arga**.

17.

Confrontar com GÓMEZ-ORELLANA et al (2010). *El paisaje Holoceno en la Serra de Arga (NW Portugal) / Holocene landscapes in the Serra de Arga (NW Portugal)*, p. 58.

18.

Idem.

19.

Confrontar com os sítios arqueológicos, relacionados com o tipo MEGALITISMO, identificados no âmbito do **Inventário do Património Arqueológico da Serra d'Arga**.

20.

Confrontar com os sítios arqueológicos, relacionados com o tipo ARTE RUPESTRE, identificados no âmbito do **Inventário do Património Arqueológico da Serra d'Arga**.

21.

Confrontar com os sítios arqueológicos, relacionados com o tipo POVOADOS FORTIFICADOS, identificados no âmbito do **Inventário do Património Arqueológico da Serra d'Arga**.

22.

Confrontar com AGUIAR, C.; PINTO, B (2007). *Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal Continental até à Idade Média*.

23.
Confrontar com MAZOYER, M.; ROUDART, L. (2001). *História das agriculturas do mundo do Neolítico à crise contemporânea*. Instituto Piaget, Lisboa.

24.
Confrontar com AGUIAR, C.; PINTO, B (2007). *Paleo-história e história antiga das florestas de Portugal Continental até à Idade Média*.

25.
Confrontar com DEVY-VARETA, N.; ALVES, A. (2007). *Os avanços e recuos da floresta em Portugal. Da Idade Média ao Liberalismo*.

26.
Confrontar com DEVY-VARETA, N.; ALVES, A. (2007). *Os avanços e recuos da floresta em Portugal. Da Idade Média ao Liberalismo*.

27.
Preâmbulo da Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro).

28.
Centro de Investigação Geológica, Ordenamento e Valorização de Recursos, Departamento de Ciências da Terra, Escola de Ciências da Universidade do Minho.

29.
ALVES, R.; LEAL GOMES, C. (2015); *Património mineiro da Serra de Arga - Minho*, p. 153.

30.
ALVES, R. (2014); *Contribuição para um sistema de gestão integrada de sítios mineiros do Noroeste de Portugal*, pp. 13-14.

31.
A **Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa**, assinada pelo Conselho da Europa em Granada a 3 de outubro de 1985, foi ratificada em Portugal a 23 de janeiro (Decreto do Presidente da República n.º 5/1991) e entrou em vigor a 1 de julho do mesmo ano.

A Convenção de Granada distingue as categorias dos bens imóveis que integram o património arquitetónico: monumentos (todas as construções particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, incluindo as instalações ou os elementos decorativos que fazem parte integrante de tais construções), **conjuntos** (agrupamentos homogéneos de construções urbanas ou rurais, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico, e suficientemente coerentes para serem objeto de uma delimitação topográfica) e **sítios** (obras combinadas do homem e da natureza, parcialmente construídas e constituindo espaços suficientemente característicos e homogéneos pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social ou técnico).

32.
O **Santuário de São João d'Arga**, em Arga de Baixo, possui o estatuto de Monumento Nacional (MN) pelo Decreto n.º 18/2013, de 24 de junho.

33.
O mato, ou gatenho, era montado "e as mulheres desciam-no em feixe à cabeça, ajudadas pela forquilha. No fim de cada 'descida de gatenho', empilhado no quinteiro, a família oferecia às mulheres participantes uma refeição e organizava um baile para o qual compareciam, para além delas, os parentes e os amigos." - COUTINHO, Artur (1997). *Mosaicos da Serra d'Arga*; pp. 75-76.

34.
A **Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial**, adotada pela UNESCO, em Paris, a 17 de outubro de 2003, foi ratificada em Portugal a 26 de março (Decreto do Presidente da República n.º 28/2008) e entrou em vigor a 21 de agosto do mesmo ano. A transposição do disposto na Convenção para os normativos nacionais materializou-se no Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho), em desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.
O Inventário do Património Imaterial "Da Serra d'Arga à Foz do Âncora" compreende os **domínios** identificados no Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho) e as **categorias** discriminadas nas *Normas de Preenchimento da Ficha de Inventário do Património Cultural Imaterial* constantes do Anexo III da Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril.

35.
Alínea a) do artigo 1.º da Convenção Europeia da Paisagem (2000).

36.
Entre outubro de 1979 e julho de 1980, José Saramago (1922-2010) percorreu o país a convite do Círculo de Leitores, que comemorava o décimo aniversário da sua implementação em Portugal. Nessa deambulação, o autor produziu um conjunto de textos, misto de crónica, narrativa e recordações, tendo referido, a propósito, que "o fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite... É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e para traçar caminhos novos".

37.
SARAMAGO, José (1992). *Viagem a Portugal*. Editorial Caminho, Lisboa; p. 51.

38.
António Pedro (1909-1966) foi um escritor, encenador e artista plástico português, de corrente surrealista, que viveu os seus últimos anos em Moledo do Minho (Caminha).

39.
PEDRO, António (1998). *Antologia Poética*. Angelus Novus, Coimbra (extrato).

40.
RIBEIRO, Aquilino (1962). *As Arcas Encoiradas*. Livraria Bertrand, Lisboa; p. 235.

41.
O romance *A Torre da Barbela* foi distinguido, em 1964, com o prémio Ricardo Malheiros, da Academia de Ciências de Lisboa.

42.
Ruben A. (1920-1975), pseudónimo de Ruben Alfredo Andresen Leitão, foi escritor, romancista, ensaísta, historiador, crítico literário e autor de textos autobiográficos. Entre 1947 e 1951 foi professor no King's College, em Londres, tendo sido funcionário da Embaixada do Brasil em Lisboa entre 1954 e 1972. Nesta data foi nomeado administrador da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, tendo sido igualmente Diretor-Geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura.

43.
Pedro Homem de Mello (1904-1984), entusiástico e estudioso do folclore português, autor dos populares poemas *Povo que Lavas no Rio* e *Havemos de Ir a Viana*, criou e patrocinou alguns ranchos folclóricos no Minho e colaborou com o Orfeão Universitário do Porto no âmbito de recolhas etnográficas para os seus grupos folclóricos. Viveu, durante anos, em Afife (Viana do Castelo), onde escreveu parte da sua obra, valorizando os costumes e as tradições locais e da Serra d'Arga.

44.

Domingos José Cerejeira, nascido em Dem no início do século passado, foi presidente da Junta de Freguesia de Caminha entre 1979 e 1982. Dedicou-se, nos últimos anos da sua vida, a transcrever uma série de experiências pessoais, combustanciando um conjunto de vivências e registos etnográficos diversificados, desde a festa de São João d'Arga, passando pela matança do porco, as alegrias e tristezas do lavrador, a batida aos lobos na Serra d'Arga, a sementeira, colheita e manipulação do linho, entre muitos outros textos de divulgação da cultural local e regional.

45.

CEREJEIRA, Domingos José (2003). *Memórias da Serra d'Arga*. Jornal Digital CAMINH@2000; p. 7.

46.

Idem; p. 9.

47.

GUERREIRO, Castro (2002). *Viajando pelo Alto Minho — "Argas" a paz das montanhas*. Tui, Pontevedra: Edição do autor; p. 27.

48.

Idem.

49.

Ibidem, p. 29.

50.

Confrontar com MATEO (2003). *Metodología para la realización de los estudios de impacto paisajístico en líneas eléctricas de transporte*.

51.

CANCELA D'ABREU et al (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*.

52.

Idem.

53.

Na publicação de Cancela d'Abreu et al (2004), *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*, cada uma das 128 unidades de paisagem tem uma ficha que inclui a identificação e caracterização, não apenas dos aspetos mais relevantes do seu carácter, mas também as tendências, potencialidades e problemas, os instrumentos de ordenamento aplicáveis e, ainda, orientações para a sua futura gestão, bem como cartografia e fotografias representativas dos padrões e do carácter da respetiva unidade de paisagem.

54.

CANCELA D'ABREU et al (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*; Volume II, p. 9.

55.

Idem.

56.

CANCELA D'ABREU et al (2004). *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem de Portugal Continental*; Volume II, p. 21.

57.

Idem, p. 23.

58.

Alínea c) do artigo 1.º da CEP.

59.

Os elementos de referência específicos relativos à caracterização do Património Cultural (arquitetónico e imaterial) encontram-se referidos no **Volume II - Património Cultural da Serra d'Arga à Foz do Âncora**, Capítulo 6. ELEMENTOS DE REFERÊNCIA.

Créditos fotográficos:

PAISAGEM: João Almeida, exceto: Miew Creative Studio: fotografias das Tipologias de declives (pág. 105), da Vista aérea sobre a Chã de São João (pág. 283), da Vista aérea sobre os Quartéis e Capela de Santa Justa e o vale do Lima e da Vista aérea sobre a Lage e os seus socalcos (pág. 285), da Vista aérea sobre a Encosta da Branca, a caminho da Chã Grande (pág. 286) e da Vista sobre um cantão de gatenho (pág. 287).

PATRIMÓNIO CULTURAL: Vera Santos Silva, exceto: João Almeida: fotografias das Antigas casas florestais na Serra d'Arga (direita) e da Antiga casa florestal de Sangemondes (pág. 174), das Chãs (pág. 212), dos Cantões (pág. 213), dos Socalcos (pág. 214), das Veigas (pág. 215), do Caminho em carreteiro no maciço central da Serra d'Arga (pág. 221) e do Caminho de pé posto no maciço central da Serra d'Arga (págs. 222-223); Município de Caminha: fotografia do Pontão do Lobo (pág. 181); Paulo Dórdio Gomes: fotografias dos Sítios Arqueológicos (págs. 206, 208 e 209).

Mapas de base da cartografia:

ESRI, 2019; CAOP, 2016; ICNF, 2017

© Todos os direitos reservados.

A reprodução total ou parcial, sob qualquer forma, do conteúdo desta publicação carece de aprovação prévia e expressa dos respetivos autores e dos municípios de Caminha, Viana do Castelo e Ponte de Lima.

ELABORADO POR



TERRITÓRIO XXI

Gestão Integrada do Território e do Ambiente, Lda

Rua D. João I, 298 - 1.º andar

4450-162 Matosinhos

T. +351 220 135 202

geral@territorioxxi.pt

PROJETO INTERMUNICIPAL



FINANCIADO POR

